Monsenhor HENRI DELASSUS
Doutor em Teologia

A

C O N J U R A Ç Ã O

A N T I C R I S T Ã

O Templo Maçônico

que quer se erguer sobre as ruínas da

I g r e j a C a t ó l i c a

As portas do inferno
não prevalecerão
contra Ela.
(Mat., XVI, 8)

TOMO I

NIHIL OBSTAT:

Insulis, die 11 Novembris 1910.

H. QUILLIET, s. th. d.

librorum censor

IMPRIMATUR

Cameraci, die 12 Novembris 1910.

A. MASSART, vic. gen.

Domus Pontificiae Antistes.

Traduzido do original francês

“La Conjuration Antichrétienne - Le Temple Maçonnique

voulant s'élever sur les ruines de l'Église Catholique”,

impresso por Societé Saint-Augustin

Desclée, De Brouwer et Cie.

LILLE, 41, Rue du Metz

SECRETARIA DE ESTADO DE SUA SANTIDADE

Do Vaticano, 23 de outubro de 1910.

MONSENHOR

O Santo Padre Pio X recebeu com paternal interesse a obra intitulada: “A Conjuração Anticristã”, que me pedistes para Lhe encaminhar em vosso nome.

Sua Santidade vos felicita afetuosamente por haverdes levado a bom termo a composição dessa obra importante e sugestiva, em seqüência a uma longa série de estudos que igualmente fazem honra a vosso zelo e a vosso ardente desejo de servir a causa de Deus e da Santa Igreja.

As idéias diretrizes de vosso belo trabalho são aquelas que inspiraram os grandes historiadores católicos: a ação de Deus nos acontecimentos deste mundo, o fato da Revelação, o estabelecimento da ordem sobrenatural, e a resistência que o espírito do mal opõe à obra da Redenção. Vós mostrais o abismo a que conduz o antagonismo entre a civilização cristã e a pretensa civilização que regride em direção ao paganismo. Quanta razão tendes em estabelecer que a renovação social só se poderá fazer através da proclamação dos direitos de Deus e da Igreja!

Ao vos exprimir sua gratidão, o Santo Padre faz votos de que possais, com uma saúde sempre vigorosa, realizar inteiramente o plano sintético que traçastes, e como sinal de Sua particular benevolência, Ele vos envia a Bênção Apostólica.

Com meus agradecimentos pessoais e minhas felicitações, recebei, Monsenhor, a certeza dos meus sentimentos bem devotados em Nosso Senhor.

Cardeal MERRY DEL VAL

Monsenhor Henri Delassus
Prelado Doméstico
Lille

À

M A R I A

PRESERVADA DO PECADO ORIGINAL

À VISTA DOS MÉRITOS

DE

NOSSO SENHOR JESUS CRISTO

Deus disse à serpente:
"Porei inimizades
entre ti e a Mulher,
entre tua posteridade
e a posteridade dEla.
Ela te esmagará a cabeça.
E tu Lhe ferirás o calcanhar"
(*Gênesis* III, 15)

S O B R E   O   A U T O R

(O texto abaixo foi extraído do livro **Nobreza e Elites Tradicionais Análogas nas Alocuções de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza Romana**, do Professor Plinio Corrêa de Oliveira, Livraria Civilização Editora, Porto, 1993)

"Mons. Henri Delassus (1836-1921), ordenado sacerdote em 1862, exerceu o ministério como vigário em Valenciennes (Saint-Géry) e Lille (Sainte-Catherine e Sainte-Marie-Madelaine). Em 1874 foi nomeado capelão da Basílica Notre-Dame de la Treille (Lille). Cônego honorário em 1882 e Prelado Doméstico em 1904. Em 1911 foi promovido a Protonotário Apostólico. Em 1914 tornou-se Cônego da recém-criada diocese de Lille e Deão do Cabido da Catedral.

Como escritor publicou as seguintes obras:

Histoire de Notre-Dame de la Treille, Patronne de Lille (1891), *L'Américanisme et la Conjuration Antichrétienne* (1899), *Le Problème de l'Heure Présente: Antagonisme de Deux Civilisations* (2 vols., 1904), *L'Encyclique "Pascendi Dominici Gregis" et la Démocratie* (1908), *Vérités Sociales et Erreurs Démocratiques* (1909), *La Conjuration Antichrétienne: Le Temple Maçonnique voulant s'elever sur les Ruines de l'Eglise Catholique* (prefácio do Cardeal Merry del Val, 3 vols., 1910), *Condamnation du Modernisme dans la Censure du Sillon* (1910), *La Question Juive* (extraído de *La Conjuration Antichrétienne*, 1911), *La Démocratie Chrétienne: Parti et Ecole vus du Diocèse de Cambrai* (1911), *La Mission Posthume de Jeanne d'Arc et le Règne Social de Jésus-Christ* (1913), *Les Pourquoi de la Guerre Mondiale: Réponses de la Justice Divine, de l'Histoire, de la Bonté Divine* (3 vols., 1919-1921).

Como jornalista, em 1872 passou a colaborar no periódico "Semaine Religieuse du Diocèse de Cambrai", do qual se tornou proprietário, diretor e principal redator em 1874. Fez desta publicação *"um bastião contra o Liberalismo, o Modernismo, e todas as formas de conspiração anticristã no mundo"*. Com a criação da Diocese de Lille esta revista tomou o nome de "Semaine Religieuse du Diocèse de Lille", tornando-se órgão oficial do bispado em 1919.

Mons. Delassus — que fora ordenado sacerdote sob Pio IX — exerceu a maior parte das atividades do seu ministério sob Leão XIII e S. Pio X, havendo falecido durante o pontificado de Bento XV.

Teve parte saliente nas ardentes polêmicas que marcaram a vida da Igreja durante esses pontificados, sempre movido pelas grandes preocupações que marcaram os pontificados de Pio IX e de S. Pio X. O modo de Mons. Delassus encarar os problemas religiosas, sociais e políticos da Europa e da América do seu tempo era muito afim com o de Pio IX e o de S. Pio X, orientação que defendeu com inteligência, cultura e valentia inexcedível, quer durante o reinado desses dois Pontífices, quer durante o de Leão XIII.

Como é sabido, a interpretação que este último dava ao panorama geral religioso, social e político da Europa e da América no mesmo período, quer como Cardeal-Bispo de Perusa, quer como Papa, em muitos pontos não coincidia — na medida em que tal pode ocorrer entre Papas — com a interpretação de Pio IX e de S. Pio X. A fidelidade de Mons. Delassus à linha de pensamento e de ação que ele seguira sob Pio IX continuaria a seguir durante os pontificados subseqüentes, era própria a expô-lo a incompreensões, advertências e medidas acautelatórias, provavelmente penosas para ele, partidas da Cúria Romana ao tempo de Leão XIII. Ele as recebeu com toda a medida de acatamento preceituado pelas leis da Igreja, mas usando também da medida de liberdade que essas leis lhe asseguravam.

Assim, foi ele objeto de advertências de autoridades locais e da própria Santa Sé devido aos seus ataques contra o Congresso Eclesiástico de Reims (1896) e o Congresso da Democracia Cristã (1897). Em 1898 uma carta do Pe. Sébastien Wyart fez-lhe ver que os seus artigos polêmicos desagradavam ao Vaticano. Logo a seguir a Santa Sé pediu a Mons.

Delassus para cessar *"a sua campanha refratária e as suas polêmicas violentas"*. Em 1902 o Cardeal Rampolla pediu a Mons. Sannois, Bispo de Cambrai, para advertir o jornal de Mons. Delassus, "Semaine Religieuse".

A ascensão de S. Pio X ao Sólio Pontifício haveria de reparar largamente Mons. Delassus pelos dissabores que sofrera. O Santo Pontífice compreendeu, admirou e apoiou claramente o valente polemista, como esta também apoiou sem reservas a luta antiliberal e antimodernista de S. Pio X. Como reconhecimento ao mérito dessa luta o valoroso sacerdote foi elevado por S. Pio X a Prelado Doméstico em 1904, a Protonotário Apostólico em 1911, tendo também ascendido ao cargo de Deão do Cabido da Catedral de Lille em 1914.[1]

Durante a Guerra, Mons. Delassus suspendeu compreensivelmente as suas polêmicas tal como o fizeram, em benefício da união nacional contra o adversário externo, os polemistas franceses de todos os matizes. Na aurora da paz, em 1918, Mons. Delassus reacendia a sua chama de polemista. Esta chama sagrada extinguiu-a pouco depois a sua morte.

---

[1] Por ocasião das bodas de ouro da sua ordenação sacerdotal, Mons. Delassus recebeu do Pontífice a seguinte carta: *"Tivemos conhecimento com alegria que daqui a poucos dias completareis cinqüenta anos de sacerdócio. Felicitamo-vos de todo o coração, pedindo a Deus para vós toda a espécie de prosperidades. Sentimo-Nos levado a esse ato de benevolência, que vós bem mereceis, Nós bem o sabemos, tanto pela vossa devoção à Nossa pessoa como pelos testemunhos inequívocos do vosso zelo, seja pela doutrina católica que defendeis, seja pela disciplina eclesiástica que mantendes, seja enfim por todas estas obras católicas que sustentais e das quais a nossa época tem uma tão grande necessidade.*

"Devido a tão santos trabalhos é de todo o coração que vos dispensamos os merecidos elogios e vos concedemos, de toda a boa vontade, caro filho, a Bênção Apostólica, ao mesmo tempo penhor de graças celestes e testemunho da Nossa benevolência.

"Dada em Roma, aos pés de S. Pedro, em 14 de junho de 1912, nono ano do Nosso pontificado.

"Pio X, Papa".

(*Actes de Pie X,* Maison de la Bonne Presse, Paris, 1936, t. VII, p. 236).

As duas edições francesas do PROBLEMA DA HORA PRESENTE estão esgotadas. Restam alguns exemplares da versão italiana[2]. Os livreiros pedem que essa obra seja reimpressa, para que possam atender aos pedidos de seus clientes.

O autor entendeu não dever ocupar-se com a reimpressão.

O problema que o Americanismo havia apresentado inicialmente às suas meditações tornou-se logo, no seu espírito, o da Revolução, depois o da civilização moderna, que data da Renascença.

Hoje, ele o concebe numa amplitude ainda maior: é o problema da resistência que o naturalismo opõe ao estado sobrenatural que Deus se dignou de oferecer às Suas criaturas inteligentes. Assim considerado, o problema abraça todos os tempos. Ele se apresentou na criação dos anjos, no paraíso terrestre, no deserto onde Cristo quis submeter-Se à tentação; ele continuará colocado, para a cristandade e para cada um de nós, até o fim do mundo.

Refazer a obra esgotada oferecia, sob esse ponto de vista, duas vantagens. Após madura reflexão, o autor preferiu seccionar sua obra.

O problema estava posto assim: existe luta entre a civilização cristã que está na posse do estado e a civilização moderna que quer suplantá-la; qual será a saída para esse antagonismo?

Daí três questões:

A do Judeu e do franco-maçom que são precisamente hoje, aos olhos de todos, os sitiantes da cidadela católica.

A da Democracia que é, no dizer dos próprios sitiantes, a sugestão-mãe de que se servem para atacar a civilização cristã na opinião pública e em seguida nas instituições.

A da Renovação religiosa, social e familiar, exigida pelas ruínas já amontoadas e aquelas que o anticristianismo ainda fará.

Essas três questões foram intimamente unidas no livro intitulado **O Problema da Hora Presente**. O autor acreditou ser bom separá-las a fim de poder tratar cada uma delas mais a fundo.

A questão da democracia foi retomada na obra que acaba de aparecer sob o título **Verdades Sociais e Erros Democráticos.**

A questão da conjuração anticristã, da qual a seita judeu-maçônica é a alma e o braço, é objeto do presente livro.

O autor não se deteve em procurar as origens da seita; não se preocupou em estudá-la de pontos de vista diversos, nos quais outros publicistas se colocaram. O que ele quis trazer à luz foi a parte de ação que a seita judeu-maçônica tem na guerra declarada à instituição católica e à idéia cristã, e o objetivo dessa guerra. Esse objetivo é de arrancar a humanidade da ordem sobrenatural fundada pela Redenção do divino Salvador e de fixá-la definitivamente no naturalismo.

Faltará falar da Renovação. Ela não pode ser fruto senão da restauração da Autoridade:

A autoridade de Deus sobre Sua obra, particularmente sobre as criaturas inteligentes;

A autoridade de Nosso Senhor Jesus Cristo, o novo Adão, sobre a humanidade que Ele resgatou com Seu Sangue e da qual Ele é o Senhor por Sua personalidade divina;

A autoridade da Igreja sobre os povos que Ela dotou de civilização cristã e que se precipitam nos Seus braços sob a pressão do abandono em que vai jogá-los o progresso da civilização moderna;

A autoridade das famílias principescas sobre as nações que elas construíram;

---

[2] Desclée et Cie. Rome, Piazza Grazioli, Palazzo Doria; Lille 41, rue du Metz.

A autoridade do pai na sua família e a dos ancestrais sobre as gerações de que foram o princípio.

Enfim, o direito de propriedade sobre os bens de que a família ou o indivíduo se tornaram *autores* por seu trabalho e suas virtudes, e não sobre as riquezas adquiridas pela agiotagem ou pela injustiça.

A Renovação exige essa sêxtupla restauração. Se ela não começa a se produzir num futuro próximo, a sociedade familiar, civil, religiosa se precipitará no abismo em direção ao qual ela corre com uma velocidade que se acelera a cada dia.

Feito esse terceiro trabalho, faltaria reconstruir a síntese da qual jorraria a solução do enigma que inquieta as gerações contemporâneas e que projetaria sua luz sobre o futuro da humanidade.

Septuagenário há cinco anos, o autor não pode esperar cumprir tal encargo. Queira Deus, se isto entra em Seus desígnios, de confiá-lo a quem puder levá-lo a bom termo.

I

ESTADO DA QUESTÃO

CAPÍTULO I

AS DUAS CIVILIZAÇÕES

O *Syllabus* de Pio IX termina com esta proposição condenável e condenada:

"O Pontífice romano pode e deve se reconciliar e transigir com o progresso, o liberalismo e a civilização moderna".

A última proposição do decreto que se chamou o *Syllabus* de Pio X, proposição igualmente condenável e condenada, está concebida assim:

"O catolicismo de hoje não se pode conciliar com a verdadeira ciência, a menos que se transforme num cristianismo não dogmático, isto é, num protestantismo sábio e liberal".

Sem dúvida não foi sem intenção que essas duas proposições receberam, num e noutro *Syllabus,* este lugar, o último, aparecendo aí como conclusão. Dá-se que, com efeito, essas proposições resumem as precedentes e precisam-lhes o espírito.[1]

É necessário que a Igreja se reconcilie com a civilização moderna. E a base proposta para essa reconciliação é, não a aceitação dos dados da verdadeira ciência, que a Igreja jamais repudiou, que Ela sempre favoreceu, cujos progressos Ela sempre aplaudiu e para o qual contribuiu mais do que qualquer outra instituição; mas o abandono da verdade revelada, abandono que transformaria o catolicismo num protestantismo largo e liberal, no qual todos os homens pudessem se reencontrar, quaisquer que fossem suas idéias a respeito de Deus, de Suas revelações e de Seus mandamentos. Dizem os modernistas que é apenas através desse liberalismo que a Igreja pode ver novos dias se abrirem diante dEla, obter a honra de entrar nas vias da civilização moderna e marchar junto com o progresso.

Todos os erros assinalados num e noutro *Syllabus* apresentam-se como as diversas cláusulas do tratado proposto à assinatura da Igreja para essa reconciliação com o mundo, para sua admissão na cidade moderna.

Civilização moderna. Existe, pois, civilização e civilização? Existiu, portanto, antes da era dita moderna uma civilização diversa daquela que o mundo de nossos dias usufrui, ou pelo menos, persegue?

Com efeito, existiu, e existe ainda na França e na Europa, uma civilização chamada civilização cristã.

Que motivo faz com que essas duas civilizações se diferenciem?

Elas se diferenciam pela concepção que têm do fim último do homem, e dos efeitos diversos e mesmo opostos que uma e outra concepção produzem assim na ordem social como na ordem privada.

"O objetivo último do homem é ser feliz",[2] diz Bossuet. Isto não é exclusivo dele: é o fim para o qual tendem todas as inteligências, sem exceção. O grande orador não

---

[1] Por ocasião da deliberação da lei sobre a liberdade do ensino superior, Challemel-Lacourt disse: "As universidades católicas quererão preparar nos futuros médicos, advogados e magistrados, auxiliares do espírito católico que procurarão sustentar e aplicar os princípios do *Syllabus*. Ora, a França, na sua grande maioria, considera as proposições condenadas pelo *Syllabus* como os próprios fundamentos da nossa sociedade".

[2] Meditações sobre o Evangelho.

falha em reconhecer isso: “As naturezas inteligentes não têm vontade nem desejo senão para sua felicidade”. E acrescenta: “Nada de mais razoável, porque o que há de melhor do que desejar o bem, quer dizer, a felicidade?”[3] Assim, encontramos no coração do homem um impulso invencível, que o impele a procurar a felicidade. Se quisesse, não poderia se desfazer dele. É o fundo de todos os seus pensamentos, o grande móvel de todas as suas ações; e mesmo quando ele se atira à morte, é por estar persuadido de achar no nada uma sorte preferível àquela na qual ele se vê.

O homem pode se enganar, e de fato ele se engana muito freqüentemente na busca da felicidade, na escolha da via que deve levá-lo a ela. “Colocar a felicidade onde ela está é a fonte de todo o bem, diz ainda Bossuet; e a fonte de todo o mal consiste em colocá-la onde não é preciso”.[4] Isto é tão verdadeiro para a sociedade como para o homem individual. O impulso em direção à felicidade vem do Criador, e Deus nele acrescenta Sua luz para iluminar o caminho, diretamente por Sua graça, indiretamente pelos ensinamentos de Sua Igreja. Mas pertence ao homem, indivíduo ou sociedade, pertence ao livre arbítrio dirigir-se, ir buscar sua felicidade ali onde lhe agrada colocá-la, no que é realmente bom, e, acima de toda bondade, no Bem absoluto, Deus; ou naquilo que têm apenas as aparências do bem, ou que não é senão um bem relativo.

Desde a criação do gênero humano o homem se desviou do bom caminho. Ao invés de crer na palavra de Deus e de obedecer à Sua determinação, Adão deu ouvidos à voz encantadora que lhe dizia para colocar seu fim nele mesmo, na satisfação de sua sensualidade, nas ambições de seu orgulho. “Sereis como deuses”; “o fruto da árvore era bom de comer, belo de ver, e de um aspecto que excitava o desejo”. Tendo assim se desviado desde o primeiro passo, Adão arrastou sua descendência na direção que ele acabava de tomar.

Nessa direção ela caminhou, nessa direção ela avançou, nessa direção ela submergiu durante longos séculos. A história aí está para contar os males que ela encontrou nesse longo extravio. Deus teve piedade dela. No Seu conselho de infinita misericórdia e de infinita sabedoria, Ele resolveu recolocar o homem sobre o caminho da felicidade. E a fim de tornar Sua intervenção mais eficaz, Ele quis que uma Pessoa divina viesse sobre a terra mostrar o caminho por Sua palavra, tocar os homens por Seu exemplo. O Verbo de Deus se encarnou e veio passar trinta e três anos entre nós, para nos tirar da via da perdição e para nos abrir a estrada de uma felicidade não enganosa.

Suas palavras e Seus atos derrubavam todas as idéias até então aceitas. Ele dizia: Bem-aventurados os pobres! Bem-aventurados os mansos, os pacíficos, os misericordiosos! Bem-aventurados os puros! Até a vinda dEle, dizia-se: Bem-aventurados os ricos! Bem-aventurados aqueles que dominam! Bem-aventurados os que vivem sem nada recusar às suas paixões! Ele tinha nascido em um estábulo, fizera-Se o servidor de todos, sofrera morte e paixão, a fim de que não se considerassem suas palavras meras declamações, mas lições, as mais persuasivas lições que possam ser concebidas, dadas que eram por um Deus, e um Deus que Se aniquilou por amor a nós.

Ele quis perpetuar essas lições, torná-las sempre expressivas e operantes aos olhos e nos ouvidos de todas as gerações que deviam vir. Para isso Ele fundou a Santa Igreja. Estabelecida no centro da humanidade, Ela não cessou, pelos ensinamentos de seus doutores e pelos exemplos de seus santos, de dizer a todos os que Ela viu passar sob seus olhos: “Procurais, ó mortais, a felicidade, e procurais uma coisa boa; ficai atentos apenas para não procurardes onde ela não está. Vós a procurais na terra, mas não é aí que ela está estabelecida, nem aí que se encontram

---

[3] *Oeuvres oratoires de Bossuet.* Edição crítica e completa, pelo abade J. Lebarq. Sermão para a Festa de Todos os Santos, v. 325.

[4] Meditações sobre o Evangelho.

esses dias felizes dos quais nos falou o divino Salmista: *Diligit dies videre bonos...* Aí estão os dias de miséria, os dias de suor e de trabalhos, os dias de gemidos e de penitência, aos quais nós podemos aplicar as palavras do profeta Isaías: "Meu povo. Os que te dizem feliz, abusam de ti e perturbam tua conduta". E ainda: "Os que fazem o povo acreditar que é feliz, são enganadores". Pois onde se encontra a felicidade e a verdadeira vida, senão na terra dos vivos? Quem são os homens felizes, senão aqueles que estão com Deus? Esses vêem dias bonitos, porque Deus é a luz que os ilumina. Esses vivem na abundância, porque Deus é o tesouro que os enriquece. Esses, enfim, são felizes, porque Deus é o bem que os contenta e que, somente Ele, é tudo para todos".[5]

Do século I ao século XIII, os povos tornaram-se cada vez mais atentos a essa pregação, e o número dos que dela fizeram luz e regra de vida foi cada vez maior. Sem dúvida, havia fraquezas, fraquezas das nações e fraquezas das almas.

Mas a nova concepção da vida permanecia lei para todos, lei que os desvios não faziam perder de vista e à qual todos sabiam, todos sentiam que era preciso retornar uma vez que se tivessem afastado. Nosso Senhor Jesus Cristo, com Seu Novo Testamento, era o doutor escutado, o guia seguido, o rei obedecido. Sua realeza era a tal ponto reconhecida pelos príncipes e pelos povos, que eles a proclamavam até em suas moedas. Em todas estava gravada a cruz, o signo augusto da idéia que o cristianismo tinha introduzido no mundo, que era o princípio da nova civilização, da civilização cristã, que devia regê-lo, o espírito de sacrifício oposto à idéia pagã, ao espírito de gozo que tinha construído a civilização antiga, a civilização pagã.

À medida que o espírito cristão penetrava as almas e os povos, almas e povos cresciam na luz e no bem, se elevavam pelo só fato de verem a felicidade no alto e de a carregarem consigo. Os corações tornavam-se mais puros, os espíritos mais inteligentes. Os inteligentes e os puros introduziam na sociedade uma ordem mais harmoniosa, aquela que Bossuet nos descreveu no sermão sobre a eminente dignidade dos pobres. A ordem mais perfeita tornava a paz mais geral e mais profunda; a paz e a ordem engendravam a prosperidade, e todas essas coisas davam ensejo às artes e às ciências, esses reflexos da luz e da beleza dos céus. De sorte que, como observou Montesquieu: "A religião cristã, que parece não ter outro objetivo além da felicidade da outra vida, ainda constrói nossa felicidade nesta".[6] É, ademais,

---

[5] *Oeuvres oratoires de Bossuet.* Sermão para a Festa de Todos os Santos, v. 325.

[6] *Esprit des Lois*, livro XXIV, cap. III.

Tocqueville deu para esse fato uma razão que não é a única nem mesmo a principal, mas que convém assinalar.

"Nos séculos de fé, coloca-se o objetivo final da vida após a vida. Os homens daqueles tempos acostumaram-se, pois, naturalmente, e, por assim dizer, sem querer, a considerar, durante uma longa seqüência de anos, um objetivo fixo em direção ao qual eles caminham sem cessar, e aprendem, mediante progressos insensíveis, a reprimir mil pequenos desejos passageiros para melhor chegarem a satisfazer esse grande e permanente desejo que os aflige. Quando esses mesmos homens querem se ocupar das coisas da terra, reencontram esses hábitos. Eles fixam para suas ações daqui de baixo de preferência um objetivo geral e certo, em direção ao qual dirigem todos os esforços. Não se os vê aplicarem-se cada dia a novas tentativas; mas eles têm desejos não satisfeitos que não se cansam de perseguir.

"Isto explica por que os povos religiosos têm freqüentemente conseguido coisas tão duráveis. Sucedia que, ocupando-se do outro mundo, tinham reencontrado o grande segredo de obter êxito neste. As religiões fornecem o hábito geral de se comportarem com vistas ao futuro. Nisto elas não são menos úteis à felicidade desta vida do que à felicidade da outra. É um de seus maiores aspectos políticos. Mas à medida que as luzes da fé se obscurecem, a vista dos homens se aperta, e dir-se-ia que a cada dia o objetivo das ações humanas parece-lhes mais próximo.

"Uma vez que se acostumam a não mais se ocupar do que deve acontecer após a vida, vê-se-os recaírem facilmente nessa indiferença completa e brutal do futuro, que é por demais conforme a certos instintos da espécie humana. Tão logo perdem a prática de colocar suas principais esperanças a longo prazo, são naturalmente levados a realizar sem tardança seus menores desejos, e parece que a partir do momento em

o que São Paulo tinha anunciado, quando disse: "*Pietas ad omnia utilis est, promissiones habens vitae quae nunc est et futuraep.* A piedade é útil para tudo, possuindo as promessas da vida presente e aquelas da vida futura".[7] Não havia o próprio Nosso Senhor dito: "Procurai primeiro o reino de Deus e Sua Justiça, que o resto vos será dado de acréscimo"?[8] Não há aí uma promessa de ordem sobrenatural, mas o anúncio das conseqüências que deviam sair logicamente da nova orientação dada ao gênero humano.

De fato, vemos que o espírito de pobreza e a pureza de coração dominam as paixões, fontes de todas as torturas da alma e de todas as desordens sociais. A mansidão, a pacificação e a misericórdia produzem a concórdia, fazem reinar a paz entre os cidadãos e na cidade. O amor da justiça, mesmo contrariado pela perseguição e pelo sofrimento, eleva a alma, enobrece o coração e lhe proporciona os mais sãos prazeres; ao mesmo tempo eleva o nível moral da sociedade.

Que sociedade, aquela em que as bem-aventuranças evangélicas fossem colocadas sob os olhos de todos, como objetivo a conquistar, e na qual seriam oferecidos a todos os meios de alcançar a perfeição e a bem-aventurança assinaladas no sermão da montanha:

Felizes os que têm espírito de pobreza!
Felizes os mansos!
Felizes os que choram!
Felizes os que têm fome e sede de justiça!
Felizes os que são misericordiosos!
Felizes os que têm o coração puro!
Felizes os pacíficos!
Felizes os que sofrem perseguição por amor da justiça!

A ascensão, não direi das almas santas, mas das nações, teve seu ponto culminante no século XIII. São Francisco de Assis e São Domingos, com seus discípulos São Luís de França e Santa Elisabete da Hungria, acompanhados e seguidos por tantos outros, mantiveram por algum tempo o nível que havia sido atingido pela emulação que tinham excitado nas almas os exemplos de desapego das coisas deste mundo, de caridade em relação ao próximo e de amor a Deus, que tantos outros santos tinham dado. Mas enquanto essas almas nobres atingiam os mais altos cumes da santidade, muitas outras esfriavam no seu entusiasmo por Deus; e por volta do fim do século XIV, manifestou-se abertamente o movimento de retrocesso que arrebatou a sociedade e que a conduziu à situação atual, quer dizer, o triunfo próximo, o reino iminente do socialismo, fim obrigatório da civilização moderna. Porque enquanto a civilização cristã elevava as almas e tendia a dar aos povos a paz social e a prosperidade mesmo temporal, o fermento da civilização pagã tende a produzir seus últimos efeitos: a procura, por todos, de todos os prazeres; a guerra, para consegui-los, de homem contra homem, de classe contra classe, de povo contra povo; guerra que não poderia terminar senão com o aniquilamento do gênero humano.

——— ♦ ———

que desesperam de viver uma eternidade, ficam dispostos a agir como se não devessem existir senão um só dia.

"Nos séculos de incredulidade, é, pois, sempre de recear que os homens se entreguem sem cessar aos azares diários de seus desejos, e que, renunciando inteiramente a obter o que não se pode adquirir senão sem longos esforços, não fundem nada de grande, de pacífico e de durável".

[7] I Tim., IV, 8.

[8] Mat., VI, 33.

CAPÍTULO II

A DUPLA CONCEPÇÃO DE VIDA

A civilização cristã procede de uma concepção de vida diversa daquela que dera origem à civilização pagã.

O paganismo, empurrando o gênero humano pelo declive em que o pecado original o colocara, dizia ao homem que ele estava sobre a terra para fruir a vida e os bens que este mundo lhe oferece. O pagão não ambicionava, não buscava nada além disso; e a sociedade pagã estava constituída para oferecer esses bens tão abundantes e esses prazeres tão refinados, ou também tão grosseiros quanto possam ser, para os que estavam em situação de pretendê-los. A civilização antiga nasceu desse princípio, todas as suas instituições dele decorriam, sobretudo as duas principais, a escravidão e a guerra. Pois a natureza não é suficientemente generosa, e sobretudo então não tinha sido cultivada pelo tempo necessário e bastante bem para oferecer a todos os prazeres cobiçados. Os povos fortes subjugavam os povos fracos, e os cidadãos escravizavam os estrangeiros e mesmo seus irmãos, para obter produtores de riquezas e instrumentos de prazer.

O cristianismo chegou e fez o homem compreender que devia procurar numa outra direção a felicidade cuja necessidade não cessa de atormentá-lo. Ele destruiu a noção que o pagão criara da vida presente. O divino Salvador ensinou-nos por Sua palavra, persuadiu-nos por Sua morte e ressurreição, que se a vida presente é *uma vida*, ela não é A VIDA que Seu Pai nos destinou.

A vida presente não é senão a preparação para a vida eterna. Aquela é o caminho que conduz a esta. Nós estamos *in via*, diziam os escolásticos, caminhando *ad terminum*, na estrada para o céu. Os sábios de hoje exprimiriam a mesma idéia, dizendo que a terra é o laboratório no qual se formam as almas, no qual se recebem e se desenvolvem as faculdades sobrenaturais que o cristão, após a morte, gozará na morada celeste. Como a vida embrionária no seio materno. É também uma vida, mas uma vida em formação, na qual se elaboram os sentidos que deverão funcionar na estada terrestre: os olhos que contemplarão a natureza, o ouvido que recolherá suas harmonias, a voz que a isso misturará seus cantos etc.

No céu nós veremos a Deus face a face,[1] é a grande promessa que nos foi feita. Toda a religião está baseada nela. E no entanto nenhuma natureza criada é capaz dessa visão.

Todos os seres vivos têm sua maneira de conhecer, limitada por sua própria natureza. A planta tem um certo conhecimento das substâncias que devem servir à sua manutenção, posto que suas raízes se estendem em direção a elas, procurando-as para ingeri-las. Esse conhecimento não é uma visão. O animal vê, mas ele não tem a inteligência das coisas que seus olhos abarcam. O homem compreende essas coisas, sua razão as penetra, abstrai as idéias que elas contêm e através delas se eleva à ciência. Mas as substâncias das coisas permanecem escondidas, porque o homem é apenas um animal racional e não uma pura inteligência. Os anjos,

---

[1] *Vidimus nunc per speculum in aenigmate: tunc autem facie ad faciem. Nunc cognosco ex parte: tunc autem cognoscam sicut cognitus sum.* (I Cor., XIII, 12). Agora vemos num espelho e em enigma: mas então veremos face a face. Agora conheço imperfeitamente: mas então conhecerei como sou conhecido (por intuição). (Conf. Mat. XVIII, 10; I Jo, III, 2).

O Concílio de Florença definiu: *Animae sanctorum... intuentur clare impsum Deum trinum et unum sicut est:* As almas dos santos vêem claramente o próprio Deus, tal qual Ele é na trindade das pessoas e na unidade de Sua natureza.

inteligências puras, vêem a si mesmos na sua substância, podem contemplar diretamente as substâncias da mesma natureza da deles, e com mais razão as substâncias inferiores. Mas eles não podem ver a Deus. Deus é uma substância à parte, de uma ordem infinitamente superior. O maior esforço do espírito humano conseguiu qualificá-Lo de "ato puro", e a Revelação nos diz que Ele é uma trindade de pessoas na unidade da substância, a segunda engendrada pela primeira, a terceira que procede das outras duas, e isso numa vida de inteligência e de amor que não tem começo nem fim. Ver a Deus como Ele é, amá-Lo como Ele Se ama — e nisto consiste a beatitude prometida — está acima das forças de toda natureza criada e mesmo possível. Para compreendê-Lo, essa natureza não deveria ser nada menos que igual a Deus.

Mas aquilo que não tem cabimento pela natureza pode sobrevir pelo dom gratuito de Deus. E isto é: nós o sabemos porque Deus no-lo disse ter feito. Isto serve para os anjos e isto serve para nós. Os anjos bons vêem a Deus face a face, e nós somos chamados a gozar da mesma felicidade.

Nós não podemos chegar a isso senão por alguma coisa de sobre-acrescentado, que nos eleva acima de nossa natureza, que nos torna capazes daquilo de que somos radicalmente impotentes por nós mesmos, como seria o dom da razão para um animal ou o dom da visão para uma planta. Essa alguma coisa é chamada aqui em baixo de graça santificante. É, diz o apóstolo São Pedro, uma participação na natureza divina. E é preciso que seja assim; pois, como acabamos de ver, em nenhum ser a operação ultrapassa, pode ultrapassar a natureza desse ser. Se um dia somos capazes de ver a Deus, é porque alguma coisa de divino terá sido depositada em nós, ter-se-á tornado uma parte do nosso ser, e o terá elevado até torná-lo semelhante a Deus. "Bem-amados, diz o apóstolo São João, agora somos filhos de Deus, e aquilo que um dia seremos ainda não se manifestou: seremos semelhantes a Ele, porque nós O veremos tal como Ele é" (I Jo., III, 2).

Essa alguma coisa nós a recebemos desde este mundo, no santo Batismo. O apóstolo São João a chama um germe (I Jo., III, 9), isto é, o início de uma vida. Era o que Nosso Senhor nos assinalava quando falava a Nicodemos sobre a necessidade de um novo nascimento, de uma geração para a nova vida: a vida que o Pai tem nEle mesmo, que Ele dá ao Filho, e que o Filho nos traz ao nos enxertar nEle pelo Santo Batismo. Essa palavra **enxerto**, que dá uma imagem tão viva de todo o mistério, São Paulo a tomara de Nosso Senhor, que disse a Seus apóstolos: "Eu sou a videira, vós sois os ramos. Assim como o ramo não pode dar fruto por si só, sem permanecer na videira, assim também vós, se não permanecerdes em Mim".

Essas idéias elevadas eram familiares aos primeiros cristãos. O que o demonstra é que os apóstolos, quando levados a falar delas nas Epístolas, fazem-no como de uma coisa já conhecida. E de fato, foi assim que os ritos do batismo lhes foram apresentados em longas catequeses. Depois, as vestes brancas dos neófitos lhes dizia que eles começavam uma vida nova, que relativamente a essa vida eles estavam nos dias da infância: Filhos espirituais, era-lhes dito, como crianças recém-nascidas, desejai ardentemente o leite que deve alimentar vossa vida sobrenatural: o leite da fé sem alteração, *sine dolo lac concupiscite*, e o leite da caridade divina. Quando o desenvolvimento do germe que recebestes tiver chegado a seu fim, essa fé tornar-se-á clara visão, essa caridade tornar-se-á amor divino.

Toda a vida presente deve tender a esse desabrochar, à transformação do velho homem, do homem da pura natureza e mesmo da natureza decaída, em homem deificado. Eis o que acontece aqui em baixo ao cristão fiel. As virtudes sobrenaturais, infundidas em nossa alma no batismo, desenvolvem-se a cada dia pelo exercício que nós lhes damos com os socorros da graça, e tornam assim a graça capaz das atividades sobrenaturais que deverá desdobrar no céu. A entrada no céu será o nascimento, assim como o batismo foi a concepção.

Assim são as coisas. Eis o que Jesus fez e a respeito do que Ele veio informar o gênero humano. Desde então a concepção da vida presente foi radicalmente mudada. O homem não estava mais sobre a terra para *gozar* e morrer, mas para se preparar para a vida do alto e *merecê-la*.

GOZAR, MERECER, são as duas palavras que caracterizam, que separam, que opõem as duas civilizações.

Isto não quer dizer que desde o momento em que o cristianismo foi pregado os homens não pensaram em mais nenhuma outra coisa que não fosse a sua santificação. Eles continuaram a perseguir as finalidades secundárias da vida presente, e a cumprir, na família e na sociedade, as funções que elas requerem e os deveres que elas impõem. Ademais, a santificação não se opera unicamente pelos exercícios espirituais, mas pelo cumprimento de todo dever de estado, por todo ato feito com pureza de intenção. "Tudo quanto fizerdes, diz o apóstolo São Paulo, por palavras ou por obras, fazei-o em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo... Trabalhai para agradar a Deus em todas as coisas, e dareis frutos em toda boa obra" (Col., I, 10 e III, 17).

Além disso, permaneceram na sociedade, e nela permanecerão até o fim dos tempos, as duas categorias de homens que a Santa Escritura tão bem denomina: os bons e os maus. Todavia é de se reparar que o número dos maus diminui e o número dos bons aumenta à medida que a fé adquire mais influência na sociedade. Estes, porque têm a fé na vida eterna, amam a Deus, fazem o bem, observam a justiça, são os benfeitores de seus irmãos, e por tudo isso fazem reinar na sociedade a segurança e a paz. Aqueles, porque não têm fé, porque seus olhares ficaram fixados nesta terra, são egoístas, sem amor, sem piedade por seus semelhantes: inimigos de todo o bem, eles são na sociedade uma causa de discórdia e de impedimento para a civilização.

Misturados uns aos outros, os bons e os maus, os crentes e os incrédulos, formam as duas cidades descritas por Santo Agostinho: "O amor a si, que pode ir até ao desprezo de Deus, constitui a sociedade comumente chamada "o mundo"; o amor a Deus, levado até ao desprezo de si mesmo, produz a santidade e povoa "a vida celeste".

À medida que a nova concepção da vida trazida por Nosso Senhor Jesus Cristo à terra entrou nas inteligências e penetrou nos corações, a sociedade se modificou: o novo ponto de vista mudou os costumes, e, sob a pressão das idéias e dos costumes, as instituições se transformaram. A escravidão desapareceu, e ao invés de se ver os poderosos subjugarem seus irmãos, viu-se-os se dedicarem até ao heroísmo para obter-lhes o pão da vida presente, e também, e sobretudo, para obter-lhes o pão da vida espiritual, para elevar as almas e santificá-las. A guerra não mais foi feita para se apoderar dos territórios de outrem, e conduzir homens e mulheres à escravidão, mas para quebrar os obstáculos que se opunham à expansão do reino de Cristo e obter para os escravos do demônio a liberdade dos filhos de Deus.

Facilitar, favorecer a liberdade dos homens e dos povos nos seus passos em direção ao bem, tornou-se a finalidade para a qual as instituições sociais se encaminharam, senão sua finalidade expressamente determinada. E as almas aspiraram ao céu e trabalharam para merecê-lo. A busca dos bens temporais pelo gozo que deles se pode tirar não foi mais o único nem mesmo o principal objeto da atividade dos cristãos, pelo menos dos que estavam verdadeiramente imbuídos do espírito do cristianismo, mas a busca dos bens espirituais, a santificação da alma, o crescimento das virtudes, que são o ornamento e as verdadeiras delícias da vida daqui de baixo, e ao mesmo tempo garantia da bem-aventurança eterna.

As virtudes adquiridas pelos esforços pessoais se transmitiam pela educação de uma geração a outra; e assim se formou pouco a pouco a nova hierarquia social, fundada não mais sobre a força e seus abusos, mas sobre o mérito: em baixo, famílias que se detiveram na virtude do trabalho; no meio, aquelas que, sabendo juntar ao trabalho a moderação no uso dos bens que ele lhes propicia, fundaram a

propriedade através da poupança; no alto, aquelas que, desembaraçando-se do egoísmo, se elevaram às sublimes virtudes da dedicação a outrem: povo, burguesia, aristocracia. A sociedade foi baseada e as famílias escalonadas sobre o mérito ascendente das virtudes, transmitidas de geração em geração.

Tal foi a obra da Idade Média. Durante seu curso, a Igreja realizou uma tripla tarefa. Ela lutou contra o mal que provinha das diversas seitas do paganismo e o destruiu; ela transformou os bons elementos que se encontravam entre os antigos romanos e as diversas espécies de bárbaros; enfim, Ela fez triunfar a idéia que Nosso Senhor Jesus Cristo dera da verdadeira civilização. Para aí chegar, Ela tinha-Se empregado primeiramente em reformar o coração do homem; daí viera a reforma da família, a família reformara o Estado e a sociedade: via inversa daquela que se quer seguir hoje.

Sem dúvida, crer que, na ordem que acabamos de explanar, não tenha havido desordem, seria se enganar. O antigo espírito, o espírito do mundo, que Nosso Senhor havia anatematizado, jamais foi, jamais será completamente vencido e aniquilado. Sempre, mesmo nas melhores épocas, ainda quando a Igreja obteve na sociedade a maior ascendência, houve homens bons e homens maus; mas viam-se as famílias subir em razão de suas virtudes ou declinar em razão de seus vícios; viam-se os povos distinguir-se entre si por suas civilizações, e o grau de civilização prender-se às aspirações dominantes em cada nação: elas se elevavam quando essas aspirações depuravam e subiam; elas regrediam quando suas aspirações levavam-nas em direção ao gozo e ao egoísmo. Entretanto, ainda que acontecesse que nações, famílias, indivíduos se abandonassem aos instintos da natureza ou a eles resistissem, o ideal cristão permanecia sempre inflexivelmente mantido sob os olhos de todos pela Santa Igreja.

O impulso imprimido à sociedade pelo cristianismo começou a diminuir, dissemos, no século XIII; a liturgia o percebe e os fatos o demonstram. Inicialmente houve a paralisação, depois o recuo. Esse recuo, ou melhor, essa nova orientação, foi logo tão manifesta que recebeu um nome, a RENASCENÇA, renascença do ponto de vista pagão na idéia da civilização. E com o recuo veio a decadência. "Tendo-se em conta todas as crises atravessadas, todos os abusos, todas as sombras no quadro, é impossível contestar que a história da França — a mesma observação vale para toda a república cristã — é uma *ascensão,* como história de uma nação, enquanto a influência moral da Igreja domina, e que ela se torna uma queda, apesar de tudo o que essa queda às vezes tem de brilhante e de épico, desde que os escritores, os sábios, os artistas e os filósofos substituíram a Igreja e A despojaram de seu domínio".[2]

———— ♦ ————

[2] Maurice Talmeyr.

CAPÍTULO III

A RENASCENÇA, PONTO DE PARTIDA DA CIVILIZAÇÃO MODERNA

Na sua admirável introdução à *Vida de Santa Elisabete*, Montalembert diz que o século XIII foi — pelo menos no que concerne ao passado — o apogeu da civilização cristã: "Talvez jamais a Esposa de Cristo tenha reinado com um império tão absoluto sobre o pensamento e sobre o coração dos povos... Então, mais do que em nenhum outro momento desse rude combate, o amor de seus filhos, sua dedicação sem limites, sua quantidade e sua coragem a cada dia crescentes, os santos que Ela via eclodir diariamente entre eles, ofereciam a essa Mãe imortal forças e consolações das quais Ela não foi cruelmente privada senão depois de muito tempo. Graças a Inocêncio III, que continua a obra de Gregório VII, a cristandade é uma vasta unidade política, um reino sem fronteira, habitado por múltiplas raças. Os senhores e os reis tinham aceitado a supremacia pontifícia. Foi preciso que viesse o protestantismo para destruir essa obra".

Antes mesmo do protestantismo, um primeiro e rudíssimo golpe foi dado na sociedade cristã, a partir de 1308. O que constituía a força dessa sociedade era, como diz Montalembert, a reconhecida e respeitada autoridade do Soberano Pontífice, o chefe da cristandade, o regularizador da civilização cristã. Essa autoridade foi contraditada, insultada e quebrada pela violência e pela astúcia do rei Filipe IV, na perseguição a que ele submeteu o Papa Bonifácio VIII; ela também foi diminuída pela complacência de Clemente V relativamente a esse mesmo rei, que chegou até a mudar a sede do Papado para Avignon em 1305. Urbano VI não deveria voltar a Roma senão em 1378. Durante esse longo exílio, os Papas perderam uma boa parte de sua independência e seu prestígio encontrou-se singularmente enfraquecido. Quando retornaram a Roma, após setenta anos de ausência, tudo estava pronto para o grande cisma do Ocidente, que iria durar até 1416, e que por um momento decapitou o mundo cristão.

Desde então, a força começou a avantajar-se sobre o direito, como antes de Jesus Cristo. Viram-se as guerras retomar o caráter pagão de conquista e perder o caráter de libertação. A "filha primogênita", que tinha esbofeteado sua Mãe em Anagni, foi a primeira a sofrer as conseqüências de sua prevaricação: guerra dos Cem Anos, Crécy, Poitiers, Azincourt. Em nossos dias, para não falar do que precedeu, a ocupação de Roma, a ampliação da Prússia às custas de seus vizinhos, a impassibilidade da Europa diante do massacre dos cristãos pelos turcos, e a imolação de um povo à cobiça do império britânico, tudo isso é muito pagão.

Pastor inicia com estas palavras sua *História dos Papas na Idade Média*:

"Deixada de lado a época em que se operou a transformação da antiguidade pagã no cristianismo, não há talvez época mais memorável que o período de transição que liga a Idade Média aos tempos modernos. Esse período foi chamado de Renascença.

"Ela se produziu numa época de moleza, de decadência quase geral da vida religiosa, período lamentável cujas características são, a partir do século XIV, o enfraquecimento da autoridade dos Papas, a invasão do espírito mundano no clero, a decadência da filosofia e da teologia escolástica, uma espantosa desordem na vida política e civil. Nessas circunstâncias se colocavam sob os olhos de uma geração intelectual e fisicamente sobreexcitada, doentia sob todos os aspectos, as deploráveis lições contidas na literatura antiga.

"Sob a influência de uma admiração excessiva, poderíamos dizer doentia, pelos encantos dos escritores clássicos, arvorava-se francamente o estandarte do

paganismo; os seguidores dessa reforma pretendiam modelar tudo exatamente como na antiguidade, os costumes e as idéias, restabelecer a preponderância do espírito pagão e destruir radicalmente o estado de coisas existente, considerado por eles como uma degenerescência.

"A influência desastrosa exercida na moral pelo humanismo, fez-se igualmente sentir cedo e de maneira assustadora no domínio da religião. Os seguidores da Renascença pagã consideravam sua filosofia antiga e a fé da Igreja como dois mundos inteiramente distintos e sem nenhum ponto de contacto".

Eles queriam que o homem tivesse a felicidade na terra, que todas as suas forças, toda a sua atividade fossem empregadas para buscar a felicidade temporal; diziam que o dever da sociedade era de se organizar de tal maneira que ela conseguisse chegar a oferecer a cada um o que pudesse satisfazer-lhe todos os desejos e em todos os sentidos.

Nada de mais oposto à doutrina e à moral cristãs.

"Os antigos humanistas, diz com muita razão Jean Jansen,[1] não tinham menos entusiasmo pela herança grandiosa legada pelos povos da antiguidade do que tiveram mais tarde seus sucessores. Antes destes, eles tinham visto no estudo da antiguidade um dos mais poderosos meios de educar com sucesso a inteligência humana. Mas no seu pensamento os clássicos gregos e latinos não deviam ser estudados com o objetivo de alcançar com eles e por eles o fim de toda educação. Eles entendiam dever colocá-los a serviço dos interesses cristãos; desejavam antes de mais nada chegar, graças a eles, a uma compreensão mais profunda do cristianismo e à melhoria da vida moral. Mas pelos mesmos motivos os Padres da Igreja tinham recomendado e encorajado o estudo das línguas antigas. A luta não começou e não se tornou necessária senão quando os jovens humanistas rejeitaram toda a antiga ciência teológica e filosófica por serem bárbaras, pretenderam que toda noção científica se encontra contida unicamente nas obras dos antigos, entraram em luta aberta com a Igreja e o cristianismo, e muito freqüentemente lançaram um desafio à moral".

A mesma observação vale para os artistas. "A Igreja, diz o mesmo historiador,[2] colocara a arte a serviço de Deus, chamando os artistas para cooperarem na propagação do reino de Deus sobre a terra e convidando-os "a anunciar o Evangelho aos pobres". Os artistas, respondendo fielmente a esse apelo, não erguiam o belo sobre um altar para dele fazer um ídolo, adorado por si mesmo; eles trabalhavam "para a glória de Deus". Através de suas obras de arte eles desejavam despertar e aumentar nas almas o desejo e o amor dos bens celestes. Enquanto a arte conservou os princípios religiosos que a trouxeram à luz, manteve-se em constante progresso. Mas na medida em que se evanesceram a fidelidade e a solidez dos sentimentos religiosos, ela viu escapar-lhe a inspiração. Mais ela olhou para as divindades estrangeiras, mais ela quis ressuscitar e dar uma vida artificial ao paganismo, e mais também viu desaparecer sua força criadora, sua originalidade; ela caiu enfim numa secura e numa aridez completas".[3]

---

[1] *L'Allemagne à la fin du moyen âge*, p. 50.

[2] *Ibid.*, p. 130.

[3] Emile Mâle, que publicou estudos tão sábios e tão interessantes sobre a ARTE RELIGIOSA NO SÉCULO XIII e sobre a ARTE RELIGIOSA NO FIM DA IDADE MÉDIA, termina a segunda dessas obras com estas palavras: "É preciso reconhecer que o princípio da arte na Idade Média estava em completa oposição com o princípio da arte da Renascença. A Idade Média que terminava deixara impressos todos os aspectos humildes da alma: sofrimento, tristeza, resignação, aceitação da vontade divina. Os santos, a Virgem, o próprio Cristo, freqüentemente medíocres, assemelhados ao povinho do século XV, não possuem outro brilho que não aquele que vem da alma. Essa arte é de uma humildade profunda: o verdadeiro espírito do cristianismo está nela.

Bem diferente é a arte da Renascença: seu princípio oculto é o orgulho. Doravante o homem basta a si mesmo e aspira a ser um Deus. A mais alta expressão da arte é o corpo humano sem véu: a idéia de uma queda, de uma decadência do ser humano, que cativou durante tanto tempo os artistas do nu, nem mesmo

Sob a influência desses intelectuais, a vida moderna tomou uma direção inteiramente nova, que foi o oposto da verdadeira civilização. Porque, como disse muito bem Lamartine:

"Toda civilização que não vem da idéia de Deus é falsa.

"Toda civilização que não tende à idéia de Deus é curta.

"Toda civilização que não é penetrada da idéia de Deus é fria e vazia.

"A última expressão de uma civilização perfeita é Deus melhor visto, melhor adorado, melhor servido pelos homens".[4]

A mudança se operou primeiro nas almas. Muitos perderam a concepção segundo a qual todo o fim está em Deus, para adotar aquela que quer que tudo esteja no homem. "Ao homem decaído e resgatado, disse com muita propriedade Bériot, a Renascença opôs o homem nem decaído, nem resgatado, que se eleva à uma admirável altura pelas simples forças de sua razão e de seu livre arbítrio". O coração não mais serviu para amar a Deus, o espírito para conhecê-Lo, o corpo para servi-Lo, e mediante isso merecer a vida eterna. A noção superior que a Igreja tivera tanto cuidado em estabelecer, e que Lhe custara tanto tempo, se obliterou neste, naquele, nas multidões; como no tempo do paganismo, elas fizeram do prazer, do gozo, a finalidade da vida; elas procuraram os meios para obtê-los na riqueza, e para adquirir esta não se tiveram mais tanto em conta os direitos de outrem. Para os Estados, a civilização não foi mais a santidade de numerosos, e as instituições sociais meios ordenados para preparar as almas para o céu. Novamente eles encerraram a função da sociedade no tempo, sem atenção para as almas feitas para a eternidade. Naquela época, como hoje, deram a isso o nome de progresso! "Tudo nos anuncia, exclamava com entusiasmo Campanello, a renovação do mundo. Nada impede a liberdade do homem. Como se impediria a marcha e o progresso do gênero humano?" As novas invenções, a imprensa, a pólvora, o telescópio, a descoberta do Novo Mundo etc., vindo juntar-se ao estudo das obras da antiguidade, provocaram uma embriaguez de orgulho, que disse: a razão humana basta a si mesma para governar seus negócios na vida social e política. Não temos necessidade de uma autoridade que sustente ou corrija a razão.

Assim foi derrubada a noção sobre a qual a sociedade tinha vivido e em razão da qual ela havia prosperado a partir de Nosso Senhor Jesus Cristo.

A civilização renovada do paganismo agiu inicialmente sobre as almas isoladas, depois sobre a opinião pública, depois sobre os costumes e as instituições. Seus estragos manifestaram-se em primeiro lugar na ordem estética e intelectual: a arte, a literatura e a ciência retiraram-se pouco a pouco do serviço da alma para se empenharem na animalidade: fato que conduziu para dentro da ordem moral e da ordem religiosa essa revolução que foi a Reforma. Da ordem religiosa o espírito da Renascença ganhou a ordem política e social com a Revolução. E ei-los que atacam a ordem econômica com o socialismo. É aí que a civilização pagã devia chegar, é aí que ela encontrará seu fim, ou nós o nosso; seu fim, se o cristianismo retomar o domínio sobre os povos apavorados ou, melhor dizendo, acabrunhados pelos males que o socialismo fará pesar sobre eles; o nosso, se o socialismo puder levar até o fim a experiência do dogma do livre gozo nesta terra e nos fizer sofrer todas as conseqüências.

No entanto, isto não se fez e não continua sem resistência. Uma multidão de almas permaneceu e permanece hoje ligada ao ideal cristão, e a Igreja está sempre

---

se pôs em seus espíritos. Fazer do homem um herói resplendente de força e beleza, que escapa às fatalidades da raça para se elevar até ao arquétipo, ignorando a dor, a compaixão, a resignação, eis aí exatamente (com todas as espécies de nuanças), o ideal da Itália do século XVI.

[4] Citado por Monsenhor Perraud, bispo de Autun, por ocasião das festas do centenário do poeta.

presente para mantê-lo e trabalhar pelo seu triunfo. Daí o conflito que, no seio da sociedade, dura mais de cinco séculos, e que hoje chegou ao estado agudo.

A Renascença é, pois, o ponto de partida do estado atual da sociedade. Tudo quanto sofremos vem daí. Se queremos conhecer nosso mal e tirar desse conhecimento o remédio radical para a situação presente, é preciso remontar à Renascença.[5]

E não obstante, os Papas a favoreceram, ela que foi o ponto de partida da civilização dita moderna! Impõe-se uma palavra de explicação.

Os Padres da Igreja, dissemos, haviam recomendado o estudo das literaturas antigas, e isto por duas razões: eles encontravam nelas um excelente instrumento de cultura intelectual, e delas faziam um pedestal para a Revelação; assim, a razão é o suporte da fé.

Fiéis a essa orientação, a Igreja, e em particular os monges, colocaram todos os seus cuidados em salvar do naufrágio da barbárie os autores antigos, em copiá-los, em estudá-los, e em fazê-los servir à demonstração da fé.

Era, pois, inteiramente natural que, quando começou na Itália a renovação literária e artística, os Papas a ela se mostrassem favoráveis.

Às vantagens acima assinaladas, eles viram acrescentarem-se outras, de um caráter mais imediatamente útil àquela época. Desde a metade do século XIII consecutivas tratativas tinham sido mantidas entre o Papado e o mundo grego para obter o retorno das Igrejas do Oriente à Igreja romana. De um lado e de outro enviavam-se embaixadas. O conhecimento do grego era necessário para argumentar contra os cismáticos e oferecer-lhes a luta no seu próprio terreno.

A queda do império bizantino ensejou oportunidade para um novo e decisivo impulso desse gênero de estudos. Os sábios gregos, trazendo para o Ocidente os tesouros literários da antiguidade, excitaram um verdadeiro entusiasmo pelas letras pagãs, e esse entusiasmo não se manifestou em nenhum outro lugar tanto como entre as pessoas da Igreja. A imprensa veio a propósito para multiplicá-los e para tornar a aquisição infinitamente menos onerosa.

Enfim, a invenção do telescópio e a descoberta do Novo Mundo abriam aos pensamentos os mais largos horizontes. Ainda aqui vemos os Papas, e primeiramente os de Avignon, com seu zelo em enviar missionários aos países longínquos, oferecerem um novo estímulo à fermentação dos espíritos, boa no seu princípio, mas da qual abusou o orgulho humano, como em nossos dias vemo-lo abusar dos progressos das ciências naturais.

Os Papas, pois, foram levados, por toda sorte de circunstâncias providenciais, a chamar e a fixar perto deles os representantes renomados do movimento literário e artístico de que eram testemunhas. Disso fizeram um dever e uma honra. Prodigalizaram as encomendas, as pensões, as dignidades àqueles cujos talentos os elevavam acima dos outros. Infelizmente, com o olhar posto no objetivo que queriam alcançar, não tomaram suficiente cuidado com a qualidade das pessoas que assim encorajavam.

Petrarca, que concordamos em chamar "o primeiro dos humanistas", encontrou na corte de Avignon a mais alta proteção, e ali recebeu o cargo de secretário apostólico. Desde então se estabeleceu na corte pontifícia a tradição de reservar as altas funções de secretário apostólico aos escritores mais renomados, de maneira que esse colégio logo se tornou um dos focos mais ativos da Renascença. Ali foram vistos santos religiosos, tais como o camaldulense Ambroise Traversari, mas infelizmente

---

[5] Jean Guiraud, professor da Faculdade de Letras de Besançon, que acaba de publicar um excelente livro sob o título *L'Eglise et les Origines de la Renaissance*, servir-nos-á de guia para relembrar sumariamente o que aconteceu naquela época. Esse volume faz parte da "Biblioteca de Ensino da História Eclesiástica", publicada por Lecoffre.

também grosseiros epicúrios como Pogge, Filelfe, o Arentino e muitos outros. Apesar da piedade, apesar mesmo da austeridade pessoal com que os Papas dessa época edificaram a Igreja,[6] eles não souberam, em razão da atmosfera que os envolvia, defender-se de uma condescendência demasiadamente grande para com escritores que, apesar de estarem a serviço deles, logo se tornaram, por causa do declive ao qual se abandonaram, os inimigos da moral e da Igreja. Essa condescendência estendeu-se às próprias obras, se bem que, tudo somado, elas fossem a negação do cristianismo.

Todos os erros que depois perverteram o mundo cristão, todos os atentados perpetrados contra as suas instituições, tiveram aí sua fonte; podemos dizer que tudo isto a que assistimos foi preparado pelos humanistas. Eles são os iniciadores da civilização moderna. Já Petrarca havia haurido no comércio da antiguidade sentimentos e idéias que teriam afligido a corte pontifícia, se esta tivesse medido as conseqüências. Ele, é verdade, sempre se inclinou diante da Igreja, de Sua hierarquia, de Seus dogmas, de Sua moral; mas não foi assim com os que o sucederam, e pode-se dizer que foi ele quem os colocou na via ruim na qual se embrenharam. Suas críticas contra o governo pontifício autorizaram Valla a minar o poder temporal dos Papas, a denunciá-los como inimigos de Roma e da Itália, a apresentá-los como os inimigos dos povos. Ele foi mesmo até à negação da autoridade espiritual dos Soberanos Pontífices na Igreja, recusando aos Papas o direito de se chamarem "vigários de Pedro". Outros apelaram ao povo ou ao imperador para restabelecerem seja a república romana, seja a unidade italiana, seja um império universal: coisas essas que, todas, vemos nos dias atuais, tentadas (1848), realizadas (1870) ou apresentadas como o objetivo das aspirações da franco-maçomaria.

Alberti preparou uma outra espécie de atentado, o mais característico da civilização contemporânea. Jurista e literato, compôs um tratado do Direito. Aí proclamava "que a Deus deve ser deixado o cuidado das coisas divinas, e que as coisas humanas são da competência do juiz". Era, como observa Guiraud, proclamar o divórcio da sociedade civil e da sociedade religiosa; era abrir os caminhos àqueles que querem que os governos não persigam senão os fins temporais e permaneçam indiferentes aos espirituais, defendam os interesses materiais e deixem de lado as leis sobrenaturais da moral e da religião; era afirmar que os poderes terrestres são incompetentes ou devem ser indiferentes em matéria religiosa, que eles não têm que conhecer a Deus, que eles não têm que fazer observar Suas leis. Era, numa palavra, formular a grande heresia do tempo presente, e arruinar pela base a civilização dos séculos cristãos. O princípio proclamado por esse secretário apostólico encerrava o germe de todas as teorias que nossos modernos "defensores da sociedade laica" atribuem a si. Bastava deixar esse princípio se desenvolver para chegar a tudo que hoje testemunhamos com tristeza.

Atacando assim a base da sociedade cristã, os humanistas derrubavam ao mesmo tempo no coração do homem a noção cristã do seu destino. "O céu, escrevia

---

[6] Martinho V teve um gosto constante pela justiça e pela caridade. Sua devoção era grande; dela deu provas incontestáveis por diversas vezes, sobretudo quando trouxe de Óstia as relíquias de Santa Mônica. Ele suportou com uma resignação profundamente cristã, uma após a outra, as mortes entre as suas mais caras afeições, que vieram afligi-lo. Desde sua juventude distribuíra a maior parte de seus bens aos pobres.

Eugênio IV conservou no trono pontifício seus hábitos austeros de religioso. Sua simplicidade e sua frugalidade fizeram-no merecer de sua equipe o apelido de *Abstenius*. É com razão que Vespasiano celebra a santidade de sua vida e de seus costumes.

Nicolau V quis ter na sua intimidade o espetáculo contínuo das virtudes monásticas. Para isso, chamou para perto de si Nicolas de Cortone e Laurent de Mantoue, dois cartuxos, com os quais gostava de se entreter a respeito das coisas do céu em meio às torturas de sua última doença.

Collacio Salutati, nos seus *Travaux d'Hercule*, pertence de direito aos homens enérgicos que sustentaram grandes lutas ou realizaram grandes trabalhos sobre a terra". Extraíram-se desse princípio as decorrentes conseqüências. O ideal antigo e naturalista, o ideal de Zenon, de Plutarco e de Epicuro, consistia em multiplicar ao infinito as energias de seu ser, desenvolvendo harmoniosamente as forças do espírito e as do corpo. Este tornou-se o ideal que os fiéis da Renascença adotaram, na sua conduta, assim como nos seus escritos, em substituição às aspirações sobrenaturais do cristianismo. Este foi, nos dias de hoje, o ideal que Friedrich Nietzsche levou ao extremo, gabando a força, a energia, o livre desenvolvimento de todas as paixões, que devem fazer o homem chegar a um estado superior àquele em que ele se encontra, que devem produzir o *super-homem*.[7]

Para esses intelectuais, e para aqueles que os escutaram, e para aqueles que até nossos dias fizeram-se seus discípulos, a ordem sobrenatural foi, mais ou menos completamente, posta de lado; a moral tornou-se a satisfação dada a todos os instintos; o gozo sob todas as formas foi o objeto de suas pretensões. A glorificação do prazer era o tema preferido das dissertações dos humanistas. Laurent Valla afirmava no seu tratado *De Voluptate* que "o prazer é o verdadeiro bem, e que não há outros bens fora do prazer". Essa convicção levou-o, a ele e a muitos outros, a escrever em poesia as piores licenciosidades. Assim eram prostituídos os talentos que deveriam ter sido empregados em vivificar a literatura e a arte cristãs.

Sob todos os aspectos ocorria o divórcio entre as tendências da Renascença e as tradições do cristianismo. Enquanto a Igreja continuava a pregar a decadência do homem, a afirmar sua fraqueza e a necessidade de um socorro divino para o cumprimento do dever, o humanismo tomava a dianteira relativamente a Jean-Jacques Rousseau para proclamar a bondade da natureza: ele deificava o homem. Enquanto a Igreja assinalava uma razão e um fim sobrenaturais para a vida humana, colocando em Deus o termo do nosso destino, o humanismo, repaganizado, limitava a este mundo e ao próprio homem o ideal da vida.

Da Itália, o movimento ganhou as outras partes da Europa.

Na Alemanha, o nome de Reuchlin foi, sem que esse sábio o soubesse, o grito de guerra de todos os que trabalharam para destruir as ordens religiosas, a escolástica e, no final das contas, a própria Igreja. Sem o escândalo que se fez ao seu redor, Lutero e seus discípulos jamais teriam ousado sonhar o que fizeram.

Nos Países Baixos, Erasmo preparou, ele também, os caminhos da Reforma com seu *Elogio da Loucura*. Lutero nada fez além de proclamar bem alto e descaradamente executar o que Erasmo não cessara de insinuar.

A França tinha igualmente se apressado em acolher em seu território as letras humanistas; elas não produziram aí, pelo menos na ordem das idéias, efeitos tão ruins. Não se passou da mesma forma com os costumes. "Desde que os costumes dos estrangeiros começaram a nos agradar — diz o grande chanceler de Vair, que presenciou aquilo sobre o que ele fala — os nossos se perverteram e se corromperam de tal maneira que podemos dizer: Há muito tempo não somos mais franceses".

Em nenhuma parte os chefes da sociedade tiveram suficiente clarividência para realizar a separação do que havia de são e do que havia de infinitamente perigoso no movimento de idéias, de sentimentos, de aspirações, que recebeu o nome de Renascença. De maneira que por toda a parte a admiração pela antiguidade pagã passou da forma ao fundo, das letras e das artes à civilização. E a civilização

---

[7] A glorificação daquilo que os americanos chamam "virtudes ativas" parece também provir daí, por intermédio do protestantismo.

começou a se transformar para tornar-se o que ela é hoje, esperando ser como se apresentará amanhã.

Deus, no entanto, não deixou Sua Igreja sem socorro nesta, como em nenhuma outra provação. Santos, entre outros São Bernardino de Siena, não cessaram de advertir e de mostrar o perigo. Eles não foram ouvidos. E foi por isso que a Renascença engendrou a Reforma e a Reforma a Revolução, cujo objetivo é aniquilar a civilização cristã para substituí-la em todo o universo pela civilização dita moderna.

——— ♦ ———

CAPÍTULO IV

A REFORMA, FILHA DA RENASCENÇA

No seu livro *La Réforme en Allemagne et en France*, um antigo magistrado, o conde J. Boselli, conta que Paulin Paris, um dos sábios mais eruditos sobre a Idade Média e um dos que melhor a conheceram, disse um dia em sua presença a um interlocutor que se espantava da grande diferença entre a França moderna e aquela de outrora, "obscurecida pelas trevas da Idade Média": "Desenganai-vos, a Idade Média não era tão diferente dos tempos modernos, como credes; *as leis eram diferentes, assim como os usos e os costumes*, mas as paixões humanas eram as mesmas. Se um de nós fosse transportado para a Idade Média veria ao seu redor trabalhadores, soldados, padres, economistas, desigualdades sociais, ambições, traições. O QUE MUDOU FOI O OBJETIVO DA ATIVIDADE HUMANA". Não se poderia dizer de melhor maneira. Os homens da Idade Média eram da mesma natureza que a nossa, natureza inferior à dos anjos e, ademais, decaída. Eles tinham nossas paixões, deixavam-se, como nós, arrastar por elas, freqüentemente a excessos mais violentos. Mas o objetivo era a vida eterna: os usos, as leis e os costumes inspiravam-se nela; as instituições religiosas e civis dirigiam os homens para seu fim último, e a atividade humana se dirigia, em primeiro lugar, à melhoria do homem interior.

Hoje — e aí está o fruto, o produto da Renascença, da Reforma e da Revolução —, o ponto de vista mudou, o fim não é mais o mesmo; o que é desejado, o que é procurado, não pelos indivíduos isoladamente, mas pelo impulso dado à toda a atividade social, é a melhoria das condições da vida presente para chegar a um maior e mais universal gozo. O que conta como "progresso" não é o que contribui para uma maior perfeição moral do homem, mas o que aumenta seu domínio sobre a matéria e a natureza, a fim de colocá-las mais completa e docilmente a serviço do bem-estar temporal.

Para alcançar esse bem-estar foram sucessivamente proclamadas a independência da razão relativamente à Revelação, a independência da sociedade civil relativamente à Igreja, a independência da moral relativamente à lei de Deus: três etapas na via do PROGRESSO perseguido pela Renascença, pela Reforma e pela Revolução.

Não se deve crer que os humanistas, literatos e artistas, cujas aberrações vimos do tríplice ponto de vista intelectual, moral e religioso, não formassem senão pequenos cenáculos fechados, sem eco, sem ação no exterior. Inicialmente, os artistas falavam à vista de todos; e quando, para ficar apenas neste exemplo, Filarète tomou emprestada à mitologia a decoração das portas de bronze da basílica de São Pedro, ele certamente não edificou o povo que por ali passava. Ademais, era na corte dos príncipes que os humanistas tinham suas academias; era ali que compunham seus livros; era ali que espalhavam suas idéias, que estabeleciam seus costumes; e é sempre do alto que desce todo mal e todo bem, toda perversão assim como toda edificação.

Não há, pois, motivo para espanto se a Reforma, que foi uma primeira tentativa de aplicação prática das novas idéias formuladas pelos humanistas, foi recebida e propagada com tanto ardor pelos príncipes na Alemanha e em outras partes e se ela encontrou no povo acolhimento tão fácil.

A resistência foi muito fraca na Alemanha; foi mais vigorosa na França. O cristianismo tinha penetrado mais profundamente nas almas de nossos pais do que em qualquer outro lugar; combatido na sua teoria pelos humanistas, ele sobreviveu mais tempo na maneira de viver, de pensar e de sentir. Daí, entre nós, uma luta mais encarniçada e mais prolongada. Ela começou pelas guerras de religião, continuou na Revolução, ela dura sempre, como muito bem assinalou Waldeck-Rousseau. Através de meios diversos dos do início, continua sempre o conflito entre o espírito pagão, que quer renascer, e o espírito cristão, que quer se manter. Hoje, como desde o primeiro dia, um e outro querem triunfar sobre o adversário: o primeiro, pela violência que fecha as escolas livres, despoja e exila os religiosos e ameaça as igrejas; o segundo, pelo recurso a Deus e pela continuidade do ensino cristão por todos os meios que permanecem à sua disposição.

As diversas peripécias desse longo drama mantêm em expectativa o céu, a terra e o inferno; porque se a França decidir-se por rejeitar o veneno revolucionário, ela restaurará no mundo inteiro a civilização que ela foi a primeira a compreender, a adotar e a propagar. Se ela sucumbir, o mundo terá tudo a temer.

O protestantismo veio-nos da Alemanha e sobretudo de Genebra. Ele foi bem denominado. Era impossível qualificar a Reforma de Lutero com uma palavra diferente de protesto, porque ela é protesto contra a civilização cristã, protesto contra a Igreja que fundara essa civilização, protesto contra Deus, do qual essa civilização emanava. O protestantismo de Lutero é o eco sobre a terra do *Non serviam* de Lúcifer. Ele proclama a liberdade, a dos rebeldes, a de Satã: o liberalismo. Ele diz aos reis e aos príncipes: “Empregai vosso poder para sustentar e para fazer triunfar minha revolta contra a Igreja e eu vos entrego toda a autoridade religiosa”.[1]

Tudo o que a Reforma tinha recebido da Renascença e que ela devia transmitir à Revolução está contido nesta palavra: Protestantismo.

Comunicado de indivíduo a indivíduo, o protestantismo logo ganhou província após província. O historiador alemão e protestante Ranke, diz qual foi seu grande meio de sedução: o desregramento moral, que a Renascença havia colocado em lugar de honra. “Muitas pessoas abraçaram a Reforma, diz ele, com a esperança de que ela lhes asseguraria uma maior liberdade na conduta privada”. Com efeito, existe entre o catolicismo e o protestantismo, tal como pregou Lutero, uma diferença radical sob esse aspecto. O catolicismo promete recompensas futuras para a virtude e ameaça o vício com castigos eternos; por aí, ele põe o mais poderoso freio às paixões humanas. A Reforma vinha prometer o paraíso a todo o homem, mesmo ao mais criminoso, com a única ressalva de um ato de fé interior para a justificação pessoal, por imputação dos méritos de Cristo. Se, pelo só efeito dessa persuasão, que é fácil de se conceder, os homens recebem a garantia de ir ao paraíso, mesmo continuando a se entregarem ao pecado, e mesmo ao crime, muito tolo seria aquele que renunciasse a obter aqui em baixo tudo o que encontra à sua disposição.

A presença, num país profundamente católico, de pessoas que têm esses princípios e se esforçam em propagá-los devia já causar algum transtorno ao Estado; esse transtorno se tornou profundo quando o protestantismo não mais se contentou em pregar aos indivíduos a fé sem as obras, mas se sentiu suficientemente forte para querer se apoderar do reino a fim de arrancá-lo de suas tradições e de moldá-lo a seu modo.

A partir de Clóvis, o catolicismo não tinha deixado um só dia de ser a religião do Estado. Das tradições carolíngeas e merovíngeas foi a única conservada completamente intacta até a Revolução. Durante meio século os protestantes tentaram separar de sua Mãe a filha primogênita da Igreja; usaram alternadamente a

---

[1] *Œuvres de Luther*, XII, 1522 e XI, 1867.

astúcia e a força para se apoderarem do governo, para colocar o povo francês tão católico sob o jugo dos reformadores, como acabavam de fazer na Alemanha, na Inglaterra, na Escandinávia. Estiveram prestes a conseguir.

Após a morte de Francisco de Guise, os huguenotes eram senhores de todo o Midi. Não hesitaram, pois, para se assenhorearem do restante, em apelar aos alemães e aos ingleses, seus correligionários. Aos ingleses eles entregaram o Havre; aos alemães prometeram a administração dos bispados de Metz, Toul e Verdun.[2] Enfim, com la Rochelle, eles mesmos tinham criado materialmente um Estado dentro do Estado. Sua intenção era substituir a monarquia cristã por um governo e um gênero de vida "modelados segundo os de Genebra", quer dizer, a república.[3] "Os huguenotes, diz Tavannes, estão a caminho de fundar uma democracia". O plano para isso tinha sido traçado em Béarn, e os Estados do Languedoc reclamavam sua execução em 1573. O jurista protestante François Hatman exerceu sobre os espíritos, no sentido democrático, uma grande influência com seu livro *Franco-Gallia*, 1573. Ele coloca a serviço das teorias republicanas uma história à sua maneira, para conduzir, com grande reforço de textos e de afirmações, os franceses à "sua constituição primitiva". "A soberana e principal administração do reino, dizia ele, pertence à geral e solene assembléia dos três Estados". O rei reina, mas não governa. O Estado, a República é tudo, o rei quase nada. Ele joga seu leitores na plena soberania do povo.

O *Franco-Gallia* teve uma repercussão enorme. Os panfletários huguenotes plagiaram-no, um melhor que o outro. O sistema exposto nesse livro é a democracia tal como compreendida hoje em dia. Essa forma de governo, dando aos agitadores fácil acesso aos primeiros cargos do Estado, propicia-lhes o poder para propagarem suas doutrinas; ao mesmo tempo, ela dá melhor resposta às idéias de independência que estavam no fundo da Reforma, ao direito que a Renascença queria conferir ao homem para que se dirigisse por ele mesmo em direção ao ideal de felicidade que ela lhe apresentava.

A França, por causa dos huguenotes, estava à beira do abismo.

A situação não era menos crítica para a Igreja Católica. Ela acabava de perder a Alemanha, a Escandinávia, a Inglaterra e a Suíça; os Países Baixos se insurgiam contra Ela. A apostasia da França, se viesse a confirmar-se, devia causar no mundo inteiro o escândalo mais pernicioso e o mais profundo abalo: tanto mais que a Espanha deveria segui-la. O objetivo mais constante de todo o partido protestante, para o qual Coligny não cansou de trabalhar, era arrastar a França para uma liga geral com todos os Estados protestantes, para esmagar a Espanha, única grande nação católica que permaneceu poderosa. Isto teria sido a ruína completa da civilização cristã.

Deus não o permitiu e a França também não. Os Valois fraquejavam, hesitavam, adotavam variações na sua política. A Liga nasceu para tomar em suas mãos a

---

[2] Ver Ranke.

[3] Hanotaux (*Histoire du cardinal de Richelieu*, t. XII, 2ª parte, p. 184), justifica assim a revogação do edito de Nantes:

"A França não podia ser forte enquanto encerrasse no seu seio, em plena paz, um corpo organizado, em pé de guerra, com chefes independentes, quadros militares, praças de segurança, orçamento e justiça à parte, sempre armado, pronto a entrar em campanha. Seria preciso reconhecer a existência de um Estado dentro do Estado? Podia-se admitir que numerosos e ardentes franceses tivessem sempre a ameaça na boca e a rebelião no coração? Tolerar-se-ia seu perpétuo e insolente recurso ao estrangeiro? Um Estado não pode subsistir, se está assim dividido contra si mesmo. Para assegurar a unidade do reino, para arrebanhar todas as forças nacionais em razão das lutas externas que se preparavam, era preciso minar o corpo de huguenotes na França ou conduzi-lo à composição."

defesa da fé, para mantê-la na nação e no governo do país. Os católicos, que formavam agora a quase totalidade dos franceses,[4] quiseram ter chefes absolutamente inquebrantáveis em sua fé. Escolheram a Casa de Guise. "Em qualquer apreciação que se faça sobre as guerras de religião, diz Boselli, é impossível desconhecer que a Casa de Guise foi, durante todo esse período, a própria encarnação da religião do Estado, do culto nacional e tradicional ao qual tantos franceses permaneciam unidos. Ela personificou a idéia da fidelidade católica. Os Guise provavelmente ter-se-iam tornado reis de França se Henrique III se tivesse feito protestante, ou se Henrique IV não se tivesse feito católico".

Deus quis conservar à França sua estirpe real, como Ele havia feito uma primeira vez pela missão dada a Joana d'Arc. O herdeiro do trono, segundo a lei sálica, era Henrique de Navarra, aluno de Coligny, protestante e chefe dos protestantes. Deus mudou seu coração. A França recobrou a paz, e Luís XIII e Luís XIV recolocaram nosso país no caminho da civilização católica. Digamos, entretanto, que esse último cometeu essa falta, que por si devia ter graves conseqüências, de desejar a declaração de 1682. Ela trazia nos seus flancos a constituição civil do clero, ela começava a obra, nefasta entre todas, da secularização que prossegue hoje até às suas últimas conseqüências.

Luís XV, que se abandonou aos usos da Renascença, viu a obra de descristianização iniciada pela Reforma ser retomada por Voltaire e pelos enciclopedistas precursores de Robespierre, ancestrais daqueles que nos governam atualmente. Taine disse com muita propriedade: "A Reforma não é senão um movimento particular dentro de uma revolução que começou antes dela. O século XIV abre o caminho; e depois, cada século se ocupa apenas a preparar, na ordem das idéias, novas concepções, e, na ordem prática, novas instituições. Desde aquele tempo, a sociedade não mais reencontrou seu guia na Igreja, nem a Igreja Sua imagem na sociedade".[5]

———— ♦ ————

[4] Os protestantes eram apenas quatrocentos mil em 1558. É o número que dá o historiador protestante Ranke. Castelnau, testemunha bem informada, vai mais longe; afirma que os protestantes estavam para o resto da nação na proporção de 1 para 100. Os católicos viram seu país devastado durante cinqüenta anos por esse punhado de calvinistas.

[5] *Études sur les barbares et le moyen âge*, p. 374-375.

CAPÍTULO V

A REVOLUÇÃO INSTITUI O NATURALISMO

O protestantismo fracassara; a França, após as guerras de religião, se mantivera católica. Mas um mau fermento fora depositado em seu seio. Sua fermentação produziu, além da corrupção dos costumes, três tóxicos de ordem intelectual: o galicanismo, o jansenismo e o filosofismo. A ação desses elementos sobre o organismo social acarretou a Revolução, segundo e muito mais terrível assalto contra a civilização cristã.

Como a conclusão deste livro demonstrará, todo o movimento imprimido à cristandade pela Renascença, pela Reforma e pela Revolução é um esforço satânico para arrancar o homem da ordem sobrenatural estabelecida por Deus na origem e restaurada por Nosso Senhor Jesus Cristo, e confiná-lo no naturalismo.

Como tudo era cristão na constituição francesa, tudo estava por ser destruído. A Revolução empenhou-se conscienciosamente nisso. Em alguns meses ela fez tábula rasa do governo da França, de suas leis e de suas instituições. Ela queria "moldar um povo novo": é a expressão que se encontra, em cada página, sob a pena dos relatores da Convenção; mais ainda: "refazer o próprio homem".

Assim, os convencionais, de conformidade com a concepção que a Renascença dera aos destinos humanos, não limitaram sua ambição à França; quiseram inocular a loucura revolucionária nos povos vizinhos, em todo o universo. Sua ambição consistia em derrubar o edifício social para reconstrui-lo. "A Revolução, dizia Thuriot à Assembléia Legislativa em 1792, não é somente para a França; nós somos responsáveis perante a humanidade". Siéyès dissera antes dele, em 1788: "Alcemo-nos bruscamente à ambição de querer, nós mesmos, servir de exemplo às nações".[1] E Barrère, no momento em que os Estados-Gerais se reuniam em Versalhes: "Vós sois, disse ele, chamados a recomeçar a história".

Vê-se o caminho que a idéia da Renascença trilhou; o quanto ela se mostrava mais aperfeiçoada no seu desenvolvimento e mais audaciosa no seu empreendimento por ocasião da Revolução, do que ela tinha parecido, dois séculos antes, por ocasião da Reforma.

No seu número de abril de 1896, o *Le Monde* maçônico dizia: "Quando aquilo que foi olhado durante muito tempo como um ideal se realiza, os horizontes mais largos de um novo ideal oferecem à atividade humana, sempre em marcha em direção a um futuro melhor, novos campos de exploração, novas conquistas a realizar, novas esperanças a perseguir".

Isto é verdadeiro no caminho do bem. Como diz o Salmista, o justo dispôs degraus em seu coração para se elevar até à perfeição que ele ambiciona.[2] Isto é igualmente verdadeiro relativamente ao mal.

Os homens da Renascença não dirigiram seus olhares — pelo menos nem todos — tão longe quanto os da Reforma. Os homens da Reforma foram ultrapassados pelos da Revolução. A Renascença tinha deslocado o lugar da felicidade e mudado suas condições: ela havia declarado que via esse lugar neste mundo inferior. A autoridade religiosa permanecia para afirmar: "Vós vos enganais; a felicidade está no Céu". A Reforma afastou a autoridade, mas manteve o livro das Revelações divinas, que conservava a mesma linguagem. O Filosofismo negou que Deus tivesse algum

---

[1] *Qu'est-ce que le Tiers-Etat?*

[2] Salmo LXXXIII, 6-7.

dia falado aos homens, e a Revolução se esforçou em negar Seus testemunhos de sangue, a fim de poder estabelecer livremente o culto da natureza.

O *Journal des Débats*, em um de seus números de abril de 1852, reconhecia essa filiação: “Nós somos revolucionários; mas somos filhos da Renascença e da filosofia antes de sermos filhos da Revolução”.

É inútil que nos estendamos longamente sobre a obra empreendida pela Revolução. O Papa Pio IX caracterizou-a em uma palavra, na Encíclica de 8 de dezembro de 1849: “A Revolução é inspirada pelo próprio Satã; seu objetivo é destruir, dos fundamentos à cúpula, o edifício do cristianismo e reconstruir sobre suas ruínas a ordem social do paganismo”. Ela destruiu primeiramente a ordem eclesiástica. “Durante cento e vinte anos e mais, segundo a expressão enérgica de Taine, o clero trabalhara para a construção da sociedade, como arquiteto e como pedreiro, inicialmente sozinho, depois quase sozinho”; puseram-no na impossibilidade de continuar essa obra, pretendeu-se pô-lo na impossibilidade de jamais retomá-la. Em seguida suprimiu-se a realeza, o elo vivo e perpétuo da unidade nacional, a repressora de tudo quanto pretendia atingir essa unidade. Desembaraçaram-se da nobreza, guardiã das tradições, e das corporações de trabalhadores, estas também conservadoras do passado. Depois, tendo sido afastadas todas estas sentinelas, puseram mãos à obra, muitos para destruir, o que era fácil, poucos para reedificar, o que era menos fácil.

Não queremos traçar aqui o quadro dessas ruínas e dessas construções. Dizemos somente que, no que concerne ao edifício político, a revolução apressou-se em proclamar a República, que a Renascença sonhara para a própria Roma, com a qual os protestantes tinham desejado substituir a monarquia francesa, e que hoje realiza tão bem as obras da franco-maçomaria.

Discípulos de J.-J. Rousseau, os convencionais de 1792 deram como fundamento do novo edifício o princípio segundo o qual o homem é bom por natureza; em cima, levantaram a trilogia maçônica: liberdade, igualdade, fraternidade. Liberdade para todos e para tudo, posto que no homem só há bons instintos; igualdade, porque, igualmente bons, os homens têm direitos iguais em tudo; fraternidade, ou ruptura de todas as barreiras entre indivíduos, famílias, nações, para deixar o gênero humano se abraçar numa República universal.

Em matéria de religião, organizou-se o culto da natureza. Os humanistas da Renascença tinha-na chamado com seus desejos. Os protestantes não tinham ousado empurrar a Reforma até esse ponto. Nossos revolucionários o tentaram.

Eles não chegaram de uma só vez a esse excesso. Eles começaram por convidar o clero católico para suas festas.

Talleyrand presidiu, em 14 de julho de 1790, a grande Festa da Federação, rodeado por 40 capelães da guarda nacional, que sobre suas alvas portavam faixas tricolores, com uma orquestra de 1.800 músicos, na presença de 25.000 deputados e de 400.000 espectadores. Mas logo ele não quis nem mesmo essas exibições, mais “patrióticas” que religiosas: “Não convém, dizia, que a religião compareça a festas públicas, é mais religioso afastar-se delas”.

Posto de lado o culto nacional, era preciso procurar um outro. Mirabeau propôs um, muito abstrato: “O objeto de nossas festas nacionais, disse, deve ser somente o culto da liberdade e o culto da lei”.

Isto pareceu pouco. Boissy-d'Anglas lamentou em alta voz o tempo em que “as instituições políticas e religiosas” prestavam mútuo socorro, em que “uma religião brilhante” se apresentava com dogmas que prometiam “o prazer e a felicidade”, ornada com todas as cerimônias que tocam os sentidos, com as ficções mais risíveis, com as mais suaves ilusões.

Seus desejos não tardaram em ser atendidos. Uma religião foi fundada, tendo seus dogmas, seus padres, seus domingos, seus santos. Deus foi substituído pelo Ser supremo e pela deusa Razão, o culto católico pelo culto da Natureza.[3] É o que deseja atualmente a Aliança Israelita Universal, é para isso que ela trabalha, é o que ela tem a missão de estabelecer no mundo, apenas com menos precipitação e com mais astúcia.

Nada poderia melhor convir às aspirações dos humanistas da Renascença. Na festa de 19 de agosto de 1793, uma estátua da Natureza foi levantada na praça da Bastilha, e o presidente da Convenção, Hérault de Séchelles, endereçou-lhe esta homenagem em nome da França oficial: "Ó Natureza, soberana dos selvagens e das nações esclarecidas, este povo imenso, reunido desde os primeiros clarões do dia diante de tua imagem, é digno de ti. Ele é livre; foi no teu seio, foi nas tuas fontes sagradas, que ele recobrou seus direitos, que ele se regenerou. Após ter atravessado tantos séculos de erros e de servidão, era preciso reentrar na simplicidade de tuas vias para reencontrar a liberdade e a igualdade. Natureza, recebe a expressão da afeição eterna dos franceses por tuas leis!"

A ata do evento acrescenta: "Em seguida a essa espécie de hino, única oração, desde os primeiros séculos do gênero humano, endereçada à Natureza pelos representantes de uma nação e por seus legisladores, o presidente encheu uma taça, de forma antiga, com água que corria do seio da Natureza: com ela fez libações ao redor da Natureza, bebeu um pouco da taça e a apresentou aos enviados do povo francês". Como se vê, o culto é completo: oração, sacrifício, comunhão.

Com o culto, as instituições. "É pelas instituições, escrevia o ministro de polícia Duval, que se compõem a opinião e a moralidade dos povos".[4] Entre essas instituições, aquela considerada mais necessária para fazer o povo esquecer seus antigos hábitos religiosos e fazê-lo adquirir novos foi o *Décadi* ou domingo civil. Assim, foi a essa criação que a República dispensou a maior parte de seus decretos e esforços. Ao *Décadi* vieram juntar-se festas anuais: festas políticas, festas civis, festas morais. As festas políticas tinham por finalidade, segundo Chénier, "consagrar as épocas imortais em que as diferentes tiranias foram aniquiladas pelo arrebatamento nacional, pelos grandes passos da razão que abrem a Europa e vão tocar as fronteiras do mundo".[5] A festa republicana por excelência era a de 21 de janeiro, porque então se celebrava "o aniversário da justa punição do último rei dos franceses". Havia também a festa da fundação da República, fixada para o dia 1°. do vendemiário[6]. A grande festa nacional, ressuscitada em nossos dias, era a da federação ou do juramento, fixada para 14 de julho.

Relativamente à moral, havia a festa da juventude, as do casamento, da maternidade, dos anciãos e sobretudo as dos direitos do homem. Muitas outras festas foram, se não instituídas e celebradas, pelo menos decretadas ou propostas.

Como coroamento foi inventado um calendário republicano inteiramente baseado na agricultura. Era uma consagração solene do novo culto, o culto da Natureza.

Tal foi o resultado fatal das idéias que a Renascença tinha semeado nos espíritos. A Reforma havia ensaiado uma realização tímida, imperfeita: contentara-se em

---

[3] Na festa do Ser supremo, é a natureza que recebe as homenagens de Robespierre e dos representantes da nação. Ver *À la recherche d'une religion civile,* pelo abade Sicard, p. 133-134. Tomamos emprestados dessa obra os fatos aqui referidos.

[4] *Moniteur* dos dias 9, 10 e 11 do pluvioso, ano VII. (*Pluvioso* era o quinto mês do calendário republicano francês – N. do T.).

[5] Discurso de 5 de novembro de 1793. *Moniteur* do dia 8.

[6] *Vendemiário* era o primeiro mês do calendário republicano francês. (N. do T.)

corromper o cristianismo; a Revolução o aniquilou tanto quanto dependia dela, e sobre suas ruínas edificou altares à Razão e à Volúpia.

Sabemos para onde conduziu o naturalismo que, no pensamento de seus promotores, devia exaltar a dignidade do homem. Barbé-Marbois, em seu relatório ao Conselho dos Anciãos, denunciava a juventude escolar como “ultrapassando em seus excessos todos os limites, e até aqueles que a própria natureza parece ter fixado para as desordens da infância”. E, na outra extremidade da vida, todos os documentos da época mostram-nos os mortos entregues a “coveiros impuros”, as famílias que se habituam a “considerar os restos de um marido, de um pai, de um filho, de um irmão, de uma irmã, de um amigo, como aqueles de qualquer outro animal dos quais nos livramos”. Em 1800, o cidadão Cambry, encarregado pela administração central do Sena para fazer um relatório sobre o estado das sepulturas em Paris, acreditou não poder publicá-lo senão em latim, tanto havia de vergonhoso nesses funerais bárbaros. Freqüentemente os corpos eram dados como comida aos animais.

Todos os que tinham conservado alguma honestidade se espantavam com a desordem dos costumes chegada assim ao cúmulo. Com a ruína dos costumes e a abolição do culto cristão tinham chegado a bancarrota e a miséria.

Tal foi a manifestação da civilização moderna em seu primeiro ensaio. Aquele ao qual estamos entregues atualmente não terá um fim melhor.

Ruína, miséria, desordem moral não podiam durar e se agravar para sempre. O clamor público reclamava o restabelecimento do culto católico. Ele jamais deixara de ser praticado, ainda que com risco de vida: padres tinham permanecido no meio das populações, as quais se expunham a todos os perigos para favorecer o exercício do santo ministério.

Em 1800 a obra da restauração se impunha, todas as criações destinadas a substituir o cristianismo tinham caído num descrédito absoluto e universal. Os Conselhos Gerais eram unânimes em reconhecer e declarar essa realidade.[7] Napoleão chegou. Se ele restabeleceu, de comum acordo com Pio VII, a Igreja na França, ele também tomou medidas — através dos artigos orgânicos, da instituição da Universidade, do Código Civil etc. — para que a civilização cristã não pudesse retomar seu completo domínio sobre as almas e não fosse restaurada nas instituições.

Ele não fez, como se disse muito bem, senão represar a Revolução.

A Revolução pôde pois retomar seu curso com uma espécie de regularidade que vai ser mantida até que seja chegado o momento de uma desordem completa e dessa vez definitiva, como ela crê, da civilização cristã e de tudo o que foi edificado em nome de Cristo, para estabelecer sobre as ruínas da ordem sobrenatural o reino do naturalismo, a deificação do homem.

———— ♦ ————

[7] Análise das atas dos Conselhos Gerais dos Departamentos dos anos VIII e IX. Biblioteca Nacional.

CAPÍTULO VI

A REVOLUÇÃO, UMA DAS ÉPOCAS DO MUNDO

No início do século XIX podia-se acreditar que a Revolução Francesa fora principalmente uma revolução política e que, terminada essa revolução, a sociedade iria readquirir sua estabilidade. Hoje não se pode mais ter essa ilusão, mesmo que se considere a Revolução apenas no seu primeiro período. Como disse Brunetière: "A grandeza dos acontecimentos [da Revolução Francesa] transborda e ultrapassa em todos os sentidos a mediocridade daqueles que crêem ser ou que cremos serem seus autores. É prodigiosa a desproporção entre a obra e os operários. Uma corrente mais forte do que eles os arrasta, os carrega, fá-los rolar, quebra-os... e continua a correr".

Assim que o duque de Rochefoucault-Liancourt acordou Luís XVI para anunciar-lhe a queda da Bastilha, o rei perguntou: "Então isso é uma revolta?" O duque respondeu: "Não, *sire*, é uma revolução". Ele não disse o bastante; não era *uma revolução*, mas A REVOLUÇÃO que surgia.

O que aparece à primeira vista na Revolução, o que de Maistre viu nela e assinalou desde o dia em que se pôs a considerá-la, e o que nós vemos no presente momento com mais evidência ainda, é o ANTICRISTIANISMO. A Revolução consiste essencialmente na revolta contra Cristo, e mesmo na revolta contra Deus, mais ainda, na negação de Deus. Seu objetivo supremo é subtrair o homem e a sociedade ao sobrenatural. A palavra LIBERDADE, na boca da Revolução, não tem outro significado: liberdade para a natureza humana ser dela, como Satã quis se pertencer, e isto, como explicaremos mais adiante, por instigação de Lúcifer, que quer recobrar a supremacia que a superioridade de sua natureza lhe dava sobre a natureza humana, e da qual foi despojado pela elevação do cristão à ordem sobrenatural. E é por isso que J. de Maistre justissimamente caracterizou a Revolução com essa palavra: "satânica".

"Sem dúvida, a Revolução Francesa percorreu um período cujos momentos, todos, não são semelhantes entre si; no entanto, seu caráter geral não variou, e mesmo no seu berço ela provou o que ela devia ser". "Há na Revolução um caráter *satânico* que a distingue de tudo o que já se viu e talvez de tudo o que se verá. Ela é satânica na sua essência".[1]

Em 1849, Pio IX disse — nós já lembramos essas palavras — com mais autoridade ainda: "A Revolução é inspirada pelo próprio Satã; seu objetivo é destruir da base ao topo o edifício do cristianismo, e reconstruir sobre suas ruínas a ordem social do paganismo".

Após nossos desastres de 1870-1871, Saint-Bonnet dizia: "A França trabalha há um século para afastar de todas as suas instituições Aquele a quem ela deve Tolbiac, Poitiers, Bouvines e Denanin, quer dizer, Aquele ao Qual ela deve seu território, sua existência! Para mostrar todo seu ódio contra Ele, para fazer-Lhe a injúria de expulsá-Lo para fora das muralhas de nossas cidades, a seita estimula, desde 1830, uma imprensa odiosa a aguardar impacientemente a época da festa desse "Cristo que ama os Francos", dAquele que se fez "Homem para salvar o homem, que se fez Pão para alimentá-lo!" E conclui: "E a França indaga qual a causa de suas infelicidades".

---

[1] *Oeuvres complètes de J. de Maistre*, t. I, pp. 51, 52, 55, 303.

Ao ódio contra Cristo, que não se teria crido possível no seio do cristianismo, junta-se a revolta contra Deus.[2]

Há razões para crer que uma tal revolta contra Deus não pôde ter ocorrido nem mesmo no ardor do grande combate entre Lúcifer e o arcanjo São Miguel.

É preciso ter o espírito limitado do homem para se levantar contra o Infinito. É preciso também corrupção e extrema baixeza do coração.

O que não se via, vê-se hoje. "A Revolução é a luta entre o homem e Deus; quer ser o triunfo do homem sobre Deus". Eis o que declaram os que dizem que no momento atual trata-se de saber quem vencerá: a Revolução ou a Contra-Revolução.

Assim, Saint-Bonnet não diz nada de mais, não diz talvez bastante, quando afirma que "o tempo presente não pode ser comparado senão àquele da revolta dos anjos". E conseqüentemente, de Maistre, Bonald, Donoso-Cortés, Blanc de Saint-Bonnet e outros concordam em afirmar: "O mundo não pode permanecer como está".

Ou ele chega ao fim, no ódio que o Anticristo tornará mais generalizado e mais violento contra Deus e Seu Cristo; ou ele se encontra na véspera da maior misericórdia que Deus possa ter exercido nesse mundo, afora o Ato Redentor.

Eis aí o estado em que nos encontramos, aquele que a Revolução criou, aquele que não deixou de existir desde os primeiros dias da Revolução, sob o império da qual nós sempre estamos.

Em 1796, dois anos após a queda de Robespierre, J. de Maistre escrevia: "A revolução não terminou, nada lhe pressagia o fim. Ela já produziu grandes infelicidades, ela anuncia ainda maiores".[3]

Na véspera do dia em que parecia aos espíritos superficiais que a sagração de Napoleão ia tornar estável a nova ordem de coisas, ele escrevia a de Rossi (3 de novembro de 1804): "Estaríamos tentados a crer que tudo está perdido, mas acontecerão coisas pelas quais ninguém espera... Tudo anuncia uma convulsão geral do mundo político".[4]

No apogeu da epopéia napoleônica: "Jamais o universo viu nada igual! O que devemos ver ainda? Ah! como estamos longe do último ato ou da última cena dessa pavorosa tragédia!" "Nada anuncia o fim das catástrofes, e tudo, ao contrário, anuncia que elas devem perdurar".[5] Foi em 1806 que ele formulou esse prognóstico. No ano seguinte, ele convidava de Rossi a fazer com ele esta observação: "Quantas vezes, desde a origem desta terrível Revolução, tivemos todas as razões do mundo para dizer: *Acta est fabula?* E no entanto a peça sempre continua... Tanto isso é verdadeiro que *a sabedoria consiste em saber encarar com olhar firme esta época como o que ela é, quer dizer,* UMA DAS MAIORES ÉPOCAS DO UNIVERSO; desde a invasão dos bárbaros e da renovação da sociedade na Europa, nada de igual se passou no mundo; é preciso tempo para semelhantes operações, e repugna-me acreditar que o mal não possa ter fim, ou que ele possa terminar amanhã... Estando o mundo político absolutamente transtornado, até nos seus fundamentos, nem a geração atual, nem provavelmente aquela que a sucederá, poderá ver o cumprimento de tudo o que se prepara... Nós teremos essa situação talvez por dois séculos...

---

[2] Em uma de suas cartas a d'Alembert, Voltaire assinala como caráter especial de Damilaville "odiar a Deus" e trabalhar para fazê-Lo odiado. É sem dúvida por isso que ele lhe escrevia mais freqüentemente e com mais intimidade do que a todos os seus outros adeptos.

Após a morte desse infeliz, falido e separado de sua mulher, Voltaire escrevia isto: "Chorarei Damilaville toda a minha vida. Eu amava a intrepidez de seu coração. Ele tinha o entusiasmo de São Paulo (quer dizer, tanto zelo para destruir a religião quanto São Paulo tinha para estabelecê-la): ERA UM HOMEM NECESSÁRIO.

[3] *Ibid.,* t. I, p. 406.

[4] *Oeuvres complètes de J. de Maistre,* t. IX, pp. 250-252.

[5] *Ibid.,* t. X, pp. 107-150.

Quando penso em tudo o que ainda deve acontecer na Europa e no mundo, parece-me que a Revolução começa".[6]

Vem a restauração dos Bourbons. Ele jamais deixara de anunciar, com uma imperturbável segurança, apesar da chegada do Império, da sagração de Bonaparte e da marcha constantemente triunfante de Napoleão através da Europa, que o rei retornaria. Sua profecia se realiza; ele revê os Bourbons sobre o trono de seus pais e diz: "Um certo *não-sei-o-quê*, anuncia que NADA acabou". "O cúmulo da infelicidade para os franceses seria acreditar que a Revolução terminou e que a coluna foi recolocada porque foi reerguida. Deveis acreditar, ao contrário, que o espírito revolucionário é sem comparação mais forte e mais perigoso do que era há alguns anos. Que pode o rei quando a inteligência de seu povo está apagada?"[7] "Nada é estável ainda, e vêem-se de todos os lados sementes de infelicidade".[8] "O estado atual da Europa (1819) causa horror; o da França, particularmente, é inconcebível. A Revolução está de pé sem dúvida, e não somente está de pé, mas ela caminha, corre, se precipita. A única diferença que percebo entre esta época e aquela do *grande* Robespierre, é que então as cabeças caíam e que hoje elas viram. É infinitamente provável que os franceses nos propiciarão ainda uma tragédia".[9]

Essa nova tragédia não se anuncia próxima?

O que dava a J. de Maistre essa segurança de visão é que ele tinha sabido dirigir seu olhar por cima dos fatos revolucionários dos quais era testemunha, até suas causas primeiras.

"Desde a época da Reforma, dizia, e mesmo depois daquela de Wiclef, existiu na Europa um certo espírito terrível e invariável que tem trabalhado sem descanso para derrubar as monarquias européias e o cristianismo... Nesse espírito destruidor têm vindo se enxertar todos os sistemas antisociais e anticristãos que apareceram em nossos dias: *calvinismo, jansenismo, filosofismo, iluminismo* etc. (acrescentemos: liberalismo, internacionalismo, modernismo); tudo isso não forma senão um todo e não deve ser considerado senão como uma única seita que jurou a destruição do cristianismo e de todos os tronos cristãos, mas sobretudo e antes de tudo a destruição da casa de Bourbon e da Sé de Roma".[10]

Não somente de Maistre via a Revolução ter, no tempo, uma estabilidade que se estende por quatro séculos, mas ele a via, no espaço, atingir todos os povos.

No cabeçalho de um memorial endereçado em 1809 a seu soberano, Victor-Emanuel I, ele dizia: "Se há alguma coisa evidente, é a imensa base da Revolução atual, que não tem outras fronteiras que não o mundo".[11]

"As coisas se conjugam para uma confusão geral do globo".

"É uma época, uma das maiores épocas do universo", dizia sem cessar, vendo na Revolução tão grandes preliminares e uma tão grande superfície. E acrescentava: "Infelizes as gerações que assistem às épocas do mundo!"[12]

"A Revolução Francesa é uma grande época, e suas conseqüências de todos os gêneros serão sentidas muito além do tempo de sua explosão e dos limites de seu centro.[13] "Quanto mais eu examino o que sucede, mais me persuado de que

---

6 *Ibid.,* t. XI, p. 284.
7 *Oeuvres complètes de J. de Maistre,* t. II, *Du Pape.* Int.
8 *Ibid.,* t. XIII, pp. 133-188.
9 *Ibid.,* t. XIV, p. 156.
10 *Oeuvres complètes de J. de Maistre,* t. VIII, p. 312.
11 *Ibid.,* t. XI, p. 232.
12 *Ibid.,* t. VIII, p. 273.
13 *Ibid.,* t. I, n. 26.

assistimos à uma das maiores épocas do gênero humano”.[14] “O mundo está num estado de parto”.

Estado de parto, é exatamente isto que faz com que um tempo seja uma época. Houve a época do dilúvio, que deu à luz a nova geração dos homens; a época de Moisés, que concebeu o povo precursor; a época de Cristo, que deu à luz o povo cristão.

A época da Revolução, é a época do mais agudo antagonismo entre a civilização cristã e a civilização pagã, entre o naturalismo e o sobrenatural, entre Cristo e Satã.

Qual será o resultado dessa luta? Lúcifer e os seus pensam em triunfar. Os judeus dizem que a vinda de seu Messias, que o reino do Anticristo está próximo, e que esse reino abrirá, em proveito deles, a maior época do mundo.

Nós esperamos que nossos leitores, após terem lido este livro, compartilhem conosco a convicção exatamente oposta. A derrota da Revolução inaugurará o reino social de Nosso Senhor Jesus Cristo sobre o gênero humano, formando um só rebanho sob um só Pastor.

——— ♦ ———

[14] *Ibid.*, t. IX, p. 358.

CAPÍTULO VII

O QUE FAZ E DIZ A REVOLUÇÃO NOS DIAS ATUAIS

No discurso que pronunciou em 28 de outubro de 1900 em Toulouse, como introdução à discussão da lei sobre as associações religiosas, Waldeck-Rousseau colocou nestes termos a questão que, naquele momento, mantinha a França em suspenso e o mundo atento ao que se passava entre nós.

"Neste país, em que a unidade moral construiu, através dos séculos, a força e a grandeza, duas juventudes, menos separadas por suas condições sociais do que pela educação que recebem, crescem sem se conhecer, até o dia em que elas se reencontrarão, tão dessemelhantes que estarão sujeitas a não mais se compreender. Pouco a pouco se preparam, assim, duas sociedades diferentes — uma cada vez mais democrática, levada pela larga corrente da Revolução, a outra cada vez mais imbuída de doutrinas que se acreditava não terem sobrevivido ao grande movimento do século XVIII — e destinadas um dia a se chocar".

O fato observado nessas linhas por Waldeck-Rousseau é real. Há, com efeito, não somente duas juventudes, mas duas sociedades na nossa França. Elas não aguardam o futuro para se chocar, elas se enfrentam e faz muito tempo. Essa divisão do país contra ele mesmo remonta além da época assinalada por Waldeck-Rousseau, além do século XVIII. Ela é notada já no século XVI, nos longos esforços que os protestantes fizeram para constituir uma nação dentro da nação.

Para reencontrar a unidade moral que construiu, através dos séculos, a força e a grandeza de nossa pátria, coisa que Waldeck-Rousseau lamenta, é preciso transportar-se mais longe ainda. Foi a Renascença que começou a fazer a divisão das idéias e dos costumes, que permaneceram cristãos entre uns e retornaram ao paganismo entre outros. Mas após mais de quatro séculos, o espírito da Renascença ainda não pôde triunfar sobre o espírito do cristianismo e refazer, em sentido oposto, a unidade moral do país. Nem as violências, nem as perfídias e as traições da Reforma; nem a corrupção dos espíritos e dos costumes empreendida pelo Filosofismo; nem os confiscos, os exílios, os massacres da Revolução, não puderam ter razão contra as doutrinas e as virtudes com as quais o cristianismo embebeu a alma francesa durante quatorze séculos. Napoleão viu esse espírito de pé sobre as ruínas acumuladas pelo Terror, e não encontrou nada melhor do que deixá-lo viver, recusando-lhe, todavia, os meios de restaurar plenamente a civilização cristã. Daí o conflito com as alterações diversas, entretido, como nota Waldeck-Rousseau, não tanto pela diversidade das classes sociais quanto pela presença das duas educações: a educação universitária fundada por Napoleão, e a educação cristã que se manteve nas famílias, na igreja, e, por conseguinte, no ensino livre.

Assim, pois, a Igreja está sempre presente, continuando a dizer que a verdadeira civilização é aquela que dá resposta à verdadeira condição do homem, aos destinos que seu Criador lhe traçou e àqueles que seu Redentor tornou possíveis; e que, conseqüentemente, a sociedade deve ser constituída e governada de tal maneira que favoreça os esforços dirigidos para a santidade.

E a Revolução também está sempre presente, dizendo que o homem tem apenas um fim terreno, que a inteligência lhe foi dada para satisfazer seus apetites; e que, por conseqüência, a sociedade deve ser organizada de tal maneira que consiga oferecer a todos a maior soma possível de satisfações mundanas e carnais.

Aí não há somente divisão, mas conflito; conflito patente após a Renascença, conflito surdo desde as origens do cristianismo; porque, a partir do dia em que a Igreja se esforçou em estabelecer e propagar a verdadeira civilização, ela encontrou diante de Si os maus instintos da natureza humana para Lhe resistir.

"É preciso acabar com isso de uma vez por todas, dissera Raoul Rigault ao conduzir os reféns ao muro de execuções; faz cento e dezoito anos que isso dura, é tempo de acabar com isso". É preciso acabar de vez com isso! Foi essa a palavra do Terror, foi essa a palavra da Comuna. É a palavra de Waldeck-Rousseau. As duas juventudes, as duas sociedades devem se chocar num conflito supremo; uma, levada pela larga corrente da Revolução, a outra sustentada e empurrada pelo sopro do Espírito Santo ao encontro das ondas revolucionárias.

É preciso que uma triunfe sobre a outra.

Instruída pela experiência, a seita da qual Waldeck-Rousseau se fez mandatário, emprega, para chegar a seus fins, meios menos sanguinários do que em 93, porque ela acredita serem mais eficazes.

O primeiro desses meios foi a abolição das congregações religiosas. Waldeck-Rousseau, no discurso de Toulouse, expôs nestes termos a razão da prioridade a dar à lei que as fazia desaparecer: "Semelhante fato (a coexistência de duas juventudes, de duas sociedades) não se explica pelo livro jogo das opiniões: ele supõe um *substratum* de influências outrora mais escondidas e hoje mais visíveis, um poder que nem mesmo é oculto, e a constituição no Estado de uma potência rival". Esse *substratum* de influências, essa potência rival, que Waldeck-Rousseau assim denunciava, ele pretendia encontrá-las nas congregações religiosas. "Aí está, continuou ele, uma situação intolerável e que todas as medidas administrativas foram impotentes para fazer desaparecer. Todo esforço será vão, durante todo o tempo em que uma legislação racional, eficaz, não tiver substituído uma legislação a um só tempo ilógica, arbitrária e inoperante".

Waldeck-Rousseau proporcionou-nos essa legislação eficaz, de comum acordo com o Parlamento. Ela tinha sido longamente estudada, sabiamente preparada nas lojas para o efeito a ser alcançado; ela foi votada e promulgada em todos os pontos, sem obstáculo, e mais tarde aperfeiçoada por resoluções, decretos e medidas que parecem não mais deixar na França nenhum refúgio para a vida monástica e, logo, para o ensino religioso .

No entanto, a supressão das congregações não põe fim ao conflito. Waldeck não o ignorava. Assim, tivera o cuidado de dizer que "a lei das associações é apenas um ponto de partida". De fato. Suponhamos que todas as congregações desapareçam, sem esperança de ressurreição: seria ingênuo crer que a idéia cristã desapareceria com elas. Atrás de seus batalhões se encontra a Santa Igreja Católica. E é a Igreja quem diz, não somente ao congregacionistas, mas a todos os cristãos e a todos os homens: "Vosso fim último não está aqui em baixo; aspirai a mais alto". É nEla que se encontra, para falar como Waldeck-Rousseau, esse *substratum* de influências que não deixou de agir há mais de dezoito séculos. É Ela que seria preciso destruir para matar a idéia.[1] Waldeck-Rousseau sabe disso, e foi por isso que apresentou sua lei como sendo somente um ponto de partida.

"A lei sobre as associações é, a nosso ver, o ponto de partida da maior e da mais livre evolução social, e também a garantia indispensável das prerrogativas mais necessárias da sociedade moderna".

Uma EVOLUÇÃO SOCIAL, eis aí, segundo o desejo do próprio Waldeck-Rousseau, o que é preparado pela lei que ele se propusera então apresentar à sanção do Parlamento, e que atualmente está em vigor.

---

[1] Em 12 de julho de 1909, Clemenceau disse da tribuna: "Nada será feito neste país enquanto não se tiver mudado o estado de espírito que nele introduziu a autoridade católica".

A evolução social desejada, perseguida, é, veremos em toda a seqüência desta obra, a saída, sem esperança de retorno, das vias da civilização cristã, e a marcha para frente nas vias da civilização pagã.

Como pode a destruição das congregações religiosas ser o "ponto de partida"?

Ah! é que a só presença dos religiosos no meio do povo cristão é um sermão contínuo, que não o deixa perder de vista o fim último do homem, a finalidade principal da sociedade e o caráter que deve ter a verdadeira civilização. Vestidos com um hábito especial que marca o que eles são e o que eles pretendem neste mundo, eles dizem às multidões em meio às quais circulam, que somos todos feitos para o Céu e que devemos tender a ele. A esse sermão mudo acrescentam o de suas obras, obras de dedicação que não pedem retribuição aqui em baixo, e que afirmam, por esse desinteresse, que há uma recompensa maior que todos devem ambicionar. Enfim, seu ensinamento nas escolas e no púlpito não cessa de semear na alma das crianças, de fazer crescer na alma dos adultos, de propagar em todas as direções, a fé nos bens eternos. Não existe nada que se oponha mais diretamente e mais eficazmente ao restabelecimento da ordem social pagã. Não existe nada cujo desaparecimento a ressurreição dessa ordem projetada, desejada, perseguida há quatro séculos, requeira com mais urgência.[2] Pelo tempo em que os monges estão presentes, agem e ensinam, há e haverá não somente duas juventudes, mas duas Franças, a França católica e a França maçônica, tendo uma e outra ideais diferentes e mesmo opostos, lutando entre si para fazer triunfar cada qual o seu. E como a maçonaria, assim como o catolicismo, se estende ao mundo inteiro, e como por toda a parte as duas Cidades estão uma em face da outra, também em toda a parte se vê ao mesmo tempo o mesmo engajamento na mesma batalha. Em toda a parte a guerra está declarada aos religiosos, em toda a parte a palavra de ordem é expulsá-los, desbaratá-los. Quantas leis, quantos decretos a franco-maçonaria fez promulgar contra eles, em todos os países, somente no século XIX.

Mas a abolição da vida monástica não é e não pode ser, como diz Waldeck-Rousseau, senão "um ponto de partida". Depois dos religiosos vêm os padres, e mesmo que os padres viessem a ser dispersos, a Igreja permaneceria, com nos dias das Catacumbas, para manter a fé num certo número de famílias e num certo número de corações; e um dia ou outro, a fé traria de volta padres e religiosos, como ela o fez em 1800.

É preciso, pois, algo mais.

---

[2] No século XV como hoje, os monges foram atacados pelos humanistas da Renascença, porque eles representavam o ideal cristão da renúncia. Os humanistas levavam o individualismo até ao egoísmo; por seu voto de obediência e de permanência, os monges combatiam o egoísmo e o suprimiam. Os humanistas exaltavam o orgulho de espírito; os monges exaltavam a humildade e a abjeção voluntárias. Os humanistas glorificavam a riqueza; os monges faziam voto de pobreza. Os humanistas, enfim, legitimavam o prazer sensual; os monges mortificavam a carne pela penitência e pela castidade. A Renascença pagã percebeu tão bem essa oposição que ela se encarniçou contra as Ordens Religiosas com tanto ódio quanto nossos modernos sectários.

Quanto mais rigorosa era uma observância religiosa, mais ela excitava as cóleras do humanismo.

(*L'Eglise et les Origines de la Renaissance*, por Jean Guéraud, p. 305).

Os enciclopedistas tiveram relativamente aos religiosos os mesmos sentimentos dos humanistas.

Em 24 de março de 1767, Frederico II, rei da Prússia, escrevia a Voltaire: "Percebi, e, como eu, outros, que os lugares onde há mais conventos de monges são aqueles em que o povo está mais cegamente preso à superstição (ao cristianismo). Não há dúvida de que, se se conseguir destruir esses asilos de fanatismo, o povo se tornará um pouco indiferente e morno a respeito dos objetos que atualmente são os de sua veneração. Seria preciso começar a destruir os claustros, pelo menos começar a diminuir-lhes o número..."

Primeiro, acabar de subjugar a Igreja, depois aniquilá-La. Tentaram subjugá-La através da “estrita execução da Concordata”; esperam chegar a aniquilá-La através da lei da separação entre a Igreja e o Estado.

———— ♦ ————

CAPÍTULO VIII

PARA ONDE CAMINHA A CIVILIZAÇÃO MODERNA

A necessidade de suprimir a Igreja para assegurar o triunfo da civilização moderna foi o que Waldeck-Rousseau tinha dado a entender no discurso de Toulouse. Foi o que Viviani disse brutalmente, em 15 de janeiro de 1901, do alto da tribuna.

"Estamos encarregados de preservar de todo atentado o patrimônio da Revolução... Apresentamo-nos aqui carregando em nossas mãos, além das tradições republicanas, essas tradições francesas atestadas por *séculos de combate, nos quais, pouco a pouco, o espírito laico foi se insinuando nas estreitezas da sociedade religiosa...* Nós não estamos apenas frente à frente com as congregações, *nós estamos frente à frente com a Igreja católica...* Sob esse combate de um dia não é verdade que se reencontra mais uma vez esse conflito formidável em que o poder espiritual e o poder temporal disputam prerrogativas soberanas, tentando, no conquistarem as consciências, manter até o fim *a direção da humanidade?*

"Como eu dizia no início, credes que esta lei nos leva à última batalha? Mas esta é apenas uma escaramuça relativamente às batalhas do passado e do futuro! A verdade é que aqui se reencontram, segundo a bela expressão de de Mun em 1878,[1] a sociedade baseada na vontade do homem e a sociedade baseada na vontade de Deus. Trata-se de saber se, nessa batalha, uma lei sobre as Associações vai ser suficiente para nós. *As Congregações e a Igreja não vos ameaçam apenas por suas intrigas,* MAS PELA PROPAGAÇÃO DA FÉ... Não temais as batalhas que se vos oferecerão, ide; e se encontrardes diante de vós essa religião divina que torna poético o sofrimento mediante promessa de reparações futuras, *oponde-lhe a religião da humanidade* que, ela também, torna poético o sofrimento, oferecendo-lhe como recompensa a felicidade das gerações".

Eis aí a questão claramente posta.

Ouvem-se nessas palavras menos os pensamentos pessoais de Viviani do que os da seita anticristã. Ela declara lutar há séculos contra a Igreja Católica: ela se vangloria de já ter obtido que o espírito laico se insinuasse pouco a pouco nas estreitezas da sociedade religiosa; ela diz que, no esforço feito para destruir as congregações, ela empenha apenas uma escaramuça, e que, para garantir o triunfo definitivo, ela deverá aplicar-se a novas e numerosas batalhas.

Em seu nome, Viviani declara que na batalha atual trata-se de coisa muito diferente da "defesa republicana", de um lado, e da aceitação da forma de governo, de outro lado. Eis do que se trata: "insinuar o espírito laico nas estreitezas da sociedade religiosa", "tomar as rédeas da humanidade", "e destruir a sociedade baseada na vontade de Deus, para construir uma sociedade nova, baseada na vontade do homem".[2]

---

[1] Ou melhor, em 22 de maio de 1875, no encerramento do congresso católico de Paris.

[2] Conhecemos a palavra de ordem dada por Gambetta: "O clericalismo, eis o inimigo!" e em que circunstâncias ele a pronunciou... A república de centro-direita, inaugurada com o septenato do marechal Mac-Mahon, devia logo se eclipsar diante de uma república de centro-esquerda. Buffet fora substituído no comando do ministério por Dufaure. Dufaure, cansado de ter sempre de resistir às exigências dos radicais, pediu demissão. Mac-Mahon chamou, então, ao poder a esquerda, na pessoa de Jules Simon. Jules Simon fez à extrema-esquerda as concessões que Dufaure fizera à esquerda e Buffet à centro-

Eis porque a guerra declarada contra as congregações é apenas um alistamento. A verdadeira campanha é aquela que põe frente a frente a Igreja Católica e o Templo maçônico, isto é, a Igreja de Deus e a Igreja de Satã, conflito formidável do qual depende a sorte da humanidade. Durante o tempo em que a Igreja estiver de pé, Ela propagará a fé, Ela colocará no coração dos que sofrem — e quem não sofre? — as esperanças eternas. É somente sobre suas ruínas, pois, que se poderá edificar "a religião da humanidade, que promete a felicidade sobre esta terra".

A continuação da discussão, no Senado assim como na Câmara, apenas acentuou a importância dessas declarações. Algumas curtas citações mostrarão que o discurso de Waldeck-Rousseau e de Viviani têm exatamente o significado que acabamos de dar.

Jacques Piou: "Aquilo que os socialistas querem, Viviani disse-o outro dia, sem rebuços. É arrancar as consciências do poder espiritual e conquistar a direção da humanidade". O orador é interrompido por um membro da esquerda que lhe grita: "Não são somente os socialistas que o querem, são todos os republicanos".

Piou não contradiz. Ele lê um discurso em que Bourgeois afirmara: "Desde que o pensamento francês se liberalizou, desde que o espírito da Reforma, da Filosofia e da Revolução entrou nas instituições da França, o clericalismo é o inimigo". Bourgeois interrompe; Viviani replica: "A citação que fiz é exata, e Bourgeois mantém-na por inteiro. Ele a mantém porque ela constitui o fundo de seu pensamento; ela explica seu ardor em sustentar a lei sobre as associações, porque a lei sobre as associações é a *vitória do espírito da Revolução, da Filosofia e da Reforma sobre a afirmação católica*".

Na sessão de 22 de janeiro, Lasies repõe a questão em seu verdadeiro terreno, nestes termos: "Há duas frases, direi dois atos, que dominam todo este debate. A primeira frase foi pronunciada por nosso nobre colega Viviani. Ele disse: "Guerra ao catolicismo!" Levantei-me e respondi-lhe: "Obrigado, eis o que é franqueza!" Uma outra palavra foi pronunciada, e esta pelo digno Léon Bourgeois. A convite de Piou, Bourgeois afirmou novamente que o objetivo que ele persegue com seus amigos é substituir o espírito da Igreja, isto é, o espírito do catolicismo, pelo espírito da Reforma, pelo espírito da Revolução e pelo espírito da Razão. Essas palavras pairam sobre o debate, dominam-no, e quero tratar disso face a face, porque aí está toda a questão, desimpedida dos subterfúgios da linguagem e das hipocrisias da discussão".

Em 11 de março, C. Pelletan declara também que a luta atual se interliga ao grande conflito envolvendo os *direitos do homem* e os *direitos de Deus*. "Eis o conflito que paira acima de tudo neste debate".

---

esquerda. Mac-Mahon quis remediar as coisas. Em 16 de maio ele endereçou a J. Simon uma carta que este interpretou como um pedido de demissão. O presidente então encarregou de Broglie de formar o Gabinete, e, em 18 de maio, encaminhou às Câmaras uma mensagem na qual, após ter-lhes explicado sua conduta, adiava os trabalhos por um mês, na forma do artigo 24 da Constituição.

Durante esse recesso, no dia 1° de junho de 1877, Gambetta recebeu uma delegação da juventude das Faculdades de Direito, Medicina etc., e disse-lhes uma palavra que jamais deveria ser esquecida, porque nenhuma outra lança luz mais clara sobre o quarto de século que acaba de passar e sobre o caráter da luta atual. "*Nós fingimos,* disse ele, *combater em favor da forma de governo,* pela integridade da Constituição. A LUTA É MAIS PROFUNDA: *a luta é contra tudo o que resta do velho mundo,* ENTRE OS AGENTES DA TEOCRACIA ROMANA E OS FILHOS DE 89.

Um inglês, Bodley, após longa pesquisa feita na França, publicou-a sob o título: A FRANÇA, *Ensaio sobre a História e o Funcionamento das Instituições Políticas Francesas*. Esse dito de Gambetta pode ser lido na página 201.

Quanto ao grito de guerra "O clericalismo, eis o inimigo!", Gambetta declarou na tribuna, em 1876, que ele o tomara de Peyrat. Peyrat, com efeito, tinha escrito, no tempo do Império, no *Opinion Nationale,* esta frase: "O catolicismo, eis o inimigo!" Substituindo a palavra catolicismo pela palavra clericalismo, Gambetta usava a hipocrisia familiar aos franco-maçons.

Em 28 de junho, no encerramento da discussão, o abade Gayraud pensa dever, antes da votação, lembrar aos deputados o que eles vão fazer, sobre o que eles vão se pronunciar. “A lei que ides votar não é uma lei de conciliação ou de pacificação. Está-se enganando o país com palavras. É uma lei de ódio contra a Igreja Católica. Viviani desvendou o fundo do projeto, quando *declarou da tribuna a guerra à FÉ católica*”.

De Mun realiza a mesma tarefa: “Ninguém esqueceu o memorável discurso de Viviani, que permanecerá, apesar da abundância dos discursos e dos cartazes, o mais bem compreendido. Viviani vê na lei o começo da guerra contra a Igreja Católica, que é o alfa e o ômega de seu partido... No relatório que o *Officiel* publicou esta manhã e que tivemos que ler apressadamente, o digno Trouillot diz que a lei das associações é o prelúdio da separação entre as Igrejas e o Estado, que deverá ter por corolário indispensável uma lei geral sobre a disciplina dos cultos. A Câmara e o país estão, pois, esclarecidos. É a guerra aberta, declarada à Igreja Católica. Porque essa lei geral sobre a disciplina dos cultos não passará de um conjunto de prescrições de natureza a entravar, por todos os meios possíveis, os ministros do culto”.

Viviani sobe à tribuna para confirmar a ameaça de Trouillot, o qual, ademais, apenas repete o que numerosos ministros tinham dito antes dele: “No curso das sessões durante as quais o partido republicano rematou o projeto atual, tão incompleto e tão imperfeito que fosse sua forma legal, nós aderimos plenamente a ele, com o desejo bem determinado de fortificá-lo no futuro através de novas medidas”. *(Muito bem! muito bem! da extrema-esquerda).*

Quais devem ser essas medidas? Para onde devem tender? Viviani disse: “substituir a religião católica pela religião da humanidade”, ou, segundo a fórmula de Bourgeois, “dar ao espírito da Revolução, da Filosofia e da Reforma, a vitória sobre a afirmação católica”: a afirmação católica que mostra o fim do homem além deste mundo e da vida presente, e o espírito da Filosofia e da Revolução, que limita o horizonte da humanidade à vida animal e terrestre.

Se as palavras que acabamos de relatar tivessem sido pronunciadas em um clube ou numa loja maçônica, mereceriam consideração em razão de sua gravidade. Mas que elas tenham sido ditas na tribuna, e repetidas, lá ainda, com cerca de seis meses de intervalo, aplaudidas pela grande maioria dos representantes do povo, e enfim sancionadas por uma lei feita segundo o espírito que as pronunciou, eis aí, seguramente, um sério tema para meditação.

Viviani disse: “Não estamos somente enfrentando as Congregações, nós estamos face a face com a Igreja Católica”, para combatê-La, para dedicar-lhe uma guerra de EXTERMÍNIO”.

Há muito tempo este pensamento povoa o espírito dos inimigos de Deus. Há muito tempo eles se vangloriam de poder exterminar a Igreja.

Em uma carta escrita em 25 de fevereiro de 1758, Voltaire dizia: “Ainda vinte anos e Deus terá o melhor jogo”. Ao tenente de polícia Hérault, que lhe repreendia a impiedade dizendo: “O senhor se esforça em vão; apesar do que escreve, não conseguirá destruir a religião cristã”, Voltaire respondeu: “É o que veremos”.[3]

Deus teve o melhor jogo... contra Voltaire. No que diz respeito à Igreja, eis não vinte anos, mas cento e cinqüenta anos que se passaram; e a Igreja Católica continua de pé.

Assim também será nos nossos dias, se bem que eles se sintam seguros de ter, desta vez, melhor adotado suas providências.

Em 15 de janeiro de 1881, o *Journal de Genève* publicava uma entrevista de seu correspondente em Paris com um dos chefes da maioria franco-maçônica que dominava, naquela época como hoje, a Câmara dos Deputados: “No fundo de tudo

---

[3] Condorcet. *Vie de Voltaire*.

isso (de todas essas leis promulgadas umas após as outras), há uma inspiração dominante, um plano determinado e metódico, que se desenvolve com maior ou menor ordem, maior ou menor velocidade, mas com um lógica invencível. O que fazemos, é o cerco em regra ao catolicismo romano, buscando nosso ponto de apoio na Concordata. Queremos fazê-lo capitular ou quebrá-lo. Sabemos onde estão suas forças vivas e é lá que queremos atingi-lo".

Em 1886, no número de 23 de janeiro da *Semaine Religieuse* de Cambrai, referíamos estas outras palavras pronunciadas em Lille: "Perseguiremos sem perdão o clero e tudo o que diz respeito à religião. Empregaremos contra o catolicismo meios dos quais ele próprio duvida. Faremos esforços de gênio para que ele desapareça deste mundo. Se apesar de tudo suceder que ele resista a esta *guerra científica*, serei o primeiro a declarar que ele é de essência divina".

G. de Pascal escrevia na *Revue Catholique et Royaliste,* número de março de 1908:

"Faz muitos anos, o cardeal Mermillod me contou um episódio que retrata bem a situação, quando ele ainda estava em Genebra: o ilustre prelado via de tempos em tempos o príncipe Jerônimo Bonaparte, que morava na região de Prangins. O príncipe revolucionário apreciava muito a conversa do espiritual bispo. Um dia, ele lhe disse: "Não sou um amigo da Igreja Católica, não acredito em sua origem divina, mas conhecendo o que se trama contra ela, os esforços admiravelmente executados contra sua existência, se Ela resistir a esse assalto serei obrigado a concordar que há aí alguma coisa que ultrapassa o humano".

Em junho de 1903, a *Vérité Française* referia que Ribot, numa conversa íntima, falara da mesma maneira: "Sei o que se prepara; conheço em detalhes as malhas da vasta rede que está estendida. Muito bem, se a Igreja romana escapa desta vez na França, isto será um milagre, milagre tão deslumbrante a meus olhos que me farei católico convosco".[4]

Nós vimos esse milagre no passado, nós o veremos no futuro. Os jacobinos podiam crer-se muito seguros, mais seguros mesmo do sucesso do que nossos livre-pensadores; eles tiveram de reconhecer que se tinham enganado, ...e eles não se converteram. "Vi, disse Barruel em suas *Mémoires,*[5] vi Cerutti acercar-se insolentemente do secretário do Núncio de Pio VI, e com uma alegria ímpia, com o sorriso da piedade, dizer-lhe: "Protegei bem vosso Papa; protegei bem este, e embalsamai-o bem após sua morte, porque eu vos anuncio, e podeis estar bem certo disto, não tereis outro". Ele então não adivinhava, esse pretenso profeta, continua Barruel, que ele apareceria antes de Pio Vi perante o Deus que, apesar das tempestades do jacobinismo, como apesar de tantas outras, nem por isso não estará menos com Pedro e Sua Igreja até o fim dos séculos".

Viviani disse que se a maçonaria queria aniquilar a Igreja, era para poder substituir a religião de Cristo pela religião da humanidade.

Constituir uma nova religião, a "religião da humanidade", é, com efeito, nós o veremos, o objetivo para o qual a franco-maçonaria direciona o movimento começado na Renascença: a libertação da *humanidade*.

Numa obra editada em Friburgo, sob o título *A deificação da humanidade, ou o lado positivo da franco-maçonaria*, o padre Patchtler bem demonstrou o significado que a maçonaria dá à palavra "humanidade" e o uso que dela faz. "Essa palavra, diz ele, é empregada por milhares de homens (iniciados ou ecos inconscientes dos iniciados), num sentido confuso, sem dúvida, mas sempre, entretanto, como o nome

---

[4] Na sessão de 8 de novembro de 1909, no Senado, Ribot disse: "Manteremos a escola leiga como um instrumento necessário de progresso e de civilização". Assim falando, Ribot não se mostrava somente como um dos iniciados, mas como participante da conspiração.

[5] Tomo V, p. 208.

de guerra de um certo partido para uma certa finalidade, que é a *oposição ao cristianismo positivo*. Essa palavra, na boca deles, não significa somente o ser humano por oposição ao ser bestial... ela coloca, em tese, a independência absoluta do homem no domínio intelectual, religioso e político; *ela nega todo fim sobrenatural do homem*, e requer que a perfeição puramente natural da raça humana seja encaminhada pelas vias do *progresso*. A esses três erros correspondem três etapas na via do mal: *a Humanidade sem Deus, a Humanidade que se faz de Deus, a Humanidade contra Deus*. Tal é o edifício que a maçonaria pretende erguer no lugar da ordem divina que é *Humanidade com Deus*.

Quando a seita fala da religião do futuro, da religião da humanidade, é este edifício, este Templo que tem em mente.

Em 1870, por volta do fim de julho e começo de agosto, realizou-se em Metz um congresso do qual participaram as lojas de Strasbourg, Nancy, Vesoul, Metz, Châlons-sur-Marne, Reims, Mulhouse, Sarreguemines, numa palavra, todo o Este. A questão do “Ser supremo” foi colocada, e as discussões que se seguiram propagaram-se de loja em loja.

Para resumir, o *Monde Maçonnique*, edições de janeiro e maio, fez a seguinte declaração: “A franco-maçonaria nos ensina que não há senão uma só religião verdadeira, e por conseguinte uma só natural, *o culto da humanidade*. Porque, meus irmãos, Deus, *essa abstração* que, erigida em sistema, serviu para formar todas as religiões, *nada mais é do que o conjunto de todos nossos instintos* mais elevados, aos quais demos um corpo, uma existência distinta; esse Deus é apenas o produto de uma concepção generosa, mas errônea, da humanidade, que se despojou em benefício de uma quimera”.

Nada mais claro: a humanidade é Deus, os direitos do homem devem substituir os da lei divina, o culto dos instintos do homem deve tomar o lugar daquele rendido ao Criador, a procura do progresso nas satisfações a dar aos sentidos deve substituir as aspirações da vida futura.

Numa sessão comum das lojas de Lyon, realizada em 3 de maio de 1882 e cujo resultado foi publicado na *Chaîne d'Union* de agosto de 1882, o I∴ Régnier dizia: “É preciso não ignorar o que não é mais um mistério: que há muito tempo dois exércitos estão frente a frente, que a luta está atualmente aberta na França, na Itália, na Bélgica, na Espanha, entre a luz e a ignorância, e que uma terá razão sobre a outra. É preciso que se saiba que os Estados-Maiores, os chefes desses exércitos, são, de um lado os jesuítas (leia-se: o clero, secular e regular) e de outro os franco-maçons”.

Mas a destruição da Igreja não deixará o lugar suficientemente limpo para a construção do Tempo maçônico; aos clamores contra a Igreja juntam-se sempre gritos não menos raivosos contra a ordem social, contra a família e contra a propriedade. E assim deve ser, posto que as verdades da ordem religiosa entraram na própria substância dessas instituições.

A sociedade repousa sobre a autoridade, que tem seu princípio em Deus; a família, sobre o casamento que retira da benção divina sua legitimidade e sua indissolubilidade; a propriedade, sobre a vontade de Deus, Que a promulgou no sétimo e no décimo mandamento para protegê-la contra o roubo e mesmo contra a cobiça. É tudo isto que importa destruir, se se quer, como pretende a seita, fundar a civilização sobre novas bases.

Leão XIII anotou isso na sua encíclica *Humanum genus*: “Aquilo a que os franco-maçons se propõem, disse ele, aquilo para que tendem todos os seus esforços, é a completa destruição de toda a disciplina religiosa e social nascidas das instituições cristãs, e a substituição por uma outra, adaptada às suas idéias, cujo princípio e leis fundamentais são tirados do naturalismo”.

As idéias e os projetos expostos na tribuna e nas lojas são a expressão de um pensamento e de uma vontade que se encontram por toda a parte. A França, a

Bélgica, a Suíça, a Itália, a Alemanha, ouvem-nos em todos os congressos democráticos, lêem-nos cada dia numa multidão de jornais.

Em 1865 realizou-se em Liège o congresso dos estudantes. Nesse congresso foram escolhidos, inicialmente, o estado-maior da internacional, depois os auxiliares de Gambetta. Mais de mil jovens, vindos da Alemanha, da Espanha, da Holanda, da Inglaterra, da França, da Rússia, estiveram presentes. Eles se mostraram unânimes em seus sentimentos de ódio contra os dogmas e mesmo contra a moral católica: unanimidade de adesão às doutrinas e aos atos da Revolução Francesa, nesta compreendidos os massacres de 1793; unanimidade de ódio contra a ordem social atual, "que não conta nem duas instituições baseadas na justiça", expressão pronunciada na tribuna por Arnoult, redator do *Précurseur* de Anvers, e aplaudido a não mais poder pela assembléia. Um outro orador, Fontaine, de Bruxelas, terminou seu discurso com estas palavras: "Nós, revolucionários e socialistas, queremos o desenvolvimento físico, moral e intelectual do gênero humano. Nós queremos, na ordem moral, *pela supressão dos preconceitos de religião e de igreja, chegar à negação de Deus e ao livre exame.* Nós queremos, na ordem política, *pela realização da idéia republicana,* chegar à federação dos povos e à solidariedade dos indivíduos. Na ordem social, queremos, *pela transformação da propriedade,* pela *abolição da herança*, pela aplicação dos princípios de associação, de mutualidade, chegar à solidariedade dos interesses e à justiça! Nós queremos, primeiramente pela libertação do trabalhador, e em seguida, do cidadão e do indivíduo, e sem distinção de classes, a abolição de todo *sistema autoritário*".

Outros falaram no mesmo sentido. É que a supressão do cristianismo não pode ser concebida sem a ruína de todas as instituições dele nascidas e nele baseadas; os homens lógicos o compreendem, os homens francos o dizem, os anarquistas o executarão.

Nesse mesmo congresso de Liège, Lafargue perguntava:

"O que é a Revolução?" E respondia: "A Revolução é o triunfo do trabalho sobre o capital, do operário sobre o parasita, do homem sobre Deus. Eis a Revolução social que comportam os princípios de 1889 e os direitos do homem levados à sua última expressão". Ele dizia ainda: "*Faz quatrocentos anos que minamos os alicerces do catolicismo*, a mais forte máquina jamais inventada em matéria de espiritualismo; ela ainda está sólida, infelizmente!" Depois, na última sessão, lançou este grito do inferno: "Guerra a Deus! Ódio a Deus! O PROGRESSO ESTÁ AÍ! É preciso estourar o céu como um saco de papel".

A conclusão de Lafargue foi: "Na presença de um princípio tão grande, tão puro como este (assim liberto do sobrenatural e de tudo o que tem constituído até aqui a ordem social), é preciso odiar ou provar que se ama".

Outros franceses pediram com ele que a separação fosse a mais clara e a mais inteira entre os que odeiam e os que amam, entre os que odeiam o mal e amam o bem, e entre os que odeiam o bem e amam o mal. Regnard, parisiense, veio dizer onde a maçonaria coloca o bem e o mal: o mal no espiritualismo, o bem no materialismo. "Nós vinculamos nossa bandeira aos homens que proclamam o materialismo: todo homem que é *a favor do progresso* é também a favor da filosofia positiva ou materialista".

Quando a palavra "progresso" e outras semelhantes caem de lábios maçônicos, encontramos católicos para recolhê-las com uma espécie de respeito e de ingênua confiança, crendo ver nelas aspirações relativas a um estado de coisas desejável. Lafargue e Regnard acabam de nos contar o que a seita, que pôs esses termos em circulação, entendeu que eles deveriam representar.

Germain Casse: "É preciso que, saindo daqui, nós sejamos de PARIS ou de ROMA, ou jesuítas, ou revolucionários". E como sanção, ele pede "a exclusão total, completa de todo indivíduo que represente, em qualquer nível, a idéia religiosa". Condição necessária para que possa ser estabelecida e, sobretudo, subsistir a nova ordem de coisas desejada e pedida.

Inútil prolongar essas citações, estenografadas pelos redatores da *Gazette de Liège* nas próprias mesas do congresso. Os outros jornais tiveram medo de reproduzir essas palavras em sua grande crueza. O cidadão Fontaine lembrou-os a propósito da verdade: "Um só jornal, disse ele, um só foi de boa fé, a *Gazette de Liège*, e isto porque ele é com franqueza católico, apostólico e romano. Ele publicou uma análise completa dos debates".

No ano seguinte, no congresso de Bruxelas, o cidadão Sibrac, francês, concitou as mulheres para a grande obra; e para convencê-las disse-lhes: "Foi Eva quem lançou o primeiro grito de revolta contra Deus". — Sabemos que um dos gritos de admiração da franco-maçonaria é: "Eva! Eva!"

Nesse congresso, também o cidadão Brismée disse: "Se a propriedade resiste à Revolução, é preciso, por decretos populares, liquidá-la. Se a burguesia resiste, é preciso matá-la". E o cidadão Pèlerin: "Se seiscentas mil cabeças põem obstáculo, que elas caiam!"

Após os congressos de Liège e de Bruxelas houve um outro em Genebra, composto de estudantes e de operários, como em Bruxelas. Aí também Deus e a religião foram de comum acordo afastados, as idéias religiosas declaradas funestas ao povo e contrárias à dignidade humana, a moral proclamada independente da religião. Falou-se em organizar greves "*imensas, invencíveis*", que deviam terminar pela GREVE GERAL.

Abreviemos. Um outro congresso internacional foi realizado em Haia, em 1873. O cidadão Vaillant também disse ali que a guerra ao catolicismo e a Deus não podia prosseguir sem a guerra à propriedade e aos proprietários.

"A burguesia, disse, deve contar com uma guerra mais séria do que a luta latente à qual a Internacional está atualmente condenada. E o dia da revanche da Comuna de Paris não tardará!

"Extermínio completo da burguesia: tal deve ser o primeiro ato da futura revolução social".[6]

Se quiséssemos dar uma idéia do que foi dito e do que foi impresso nesses últimos trinta anos, iríamos ao infinito. É do conhecimento de todos que o regime republicano, sobretudo nestes últimos tempos, deixou entrar, ou mesmo propagou, em todas as classes da sociedade, as idéias mais subversivas.

——— ♦ ———

[6] Aqueles que desejarem citações mais numerosas e mais extensas, poderão encontrá-las na obra *Les Sociétés Secrètes et la Société*, de N. Deschamps, continuada por Claudio Janet.

CAPÍTULO IX

É A MAÇONARIA QUE COMANDA A GUERRA CONTRA A CIVILIZAÇÃO CRISTÃ

No dia seguinte ao da publicação da encíclica através da qual Leão XIII denunciou novamente ao mundo a franco-maçonaria como sendo o agente secreto da guerra contra a Igreja e contra toda a ordem social, o *Bulletin de la Grande Loge Symbolique Écossaise* exprimiu o pensamento da seita nestes termos:

"O mínimo que a franco-maçonaria pode fazer é agradecer ao Soberano Pontífice sua última encíclica. Leão XIII, com uma autoridade incontestável e com grande luxo de provas, acaba de demonstrar, mais uma vez, que *existe um abismo intransponível entre a Igreja, da Qual ele é o representante, e a Revolução, da qual a franco-maçonaria é o braço direito*. É bom que aqueles que estão hesitantes parem de entreter vãs esperanças. É preciso que todos se habituem a compreender que *é chegada a hora de OPTAR entre a ordem antiga, que se apóia na Revelação, e a nova ordem, que não reconhece outros fundamentos que não sejam a ciência e a razão humana*, entre o espírito de autoridade e o espírito de liberdade".[1]

Este pensamento foi novamente expresso na Convenção de 1902, pelo orador encarregado de pronunciar o discurso de encerramento: "... O que nos separa? É um abismo, abismo que não será coberto senão no dia em que a triunfar a maçonaria, obreira incansável do progresso democrático e da justiça social... Até lá, nada de trégua, de repouso, de aproximação, de concessões... É a última fase da luta da Igreja e da Congregação contra nossa sociedade republicana e laica. O ESFORÇO DEVE SER SUPREMO..." Derrubada a Igreja, todo o resto ruirá.

Também *La Lanterne*, órgão oficioso de nossos governantes e da franco-maçonaria, não cessou de dizer todos os dias e em todos os tons: "Antes de qualquer outra questão, antes da questão social, antes da questão política, é preciso terminar de vez com a questão clerical. É a chave de todo o resto. Se cometermos o crime de capitular, de retardar nossa ação, de deixar o adversário escapar, logo o partido republicano e a República estarão perdidos... A Igreja não nos permitiria recomeçar a experiência. Ela sabe hoje que a República ser-Lhe-á mortal, e se esta não A matar, é Ela que matará a República. Entre a República e a Igreja existe um duelo de morte. Apressemo-nos em esmagar a infame, ou resignemo-nos a deixar a liberdade sufocada durante séculos".

Um fato que acaba de acontecer mostra resumidamente o que será exposto na segunda e na terceira parte deste livro: como a seita age para chegar à realização de seus desígnios.

Sob vão pretexto, acontece uma revolta em Barcelona; incêndios e massacres forçam o governo espanhol a colocar a cidade em estado de sítio... O instigador Ferrer é preso. Em vez de ser fuzilado incontinenti, é entregue ao tribunal militar, que o condena à morte. O julgamento é ratificado. Despachos mentirosos são enviados aos jornais de todos os países: Ferrer não foi julgado segundo as leis. Seu defensor não pôde agir amplamente. O clero, o próprio Papa são envolvidos. "A mão sangrenta da Igreja, parte no processo, escreve *La Lanterne*, conduziu tudo; e os soldados do rei da Espanha limitam-se a executar Suas vontades. Todos os povos devem se revoltar contra essa religião de morte e de sangue". Em apoio, uma

---

[1] Citado por Don Sardá y Salvany. *Le mal social, ses causes, ses remèdes.*

caricatura representa um padre segurando um punhal. Ameaças de represálias, de assassinato do rei e do Papa chovem em Madri e em Roma. Petições circulam em Paris, Roma, Bruxelas, Londres, Berlim, para protestar contra o julgamento. Ferrer é executado. Logo se produzem manifestações, várias sangrentas, nas principais cidades da França e de todos os países europeus. Por cúmulo, uma espécie de triunfo quer glorificá-lo nas ruas de Paris, com a cobertura da polícia e a participação do exército, ao canto da *Internacional.*

Os governantes são interpelados nos diversos parlamentos, protestos são assinados pelos Conselhos departamentais, municipais. Cinqüenta e sete cidades da França decidem dar o nome de Ferrer a uma de suas ruas.

A espontaneidade e o conjunto prodigioso dessas manifestações por uma causa estranha aos interesses dos diversos países indica uma organização que se estende a todos os povos, tendo capacidade de ação até nas mais humildes localidades. Entre as peças do processo de Barcelona, uma há que estabelece que Ferrer pertencia à grande loja internacional, o misterioso centro de onde se exerce sobre o mundo o poder oculto da Maçonaria.

Mas eis que a seita se denuncia a si mesma.

O conselho da ordem do Grande Oriente de Paris enviou a todas as suas oficinas e a todas as potências maçônicas do mundo, um manifesto de protesto contra a execução de Ferrer. Nele o conselho reivindicava o revoltoso como um dos seus: “Ferrer era um dos nossos. Ele sentiu que a obra maçônica exprimia o mais alto ideal que pode ser dado ao homem realizar. Ele afirmou nossos princípios até o fim. O que se quis atingir nele foi o ideal maçônico.

“Diante da marcha do progresso indefinido da humanidade ergueu-se uma força de estagnação cujos princípios e ação visam a nos jogar na noite da Idade Média”.

O Grande Oriente da Bélgica apressou-se em responder ao manifesto do Grande Oriente da França: “O Grande Oriente da Bélgica, partilhando os nobres sentimentos que inspiraram a proclamação do Grande Oriente da França, se associa, em nome das lojas belgas, ao protesto indignado que este dirigiu à Maçonaria universal e ao mundo civilizado contra a sentença iníqua pronunciada e impiedosamente executada relativamente ao Irmão Francisco Ferrer”.

O Grande Oriente italiano e outros sem dúvida fizeram o mesmo: “Francisco Ferrer, honra da cultura e do pensamento modernos, apóstolo infatigável da idéia laica, foi fuzilado por ordem dos Jesuítas, no horrível calabouço da fortaleza de Montjuich, no qual ainda ressoam os gritos de inumeráveis vítimas... Um frêmito de horror percorreu o mundo, que, num sublime impulso de solidariedade humana, amaldiçoou os autores conhecidos e ocultos da morte e os vota à execração e à infâmia”.

O comitê central da Liga maçônica dos direitos do homem, reunido em sessão extraordinária em 13 de outubro de 1909, decidiu erguer um monumento à memória de Ferrer, “mártir do livre pensamento e do ideal democrático”. Ele convidou todas as organizações do livre pensamento a contribuírem para a realização desse projeto, e resolveu erguê-lo em Montmartre, em frente à igreja do Sagrado Coração.

A franco-maçonaria declarou, pois, em palavras e em atos que ela considerava e defendia Ferrer como a encarnação do “ideal maçônico”. Qual era o ideal de Ferrer? Ele mesmo o proclamou em maio de 1907, na revista pedagógica *Humanidad Nueva*, na qual expôs os princípios da “Escola moderna” que acabava de fundar com dinheiro pouco lealmente conseguido de um católico praticante e mesmo piedoso.

“Quando tivemos, faz seis anos, a imensa alegria de abrir a Escola Moderna de Barcelona, apressamo-nos em divulgar que seu sistema de ensino seria racionalista e científico. Queríamos prevenir o público de que, sendo a ciência e a razão antídotos de todo dogma, não ensinaríamos em nossa escola nenhuma religião...

“Quanto mais nos mostravam a temeridade que tínhamos em nos colocar tão francamente em face da Igreja todo-poderosa da Espanha, mais sentíamos a coragem para perseverar em nossos projetos.

“Entretanto, é necessário esclarecer que a missão da Escola moderna não se limita somente ao desejo de ver desaparecer os preconceitos religiosos das inteligências. Se bem que esses preconceitos sejam daqueles que mais se opõem à emancipação intelectual dos indivíduos, não obteríamos, com seu desaparecimento, uma humanidade livre e feliz, posto que se pode conceber um povo sem religião, mas também sem liberdade.

“Se as classes trabalhadoras se libertassem dos preconceitos religiosos e conservassem o da propriedade tal como existe no momento, se os trabalhadores acreditassem sem cessar na parábola que sempre haverá pobres e ricos, se o ensino racionalista se contentasse em disseminar noções sobre higiene e as ciências em preparar somente bons aprendizes, bons operários, bons empregados em todas as profissões, nós continuaríamos a viver mais ou menos sãos e robustos com o modesto alimento que nos proporcionaria nosso módico salário, mas não deixaríamos de ser sempre os escravos do capital.

“A Escola Moderna pretende, pois, combater todos os preconceitos que se opõem à emancipação total do indivíduo e ela adotou, com esse objetivo, o racionalismo humanitário, que consiste em inculcar na juventude o desejo de conhecer a origem de todas as injustiças sociais, a fim de que ela venha a combatê-las através dos conhecimentos que adquirir.

“Nosso racionalismo combate as guerras fratricidas, sejam internas, sejam externas, a exploração do homem pelo homem; ele luta contra o estado de servidão no qual se encontra atualmente colocada a mulher em nossa sociedade; em uma palavra, ele combate os inimigos da harmonia universal, como a ignorância, a maldade, o orgulho e todos os vícios e defeitos que dividem os homens em duas classes: os exploradores e os explorados”.

Numa carta endereçada a um de seus amigos, Ferrer manifestava de maneira ainda melhor o pensamento de sua escola: “Para não atemorizar as pessoas e para não fornecer ao governo um pretexto para fechar meus estabelecimentos, eu os chamo “Escola Moderna” e não “Escola de Anarquistas”. Porque a finalidade de minha propaganda é, confesso-o francamente, formar em minhas escolas anarquistas convictos. Meu desejo é convocar a revolução. No momento, todavia, devemos contentar-nos em implantar no cérebro da juventude a idéia do saque violento. Ela deve aprender que não existe, contra os policiais e a tonsura, senão um único meio: a bomba e o veneno”.

A instrução do processo levou à descoberta, na *villa* “Germinal”, em que ele morava, de documentos escondidos em um subterrâneo habilmente dissimulado e que tinha diversas portas de saída. Esses documentos provavam que ele era a alma de todos os movimentos revolucionários que se produziram na Espanha, desde 1872. Eis, entre outros, extratos de circulares redigidas em 1892:

“Companheiros, sejamos homens, esmaguemos esses infames burgueses... Antes de construir, arruinemos tudo... Se entre os políticos alguns apelarem à vossa humanidade, matai-os... Abolição de todas as leis... expulsão de todas as comunidades religiosas... Dissolução da Magistratura, do Exército e da Marinha... Demolição das igrejas...”

Enfim, do próprio punho de Ferrer, esta nota:

“*Eu disponho de uma receita para fabricar a panclastite*”.

Eis o homem que a franco-maçonaria apresentou ao mundo como professando o seu IDEAL.

Alguns dias após a execução de Ferrer, o Gabinete de Madrid foi forçado a pedir demissão; os chefes do partido liberal e do partido democrático, obedecendo sem dúvida às injunções da loja, levaram ao conhecimento de Maura que eles fariam uma obstrução irredutível a toda medida, a todo projeto que ele apresentasse. Ora, na Espanha, sem pelo menos dois terços dos votos tudo pode ficar sempre parado e tornar-se legalmente impossível. O partido liberal e o partido democrático, ao recusarem seu concurso daquele dia em diante, tornavam a administração impossível. Essa demissão alegrou os livre-pensadores e os ateus em toda Europa. O *Action* dizia:

"Não é verdade que, no mundo inteiro, um *grande duelo*, em toda a parte o mesmo, se fere entre as Religiões e o Livre Pensamento, entre a Autocracia e a Democracia, entre o Absolutismo e a Revolução? Existem fronteiras para a Igreja e uma pátria para o Vaticano? O drama da humanidade não é jogado ao redor dessas formas internacionais que são a Convenção e a Escola? A queda do gabinete Maura, assim como a execução de Ferrer, não constituíram senão um episódio desse grande drama incessante".

Nós nos alongamos sobre esse fato. Nada poderia melhor preparar o leitor para compreender o que vai seguir: a história da ação maçônica na França durante os dois últimos séculos, a exposição da organização da seita, de seus meios de ação e de seus procedimentos, as conjecturas sobre o resultado da luta em que se empenham a sinagoga de Satã e a Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo.

II

O AGENTE DA

CIVILIZAÇÃO MODERNA

HISTÓRICO

PRIMEIRO PERÍODO

DOS PRIMÓRDIOS À REVOLUÇÃO

CAPÍTULO X

A FRANCO-MAÇONARIA NOS SEUS PRIMÓRDIOS

Numa Carta Pastoral escrita em 1878, Monsenhor Martin, bispo de Natchitoches, nos Estados Unidos, disse com muito acerto:

"Na presença dessa perseguição de uma universalidade até aqui inaudita, da simultaneidade de seus atos, da similaridade dos meios que ela emprega, somos forçosamente levados a concluir pela existência de uma direção, de um plano de conjunto, de uma forte organização, que executa um objetivo determinado para o qual tudo tende.

"Sim, ela existe, essa organização, com seu fim, seu plano e a direção oculta à qual ela obedece; sociedade compacta apesar de sua disseminação sobre o globo; sociedade misturada a todas as sociedades, sem se fazer notar em nenhuma delas; sociedade de um poder acima de todo o poder, excetuado o de Deus; sociedade terrível, que é, para a sociedade religiosa, para as sociedades civis, para a civilização do mundo, não somente um perigo, mas o mais temível dos perigos".

Leão XIII expôs nestes termos o fim que essa organização internacional persegue:

"O desígnio supremo da franco-maçonaria é DERRUBAR DE ALTO A BAIXO *toda a disciplina religiosa e social nascida das instituições cristãs,* E DE SUBSTITUÍ-LA POR UMA NOVA DISCIPLINA, moldada segundo sua idéia, *cujos princípios fundamentais e leis são emprestados do* NATURALISMO".[1]

A idéia de substituir a civilização cristã por uma outra civilização baseada no naturalismo, nasceu, dissemos, na metade do século XIV; um esforço sobre-humano, continuado até nossos dias, foi tentado para realizá-la no fim do século XVIII. Concebemos com dificuldade que, combatida durante todo esse tempo pela Igreja, ela tenha subsistido e se tenha desenvolvido através de cinco séculos, para explodir enfim com o poder que nela vemos hoje, se não se pressupõe que, através desse longo espaço de tempo, tenham existido homens que transmitiram a sua guarda e a propaganda de geração em geração, e uma sociedade poderosa para preparar-lhe o triunfo.

Uma verdadeira conspiração contra o cristianismo pressupõe, com efeito, não somente o desejo de destruí-lo, mas inteligências, um concerto nos meios de atacá-lo, combatê-lo e aniquilá-lo.

Esses adeptos, visto que conspiravam contra o estado de coisas existente, tinham todo interesse em se esconder durante a vida, e em deixar após eles a menor quantidade de pistas possível sobre a existência de sua associação e de sua conspiração.

No entanto, indícios sérios permitem acreditar que a idéia dos humanistas foi recolhida pela franco-maçonaria. Existisse a maçonaria ou não antes deles, ela tentou a realização dos seus desígnios no século XVIII e retomou-os em nossos dias com a experiência que seu insucesso lhe conferiu.

Os franco-maçons pretendem fazer remontar suas origens ao templo de Salomão, e mesmo serem os herdeiros dos mistérios do paganismo. Não examinaremos aqui o arrazoado ou não dessas pretensões; mas devemos verificar se, nos tempos modernos, a seita tem sido verdadeiramente a alma da transformação social

---

[1] Encíclica de 20 de abril de 1884.

começada pela Renascença, continuada pela Reforma, e que quer terminar pela Revolução,[2] continuada há mais de um século.

A segunda geração dos humanistas, mais ainda do que a primeira, introduziu nos espíritos uma maneira absolutamente pagã de conceber a existência. Essa tendência devia enfim provocar a resistência da autoridade suprema da Igreja. Foi o que aconteceu sob o reinado de Paulo II. Este Papa renovou o corpo dos [abréviateurs] da chancelaria, fazendo sair todos os que não eram de uma integridade e de uma honestidade perfeitas. Essa medida levou aos últimos limites a cólera dos que lhe sofreram as conseqüências. Durante vinte noites consecutivas eles assediaram as portas do palácio pontifício, sem conseguirem ser recebidos. Um deles, Platina, escreveu então a Papa para ameaçá-lo de ir procurar os reis e os príncipes, e de convidá-los a convocarem um concílio diante do qual Paulo II teria que se desculpar por sua conduta. Essa insolência acarretou-lhe a prisão na fortaleza Santo-Anjo.

Os demais fizeram reuniões na casa de um deles, Pomponius Letus, do qual Pastor diz que "jamais talvez um sábio tenha impregnado sua existência de paganismo antigo no mesmo grau que ele". Ele professava o mais profundo desprezo pela religião cristã e não cessava de se derramar em discursos violentos contra seus ministros".[3]

Essas reuniões deram nascimento a uma sociedade que eles chamaram Academia Romana. Uma multidão de jovens, pagãos de idéias e de costumes, juntaram-se a ela. Ao entrar nesse cenáculo, eles abandonavam seus nomes de batismo para tomar outros, tirados da antiguidade, e escolhidos mesmo entre os mais mal afamados. Ao mesmo tempo, apropriavam-se dos mais escandalosos vícios do paganismo. Valateranus reconheceu que essas reuniões e as festas que aí se celebravam eram "o início de um movimento que devia encaminhar-se para a abolição da religião".

É possível ter chegado um momento em que não se sentiram mais em segurança na casa de Pomponius? O fato é que os nomes dos membros da Academia Romana estão inscritos nas catacumbas; que Pomponius Letus foi qualificado de *"Pontifex maximus"* e Pantagathus, "padre".[4] A esses nomes juntaram-se inscrições com caráter de deboche. Não tiveram vergonha de gravá-las nessas paredes tão profundamente veneráveis. O historiador Gregovorius não hesita em chamar essa Academia de "loja de franco-maçons clássicos". A Academia tinha escolhido as trevas das catacumbas para melhor esconder da autoridade a sua existência; e dando aos seus chefes os títulos de "padre" e de "Soberano Pontífice", manifestava não ser uma sociedade literária, mas uma espécie de igreja em oposição à Igreja Católica, uma religião, essa religião humanitária ou essa religião da Natureza com a qual a Revolução quis, mais tarde, na França, substituir a religião de Deus Criador, Redentor, Santificador; e cuja adoção por todo o gênero humano, como veremos, a seita almeja.

À impiedade e à licenciosidade pagãs eles tinham dado por companheira a idéia republicana. Num dos últimos dias de fevereiro de 1468, Roma soube, ao despertar, que a polícia acabava de descobrir uma conspiração contra o Papa e de realizar numerosas prisões, principalmente entre os membros da Academia. O projeto consistia em assassinar Paulo II e proclamar a república romana. "Sem dúvida jamais se dissipará inteiramente, diz Pastor, a obscuridade que paira sobre essa conjuração". Todos esses fatos carregam os caracteres de uma sociedade secreta.

---

[2] Perceber-se-á entre estas três palavras: *REnascença, REforma, REvolução*, um manifesto parentesco. Elas assinalam as grandes etapas de um mesmo movimento.

[3] Ver, para todos estes fatos, HISTOIRE DES PAPES *desde o fim da Idade Média*. Obra escrita de acordo com grande número de documentos inéditos extraídos dos arquivos secretos do Vaticano e de outros, pelo Dr. Louis Pastor, t. IV, p. 32-72.

[4] Ver Rossi, *Roma Sott.*, t. I, p. 3 e segts.

Na época da Reforma, a existência da franco-maçonaria torna-se mais manifesta.

É ao século XVI, diz N. Deschamps, ao ano de 1535, que remonta o mais antigo documento autêntico das Lojas maçônicas. Ele é conhecido pelo nome de *Carta de Colônia*. Ele nos revela a existência, já antiga, que remonta talvez a dois séculos, de uma ou de várias sociedades secretas que existiam clandestinamente nos diversos Estados da Europa, e em antagonismo direto com os princípios religiosos e civis que tinham formado a base da sociedade cristã.

N. Deschamps dá provas da autenticidade dessa carta. Digamos que não sejam aceitas por todos. Claudio Jannet admite-as. O original do documento encontrar-se-ia nos arquivos da loja-mãe de Amsterdã, que conserva, diz-se, também a ata de sua própria constituição, datada de 1519.

Tudo é notável nesse documento: os fatos, as idéias e os nomes dos signatários. Ele nos revela a existência e a atividade, há pelo menos um século — o que nos leva além de Paulo II e da sociedade secreta dos humanistas — , de uma sociedade que já se estende a todo o universo, cercada do mais profundo segredo, que tem iniciações misteriosas, obedece a um chefe supremo ou patriarca, conhecido apenas de alguns mestres.

“Não obedecendo a nenhum poder do mundo, dizem os signatários, e submissos somente aos superiores eleitos de nossa associação espalhada pela terra inteira, executamos suas incumbências ocultas e suas ordens clandestinas através de um intercâmbio de cartas secretas e por seus mandatários encarregados de missões expressas”.

Dizem eles não permitir acesso a seus mistérios senão àqueles que foram examinados e aprovados e que se ligarão e consagrarão às suas assembléias mediante juramentos.

Caracterizam a distinção entre eles e o mundo profano através destas palavras que encontramos em todos os documentos da maçonaria: “O mundo iluminado” e “o mundo mergulhado nas trevas”, palavras que exprimem a totalidade da franco-maçonaria, porque sua finalidade é fazer passar das trevas do cristianismo à luz da pura natureza, da civilização cristã à civilização maçônica.

Entre os signatários dessa carta encontram-se não somente Philippus Mélanchthon, o grande amigo de Lutero;[5] Herman de Viec, arcebispo-eleitor de Colônia, que teve de ser proscrito do império por causa de sua conivência com os protestantes; Jacobus d'Anvers, preboste dos Agostinianos daquela cidade; e Nicolas Van Noot, que, com o anterior, incorrem nas mesmas reprovações, assim como Coligny, o chefe do partido calvinista na França.

Doze anos antes, quatro anos após a constituição da Loja de Amsterdã, Franz de Seckongen, cuja revolta quase jogou toda a Alemanha na guerra civil, morria por causa dos ferimentos no castelo de Landstuchl, assediado pelos príncipes aliados de Trèves, de Hesse e do Palatinato. “Onde estão, exclamava, todos os nossos amigos? Onde estão os senhores d'Arnberg, de Furstenberg, de Zollern, os suíços, meus amigos, aliados de Strasbourg, e *todos os amigos da fraternidade*, que tanto me prometeram e que tão mal mantiveram a palavra empenhada?” Z. Janssen, em sua obra *L'Allemagne et la Réforme* pergunta: “De que elementos era composta essa FRATERNIDADE de qual fala o moribundo?” Não é impossível que a resposta se encontre no que precede. — É de se notar, com efeito, que as cidades nas quais,

---

[5] O editor de Mélanchthon, o sábio Bretschneider, diz: “Mélanchthon recebia em sua intimidade estranhos que ele jamais vira antes, e ele os recomendava calorosamente em todos os lugares em que iam e subvencionava suas necessidades de toda espécie. Não sei se *semelhante familiaridade* tinha como causa somente as virtudes desses homens ou então o renome de Mélanchthon e *a doutrina que era comum entre eles.*

após a Carta de Colônia, as lojas se tinham estabelecido, são aquelas em que o protestantismo encontrou seus primeiros adeptos.

Desses fatos vemos surgir uma probabilidade séria, no sentido de que a franco-maçonaria teve uma parte muito importante no movimento de idéias que se manifestou na Renascença, e que quis se impor à sociedade cristã através da Reforma, seja por existir ela antes, seja porque ela deva sua existência aos humanistas, que a teriam criado precisamente para nela encarnar, de alguma maneira, sua concepcão de vida da sociedade.

Nas suas origens a franco-maçonaria devia estar envolta num segredo muito mais impenetrável do que lhe é possível hoje, após a ação contínua durante vários séculos; daí a dificuldade em recuperar suas pistas. Mas a participação que ela teve na Revolução dá aos indícios que acabamos de recolher um valor probante que por si próprio não seria tão grande; porque foi o pensamento dos humanistas, tal como o vimos, que a Revolução quis realizar com a destruição da Igreja Católica e com o estabelecimento do culto da natureza.

Louis Blanc reconhece que é exatamente aí que se encontra a finalidade buscada pela Maçonaria: “No grau de *cavaleiro do sol*, assim que uma admissão acontecia, o Venerabilíssimo começava perguntando ao primeiro que chegava: “Que horas são?” E este devia responder: *“É a hora da obscuridade entre os homens”*. Interrogado, por sua vez, sobre os motivos que ali o traziam, o recipiendário respondia: “Venho procurar a luz, porque meus companheiros e eu nos perdemos durante a noite que cobre o mundo. Nuvens obscurecem Hesperus, a estrela da Europa; elas são formadas pelo incenso que a superstição oferece aos déspotas”. Não se poderia dizer de maneira mais clara que a civilização católica jogara a Europa nas trevas, que o gênero humano perdera de vista o fim natural do homem, e que a franco-maçonaria se impusera a missão de abrir-lhe os olhos.

Durante muito tempo os historiadores afastaram deliberadamente a franco-maçonaria da história; e por essa razão apresentaram a Revolução sob uma perspectiva falsa e enganadora.

Wallon, com a publicação das atas que foram elaboradas na própria ocasião, expôs-nos enfim os fatos tais como se produziram; mas ele não remonta às causas e aos agentes primeiros que motivaram esse cataclismo, às idéias cuja propagação tornou-o possível. Tocqueville e Taine, que trouxeram para o estudo da Revolução uma crítica tão esclarecida, não conduziram suas investigações ao domínio das sociedades secretas.

As maquinações da franco-maçonaria nestes últimos tempos despertaram a atenção. Vemo-la preparar-nos novas reviravoltas e novas ruínas. Perguntamo-nos se as infelicidades e os crimes que marcaram o fim do século XVIII não lhe são imputáveis. Maurice Talmeyr proferiu recentemente uma conferência que publicou em seguida em brochura, sob o título *La Franc-Maçonnerie et la Révolution Française*. Copin-Albancelli, Prache e outros aplicaram-se, em diferentes publicações, em fazer sair das trevas cuidadosamente cultivadas, a participação que as sociedades secretas tiveram na Revolução. Para a sua demonstração puderam aproveitar a obra publicada, há trinta anos, por N. Deschamps, sob o título *Les Sociétés Secrètes et la Société*, completada em 1880 por Claudio Jannet. E estes tinham oferecido larga contribuição com uma obra anterior, publicada em plena Revolução, em 1789, por Barruel: *Mémoires pour servir à l'histoire du jacobinisme.*

Essas *Mémoires* não oferecem, como o título poderia fazer crer, documentos relacionados à história dos crimes cometidos pelos jacobinos; o que Barruel, nos seus cinco volumes, se aplicou em fornecer aos futuros historiadores do Terror, foram as informações que lhes permitiriam estabelecer o ponto de partida, os agentes primeiros e as causas ocultas da Revolução. “Na Revolução Francesa, diz ele, tudo, até suas perversidades mais pavorosas, tudo foi previsto, meditado, combinado, resolvido,

estabelecido; tudo foi efeito da mais profunda maldade, posto que tudo foi amargo, dos homens que possuíam, sozinhos, o fio das conspirações urdidas nas sociedades secretas, e que souberam escolher e apressar o momento propício às conjurações".

A convicção dessa premeditação e dessas conspirações resulta da leitura de seus cinco volumes. No início do quarto, no "Discurso preliminar", ele pergunta: "Como os adeptos secretos do moderno Spartacus (Weishaupt) presidiram todas as perversidades, todos os desastres desse flagelo de pilhagem e de ferocidade chamado "Revolução"? *Como presidem eles ainda todos aqueles que ela medita para consumar a dissolução das sociedades humanas?*[6]

"Consagrando meus últimos volumes a esclarecer essas questões, não me vanglorio de resolvê-las com toda a precisão e com os detalhes dos homens que teriam a faculdade de seguir a seita "Iluminada" nos seus subterrâneos, sem perder de vista por um só instante os chefes ou os adeptos... Recolhendo os aspectos que me foram desvendados, não deixam de ser suficientes para marcar a seita por toda a parte em que as perversidades assinalam sua fatal influência".

Compreendemos o forte, o pungente interesse que a leitura dessa obra apresenta no momento atual.[7] Aquilo que está acontecendo, aquilo a que nós assistimos, é o segundo ato do drama que começou há um século, para realizar a idéia da Renascença: substituir a civilização cristã por uma civilização dita moderna. É a mesma Revolução, reavivada em seu fogo, com a intenção, que Barruel já observara, de espalhar o incêndio a todo o mundo. Ele nos mostra esse desígnio, essa vontade, expressos desde o começo do século XVIII. Poderão os conjurados alcançar seus objetivos? É segredo de Deus, mas também nosso. Porque o estratagema da Revolução depende do uso que nós quisermos fazer de nossa liberdade, assim como dos decretos eternos de Deus.

Foi para dar apoio, para encorajar as boas vontades, que Barruel escreveu em suas *Mémoires*: "É para triunfar, enfim, a qualquer preço, sobre a Revolução, e não para desesperar, que é preciso estudar os fastos da seita. Sede tão zelozos relativamente ao bem quanto ela tem sabido ser relativamente ao mal. Que se saiba querer salvar os povos; que os povos saibam eles mesmos querer salvar sua religião, suas leis e sua fortuna, assim como ela sabe destruir, e os meios de salvação não faltarão". É precisamente a vontade e a esperança que também gostaríamos de ver resultar da leitura deste livro.

Antes de dar aqui um resumo muito curto da obra de Barruel, é bom apresentar nossos leitores ao autor, para que saibam que crédito devem dar-lhe.

Augustin Barruel nasceu no dia 2 de outubro de 1741, em Villeneuve-de-Berg. Seu pai era tenente do bailiado de Vivarais. Terminou seus estudos e entrou na Companhia de Jesus. Quando ela foi ameaçada, ele se mudou para a Áustria, onde pronunciou seus primeiros votos. Permaneceu alguns anos na Boêmia, depois na Morávia, e foi professor em Viena, no Colégio Teresiano. Em seguida foi enviado à Itália e a Roma. Retornou à França após a supressão de sua Ordem, em 1774. Tendo se tornado independente por sua fortuna, consagrou-se inteiramente aos trabalhos filosóficos e históricos, e publicou desde então obras que, apesar de escritas em vários volumes, atingiram até cinco edições.

De 1788 a 1792 redigiu praticamente sozinho o *Journal Ecclésiastique*, publicação hebdomadária das mais preciosas para a história literária e eclesiástica da segunda metade do século XVIII. Assumindo sua direção, Barruel disse a seus leitores: "Nós sentimos todo o peso e toda a extensão dos deveres que nos impomos. Não

---

[6] Aquilo que ela considerava retomar no dia seguinte ao da Revolução, ela executa hoje sob nossos olhos. São mesmo os franco-maçons que presidem tudo o que vemos.

[7] Não tendo sido mais encontrada, a obra foi editada de novo com notas explicativas pela direção do jornal *La Bastille*.

podemos deixar de sentir preocupação com toda a assiduidade que eles exigem, interditando-nos, doravante, toda ocupação que poderia distrair-nos deles. Mas, votado por estado ao culto do verdadeiro Deus, à defesa de nossas santas verdades, como esses deveres vão se tornar caros para nós! Sim, este dia no qual nos comprazemos em considerar nossas funções de jornalista eclesiástico, torna esses deveres preciosos". Ele pôs em todas as suas obras esse espírito de fé.

Quanto mais os dias se tornavam ruins, mais o abade Barruel demonstrava zelo e bravura. Mudava freqüentemente de domicílio, para fugir dos mandados de prisão. A partir de 10 de agosto teve de suspender a publicação de seu jornal e ir para a Normandia. Daí ele se refugiou na Inglaterra.

Publicou, em Londres, em 1794, uma *Histoire du Clergé de France pendant la Révolution*. Foi lá também que ele concebeu o plano de sua grande obra: *Mémoires pour servir à l'histoire du jacobinisme*. Trabalhou quatro anos para reunir e preparar as matérias das primeiras partes. Os tomos I e II vieram à lume em Londres, em 1796.

Em 1798 foram reimpressos em Hamburgo, acompanhados do terceiro, relativo à seita dos Iluministas. Os dois últimos foram editados igualmente em Hamburgo, em 1803. Barruel publicou uma segunda edição, "revista e corrigida pelo autor", em 1818, dois anos antes de sua morte, em Lion, na casa de Théodore Pitrat.

É necessário ler essa obra inteira se se quiser conhecer a Revolução a fundo. Para escrevê-la, o abade Barruel teve revelações diretas de vários personagens da época, e encontrou na Alemanha uma série de documentos de primeira ordem. "Devo ao público — diz ele nas *Observações preliminares* do terceiro volume, aquele que desvenda os Iluministas — uma explicação especial das obras das quais tiro minhas provas". Ela dá a lista das principais, em número de dez, com uma nota sobre cada uma, que permite julgar sua autenticidade. A lista das obras se completa com aquela de vários outros documentos menos importantes. Ele acrescenta: "Eis aí o suficiente para ver que não escrevo sobre os Iluministas sem conhecimento de causa. Gostaria, em reconhecimento, poder nomear aqueles cuja correspondência me forneceu muitos novos recursos, cartas, memórias, que não poderia apreciar suficientemente; mas esse reconhecimento ser-lhes-ia fatal". E mais adiante: "Aquilo que eu cito, tenho à minha frente, eu o traduzo; e quando traduzo, o que freqüentemente acontece, coisas impressionantes, coisas que com dificuldade se acreditaria poderem ser ditas, cito o próprio texto, convidando cada qual a explicá-las, ou fazê-las explicar e verificar. Eu cotejo os diversos testemunhos, sempre com o livro à mão. Não menciono nenhuma lei do Código da Ordem, sem as provas da lei ou de sua prática".

De volta à França, foi consultado a respeito da promessa de fidelidade à Constituição, que substituía, por decreto de 28 de dezembro de 1799, todos os juramentos anteriores. Ele publicou, em 8 de julho de 1800, um parecer favorável. Suas razões, muito claras, anexadas às explicações do *Moniteur*, declarado jornal oficial, decidiram Emery e o conselho arquiepiscopal de Paris a se pronunciarem em favor da legitimidade da promessa. Alguns, nesta oportunidade, acusaram Barruel de lisonjear Bonaparte para obter favores. Longe de lisonjeá-lo, o abade Barruel foi de uma audácia inaudita: falando do primeiro Cônsul, ele o chama de "flagelo de Deus". Em 1800, ele aduz: "Todos os príncipes da Europa reconheceriam a República; não vejo como por isso Luís XVIII tenha sido menos verdadeiro herdeiro de Luís XVI. Sou francês. O consentimento dos outros soberanos sobre essa matéria é para mim tão nulo quanto o dos jacobinos; ele pode diminuir minha esperança, cercear os meios; mas não faz mossa ao direito".[8]

[8] *L'Evangile et le clergé français. Sur la soumission des pasteurs dans les révolutions des empires,* p. 75. Londres.

Barruel retornou à França somente em 1802. Tomou a defesa da Concordata e publicou sobre a matéria seu tratado *Du Pape et de ses droits religieux à l'occasion du Concordat*.[9]

Durante o Império, Barruel manteve-se afastado, não recebeu posto nem dignidade. Empreendeu a refutação da filosofia de Kant. Por ocasião da questão do cardeal Maury, Napoleão suspeitou que ele tivesse feito propagar o Breve de Pio VII, e foi aprisionado, com a idade de 70 anos. A polícia perseguiu-o ainda durante os Cem Dias. Ele terminou sua vida na casa de seus pais, em Villeneuve-de-Bery, no dia 5 de outubro de 1820, com a idade de 80 anos.

Foi preciso entrar nesses detalhes para mostrar a que ponto esse autor merece nossa confiança. Eis abaixo o que acabará por conferir-lha.

Durante os cinco e os sete anos que decorreram entre a publicação dos três primeiros volumes e dos dois últimos, sua obra foi lida e suscitou observações da parte dos franco-maçons. "De acordo com alguns desses II∴, diz Barruel, eu disse demais; de acordo com outros, faltou muito para que eu tivesse dito tudo. Sabemos que os primeiros pertencem ao número daqueles que incluí na exceção dos II∴ honestos demais para serem admitidos nos últimos mistérios; e os outros, ao número daqueles que, após terem visto tudo nos bastidores das lojas, envergonharam-se, enfim, e se arrependem de terem podido merecer as honras maçônicas. Devo a uns e a outros agradecimentos, mas devo-lhes também uma resposta". Ele lhes dá essa resposta, mostrando ter dito tudo que devia dizer, e nada além do que devia dizer.

Outros maçons se irritaram de se ver assim descobertos e acusaram Barruel de má-fé. Isto aconteceu principalmente com a obra de um inglês, Griffith, redator da *Monthly Review*. Esse escritor acha passáveis, satisfatórias mesmo, as provas que Barruel dá sobre a conspiração contra o altar; mas diz que as da conspiração contra os tronos estão imperfeitamente demonstradas. Em particular, a abolição da realeza na França é devida, diz ele, às circunstâncias locais, mais do que aos desígnios e às conspirações dos inspiradores da Revolução. Dizendo isso, não faz a menor menção às provas trazidas por Barruel em favor de sua tese.

Para responder à acusação de má-fé, Barruel observou que ele deu, e que ele dá de novo, os textos em sua língua original ao lado da tradução que ele fez. E relativamente aos mais importantes documentos aos quais ele se refere, diz que não somente é permitido a cada qual consultar os volumes impressos, mas confrontar esses volumes com os manuscritos que se encontram nos arquivos reais de Munique. Barruel faz mais: oferece a seu acusador um encontro em Munique, para lhe mostrar nos *escritos originais* as provas evidentes da sua calúnia. Griffith resguardou-se desse encontro e também recusou publicar na sua revista a resposta de Barruel.

Weishaupt, o fundador do Iluminismo, veio oferecer forte apoio a Griffith, que era sem dúvida um de seus adeptos. Barruel ofereceu também a Weishaupt um encontro nos arquivos de Munique, onde ele poderia rever os originais de suas próprias cartas, cujo texto ou existência ele contestava. "Mas, acrescentava Barruel, como ele não poderia comparecer lá sem se expor a ser enforcado (por causa de seus crimes contra os costumes), ele poderia nomear um procurador". Ele não foi, nem pessoalmente, nem por procurador.

——— ♦ ———

[9] Paris, 1803, dois vol. in-8°.

CAPÍTULO XI

A FRANCO-MAÇONARIA NO SÉCULO XVIII

I. — OS ENCICLOPEDISTAS

Voltaire foi um dos primeiros e dos mais poderosos agentes da Revolução.

Esta se propôs, dissemos — e nisto seguimos Haller, Leão XIII, e muitos outros, e mais ainda, seus próprios desígnios — o aniquilamento de toda religião e a derrubada de toda autoridade. Voltaire se encarregou da primeira parte desse programa, senão na totalidade, ao menos em sua parte mais elevada, o aniquilamento da religião de Cristo.

Concebeu ele esse projeto por si próprio, ou lhe foi sugerido? Condorcet não o diz, mas nos dá esta informação: "Foi na Inglaterra que Voltaire jurou consagrar sua vida a esse projeto; e manteve a palavra".[1]

Fez ele promessa no seu foro íntimo, ou prestou-a a conjurados? Esta última suposição parece a mais verossímil. "Foi na Inglaterra", diz Condorcet. Ora, em sua primeira viagem àquele país (1725-1728), Voltaire foi recebido como franco-maçomnum dos sodalícios descritos por Toland no seu *Pantheisticon* dedicado aos *Lectori Philometho et Philaleti*. (Essa denominação Filaletes será a de uma das lojas de Paris mais avançadas no movimento revolucionário). Durante esses três anos de estada no solo inglês, Voltaire levou "a vida de um rosa-cruz sempre ambulante e sempre escondido".

Aqui não estamos mais nas trevas intransponíveis das primeiras épocas da franco-maçonaria; estamos, como observa Claudio Jannet, num terreno histórico perfeitamente seguro. É a época da viagem de Voltaire à Inglaterra e de sua iniciação na franco-maçonaria pelos ingleses, que data da fundação das primeiras lojas na França, pelo menos daquelas constituídas para preparar a Revolução.[2] Elas foram estabelecidas pelos ingleses, e nas cidades onde as relações com eles eram freqüentes. Tais foram as de Dunquerque e de Mons, em 1721; Paris, em 1725; Bordeaux, em 1732; Valenciennes, em 1735; Havre, em 1739.[3]

A Inglaterra teve sempre uma grande participação nas revoluções do continente, e sempre soube tirar disso um grande proveito. A Revolução Francesa destruiu nossa frota, fez-nos perder as colônias, e garantiu à Inglaterra o império dos mares, do qual ela goza desde então.[4] A mão da Inglaterra foi igualmente percebida na Revolução que a Rússia sofre atualmente.

---

[1] Condorcet. *Vie de Voltaire*.

[2] Os franco-maçons (*Liberi Muratorii*) foram condenados pela primeira vez por Clemente XII, em 1738.

[3] Foram também os ingleses que instituíram as primeiras lojas nos outros países.

Sir George Hamilton, dignitário da Grande Loja da Inglaterra, encarregou-se da Suíça. O conde Scheffer foi designado para a Suécia; lorde Chesterfield para a Holanda; o duque d'Exter, Martin Folkes, para o Reino do Piemonte; o duque de Middlesex para o grão-ducado de Toscana. O emissário enviado a Roma foi o I∴ Martin Folkes; e o duque de Wharton recebeu o mandado de maçonizar a Espanha e Portugal.

[4] Lacourt Gayet acaba de publicar num volume muito documentado o resumo de seu curso na Escola Superior de Marinha. Vemos aí que, após a época de Colbert, o reino de Luís XVI foi o período mais brilhante de nosso poderio marítimo. Durante os quinze anos que precederam a Revolução, pudemos,

À Voltaire juntaram-se, inicialmente, d'Alembert, Frederico II e Diderot. Voltaire foi o chefe da conspiração; d'Alembert, o seu mais astuto agente; Frederico, o protetor, freqüentemente o conselheiro; Diderot, o filho perdido. Todos os quatro estavam penetrados por um profundo ódio ao cristianismo: Voltaire porque invejava o divino Autor e todos aqueles cuja glória Ele produziu; d'Alembert porque nascera com o coração ruim; Frederico porque conhecia o catolicismo apenas através dos inimigos deste; Diderot porque era louco pela natureza, com a qual pretendia, como os humanistas, substituir o culto do Deus vivo. Eles arrastaram um grande número de homens de todas as classes em sua conspiração.

De retorno a Paris, por volta de 1730, Voltaire não fez mistério de seu projeto de destruir o cristianismo contra o qual já havia publicado tantos escritos. Hérault, tenente de polícia, repreendendo-lhe um dia sua impiedade, disse-lhe: "Vós vos esforçais em vão, apesar do que escreveis não conseguireis jamais destruir a religião cristã". Voltaire respondeu: "É o que veremos".[5] Ele dizia ainda: "Estou cansado de ouvi-los repetir que doze homens foram suficientes para estabelecer o cristianismo, e tenho desejo de provar-lhes que não é preciso mais do que um para destrui-lo".[6]

Mas o que melhor mostra seu desígnio é a palavra que constantemente se repete sob sua pena e sobre seus lábios. "Todos os conspiradores, diz Barruel, têm uma linguagem secreta, uma senha, uma fórmula ininteligível para o leigo, mas cuja explicação secreta desvenda e lembra sem cessar aos adeptos o grande objetivo de sua conspiração. A fórmula escolhida por Voltaire consistiu nessas três palavras: "Esmagai a infame". "O que me interessa, escrevia ele a Damilaville,[7] é o aviltamento da infame". "Engajai todos os irmãos em perseguir a infame de viva voz e por escrito, sem lhe dar um momento de descanso". "Fazei, tanto quanto puderdes, os mais inteligentes esforços para esmagar a infame". "Esquecemos que a principal ocupação deve ser esmagar a infame". "Nossa situação é tal que somos a execração do gênero humano, se (nesse esforço) não tivermos em nosso favor as pessoas de bem (as

---

pela primeira e pela última vez até o presente, colocar-nos como rivais dos ingleses na posse do império dos mares.

A Revolução sobrevém e os fenômenos de "anarquia espontânea" imediatamente se manifestam nos portos de guerra. Desde antes da reunião dos Estados-Gerais, os clubes, as municipalidades pretendem substituir-se à autoridade militar que não tarda a se encontrar radicalmente aniquilada. As tripulações desertam. Observa-se com freqüência que os navios de guerra estão aparelhados com um *déficit* de sessenta a cem homens. Não é caso de fazer a prova de que a Inglaterra tenha tirado um imenso proveito dessa desordem. Colaborou ela diretamente para isso? Numa carta a um de seus amigos, lorde Granville confessou que "o governo britânico tem o hábito de excitar e de entreter desordens interiores no território francês". Por seu turno, lorde Mansfield declarou em pleno Parlamento que "o dinheiro gasto para fomentar uma insurreição na França seria bem empregado".

Mais recentemente, em 1899, quando a Inglaterra estava empenhada na guerra do Transvaal, o filho do ministro das colônias, Chamberlain Filho, dizia numa correspondência íntima publicada pelo *Le Jura* de Porrentruy: "Além das garantias do governo francês, estamos garantidos contra todas as represálias de Fachoda em razão dos acontecimentos internos que vão se desenvolver na França. Se não podemos contar com o *affaire* Dreyfus, que está gasto; se o processo na Suprema Corte não parece criar uma sensação suficiente para absorver a atenção da nação, sabemos que, a partir da reabertura do Parlamento de Paris, o governo introduzirá, com o apoio da maioria, diferentes *bills* contra os católicos, que, por sua violência, poderão mergulhar a França num estado de extrema sobreexcitação e desviar a atenção dos franceses do sul da África. Meu pai só marchou depois de todas as garantias por parte da França". Como explicar uma tal certeza e uma tal cumplicidade, se não através do acordo e da ação das sociedades secretas internacionais?

[5] Condillac. *Vie de Voltaire*.

[6] *Ibid*.

[7] Carta de 15 de junho de 1762.

pessoas da alta sociedade). É preciso, pois, tê-los todos, não importa a que preço: Esmagai a infame, eu vos digo”.[8]

Qual é essa infame que era preciso assim perseguir sem descanso, aviltar, esmagar, não importa a que preço e através dos esforços de todos os conjurados?

Na boca de Voltaire e na de todos os seus adeptos, essas palavras significavam constantemente: Esmagai a religião que adora Jesus Cristo. Abundam as provas disso em sua correspondência. Esmagai a infame, é desfazer o que os Apóstolos fizeram; é combater Aquele que os deístas e ateus combateram; é correr para cima de todo homem que se declare por Jesus Cristo. É o sentido que Voltaire vincula a essas palavras, e esse sentido não é menos evidente em sua pena do que na de outros. O cristianismo, a seita cristã, a superstição “cristícola”, são sinônimos sob a pena de Frederico. D'Alembert é mais reservado no uso dessa palavra, mas ele a toma sempre no pensamento que Voltaire lhe dá. Os outros conjurados não compreendem de outra forma essa “senha”. Eles não a acham suficientemente forte para exprimir o voto diabólico que está em seus corações. A extensão que eles dão à sua conjuração não deve deixar sobre a terra o menor vestígio da doutrina ou do culto do divino Salvador.

Os conjurados se encontraram completamente organizados em torno de Voltaire após sua estada na Prússia, por volta do fim de 1752.

O meio que julgaram dever empregar preferencialmente a qualquer outro para esmagar a infame foi atacar a fé nas almas. “Minar surdamente e sem ruído o edifício, escrevia Frederico a Voltaire, é obrigá-lo a cair por si mesmo” (29 de julho de 1775). No entanto, mesmo nisso d'Alembert advertia de serem prudentes e de não quererem ir rápido demais. “Se o gênero humano se ilumina, dizia ele ao observar o efeito produzido pela Enciclopédia, é porque se tomou a precaução de iluminá-lo pouco a pouco”.

Os conjurados faziam da Enciclopédia o depósito de todos os erros, de todos os sofismas, de todas as calúnias inventadas até então contra a religião. Mas estava convencionado que ela verteria o veneno de forma insensível. Uma arte admirável foi empregada para chegar a esse resultado. “Sem dúvida, escrevia d'Alembert a Voltaire, nós temos artigos ruins (quer dizer, artigos ortodoxos) de teologia e de metafísica. Com censores teológicos e um privilégio, eu vos desafio a torná-los melhores. Há artigos menos no dia em que tudo tiver sido reparado”.[9] Sabiam esperar a ocasião para insinuar esses artigos reparadores. “Durante a guerra dos Parlamentos e dos Bispos, escrevera Voltaire no ano anterior a d'Alembert (13 de novembro de 1756), tereis o tempo disponível para rechear a Enciclopédia de verdades que não se ousaria dizer há vinte anos”. E a Damilaville: “Deposito todas as minhas esperanças na Enciclopédia”.[10] De fato, ela foi, no dizer de Diderot, um sorvedouro em que uma espécie de catadores de trapos jogaram misturadamente uma infinidade de coisas mal recebidas, mal digeridas, boas, ruins, incertas e sempre incoerentes; e isto porque, segundo ele próprio, pretendia-se insinuar aquilo que não se podia dizer abertamente sem revoltar.[11]

Enquanto procuravam abalar os fundamentos da fé, os conjurados trabalhavam em fazer desaparecer seus defensores, e antes de todos os religiosos. Foi o segundo meio que empregaram para chegar a seus objetivos.

---

[8] Cartas a Damilaville, d'Alembert, Thercot e Saurin.

[9] Carta de 24 de julho de 1757

[10] Cartas de 23 de maio de 1764.

[11] A Enciclopédia teve uma tiragem de 4.200 exemplares, em 35 volumes in-folio. O processo de difusão foi montado com tudo o cuidado e todo o sucesso possível. Os livreiros ganharam 500 por cento. Era uma espécie de revista cuja publicação durou vinte anos.

A partir de 1743, Voltaire foi encarregado de uma missão secreta junto ao rei da Prússia, com a finalidade de secularizar os principados eclesiásticos.

Na França não havia eleitores eclesiásticos a despojar, mas havia Ordens a suprimir. Os primeiros atacados foram os jesuítas. Choiseul deu a razão dessa escolha: "Sendo destruída a educação que dão, todos os outros corpos religiosos cairão por si próprios". Sabemos como chegaram à supressão dos religiosos.

O terceiro meio foi a propaganda. A correspondência desses conjurados mostra-os atentos em mutuamente se darem contas das obras que preparam contra o cristianismo, dos frutos que esperam, da arte com a qual se empregam para garantir o sucesso. Eles as mandavam imprimir na maioria das vezes na Holanda, e cada mês surgiam novas.

Para obter a faculdade de divulgá-las, eles tinham homens poderosos na corte, ministros mesmo que sabiam fazer calar a lei e favorecer esse comércio de impiedade. Foi em reconhecimento a esse estranho uso da autoridade que lhe era confiado, que Voltaire exclamava: "Viva o ministério da França! Viva Choiseul!"[12] Malesherbes, que tinha a superintendência da livraria, estava, para essa propaganda, de entendimento com d'Alembert. Ele mostrava nas suas funções uma parcialidade odiosa em favor dos enciclopedistas. Ele suprimia dos artigos de Fréron tudo o que pudesse molestar a obra deles. Esse homem, guilhotinado aos 70 anos, fizera tudo o que estava em seu poder para propagar as idéias pelas quais deveria morrer e combater aquelas que teriam podido salvar a sociedade.

Em sua correspondência, os conjurados se felicitam pelos sucessos que obtêm na Suíça, na Alemanha, na Rússia, na Espanha, na Itália. O que mostra que em seu pensamento, a conjuração confessada de destruir o cristianismo não estava limitada à França. Brunetière assinala: "A Enciclopédia era uma obra internacional". Relativamente à Inglaterra, eles não têm nenhuma solicitude; ela regurgita, dizem, de socinianos. No que diz respeito à França, Voltaire e d'Alembert lamentam os obstáculos que aí encontram, apesar do que acabamos de dizer relativamente à ajuda que eles encontravam nas camadas elevadas da sociedade. Onde eles não podiam difundir os escritos abertamente ímpios ou licenciosos, ele publicavam outros que tinham por finalidade colocar em voga as grandes palavras como *tolerância, razão, humanidade*, das quais a seita não deixou de fazer uso, fiel à recomendação de Condorcet, que dizia delas fazer seu grito de guerra.[13]

Bertin, encarregado da administração do tesouro particular do rei, compreendeu o perigo dessa propaganda e chamou a atenção sobre os propagandistas. Ele viu que livros eles disseminavam em suas campanhas. Interrogados por ele, disseram que esses livros não lhes custavam nada, que eles os recebiam em pacotes, sem saber de onde vinham, com a recomendação apenas de vendê-los em seu trajeto ao preço mais módico possível. Os preceptores eram igualmente gratificados. Em dias e horas marcados, eles reuniam os operários e os camponeses, e um deles lia em alta voz um livro que servira para corromper a si próprio. Era dessa forma que os caminhos para a Revolução eram preparados até mesmo nas classes ínfimas da sociedade.

As pesquisas que Bertin fez para chegar à fonte dessa propaganda conduziram-no a um escritório de preceptores, criado e dirigido por d'Alembert.

Esse escritório se ocupava também em conseguir preceptores nas cidades e colocar professores nos colégios. Os adeptos, espalhados de um lado e de outro, se informavam sobre as vagas existentes, instruíam d'Alembert e seus coadjuvantes e davam, ao mesmo tempo, informações sobre os que se apresentavam para preenchê-las. Antes de enviá-los, traçava-se-lhes a regra de conduta a seguir e as precauções a tomar segundo os lugares, as pessoas e as circunstâncias. Já então a franco-

---

[12] Carta a Marmontel, 1767.
[13] *Esquisse du tableau historique des progrès*. Época 9.

maçonaria tinha compreendido que ninguém poderia melhor difundir suas idéias, melhor servir a seus desígnios do que o preceptor.

Para se apoderar do povo, recorreu-se ainda a outros meios. Barruel assinala particularmente aquele empregado pelos que se autodenominavam "economistas", porque se diziam amigos do povo, preocupados com seus interesses, desejosos de aliviar sua miséria e de fazerem observar mais ordem e economia na administração. A humanidade não está perdida. "Suas obras, diz Barruel, estão cheias desses traços que anunciam a resolução de fazer suceder uma religião puramente natural à Religião revelada". Como prova ele traz a análise que fez dos economistas de le Gros, preboste de Saint-Louis du Louvre.

Esses economistas tinham persuadido Luís XV que o povo dos campos e os artistas das cidades apodreciam numa ignorância fatal a si próprios e ao Estado, e que era necessário criar *Escolas profissionais*. Luís XV, que amava o povo, acolheu esse projeto com desvelo, e se mostrou disposto a tomar recursos próprios para fundar essas escolas. Bertin dissuadiu-o. "Faz muito tempo, disse ele, que eu observava as diversas seitas de nossos filósofos. Compreendi que se tratava muito menos de dar aos filhos do lavrador e do artesão lições de agricultura do que impedi-los de receberem as lições habituais de catecismo ou da religião. Não hesitei em declarar ao rei que as intenções dos filósofos eram bem diferentes das suas".

Bertin não se enganava. Barruel relata os temores e os remorsos que manifestou, três meses antes de sua morte, um grande senhor que tinha exercido as funções de secretário desse clube dos "Economistas": "Nós só admitíamos em nossa sociedade aqueles a respeito dos quais estávamos muito seguros. Nossas assembléias realizavam-se regularmente no palácio do barão d'Holbach. De medo que suspeitassem do objetivo, nós nos denominávamos de economistas. Tivemos Voltaire como presidente honorário e perpétuo. Nossos principais membros eram d'Alembert, Turgout, Condorcet, Diderot, La Harpe, Lamoignon, ministro da Justiça, e Damilaville, a quem Voltaire atribui como aspecto principal do caráter o ódio a Deus". Para terminar de esclarecer o Rei, Bertin desvendou-lhe o sentido dessas meias-palavras "Ecr. l'inf",[14] com as quais Voltaire terminava um número tão grande de suas cartas. Acrescentou que todos aqueles que recebiam de Voltaire cartas que terminavam com a horrível fórmula eram ou membros do comitê secreto ou iniciados nos seus mistérios.

Esse clube tinha sido fundado entre os anos 1763 e 1766. No momento em que a Revolução estourou, ele trabalhava, pois, há pelo menos vinte e cinco anos, para seduzir o povo, sob o especioso pretexto de auxiliá-lo a aliviar seus males.

Para chegar ao grande objetivo de sua conjuração, os sectários julgaram que não seria suficiente empregar os meios gerais que acabamos de descrever e para os quais todos deveriam concorrer com um esforço comum. Eles atribuíram a cada um deles um trabalho particular ao qual se consagraram mais especialmente.

Voltaire se encarregou dos ministros, dos duques, dos príncipes e dos reis.[15] Quando ele não podia aproximar-se pessoalmente do príncipe, ele o cercava. Ele

---

[14] "Ecrasez l'infame" — Esmagai a infame. (N. do T.)

[15] E. J. F. Barbier, advogado do Parlamento de Paris, manuseou um "Journal historique et anecdotique du règne de Louis XV", publicado pela Sociedade da História da França, de acordo com o manuscrito inédito da Biblioteca Nacional, por A. de la Villegille (Paris, Jules Renouard et Cie., rua de Tournon, 6, MDCCCXLIX. Por ali se vê como os príncipes eram especialmente procurados pelos chefes da franco-maçonaria: "Nossos senhores da Corte inventaram muito recentemente uma ordem chamada dos Frimasons, a exemplo da Inglaterra, na qual há também diferentes ordens particulares e não tardaremos a imitar os impertinentes estrangeiros. Nessa ordem estavam arrolados alguns de nossos secretários de Estado e diversos duques e senhores. Não se sabe nada a respeito dos estatutos, das regras e do objetivo dessa nova ordem. Eles se reuniam, recebiam novos cavalheiros, e a primeira regra era um segredo

havia colocado junto a Luís XV um médico, Quesnay, que soube muito bem assenhorear-se das idéias do rei, que o chamava de seu “pensador”. E o meio escolhido pelo pensador para se imiscuir no espírito do rei foi aquele empregado pelos economistas: chamar sua atenção sobre o que podia fazer a felicidade do povo.

D'Alembert foi encarregado ou se encarregou de recrutar jovens adeptos. “Tratai, escrevia-lhe Voltaire, tratai, de vossa parte, de esclarecer a juventude tanto quanto puderdes” (15 de setembro de 1762). Jamais uma missão foi cumprida com mais habilidade, zelo e energia. D'Alembert se fixou como o protetor de todos os jovens que vinham a Paris com algum talento e algum dinheiro. Ele os atraía pelas recompensas, pelos prêmios, pelas presidências acadêmicas a respeito das quais dispunha mais ou menos soberanamente, seja como secretário perpétuo, seja por suas intrigas. Sua influência e suas manobras nesse gênero se estendiam bem além de Paris. “Acabo, escrevia a Voltaire, de fazer entrar na academia de Berlim Helvetius e o cavaleiro Jaucourt”. Ele dispensava cuidados todos particulares àqueles que destinava a formar outros adeptos, confiando-lhes as funções de professores ou de preceptores. Ele teve êxito em colocá-los em todas as províncias da Europa e todos o mantinham ao par da propaganda filosófica. “Eis, meu caro filósofo, escrevia ele a Voltaire, na alegria de sua alma ruim, eis o que foi proferido em Cassel no dia 8 de abril (1772), na presença de Monsenhor, o *landgrave*[16] de Hesse-Cassel, de seis príncipes do império e da mais numerosa assembléia, por um professor de história que dei a Monsenhor, o *landgrave*”. A peça enviada era um discurso cheio de invectivas contra a Igreja e o clero.

Era sobretudo junto aos jovens príncipes destinados a governar os povos que importava aos conjurados colocar preceptores iniciados nos mistérios.

A correspondência deles mostra a atenção em não negligenciar um meio tão poderoso. Usaram de todos os artifícios para colocar junto ao herdeiro de Luís XVI um padre disposto a inspirar seus princípios ao ilustre aluno, como eles tinham conseguido colocar o abade Condillac junto ao Infante de Parma[17] . No entanto, não foi dado aos conjurados verem o filosofismo sentado sobre o trono dos Bourbons, como estava sobre os tronos do Norte. Mas Luís XV, sem ser ímpio, sem poder ser contado entre o número de seus adeptos, nem por isso deixou de ser uma das grandes causas do progresso da conjuração anticristã. Ele o foi pela dissolução de seus costumes e pela publicidade de seus escândalos. Ademais, Luís XV se cercou

---

inviolável relativamente a tudo o que se passava. Como semelhantes assembléias, assim secretas, são muito perigosas dentro de um Estado, sendo compostas de senhores, sobretudo nas circunstâncias da mudança que acaba de acontecer no ministério, o cardeal Fleury entendeu dever reprimir essa ordem de cavalaria em seu nascimento, e interditou todos esses senhores de se reunirem e de manterem semelhantes capítulos”. T. II, março de 1737, p. 448).

Em 1738, veio à lume em Dublin um livro que a F.-M. publicou especialmente para a França. O título é: *Relation apologique et historique de la Société des Francs-Maçons*, por S.G.D.M.F.M. Essa apologia foi condenada pela Santa Sé em fevereiro de 1739. Clemente XII acabava de lançar a primeira bula papal contra a F∴ M∴; o cardeal Fleury tinha dado ao chefe de polícia Hérault a ordem de fazer uma pesquisa nas assembléias dos Free-Mason e em 14 de setembro de 1737 uma sentença da polícia proibira suas reuniões. A atenção dos poderes espiritual e temporal era chamada sobre a seita. O poder civil, que tinha em mãos os meios de coerção, não soube ir até o fim.

[16] Título ou dignidade de alguns príncipes alemães. (N. do T.)

[17] O grão-duque Nicolas Mikhailowitch da Rússia acaba de publicar um livro, *Comte Paul Stroganow*. Stroganow foi confiado por sua família aos cuidados do futuro convencional e regicida Romme, como Alexandre I, do qual se tornou amigo e conselheiro, teve por preceptor o iluminista La Harpe. Romme levou seu aluno para França e não o deixou faltar a uma só sessão da Constituinte, “a melhor escola de direito público”. Em janeiro de 1790, Romme funda um clube, a “Sociedade dos Amigos da Lei”; nele faz entrar seu aluno, ao qual dá desde logo o nome de Paul Otcher. Em 7 de agosto de 1799, Paul Octher é recebido como membro do clube dos jacobinos. Catarina, advertida por seu embaixador, chama então Stroganow, que deve retornar à Rússia.

ou se deixou rodear de ministros sem fé, que tiveram relações íntimas com Voltaire e seus conjurados.

Barruel consagra os capítulos XII a XVI de seu primeiro volume em mostrar as conquistas que eles fizeram entre as cabeças coroadas, os príncipes e as princesas, os ministros, os grandes senhores, os magistrados, os homens de letras, e enfim, ai de nós! no clero.[18] É verdadeiro dizer que os conjurados tirados do corpo eclesiástico eram quase todos daqueles que se chamavam "abades de corte". Barruel presta uma homenagem bem merecida ao conjunto do clero da França na véspera da Revolução. Ele louva particularmente os eclesiásticos que, por seus escritos, se esforçaram em entravar a corrupção dos espíritos, tão ardentemente perseguida pelos conjurados.

——— ♦ ———

[18] O I.˙. J. Emile Daruty intercalou numa de suas obras um *Quadro dos Oficiais e Membros do Grande Oriente da França, em 1787*.

Essa lista compreendia: 1 príncipe de sangue: o duque de Orléans, Grão-Mestre; 2 duques: o duque de Luxemburgo, Administrador Geral; o duque de Crussol, Grande Conservador da Ordem na França; *treze* padres, religiosos: *Oficial Honorário*: Pingré (abade Alexandre Guy), membro da Academia Real das Ciências, bibliotecário da Abadia de Santa Genoveva; — *Oficiais em exercício*: Beaudeau (abade), preboste mitrado de Vidzini, vigário-geral e plenipotenciário do Príncipe Bispo de Vilna; Coquelin (abade), cônego da igreja Real de Santo Aubin, de Crespy en Valois; — Sauvine (abade); — Vermondans (abade), *capelão do Rei!!!* — *Deputados não dignatários*: Baudot, religioso beneditino; — Bertolio (abade Antoine René Constance), substituto do Grande Mestre do Rito Escocês Filosófico em 1776; — Champagne (abade Jean François), professor fundador do Colégio Luís-o-Grande; — Expilly (abade Jean Joseph d'); — Guessier de la Garde de Longpré, padre, doutor em teologia; — Le Febvre (abade), procurador-geral da Abadia Real de Santa Genoveva; — Robin, religioso beneditino; um dos fundadores da loja *As Nove Irmãs*, da qual ainda fazia parte em 1806, e Tavernier (abade), cônego da igreja de Meaux (*op. cit.*, pp. 161 a 169, inclusive).

Não é sem interesse anotar que o Capelão de Luís XVI, abade de Vermondans, era, em 1787, Oficial do Grande Oriente de França. O infortunado monarca estava, pois, rodeado de todos os lados por franco-maçons, desses franco-maçons que se tinham juntado aos *Iluministas*, como veremos mais adiante, para votar sua morte na Convenção de Wilhelmsbad!

CAPÍTULO XII

A FRANCO-MAÇONARIA NO SÉCULO XVIII

II. — OS ANARQUISTAS

Os Enciclopedistas não foram os únicos a preparar a Revolução; Barruel não o ignorava. Ele divide em três classes os demolidores que sabotam os fundamentos da sociedade cristã. Voltaire e os seus, que ele chama de "sofistas da impiedade", porque seu principal objetivo era derrubar os altares de Nosso Senhor Jesus Cristo; os franco-maçons, que ele chama de "sofistas da rebelião", porque eles se propõem — pelos menos os que conheciam o segredo da seita — derrubar os tronos dos reis; os iluministas, que ele chama de "sofistas da anarquia", porque, ao juramento de derrubar os altares de Cristo eles acrescentaram o de destruir toda e qualquer religião, e ao juramento de derrubar os tronos, o de fazer desaparecer todo governo, toda propriedade, toda sociedade governada pelas leis.

Mais tarde veremos aparecer os Maçons das Lojas, que retomaram, após a Revolução, a obra que ela não pudera terminar completamente. Os *carbonari*, ou Maçons das Lojas inferiores, terão por missão especial suscitar a revolução política e substituir as monarquias pelas repúblicas; a Grande Loja, a de destruir a soberania temporal dos Papas, e de assim preparar a ruína do Poder espiritual.

Barruel chama, pois, os franco-maçons, em razão da função própria atribuída àqueles de sua época: "os sofistas da rebelião"; rebeldes, posto que tinham como meta a derrubada dos tronos; sofistas, porque o primeiro meio empregado para chegar a esse resultado era a propagação no seio da sociedade de um sofisma, o sofisma da igualdade, pai da anarquia.

À medida que avançarmos neste estudo, veremos cada vez melhor que o sofisma e a mentira sempre foram e ainda são os grandes meios de ação empregados pela seita para chegar a seus fins. Eles não poderiam desejar que fosse de outra maneira, pois precisam ocultar aos olhos do público e aos olhos dos próprios franco-maçons aquilo que o Poder oculto busca, aquilo que ele os faz executar.

Aí está a razão pela qual o primeiro sofisma empregado para conduzir a revolução foi chamado de SEGREDO MAÇÔNICO por excelência.

Barruel narra com ele pôde um dia se introduzir numa loja para assistir à admissão de um aprendiz.[1] "O ponto importante para mim, diz ele, era aprender o famoso segredo da maçonaria. Fez-se passar o recipiendário sob a abóbada de aço para chegar diante de uma espécie de altar, no qual se fez um discurso sobre a inviolabilidade do segredo que lhe ia ser confiado e sobre o perigo de faltar ao juramento que devia pronunciar. O recipiendário jura que quer ter a cabeça cortada se vier a trair o segredo. O Venerável, sentando sobre um trono atrás do altar, diz então: "Meu caro I∴, o segredo da franco-maçonaria consiste nisto: Todos os homens são iguais e livres, todos os homens são irmãos". O Venerável não acrescentou mais nenhuma palavra. Os presentes se abraçaram e passaram ao jantar maçônico. "Eu estava então, continua Barruel, tão longe de suspeitar uma intenção ulterior nesse famoso segredo, que quase estourei de rir quando o ouvi e disse àqueles que me tinham introduzido: Se é esse todo o vosso grande segredo, faz muito tenho que o

---

[1] T. II, p. 278 e segtes. Edit. princeps.

conheço". E, com efeito, se se compreende por "igualdade" e "liberdade" que os homens não são feitos para serem escravos de seus irmãos, mas para gozar da liberdade que Deus dá a Seus filhos; se por "fraternidade" se quer dizer que sendo todos filhos do Pai celeste, os homens devem todos se amar, ajudar-se mutuamente como irmãos, não se percebe que haja necessidade de ser maçompara aprender essas verdades. "Eu as achei bem melhor ditas no Evangelho do que nos seus jogos infantis", diz Barruel. Ele acrescenta: "Devo dizer que em toda loja, por mais numerosa que fosse, não vi um só maçomdar ao grande segredo um outro significado".

Barruel observa que havia ali apenas não-iniciados; e a prova que oferece é que nenhum daqueles que assistiam àquela sessão se deixou levar pela Revolução, exceto o Venerável.

Dá-se que, com efeito, se a franco-maçonaria é uma associação muito numerosa de homens, unidos pelos juramentos e que lhe emprestam uma cooperação mais ou menos consciente e mais ou menos direta para a obra proposta, há apenas um pequeno número de iniciados que conhecem o objetivo último da própria associação. Era preciso encontrar esse objetivo, para aquela época, nas palavras "Igualdade, Liberdade", posto que eram dadas ao aprendiz como o segredo da sociedade, segredo a ser guardado sob as mais graves penas, consentidas quando do juramento, segredo a ser meditado e cujo sentido profundo seria liberado pouco a pouco nas sucessivas iniciações.

Em sua recente obra, Gustave Bord confirma essa maneira de ver. Também segundo ele, a primeira sugestão lançada no mundo pela franco-maçonaria para preparar os caminhos para a Jerusalém da nova ordem, o Templo que os franco-maçons querem levantar sobre as ruínas da civilização cristã, foi a idéia da igualdade.

Nosso Senhor Jesus Cristo pregara a igualdade, mas uma igualdade que procedia da humildade que Ele soube colocar nos corações dos grandes. "Os reis dominam as nações. Quanto a vós, não procedais assim: mas que o maior dentre vós seja como o último, e aquele que governa como aquele que serve" (Lucas, XXII, 25-26). Essa igualdade de condescendência, que inclina os grandes em direção aos pequenos, a franco-maçonaria quer substituir pela igualdade do orgulho, que diz aos pequenos que eles têm o direito de se considerarem no nível dos grandes ou de os rebaixarem até eles. A igualdade orgulhosa, pregada por ela, diz também assim ao bruto como ao infortunado: "Vós sois iguais às mais altas inteligências, aos poderosos e aos ricos e vós sois *a maioria*. A palavra "liberdade" tinha esse significado preciso: a igualdade perfeita só pode ser encontrada na liberdade total, na independência de cada um, relativamente a todos, após a ruptura definitiva dos laços sociais. Não mais mestres, não mais magistrados, não mais pontífices nem soberanos; todos iguais sob o nível maçônico, e livres para seguirem seus instintos, — tal era o significado total das palavras: *igualdade, liberdade*.

Esse dúplice dogma maçônico devia ter e tem por efeito destruir toda a hierarquia e substituí-la pela anarquia, isto é, suprimir a sociedade. Ao passo que a doutrina pregada por Nosso Senhor Jesus Cristo teve por efeito a abolição da escravidão e o exercício de uma autoridade e de uma obediência que tomaram, uma a inspiração, outra o poder, da vontade de Deus, o que regenerou a humanidade e produziu a civilização cristã.

"A idéia da igualdade orgulhosa que a franco-maçonaria esforçou-se em fazer entrar nas entranhas da nação é, diz Gustave Bord, a mais nefasta, a mais terrível que se possa imaginar. A substituição da idéia de hierarquia pela idéia de igualdade é destruidora de toda a idéia social. Ela conduz as sociedades aos piores cataclismos".

E mais adiante: "As idéias de igualdade social impregnaram suas idéias (dos franco-maçons) a tal ponto que elas se manifestaram antes de suas idéias antireligiosas, que por sua vez triunfaram não como único objetivo da maçonaria, mas como conseqüência da aplicação de suas teorias de igualdade ao extremo, após tê-las

aplicado à vida social e política; não somente eles se impregnaram delas, mas ainda farão a França e a Europa inteira adotarem suas doutrinas, tornadas a razão de ser das novas sociedades".

Foi em 12 de agosto de 1792 que a maçonaria julgou que o tempo do mistério havia passado, que o segredo seria inútil dali em diante. "Até então os jacobinos não tinham datado os fastos de sua Revolução senão pelos anos de sua pretendida *liberdade*. Nesse dia, Luís XVI, quarenta e oito horas após ter sido declarado pelos rebeldes destituído de todos os direitos ao trono, foi levado cativo às torres do Templo. Nesse mesmo dia, o conjunto dos rebeldes decidiu que à data da *liberdade* seria dali em diante acrescentada nos atos públicos a data da *igualdade*. Esse próprio decreto foi datado como sendo do quarto ano da *liberdade*, como do primeiro ano, primeiro dia da *igualdade*.[2]

"Nesse mesmo dia, pela primeira vez, brilhou enfim publicamente esse segredo tão caro aos franco-maçons, prescrito em suas lojas com toda a fé do mais inviolável juramento. À leitura desse famoso decreto eles exclamaram: "Enfim, eis-nos aqui; a França inteira não é mais do que uma Loja; os franceses são todos franco-maçons e o universo inteiro logo será como nós. Fui testemunha dessas manifestações; ouvi as perguntas e as respostas a que deram ensejo. Vi os até então mais reservados maçons responderem dali em diante sem o menor constrangimento: "Sim, enfim, eis cumprido o grande objetivo da franco-maçonaria. *Igualdade e Liberdade: todos os homens são iguais e irmãos; todos os homens são livres*; aí estava a essência de nosso código, todo o objetivo de nossos desígnios, todo o nosso grande segredo". Ouvi mais especialmente as palavras saírem da boca dos mais zelosos franco-maçons; daqueles que eu vira condecorados com todas as ordens da franco-maçonaria e revestidos com todos os direitos para presidir as lojas".[3]

Coisa curiosa: era estritamente proibido aos franco-maçons apresentar aos profanos essas duas palavras justapostas: Igualdade, Liberdade (é a ordem em que então se encontravam). "Essa lei, diz Barruel, era tão bem observada pelos escritores maçônicos, que não lembro de jamais tê-la visto violada em seus livros, apesar de ter lido um grande número e dos mais secretos. O próprio Mirabeau, ainda quando dava a impressão de trair o segredo da maçonaria, não ousava revelar-lhe senão uma parte, liberdade, aqui, igualdade de condições, lá. Ele sabia que ainda não tinha chegado o tempo em que seus I∴ poderiam perdoá-lo por ter, mediante a justaposição dessas duas palavras, despertado a atenção sobre o sentido que elas poderiam tomar, esclarecidas uma pela outra".

A palavra "liberdade", considerada isoladamente e em si mesma, apresenta ao espírito não uma coisa misteriosa e secreta, mas uma coisa conhecida e

---

2 É de se notar que as duas palavras que compõem o nome que os franco-maçons se atribuíram indicam, a primeira, o que eles são, ou pelo menos o que querem ser e todo o gênero humano com eles, isto é, livres ou *francs*, no sentido determinado de independência; e a segunda, o que eles querem fazer: *maçonner*, construir o TEMPLO. Mais tarde diremos o que esse templo quer ser.

Somente mais tarde a palavra fraternidade completou a trilogia. Ela serviu de máscara para a sociedade, com o intuito de fazê-la parecer uma instituição benfazeja.

Observamos que a fórmula sagrada dos mistérios maçônicos era tão preciosa para Voltaire que Franklin, tendo tido a baixeza de apresentar-lhe os filhos para serem abençoados, ele pronunciou sobre eles apenas estas palavras: Igualdade, Liberdade. (Condorcet, *Vie de Voltaire*).

3 "Existe, diz Barruel, um livro impresso há cinqüenta anos (por conseguinte por volta de 1750), sob o título: *De l'origine des francs-maçons et de leur doctrine*. Essa obra ter-me-ia sido muito útil, se eu a tivesse conhecido antes. Que não me acusem de ter sido o primeiro a desvendar que uma igualdade e uma liberdade ímpias e desagregadoras constituíam o grande segredo dos bastidores das lojas. O autor afirmava-o tão positivamente quanto eu e o demonstrava claramente, seguindo passo a passo os graus da maçonaria escocesa, tal como então existiam".

eminentemente boa. É mesmo o dom mais precioso que Deus concedeu à natureza humana, aquele que a coloca num reino tão superior ao ocupado pelos animais: o dom de praticar atos que não sejam obrigatórios e que, por conseguinte, trazem com eles a responsabilidade e o mérito, e por isso permitem a cada um de nós crescer indefinidamente.

A palavra "igualdade" aplicada ao gênero humano indica que, na diversidade das condições, a comunidade de origem e de fim último dá a todas as pessoas que a compõem a mesma dignidade.

Também a franco-maçonaria não via nenhum inconveniente, longe disso, em ser apresentada a estes como glorificadora da liberdade, àqueles como glorificadora da igualdade. O que ela não queria fora de suas lojas, o que ela, ao contrário, queria no seu interior, é que essas palavras fossem apresentadas juntas e unidas. A inteligência do que ela tivera a intenção de colocar na reunião dessas palavras, eis o que ela queria fosse apreendido por seus adeptos e escondido aos leigos. Aí estava seu mistério. E esse mistério, ainda hoje importa não manifestá-lo à luz do dia, porque a franco-maçonaria não cessou de mistificar o público com essas palavras, que ela e os seus tomam num sentido e as pessoas de bem em outro.

Assinalemos, inicialmente, qual o gênero de igualdade que a franco-maçonaria exaltava em suas lojas. Todos os maçons, fossem eles príncipes, eram "Irmãos". A igualdade que ela estabelecia entre eles marcava que aquilo que ela se impusera como missão de estabelecer no mundo não era a igualdade, que temos segundo nossa origem comum e nosso destino comum, mas a igualdade social, que deve abolir toda hierarquia e conseqüentemente toda autoridade, fazer reinar a anarquia. A palavra liberdade unida à palavra igualdade acentuava ao último grau esse significado. Isto traduziria que a igualdade não se encontraria senão na liberdade, vale dizer, na independência de todos relativamente a todos, após a ruptura de todos os liames que ligam os homens uns aos outros. Assim, nada mais de mestres, nem de magistrados, nada mais de padres, nem de soberanos e, em conseqüência, nada de subordinados a nenhum título: todos iguais sob o nível maçônico, todos livres, com a liberdade dos animais, podendo seguir seus instintos.

Era a isso que a franco-maçonaria queria desde logo chegar, é para aí que ela queria levar o gênero humano; mas era um segredo a ser guardado. Espalhemos no meio do povo as palavras liberdade e igualdade; mas guardemos para nós o significado último.

Já Voltaire declarara querer dar liberdade à razão oprimida pelo dogma, e restabelecer entre os homens a igualdade que o sacerdócio, armado da Revelação, havia rompido. "Nada há de tão pobre e de tão miserável, dizia Voltaire, como um homem que recorre a outro homem para saber no que ele deve crer".[4] Ele invocava com seus desejos "aqueles dias em que o sol iluminará apenas os homens livres, que não reconhecerão outros mestres além de sua razão".[5]

A essa primeira igualdade na incredulidade, a alta maçonaria julgou ser necessário juntar uma outra, a igualdade social. Era necessário, por conseguinte, desfazer-se dos reis, assim como dos padres, abater os tronos, assim como os altares, e antes de tudo aquele que dominava todos os outros, o trono dos Bourbons. *Lilia pedibus destrue,*[6] foi a palavra de ordem que se espalhou de loja em loja, e daí, no meio do povo.

Nas lojas ouvia-se que não existe liberdade nem igualdade para um povo que não é soberano, que não pode fazer suas leis, que não pode nem revogá-las, nem mudá-las.

---

[4] Carta ao duque de Usez, 19 de novembro de 1760.
[5] Condorcet. *Esquisse d'un tableau historique du progrès de l'esprit humain.* (Época 9).
[6] Destrói os lírios (as flores de lis) pela base (N. do T.).

Para o povo não há necessidade de longas explicações. Basta fazê-lo ouvir essas palavras: liberdade, igualdade. Ele compreende, e logo se mostrará pronto para os combates que os objetos de seus mais ardentes desejos deveriam proporcionar-lhe. Assim, num instante, armado de lanças, baionetas e archotes, ele se lançou à conquista da liberdade e da igualdade. Ele soube onde encontrar os castelos a serem queimados e as cabeças a serem cortadas para nada mais ver acima de si, e em tudo e por tudo ter liberdade de ação.

Não se injuria a franco-maçonaria quando se afirma que o segredo que ela ocultara sob essas palavras, liberdade e igualdade, era a Revolução com todos os seus horrores.

Citemos, no entanto, por causa de sua importância e de sua clareza, o que diz John Robison, professor de filosofia natural e secretário da Academia de Edimburgo. Ele se tornou maçomna segunda metade do século XVIII e logo obteve o grau de Mestre escocês. Com esse título ele visitou as lojas da França, Bélgica, Alemanha e Rússia. Adquiriu tão grande crédito junto aos franco-maçons, que estes lhe ofereceram os mais elevados graus. Foi então, em 1797, que ele publicou o resultado de seus estudos num livro intitulado *Preuves des conspirations contre toutes les religions et tous les gouvernements de l'Europe, ourdies dans les assemblées secrètes des illuminés et des francs-maçons*. "Tive, disse ele, as oportunidades de acompanhar todas as tentativas realizadas durante cinqüenta anos, sob o pretexto especioso de *esclarecer o mundo com a chama da filosofia, e de dissipar as nuvens de que se servem a superstição religiosa e civil para manter o povo da Europa nas trevas da escravidão*". Sempre as mesmas palavras para exprimir as mesmas intenções: liquidar com a civilização cristã para substituí-la por uma civilização baseada unicamente na razão e que deve dar satisfação aqui em baixo a todas as concupiscências da natureza.

"Vi, continua John Robison, formar-se uma associação que tinha por único objetivo destruir, até seus fundamentos, todas as instituições religiosas, e derrubar todos os governos existentes na Europa. Vi essa associação divulgar seus sistemas com um zelo tão alentado, que ela se tornou quase irresistível; e percebi que *os personagens que tiveram maior participação na Revolução francesa eram membros dessa associação, que seus planos foram concebidos segundo seus princípios e executados com sua assistência*".

Um personagem ainda mais autorizado, o conde Haugwitz, ministro da Prússia, acompanhou seu soberano no congresso de Verona, e, naquela augusta assembléia, leu um memorial que teria podido intitular: "Minha confissão". Ele diz nesse memorial que não somente foi franco-maçon, mas que foi encarregado da direção superior das reuniões maçônicas de uma parte da Prússia, da Polônia e da Rússia. "A maçonaria, diz ele, estava então dividida em duas partes nos seus trabalhos secretos"; aquilo que um outro maçomchama de "parte pacífica", encarregada da propagação das idéias, e de "parte guerreira", encarregada de fazer as revoluções. "As duas partes davam-se as mãos *para chegarem à dominação do mundo*... Exercer uma influência dominadora sobre os soberanos: tal era nosso objetivo".[7] Essa vontade de chegar à dominação do mundo é própria dos judeus; nisto os franco-maçons não são senão instrumentos deles; ela explica quase todos os acontecimentos dos dois últimos séculos, e sobretudo os do momento atual.

---

[7] O escrito desse homem de Estado foi publicado pela primeira vez em Berlim, em 1840, na obra intitulada: *Dorrow's Dnkscriftten und Briefen zur charackteristick der Wett und litteratur* (T. IV, p. 211e 221).

A Revolução é o fato da maçonaria; ou melhor, como diz Henri Martin, "a franco-maçonaria foi o laboratório da Revolução".[8] Ela própria, ademais, não se omite em reivindicar a honra de ter posto a Revolução no mundo.

Na Câmara dos Deputados, na sessão de 1° de julho de 1904, tendo o marquês de Rosanbo dito: "A franco-maçonaria trabalhou na surdina, mas de uma maneira constante para preparar a Revolução",

"JUMEL — É isto, com efeito, do que nos vangloriamos.

"Alexandre ZÉVAÈS — É o maior elogio que o senhor nos poderia fazer.

"Henri MICHEL (Bouches-du-Rhône) — É a razão pela qual o senhor e seus amigos a detestam".[9]

Rosanbo replicou: "Estamos, pois, perfeitamente de acordo a respeito desse ponto: que a maçonaria foi a única autora da Revolução, e os aplausos que ela recolhe da esquerda, e aos quais estou pouco habituado, provam, senhores, que reconheceis comigo que ela fez a Revolução francesa.

JUMEL — Fazemos mais do que reconhecer. Nós o proclamamos".

Num relatório lido na Sessão Plenária das Respeitáveis Lojas *Paz e União* e *Livre Consciência*, no Oriente de Nantes, em 23 de abril de 1883, uma segunda-feira, lemos:

"Foi de 1772 a 1789 que a Maçonaria elaborou a grande Revolução que devia mudar a face do mundo...

"Foi então que os franco-maçons vulgarizaram as idéias que tinham recebido em suas lojas... (Relatório, p. 8)".

Na circular que o grande conselho da ordem maçônica enviou a todas as lojas para preparar o centenário de 89, encontramos a mesma afirmação seguida de uma ameaça: "*A maçonaria, que preparou a Revolução de 1789,* tem por dever continuar sua obra; o atual estado dos espíritos compromete-a com isso".

Bem antes disso, em 1776, Voltaire escrevera ao conde d'Argental: "De todos os lados se anuncia uma Revolução".

Ele conhecia o que ele e seus amigos das lojas preparavam para a Igreja e para a sociedade; o convencional Guffroy caracterizou-a assim: "Jamais a história dos povos bárbaros, jamais a história pavorosa dos tiranos, oferecerão a imagem de uma conspiração mais espantosa nem melhor combinada contra a humanidade e a virtude".

Já nesse mesmo ano de 1776 a comissão central do Grande Oriente tinha escolhido, entre os maçons, homens encarregados de percorrer as províncias e de visitar as lojas em toda a extensão da França, para adverti-las de se manterem prontas para oferecer seu concurso ao que se ia cumprir.[10]

---

[8] *Histoire de France*, t. XVI, p. 535.

[9] *Journal Officiel*, 2 de julho, p. 1799.

[10] Eis aqui, como exemplo, o que, segundo o testemunho de Barruel, foi tentado em Flandre:

"Desde o ano de 1776, a comissão central do *Oriente* encarregou seus deputados de predisporem os irmãos à insurreição, de percorrerem e visitarem as lojas em toda a extensão da França, de apressá-las, de concitá-las em virtude do juramento maçônico, e de lhes anunciar que era tempo enfim de dar cumprimento a esse juramento pela morte dos tiranos.

"Aquele dentre os grandes adeptos que teve por missão as províncias do norte, era um oficial de infantaria chamado Sinetty. Suas marchas revolucionárias o levaram a Lille. O regimento de Sarre estava então servindo nessa cidade. Importava aos conjurados garantir sobretudo os irmãos com os quais contavam entre os militares; a missão de Sinetty teve o sucesso do qual ele se vangloriara, mas a maneira pela qual ele se desincumbiu dela basta para o nosso objetivo. Para contá-la, vou apenas repetir aqui a exposição que me quis fazer uma testemunha ocular, então oficial desse regimento de Sarre, escolhido por Sinetty para escutar o objetivo de seu apostolado, assim como vários outros do mesmo regimento.

"Nós tínhamos, dizia-me aquele digno militar, nossa loja maçônica; *ela era para nós, como para a maioria dos outros regimentos, apenas uma verdadeira brincadeira*; as provas dos novos que chegavam

Copin-Albancelli fez uma observação muito justa: "Para chegar a tornar-se a mestra dos destinos da França, a franco-maçonaria precisou de setenta anos de preparação.

"Por que tanto tempo? Isto está relacionado ao método que ela estava obrigada a empregar.

"Quando a maçonaria apareceu na França, vinda da Inglaterra, sob a Regência, ela era totalmente impotente. Não obstante, ela visava desde logo destruir as tradições francesas, quer dizer, os elementos de que se compunha o ser chamado França. Fazer da França uma outra França! Como chegar à realização desse objetivo, tão louco como se se tentasse fazer de um homem um anti-homem, da Humanidade uma anti-Humanidade?

"O poder oculto maçônico, não podendo agir pela força, posto que na origem ela não possuía a força, estava reduzido a agir por persuasão, por sugestão. Mas não é fácil sugerir a uma nação que ela deve destruir suas tradições, isto é, destruir a si própria. Não se pode esperar um tal resultado senão procedendo por sugestões sucessivas, dirigidas com extrema habilidade e prodigiosa hipocrisia; uma hipocrisia cuja medida é dada pelo fato de que a divisa *liberdade, igualdade e fraternidade*, que não cessaram de apresentar, como se se tratasse de seduzir a nação, como uma carta de emancipação e de universal felicidade, manifestou seu veneno quando chegou a dominar esta nação, pelo terror e pela guilhotina.

"Para fazer aceitar toda a série das sugestões pelas quais era necessário passar, para criar os estados de espírito intermediários indispensáveis à obtenção do resultado almejado, compreende-se que tenha sido necessário muito tempo".

Lançando daí seu olhar sobre o que acontece hoje, Copin-Albancelli acrescenta: "A franco-maçonaria preparou, pois, seu primeiro reino durante cerca de setenta anos. Ora, esse reino não durou senão alguns anos. Sufocada pelo sangue do Terror e pela lama do Diretório, a franco-maçonaria se reencontrou tão fraca quanto era nos seus primórdios.

---

serviam de diversão para nós; nossas refeições maçônicas tornavam encantador nosso lazer e nos repousavam dos trabalhos. Vós percebeis bem que *nossa liberdade* e *nossa igualdade* não eram nada menos do que a liberdade e a igualdade dos jacobinos. A grande generalidade e quase universalidade dos oficiais souberam-no demonstrar quando a Revolução chegou.

"Não pensávamos em nada menos do que nessa Revolução, quando um oficial de infantaria chamado Sinetty, famoso franco-maçon, apresentou-se em nossa loja. Foi recebido como irmão. Inicialmente não manifestou nenhum sentimento contrário aos nossos. Mas poucos dias após, ele próprio convidou vinte de nossos oficiais para uma assembléia particular. Acreditamos que ele queria simplesmente retribuir-nos a festa que lhe havíamos oferecido.

"Acedendo a seu convite, encontramo-nos numa pequena quinta chamada *A Nova Aventura*. Esperávamos uma simples refeição maçônica, quando eis que ele toma a palavra, como orador que tem importantes segredos a desvendar de parte do Grande Oriente. Nós escutamos. Imagine nossa surpresa quando o vimos subitamente adotar o tom da ênfase, do entusiasmo, para dizer-nos que era tempo enfim; que os projetos tão dignamente concebidos, tão longamente meditados pelos verdadeiros franco-maçons, deviam-se cumprir; que o universo enfim ia ser libertado de suas amarras; que os tiranos chamados reis seriam vencidos; que todas as superstições religiosas dariam lugar à luz; que a liberdade, a igualdade, iriam substituir a escravidão na qual o universo geme; que o homem, enfim, iria retomar seus direitos.

"Enquanto nosso orador se aplicava a essas declamações, olhávamos uns para os outros como a dizer: Quem é esse louco? Alvitramos em escutá-lo durante mais de uma hora, reservando-nos de rir livremente entre nós. O que nos parecia mais extravagante era o tom de confiança com o qual ele anunciava que dali em diante os reis ou os tiranos se oporiam em vão aos grandes projetos; que a Revolução era infalível e que ela estava próxima; que os tronos e os altares iam cair.

"Ele percebeu, sem dúvida, que não éramos maçons da sua espécie; deixou-nos para ir visitar outras lojas. Após termo-nos divertido com o que tomávamos como o efeito de um cérebro perturbado, quando tínhamos nos esquecido dessa cena, a Revolução veio nos ensinar o quanto nós nos tínhamos enganado" (BARRUEL, *Mémoires*, tomo II, p. 446). Em *Notas* sobre alguns pontos dos dois primeiros volumes, Barruel acrescenta outros testemunhos desse fato que ele acaba de relatar aqui.

“Ela foi obrigada a recomeçar seu trabalho subterrâneo, a preparar de novo os estados de espírito sobre os quais ela poderá se apoiar um dia para escalar, uma segunda vez, o poder que ela foi obrigada a abandonar. Não serão precisos menos de oitenta anos.

“Setenta anos de esforços pacientes e miseravelmente hipócritas, na primeira vez; oitenta anos, na segunda! Compreende-se que, instruída por suas primeiras experiências, ela não possa se decidir agora a largar o bocado!

“Ela não quer, pois, deixar o poder e nós podemos estar certos de que ela fará o impossível para aí permanecer e terminar enfim a obra de ruína para a qual, faz dois séculos, ela tem empregado tanta astúcia e tantas violências”.

——— ♦ ———

CAPÍTULO XIII

A FRANCO-MAÇONARIA NO SÉCULO XVIII

III. — OS ILUMINISTAS

L. Blanc, na sua *Histoire de la Révolution*, consigna a existência desses santuários mais tenebrosos do que as lojas, "cujas portas não se abrem ao adepto senão após uma longa série de provas calculadas de maneira a confirmar os progressos de sua educação revolucionária, a confirmar a constância de sua fé, a experimentar a têmpera de seu coração".

É desses santuários que descem às lojas a "luz" e o estímulo.

Antes de 89, foi a seita dos "Iluministas" que imprimiu à franco-maçonaria as diretrizes requeridas para que pudesse implementar o projeto de revolucionar a França e a Europa. Após a Restauração, coube à Grande-Loja o papel de preparar os fatos aos quais assistimos e que devem completar e terminar a obra interrompida da Revolução.

"Após os trabalhos históricos desses últimos anos, diz Monsenhor Freppel, não é mais permitido ignorar a perfeita identidade das fórmulas de 1789 com os planos elaborados na seita dos Iluministas".[1]

Barruel trouxe à luz a organização dos Iluministas, suas doutrinas, a ação que ela exerceu sobre a franco-maçonaria e através desta sobre o movimento revolucionário.

Para fazer essas revelações, ele se apóia em documentos, sobre cuja origem e autoridade é preciso inicialmente falar.

Por volta do ano de 1781, a Corte da Baviera suspeitou da existência de uma seita que se constituíra naquele país para se sobrepor à franco-maçonaria. Ela ordenou pesquisas, que os sectários tiveram a arte de afastar ou de tornar inúteis. No entanto, no dia 22 de junho de 1784, sua Alteza Eleitoral mandou publicar nos seus Estados a proibição absoluta de "toda comunidade, sociedade e confraria secreta ou não aprovada pelo Estado". Muitos franco-maçons fecharam suas lojas. Os Iluministas, que tinham II∴ na própria Corte, continuaram a realizar suas assembléias.

No mesmo ano, um professor de Munich, Babo, desvendou o que ele sabia acerca de da existência dos iluministas e de seus projetos num livro intitulado *Premier avis sur les francs-maçons*. O governo demitiu então Weishaupt da cadeira de Direito que ele ocupava em Ingolstad, não porque soubesse ser ele o fundador do Iluminismo, coisa que não estava clara, mas na qualidade de "famoso mestre das lojas".[2] Ao

---

[1] *La Révolution Française.* A propos du centenaire de 1789, p. 34.

[2] Weishaupt, "o mais profundo conspirador que jamais surgiu", diz L. Blanc, mais conhecido nos *anais* de sua seita sob o nome de Spartacus, nasceu na Baviera por volta do ano de 1748. Eis o retrado que dele traça Barruel: "Ateu sem remorsos, hipócrita profundo, sem nenhum desses talentos superiores que dão à verdade célebres defensores, mas com todos os vícios e todo esse ardor que dão à impiedade, à anarquia grandes conspiradores. Esse desatrado sofista não ficará conhecido na história senão como o demônio, pelo mal que fez e pelo que pretendia fazer. Sua infância é obscura, sua juventude ignorada; na sua vida doméstica, um só traço escapa às trevas das quais se cerca, e esse traço é o da depravação, da perfídia consumada (incesto e infanticídio confirmados em seus próprios escritos).

"Mas é mais especialmente como conspirador que importa conhecer Weishaupt. Assim que a Justiça o descobre, ela o vê à frente de uma conspiração perto da qual todas aquelas dos clubes de d'Alembert e de Voltaire não passam de jogos infantis. Não sabemos, e é difícil comprovar, se Weishaupt teve um mestre, ou se ele foi o pai dos dogmas monstruosos sobre os quais fundou sua escola".

mesmo tempo, dois professores de humanidades em Munique, o padre Cosandey e o abade Benner, que, após terem sido discípulos de Weishaupt, tinham se separado dele, receberam ordem para comparecer diante do tribunal do Ordinário, para aí declarar, sob juramento, o que eles tinham visto de contrário aos costumes e à religião entre os Iluministas. Não se sabia então que essas lojas de retaguarda também tinham por missão conspirar contra os governos. Barruel publicou os depoimentos que eles prestaram nos dias 3 e 7 de abril de 1786. O conselheiro palaciano Utschneider e o acadêmico Grümberger, que se haviam retirado da ordem quando lhe conheceram todo o horror, prestaram, igualmente, depoimento jurídico que Barruel também publicou.

Esses depoimentos, por importantes que fossem, não conduziram à adoção das medidas que reclamavam, seja porque os Iluministas tivessem inteligências no próprio seio do tribunal, seja porque o afastamento de Weishaupt levou a crer que a seita, estando decapitada, desapareceria por si mesma.

Foi preciso, diz Barruel, que o céu interferisse. Deposto de suas funções, Weishaupt tinha se refugiado em Ratisbonne, mais decidido do que nunca a prosseguir sua obra. Ele tinha junto a si um padre apóstata, chamado Lanz. No momento em que ele lhe transmitia suas instruções, antes de enviá-lo para levar à Silésia suas misteriosas e funestas maquinações, um raio caiu sobre eles e Lanz morreu ao lado de Weishaupt.[3]

O pavor não deixou aos conjurados liberdade de espírito suficiente para subtrair aos olhos da Justiça os papéis dos quais Lanz estava encarregado. A leitura desses documentos lembra os depoimentos de Cosandey, de Benner, de Utschneider e de Grümberger, e resolveu-se perquirir entre estes aquele que se sabia ter tido ligações mais estreitas com Weishaupt.

Em 11 de outubro de 1786, no momento em que Xavier Zwack, conselheiro palaciano da regência — chamado Caton na seita — se julgava ao abrigo de qualquer busca, magistrados se encaminharam para sua casa de Landshut. Outros, ao mesmo tempo, desceram ao castelo de Sanderstorf, que pertencia ao barão de Bassus — Aníbal para a seita. Essa visitas colocaram a Justiça na posse dos estatutos e das regras, dos projetos e dos discursos, em uma palavra, de tudo o que constituía os arquivos dos Iluministas. Em bilhetes, na sua maioria escritos em código por

---

Uma tradição que Barruel não pôde confirmar pretende que, por volta do ano de 1771, um negociante chamado Kolmer, após ter estado no Egito, pôs-se a percorrer a Europa. Dá-se-lhe por discípulo o famoso Cagliostro, e afirma-se que ele teve contactos com Weishaupt.

Pode ser que Kolmer fosse um mensageiro da comissão central das sociedades secretas internacionais, ou do Patriarca que, de um santuário impenetrável, rege e dirige a guerra contra a civilização cristã.

O objetivo do Iluminismo, aquilo a que ele devia conduzir jamais variou no espírito de Weishaupt: nada mais de religião, de sociedade, de leis civis, de propriedades, foram sempre os termos fixos de suas conspirações; mas ele compreendia que era necessário conduzir para esse fim seus adeptos escondendo-lhes seu pensamento último. Daí as iniciações misteriosas e sucessivas, que ocupam uma grande parte da obra de Barruel. "Não posso, escrevia Weishaupt a Xavier Zwack, empregar os homens tais como eles são: é preciso que eu os forme; é preciso que cada classe de minhas ordens seja uma escola de provas para a prova seguinte".

Como seu segredo, seu pensamento último podia ser, um dia ou outro, divulgado, ele tomava muito cuidado em não expor sua pessoa. Ele escrevia a seus confidentes: "Conheceis as circunstâncias em que me encontro. É preciso que eu dirija tudo através de cinco ou seis pessoas: *é absolutamente necessário que eu permaneça desconhecido"* (escritos originais). "Quando o objeto desse desejo (o seu) , dizia ele ainda, é uma Revolução unversal, não seria possível divulgá-lo sem expor aquele que o concebeu à vingança pública. É na intimidade das sociedades secretas que é preciso saber propagar a opinião" (T. I, Lettres à Caton, 11 e 25).

[3] Barruel dá aqui por referência, *Apologie des Illuminés*, p. 62.

Massenhausen, conselheiro em Munique — chamado Ajax pelos conjurados — encontravam-se receitas para fazer a *Acqua toffana,* para tornar insalubre o ar dos apartamentos etc. O arresto abrangeu, igualmente, uma coleção de cento e trinta sinetes de soberanos, senhores, banqueiros, e o segredo de imitar aqueles dos quais a ordem não podia dispor.

A conspiração de Weishaupt mostrou-se tão monstruosa nesses documentos, diz Barruel, que com dificuldade se podia conceber que toda a perfídia humana tivesse bastado para prestar-se a isso.

O Eleitor mandou depositar os documentos confiscados nos arquivos do Estado. Quis, ao mesmo tempo, advertir os soberanos do perigo que a todos ameaçava, a eles e a seus povos. Para tanto, mandou-os imprimir sob o título ÉCRITS ORIGINAUX DE L'ORDRE ET DE LA SECTE DES ILLUMINÉS na tipografia de Ant. François, editor da Corte de Munique, em 1787.

A primeira parte dessa obra contém os escritos descobertos em Lanshut, na casa do conselheiro da Regência Zwack, nos dias 11 e 12 de outubro de 1786.

A segunda parte contém aqueles que foram encontrados por ocasião da visita feita por ordem de Sua Alteza Eleitoral ao castelo de Sanderstof.

No início do primeiro volume e no frontispício do segundo encontra-se esta advertência bem digna de atenção: "Aos que tiverem qualquer dúvida a respeito da autenticidade desta compilação basta que se apresentem aos Arquivos secretos de Munique, no qual se tem ordem para mostrar-lhes as peças originais".

Nesses dois volumes encontramos reunido tudo o que pode evidenciar a mais característica conspiração anticristã. Aí se vêem os princípios, o objetivo, os meios da seita, as partes essenciais de seu código, a correspondência entre os adeptos e seu chefe, seus progressos e suas esperanças. Barruel, em suas *Mémoires*, reproduz as peças mais interessantes.[4] Cada uma das potências da Europa recebeu pois esses documentos. Todas foram assim advertidas com provas autênticas sobre a monstruosa Revolução meditada para sua perdição e a de todas as nações. O próprio excesso das conspirações fê-las que as vissem, talvez, como quiméricas, até o momento em que estouraram os acontecimentos que elas preparavam.

Na Baviera, a cabeça de Weishaupt foi posta a prêmio; ele se refugiou junto de Sua Alteza o duque de Saxe-Gotha. A proteção que aí encontrou, e aquela de que

---

[4] As outras obras das quais Barruel tirou suas provas são:

1ª. *Le véritable Illuminé* ou o perfeito *Rituel des Illuminés*. O barão Knigge, apelidado Philon na seita, que é o autor desse código, atestou nestes termos a sinceridade dessa publicação: "Todos esses graus, tal como os descrevi, apareceram este ano impressos em Edesse (vale dizer, em Francfort-sur-le-Mein) sob o título *Véritable illuminé*. Não sei quem é esse editor, mas os graus estão absolutamente como saíram de minha pena, tais como os redigi". (*Dernier éclaircissement de Philon*, p. 96).

2ª. *Dernier éclaircissement de Philon* ou *Dernier mot de Philon*. Constituem as respostas de Knigge a diversas perguntas sobre suas ligações com os Iluminados.

3ª. Diversos trabalhos de Spartacus (Weishaupt) e de Philon (Knigge). Após os *Écrits originaux*, esta obra é a mais importante que se imprimiu sobre o Iluminismo.

4ª. *Histoire critique des grades de l'Illuminisme*. Tudo o que aí é dito está provado pelas próprias cartas dos grandes adeptos.

5ª. *L'Illuminé dirigeant*. É o complemento da de n° 3.

6ª. *Dépositions remarquables sur les Illuminés*. Como tudo é jurídico nesses depoimentos, como foram confirmados pelo juramento diante dos tribunais, nenhuma necessidade de insistir sobre sua força probante.

7ª. *Les apologies* dos Iluministas.

Além dos documentos que teve em mãos, Barruel pôde se informar através de outras vias. As viagens que tinha feito a diversos países, puseram-no em ligação com numerosos personagens que, de viva voz ou por correspondência, colocaram-no ao par do que se passava entre eles.

gozaram em diversas cortes vários de seus adeptos, explicam-se pelo número de seus discípulos que ele tinha nos mais eminentes cargos, mesmo ao nível dos príncipes.[5]

Excetuado Weishaupt, que soubera escapar dos juízes, nenhum dos conjurados foi condenado na Baviera a penas mais fortes do que o exílio ou uma prisão passageira, e desde Holstein até Veneza, desde Livonie até Estrasburgo, não foi feita a menor busca nas suas lojas. A maioria dos adeptos reconhecidos como os mais culpados encontrou mais proteção do que indignação. Assim, a seita se livrou de ter que abandonar a pátria. Zwack escreveu: "É preciso, para restabelecer nossos negócios, que entre os II∴que fugiram a nossos adversários, alguns dos mais hábeis tomem o lugar de nossos fundadores, que se desfaçam dos descontentes e que, de acordo com novos eleitos, trabalhem para dar à nossa sociedade seu primeiro vigor". Weishaupt, numa carta a Fischer, deixava ouvir essa ameaça contra os que o tinham expulsado de Ingolstad: "Um dia transformaremos sua alegria em prantos".

Instruídos pelo valor dos documentos que Barruel arrola em suas *Mémoires*, podemos, com toda confiança, penetrar no antro dos Iluministas e transformar-nos em espectadores das tramas através das quais preparavam a Revolução.

Weishaupt era, como dissemos, professor na Universidade de Ingolstad quando lançou os fundamentos do Iluminismo, em 1°. de março de 1776. Entre os estudantes que seguiam seu curso, ele escolheu Massehausen, que depois foi conselheiro em Munique, e ao qual deu o nome de Ajax, e Merz, que mais tarde foi secretário do embaixador do Império em Copenhague; a este deu o nome de guerra de Tibério. Disse ao primeiro: "Jesus Cristo enviou Seus apóstolos para pregarem no universo. Tu, que és meu Pedro, porque te deixarei ocioso e tranqüilo? Vai, pois, e prega". O ano de 1776 precede bem pouco o da Revolução; e aí estão seus fragílimos princípios. Mas não esqueçamos que a franco-maçonaria era organizada há muito mais tempo e que a seita dos Iluministas não tinha senão que lhe dar seu último impulso.

Menos de dois anos mais tarde, no dia 13 de março de 1778, Weishaupt, numa carta dirigida a Tibério e Merz, assim se felicitava pelo sucesso de seu empreendimento: "Tenho extremo prazer em comunicar-vos os felizes progressos de minha ordem... Conjuro-vos, ponde mãos à obra. Em cinco anos, ficareis espantados com o que teremos feito. O mais difícil foi superado. Ireis perceber que dareis passos de gigantes".

---

[5] Barruel oferece uma lista dos personagens que fizeram parte da seita dos Iluministas desde sua fundação, em 1776, até a descoberta de seus escritos originais, em 1786. Encontramos aí os nomes próprios dos conjurados, seus nomes de guerra, suas residências, suas qualificações, funcões e dignidades, etc.

Revelamos aqui o que segue por causa do interesse mais particular que apresenta.

No mundo eclesiástico: 1 bispo, vice-presidente do conselho espiritual em Munique, — 1 primeiro pregador, — 1 cura, — 1 padre, — 1 eclesiástico, — 2 ministros luteranos.

Na nobreza: 1 príncipe, — 2 duques, — 2 condes, — 7 barões.

Na magistratura: 1 conselheiro palaciano da Regência, — 1 vice-presidente, — 17 conselheiros, — 2 juízes, — 1 procurador, — 1 secretário dos Estados, — 1 secretário de embaixada, — 1 chanceler, — 1 coadjuvante e um secretário de coadjuvante, — 1 superintendente, — 1 tesoureiro, —1 comissário, — 1 bailio.

No exército: 1 general, governador de Ingolstad, — 1 oficial, — 1 capitão, — 1 major.

No ensino: 1 professor de teologia católica e 1 professor de teologia protestante, — 4 professores, — 1 institutor numa casa principesca, — 1 governante dos filhos de um conde, — 1 bibliotecário, — 1 livreiro.

Outras profissões: O médico da alfândega do Eleitor, — um outro médico, — etc., sem contar, diz Barruel, um número prodigioso de outros adeptos designados somente por seus nomes de guerra e cujo verdadeiro nome não foi descoberto.

O que lhe dava esta confiança era a facilidade que encontrava para seduzir os homens que gozavam da consideração pública. Em Eichstad, onde se encontrava a loja que ele próprio presidia, levou suas tentativas até sobre dois cônegos.

Logo ele pôde enviar missionários para toda a Alemanha e toda a Itália. Mais tarde explicaremos como o Iluminismo se introduziu na França.

Do fundo de seu santuário, ele acompanhava todos os seus adeptos, mantendo com eles contínuas relações. A correspondência de Voltaire é prodigiosa, mas ela não se aproxima da de Weishaupt.

Aliás, como Voltaire, ou melhor, como d'Alembert, ele se esforçava em colocar seus homens junto aos príncipes, a introduzi-los em seus conselhos, a fazê-los penetrar em seus congressos.[6] "A história sem dúvida um dia dirá com que arte ele soube, no congresso de Rastadt, fazer combinar os interesses da sua seita com os das Potências e com seus juramentos de destrui-las todas. Dentre seus discípulos, quem melhor o seguiu nesse aspecto foi Xavier Zwack: "Ninguém jamais soube melhor aparentar ares de um servidor zeloso por seu príncipe, por sua pátria e pela sociedade, ao mesmo tempo em que conspirava contra seu príncipe, sua pátria e a sociedade".

Em diferentes lugares de sua obra, no curso da narração, Barruel é levado a falar dos grandes personagens que Weishaupt ganhou em grande número, seja por ele mesmo, seja por seus afilhados. Ele soube fazer desses príncipes instrumentos, apóstolos e propagandistas de uma conspiração da qual deveriam ser as primeiras vítimas.

Mas, aquilo a que Weishaupt mais se aplicou, foi em conquistar a direção da franco-maçonaria. Desde os primeiros dias da fundação da sua seita, e talvez mesmo antes, ele compreendera o partido que tiraria para suas conspirações da multidão de franco-maçons espalhados pelos diversos pontos do mundo, se um dia pudesse obter seu concurso.

No ano de 1777 ele ingressou na loja chamada São Teodoro, em Munique. Assim, ele tinha qualificação para se imiscuir nas suas convenções. O que ele próprio fizera, recomendava a seus iniciados que igualmente o fizessem. "Ele possuía os segredos da franco-maçonaria, observa Barruel, e os franco-maçons não conheciam os dele". Weishaupt sabia que ele e os franco-maçons tendiam para o mesmo fim, mas se encontravam localizados, no caminho que para conduzia a esse fim, em pontos desigualmente distantes do objetivo. Veremos tudo isso se reproduzir no século seguinte com a Grande Loja. Copin-Albancelli, no seu livro *Le pouvoir occulte contre la France*, esclareceu definitivamente essa hierarquia entre as diversas sociedades secretas, e as superiores que, através de alguns de seus membros, penetram nas inferiores para imprimir-lhes a direção que sem dúvida elas próprias recebem de mais alto.

O demônio das Revoluções, diz Barruel, serviu Weishaupt à vontade para a execução de seu desígnio. Ele lhe enviou um barão de Hanover, chamado Knigge, "Philon-Knigge". "Que me dêem seis homens dessa têmpera, disse Weishaupt quando o conheceu, e com eles eu mudo a face do universo".[7] Esses dois tições do inferno se completavam um ao outro. Uma ocasião única se apresentou para colocar seus desígnios em execução.

Corria o ano de 1780. Sob a proteção e os auspícios de Sua Alteza o príncipe Ferdinando, duque de Brunswick, uma assembléia geral dos deputados maçônicos acabava de ser convocada para Wilhelmsbad, no ano seguinte. "Não era uma sociedade insignificante, diz Barruel, aquela cujos deputados acorrem de todas as partes do mundo". Muitos franco-maçons naquela época acreditavam poder chegar a

---

[6] Ver Barruel, IV, p. 47, 52, 174, etc.
[7] *Ecrits originaux*, t. I, carta 56.

três milhões o número de seus iniciados; os da loja *A Candura*, estabelecida em Paris, vangloriavam-se, em sua encíclica de 31 de maio de 1782, de serem um milhão somente na França.

"Que estranho interesse convoca para uma Corte da Alemanha, de todas as partes da Europa, do fundo mesmo da América, da África e da Ásia, os agentes, os eleitos de tantos homens, todos unidos pelo juramento de um segredo inviolável sobre a natureza de suas associações e sobre o objeto de seus mistérios? Que projetos traziam consigo os deputados de uma associação tão formidável?" A resposta é que a hora da Revolução estava decretada, que a hora da Revolução estava próxima. Nesse canto da Alemanha e através desse congresso se concebia e se inflamava o braseiro do qual devia partir o incêndio que ia devastar a Europa.

Outras assembléias de franco-maçons tinham sido realizadas nos últimos vinte anos em Brunswick, em Wiesbaden e em outras cidades alemãs; nenhuma tinha sido geral como essa; nenhuma reunira uma tal variedade de seitas. "Eram, de alguma maneira, diz Barruel, todos os elementos do caos maçônico reunidos no mesmo centro".

"Os II∴ chegavam de todos os lados munidos de passaportes de autoridades civis. Durante mais de seis meses eles entraram e deliberaram tranqüilamente na sua imensa e tenebrosa loja, sem que os magistrados se dignassem de se inquietar com o que ali se passava relativamente a eles e seus povos. Se os organismos religiosos, se o corpo episcopal ele próprio, tivessem, nesses dias, realizado uma assembléia geral, o soberano teria reclamado o direito de enviar emissários; ele os teria encarregado de vigiar para que, sob o pretexto de questões religiosas, não acontecesse nada de contrário aos direitos do Estado. Aqui, a política mereceu sem dúvida a confiança dos príncipes que os maçons contavam entre seus II∴. Ela não sabia que não há para os adeptos desse nível senão meias-confidências.

Weishaupt enviou, pois, a Wilhelmsbad seu lugar-tenente Knigge,[8] com o pensamento e talvez com a missão, recebida da direção suprema das sociedades secretas, que os havia convocado, de arrastar todas as diversas seitas da franco-maçonaria para o movimento revolucionário.

Knigge julgou mais conveniente manter-se à porta da assembléia, acompanhar o encaminhamento das matérias e agir mais por seus confidentes do que por si mesmo. Ele se serviu sobretudo do adepto *Minos*, isto é, do barão Dittfurth, conselheiro do Gabinete Imperial de Wetzlar, que ele sabia estar cheio de zelo e de entusiasmo pelo Iluminismo e que ele tivera o cuidado de fazer incluir na categoria dos deputados. "As principais disposições combinadas entre Knigge e Dittfurth, diz Barruel, foram decretadas pelo congresso". Não entraremos no detalhe das manobras que ele realizou para alcançar seu objetivo; podem ser lidas no quarto volume das *Mémoires pour servir à l'histoire du jacobinisme*. Bastará dizer que seu objetivo foi atingido.

"Se eu não temesse acabrunhar de espanto e de dor os franco-maçons honestos, diz Barruel, eu os convidaria aqui a meditar um pouco estas palavras:

"Todos ficaram encantados, entusiasmados! Eleitos e Rosacruzes, Irmãos Templários, Irmãos de Zenendorff e Irmãos de São João, cavaleiros do sol e cavaleiros Kadosch, filósofos perfeitos, todos escutam, recebem com admiração os oráculos do Epopte Hierofante (Knigge), que restitui à claridade primitiva seus antigos mistérios, mostrando no seu Hyram seu Mac-Renac, e sua Pedra polida, toda a história dessa liberdade e dessa igualdade primitivas, toda essa moral que nada é além da arte de desembaraçar-se de príncipes, de governos, da religião e da propriedade!"

---

[8] O barão Knigge, apelidado *Philon*, é o mais famoso dos iluministas após o autor da seita. Ele se encarregou de redigir e efetivamente redigiu todo o código dos Iluministas sob o título *Véritable illuminé*, impresso em Francfort-sur-le-Mein. Numa outra obra, *Dernier éclaircissement*, ele conta sua história, a do Iluminismo, de seus pactos com os chefes da seita e dos trabalhos que empreendeu em favor dela.

Um dos membros mais distintos da nobreza do Delfinado, o conde de Virieu, que fora enganado pelas aparências místicas do sistema de Saint-Martin, fundador de um Iluminismo distinto daquele de Weishaupt, fazia parte da loja dos *Cavaleiros Filantrópicos de Lyon*, e fora, nessa qualidade, delegado no congresso de Wilhelmsbad. De regresso a Paris, pressionado pelo conde de Gilliers, diz: “Não vos contarei os segredos que trago comigo, mas o que julgo poder dizer-vos é que se trama uma conspiração tão bem urdida e tão profunda, que será muito difícil que a religião e os governos não sucumbam”.[9]

L. Blanc, na sua *Histoire de la Révolution*, caracterizou com muita propriedade a obra de Weishaupt: “Submeter, unicamente através do mistério, o único poderio da associação, a uma mesma vontade e animar com um mesmo sopro milhares de homens em cada região do mundo, mas inicialmente na Alemanha e na França; fazer desses homens, por intermédio de uma educação lenta e gradual, seres inteiramente novos; torná-los obedientes até ao delírio, até à morte, a chefes invisíveis e ignorados; com semelhante legião avaliar secretamente os corações, envolver os soberanos, dirigir à sua vontade os governos e levar a Europa a tal ponto que toda superstição (leia-se toda religião) fosse apagada, toda monarquia abatida, todo privilégio de nascimento declarado injusto, o próprio direito de propriedade abolido: tal foi o plano gigantesco do Iluminismo”.

——— ♦ ———

[9] Numa carta dirigida à *Gazette de France*, em 26 de fevereiro de 1909, Gustave Bord diz: “Virieu não somente não abandonou a maçonaria, como posso provar que em 1788 envidou todos os esforços para manter na seita o duque d'Haire, que havia pedido demissão”.

CAPÍTULO XIV

A FRANCO-MAÇONARIA NO SÉCULO XVIII

IV. — OS JACOBINOS

Os progressos da seita bávara, que deveria dar o impulso definitivo para a Revolução, datam da convenção de Wilhelmsbad.

"Após os trabalhos históricos destes últimos anos, diz Monsenhor Freppel,[1] não é mais permitido ignorar a perfeita identidade das fórmulas de 1789 com os planos elaborados pela seita dos iluministas, dos quais Weishaupt e Knigge eram promotores, e muito particularmente do congresso geral das lojas maçônicas reunido em Wilhelmsbad em 1781. Não poderíamos esquecer, ademais, com que solicitude acorreram a Paris, para tomar parte mais ativa em todos os acontecimentos, o suíço Pache, o inglês Payne, o prussiano Clootz, o espanhol Guzman, Abarat, de Neufchâtel-en-Bray, o americano Fournier, o austríaco Prey, os belgas Proly e Dubuisson, um príncipe de Hesse, poloneses, italianos, batavos, e trânsfugas de todos os países, cujos serviços a Revolução aceitou, tornando-os ricos".

Os deputados das lojas, após terem recebido o batismo do Iluminismo, retornam a seus países e trabalham por toda a parte a franco-maçonaria no sentido que lhes foi indicado: na Áustria, na França, na Itália, na Bélgica, na Holanda, na Inglaterra, na Polônia. "O contágio é tão rápido que logo o universo estará cheio de iluministas". Seu centro é doravante Francfort, pelo menos no que diz respeito à organização da ação revolucionária. Veremos o que aí foi resolvido contra a dinastia capetíngea, cume da ordem social européia. Knigge estabeleceu nessa cidade sua sede. Dali ele estende suas conspirações do Oriente ao Ocidente e do Norte ao Sul, ele faz iniciações nos seus mistérios e recruta essa multidão de cabeças e de braços dos quais a seita tem necessidade para as revoluções que cogita.

"A propósito da França, diz Barruel, a seita tem desígnios mais profundos". Segundo o plano de Weishaupt e de Knigge, os franceses deveriam ser os primeiros a agir, mas os últimos a serem instruídos. Contava-se com o temperamento deles. "Estávamos certos de que sua energia esperaria apenas, para revelar-se, que chegasse a hora em que a Europa inteira estivesse em revolução, para então abaterem os altares e os tronos no seu país".

No entanto, já se encontravam aí alguns adeptos desde 1782, aqueles dos deputados das lojas que tinham sido admitidos ao segredo, por ocasião da assembléia de Wilhelmsbad. Os dois mais conhecidos, e que deviam ter a mais funesta ação, eram Dietrich[2] , prefeito de Strasbourg, e Mirabeau.

Este, encarregado de uma missão na Prússia pelos ministros de Luís XVI, ligou-se estreitamente a Weishaupt e se fez iniciar em Brunswick na seita dos iluministas, apesar de já pertencer, há muito tempo, a outras sociedades secretas. De retorno à França, ele *iluminou* Tayllerand e outros colegas da loja *Os Amigos Reunidos*.[3] Ele

---

[1] *La Révolution française* (a propósito do centenário de 1879), p. 34.

[2] Foi na casa dele que se cantou a Marselhesa pela primeira vez.

[3] Em 1776, escreve Henri Martin, o jovem Mirabeau havia redigido um plano de reformas no qual propunha à ordem maçônica trabalhar com moderação, mas *com resolução* e atividade sustentada, para *transformar progressivamente o mundo, minar o despotismo,* buscar a *emancipação* civil, econômica, *religiosa*, a plena conquista da liberdade individual. (*Histoire de France*, t. XVI, p. 435).

também introduziu os novos mistérios na loja chamada *Filaletes*. Os chefes da conspiração ocupavam-se então principalmente da Alemanha. Mirabeau afirmou-lhes que na França o terreno estava admiravelmente preparado por Voltaire e pelos Enciclopedistas e que eles podiam pôr-se à obra com toda segurança. Deram então essa missão a Bode, conselheiro íntimo, em Weymar, que eles apelidavam de Aurelius, e a esse outro discípulo de Knigge, chamado Bayard na seita, cujo verdadeiro nome era barão de Busche, e que era um hanoveriano a serviço da Holanda.

As circunstâncias, com efeito, não podiam ser mais favoráveis à sua propaganda. Como diz Barruel, "os discípulos de Voltaire e de Jean-Jacques tinham preparado nas lojas o reino dessa *igualdade* e dessa *liberdade* cujos últimos mistérios transformavam-se, segundo o que se conhece de Weishaupt, naqueles da impiedade e da mais absoluta anarquia.

"A igualdade e a liberdade, dizia ele, são os direitos essenciais que o homem, na sua perfeição originária e primitiva, recebe da natureza; a primeira agressão a essa igualdade foi desferida pela propriedade; a primeira agressão à liberdade foi desferida pelas sociedades políticas e pelos governos; os únicos sustentáculos da propriedade e dos governos são as leis religiosas e civis: assim, para restabelecer o homem nos seus direitos primitivos de igualdade e de liberdade, é preciso começar pela destruição de toda religião, toda sociedade civil e acabar pela abolição de toda propriedade".[4]

Nesses mesmos discursos, Weishaupt traçava aos iniciados esta linha de conduta para chegarem à liquidação da propriedade, da sociedade civil e da religião, objetivo de sua instituição.

"A grande arte de tornar infalível uma Revolução qualquer, é a de *esclarecer os povos*. Esclarecê-los é, insensivelmente, conduzir a opinião pública para o desejo das mudanças que constituem o objeto da Revolução meditada.

"Quando o objeto desse desejo não puder aflorar sem expor aquele que o concebeu à vingança pública, é nas intimidades das sociedades secretas que é preciso saber propagar a opinião.

"Quando o objeto desse desejo é uma Revolução universal, todos os membros dessas sociedades que tendem ao mesmo objetivo, apoiando-se uns nos outros, devem procurar dominar invisivelmente e sem aparência de meios violentos, não somente a parte mais eminente ou a mais distinta de um só povo, mas os homens de toda condição, de toda nação, de toda religião. Soprar por toda parte um mesmo espírito, no maior silêncio e com toda atividade possível, dirigir todos os homens dispersos pela superfície da terra em direção ao mesmo objetivo.

"Eis aí sobre o que se estabelece o domínio das sociedades secretas, aquilo a que deve levar o império do Iluminismo.

"Um império cuja força, uma vez estabelecido pela união e pela multidão dos adeptos, suceda ao império invisível; atai as mãos de todos os que resistem, subjugai, sufocai a maldade no seu embrião, isto é, tudo o que resta de homens que não puderdes convencer".[5]

---

[4] Barruel, III, 24.

[5] Instruções dadas àquele que recebe o grau de Epopte ou padre iluminado, para a direção dos iluministas de ordem inferior.

"Foi para realizar nosssos trabalhos que um dia foste chamado. Observar os outros dia e noite; formá-los, socorrê-los, vigiá-los; reavivar a coragem dos pusilânimes, a atividade e o zelo dos mornos; pregar e ensinar aos ignorantes; relevar os que caem, fortificar os que balançam, reprimir o ardor dos temerários, prevenir a desunião, ocultar as faltas e fraquezas, prevenir a imprudência e a traição, manter, enfim, a subordinação relativamente aos superiores, o amor dos Irmãos entre si, tais e ainda maiores são os deveres que te impomos... Auxiliai-vos, apoiai-vos mutuamente; aumentai vosso número. Tornaste-vos numerosos em determinado ponto? Fortificaste-vos por vossa união? Não hesitai mais; começai a tornar-vos poderosos e formidáveis relativamente aos maus (isto é, aos que resistem a nossos projetos). Pelo só fato de serdes suficientemente numerosos para falar em força, e por falar nela, os *maus*, os profanos

Assim instruídos pelos delegados do Iluminismo, as lojas, pelo menos as lojas de retaguarda, puseram-se à obra e começaram por se organizar mais fortemente.

Um "Relatório lido na Sessão plenária das Respeitáveis Lojas *Paz e União* e *A Livre Consciência*, no Oriente de Nantes, numa segunda-feira, 23 de abril de 1883", foi impresso em brochura sob o título *Du Rôle de la Franc-Maçonnerie au XVIIIe. siècle*.

Na página 8, lemos que a fundação (em 1772) do Grande Oriente da França, que significou uma concentração das tropas maçônicas francesas até então dispersas, deu "uma força considerável à franco-maçonaria".

"Ele obteve todo seu desenvolvimento (continua o Relatório), se bem que em 1789 ela contasse menos de 700 lojas na França e nas suas colônias, sem contar um grande número de Capítulos e de Areópagos. Foi de 1772 a 1789 que ela elaborou a grande Revolução que devia mudar a face do mundo...

"Foi então que os franco-maçons vulgarizaram as idéias de que se tinham embebido nas lojas...

"Que homens saíram dessas lojas em que fervilhava o pensamento humano! Sieyès (L∴ n° 22), os dois Lameth, Lafayette (L∴ *A Candura*), Bailly, Brissot, Camille Desmoulins, Condorcet, *Danton* (L∴ *As Duas Irmãs*)... *Hebert*, Robespierre e tantos outros!..." (Relatório, p. 8).

O Grande Oriente foi desde então o que é hoje o grande Parlamento maçônico de todas as lojas do reino, que para ele enviam seus deputados. O catálogo da sua correspondência, no ano de 1787, mostra-nos não menos de 282 cidades que tinham alguma das lojas regulares sob sua direção. Somente em Paris, contavam-se desde então 81; havia 16 em Lyon, 7 em Bordeaux, 5 em Nantes, 6 em Marselha, 10 em Montpellier, 10 em Toulouse, e quase em todas as cidades um número proporcionado à população.[6]

As lojas da Savóia, Suíça, Bélgica, Prússia, Rússia e Espanha, recebiam do mesmo centro as instruções necessárias à sua cooperação. Nesse mesmo ano de 1787, contava-se, diz Deschamps, segundo fontes históricas fidedignas, 703 lojas na França, 627 na Alemanha, 525 na Inglaterra, 284 na Escócia, 227 na Irlanda, 192 na Dinamarca, 79 na Holanda, 72 na Suíça, 69 na Suécia, 145 na Rússia, 9 na Turquia, 85 na América do Norte, 120 nas possessões de além-mar dos Estados europeus.

A palavra de Louis Blanc é por demais verdadeira: "Na véspera da Revolução francesa, a franco-maçonaria parecia ter adquirido um desenvolvimento imenso; espalhada por toda a Europa, ela apresentava em toda parte a imagem de uma sociedade fundada sobre princípios contrários aos da sociedade civil".

Sob o Grande Oriente, a *Loja dos Amigos Reunidos* estava encarregada da correspondência estrangeira. Seu Venerável era Savalette de Lange, encarregado da guarda do tesouro real, honrado, por conseguinte, com toda a confiança do soberano, o que não o impedia de ser o homem de todas as lojas, de todos os mistérios e de todas as conspirações. Ele tinha feito de sua loja o lugar de prazeres da aristocracia. Enquanto os concertos e bailes aí retinham os I∴ e as I∴ de alta linhagem, ele se retirava para um santuário no qual só se era admitido depois de jurar ódio a todo culto

---

começam a tremer. Para não sucumbirem ao número, vários tornam-se bons (como nós) por si mesmos e se alinham sob nossas bandeiras. Logo sereis bastante fortes para atar as mãos dos outros, para subjugá-los". Barruel, III, p. 171, 199.

6 Gustave Bord conseguiu identificar 154 lojas parisienses, 322 lojas provinciais e 21 lojas de regimentos militares. Sabemos que a Revolução tornou-se possível graças apenas à súbita dissolução do exército real; ora, lendo atentamente a composição das 21 lojas de regimentos, persuadimo-nos facilmente que nada era — em 1771 — mais provável do que essa dissolução. A Maçonaria foi instalada no exército desde a origem pelos regimentos irlandeses; ela invadiu as tropas nacionais; ela forçosamente introduziu nelas a indisciplina.

e a todo rei. Ali ficavam os arquivos da correspondência secreta, ali se realizavam os conselhos misteriosos.

"Havia, diz Barruel, antros menos conhecidos e mais temidos ainda. Aí se evocavam os espíritos e se interrogavam os mortos, ou, como numa loja de Ermonville, entregavam-se à mais terrível dissolução dos costumes".

Para que a Maçonaria passasse da propaganda doutrinária e da influência moral à ação política, era preciso um trabalho de organização e de concentração de todas as obediências. Isto foi feito, e o Duque de Chartres, mais tarde Philippe-Égalité, foi o agente principal. Este príncipe estava designado para ser o chefe dos conjurados e para servir-lhes de salvaguarda. "Era preciso que fosse poderoso, diz Barruel, para apoiar todas as atrocidades que deviam cometer; era preciso que fosse atroz, para que se horrorizasse pouco com o número de vítimas que essas atrocidades deveriam causar. Era preciso ter não um gênio de Cromwel, mas todos os seus vícios. Ele queria reinar. Mas, semelhante ao demônio, que quer pelo menos ruínas se não pode ser exaltado, Filipe havia jurado sentar-se sobre o trono, pelo fato de ele se encontrar esmagado por sua queda".[7] Luís XVI fora advertido, mas permaneceu numa segurança cuja ilusão só reconheceu quando retornou de Varennes. "Por que não acreditei há onze anos! Tudo que hoje vejo haviam-me anunciado".[8]

Filipe já era Grande-Mestre do corpo escocês, o mais considerável da época, quando, em 1772, juntou-se a essa Grande-Mestria a do Grande Oriente. Seus conjurados trouxeram-lhe então a Loja-Mãe inglesa da França. Dois anos após, o Grande Oriente filiou regularmente as lojas de adoção e fê-las assim passar para a mesma direção. No ano seguinte, o Grande Capítulo geral da França juntava-se também ao Grande-Oriente. Enfim, em 1781, um tratado solene interveio entre o Grande-Oriente e a Loja-Mãe do rito escocês.

Feita a concentração dessa forma, prepararam-se para a ação. Ao término da convenção de Wilhelmsbad, Knigge tinha fundado em Francfort o grupo dos *Ecléticos*. Esse grupo não tinha ainda quatro anos de existência quando foi considerado suficientemente numeroso e suficientemente espalhado no exterior para poder convocar uma assembléia geral da *Grande Loja Eclética*. Nela foi resolvido o assassinato de Luís XVI e do rei da Suécia.[9] O fato é hoje incontestável: abundam os

---

[7] Stephane Pol publicou, em 1900, um manuscrito inédito de Elizabeth Duplay, viúva do convencional Le Bas. Nas *Notas Esparsas* lê-se: "Robespierre teve uma impressão terrível do voto (pela morte de Luís XVI) do duque de Orleans: "Qual! disse ele, como se ele pudesse ser recusado tão facilmente!"

A cidadã Le Bas acrescenta: "Esse homem profundamente imoral e tão desejoso de se tornar rei, havia distribuído a maior parte de sua fortuna para alcançar seu objetivo: os Mirabeau, os Danton, os Camille Desmoulins, os Collot-d'Herbois, os Billaud-Varennes e tantos outros tão desprezíveis quanto ele tiveram participação em suas prodigalidades corruptoras".

Por ocasião da morte de Luís XVI, vendo que fora usado, ele enviou à franco-maçonaria sua demissão, numa carta cheia de amargura.

[8] *Histoire de la Révolution*, t. II, p. 74 a 81.

Visto como Varennes apresenta-se aqui sob nossa pena, lembremos que assim que os exércitos alemães estavam em marcha sobre Paris, o rei da Prússia mandou deter suas tropas em Varennes, e aí, tendo a seu lado Bismarck e Moltke, os dois gênios da vitória, reuniu em torno de si os principais oficiais e dirigiu-lhes as seguintes palavras: "Sabeis onde nos encontramos e que atentado aqui se perpetrou, faz vinte e quatro anos. Daqui saíram todas as infelicidades que caíram sobre a França. Quando uma nação trata assim seu rei, a mão de Deus pesa sobre ela".

A algum tempo dessa data, o rei Guilherme, proclamado imperador alemão, como fruto da vitória, lembrou ele próprio o incidente ao cardeal de Bonnechose e o comentou de maneira a disso fazer uma lição para a França. (*Vie du cardinal de Bonnechose*, pelo monsenhor Besson, t. II, p. 146).

[9] Gustavo III foi assassinado no grande teatro de Estocolmo por quatro senhores de sua corte. Os assassinos espalharam o boato de que o rei tinha sido ferido por um revolucionário francês. Mas logo foram descobertos. Gustavo fora apenas ferido, mas no décimo quarto dia morreu envenenado, declarou o médico Dalberg. O assassinato de Gustavo e a subida ao poder de seu irmão estavam preparados de

testemunhos. Primeiro, o de Mirabeau, que, na abertura dos Estados-Gerais, disse, apontando para o rei: “Eis a vítima”; depois, o do conde de Haugwitz, ministro da Prússia, no congresso de Verona, no qual acompanhou seu soberano, em 1822. Naquela oportunidade ele leu um memorial, que poderia ser intitulado “minha confissão”. Disse que não somente fora franco-maçon, mas que fora encarregado da direção superior das reuniões maçônicas em diversos países. “Foi em 1777 que me encarreguei da direção das Lojas da Prússia, Polônia e Rússia.

“Adquiri nessa atividade a firme convicção de que tudo o que aconteceu à França, a partir de 1788, a Revolução francesa, enfim, nela compreendido o assassinato do Rei e todos os seus horrores, não somente foram decididos naquela época, mas de que tudo fora preparado através das reuniões, das instruções, dos juramentos e dos sinais que não deixam nenhuma dúvida sobre a inteligência que tudo preparou e tudo conduziu”. “Os que conhecem meu coração e minha inteligência imaginam a impressão que essas descobertas produziram em mim”.[10]

Em 1875, o cardeal Mathieu, arcebispo de Besançon, escreveu a um de seus amigos uma carta que foi comunicada a Léon Pagès e por este publicada. Nela se lê: “Houve em Francfort, em 1784, uma assembléia de franco-maçons, para a qual foram convocadas duas respeitáveis pessoas de Besançon, Raymond, inspetor dos Correios, e Marie de Bouleguey, presidente do Parlamento. Nessa reunião, a morte do rei da Suécia e de Luís XVI foi decidida... O último sobrevivente (dos dois) contou isto a Bourgon (Presidente de Câmara honorário na Corte), que deixou uma grande reputação de probidade, de retidão e de firmeza entre nós. Conheci-o bem e durante lonto tempo, pois estou em Besançon há quarenta e dois anos e ele faleceu recentemente. Ele contou freqüentes vezes o fato a mim e a outros”.

Besson, então vigário-geral do cardeal Mathieu e depois bispo de Nîmes, completou essa revelação nestes termos: “Posso confirmar a carta do cardeal mediante detalhes que não são sem interesse e que me foram relatados freqüentes vezes em Besançon, não somente pelo Presidente Bourgon, mas por Weiss, bibliotecário da cidade, membro do Instituto e o principal autor da Biografia universal, publicada sob o nome de Michaud. Bourgon e Weiss eram homens de bem na plena acepção da palavra... Raymond viveu até 1839. Foi ele quem lhes revelou o segredo das lojas sobre a condenação de Luís XVI, numa idade em que não se deve mais ao mundo senão a verdade. Weiss e o Presidente Bourgon citavam ainda a esse respeito as afirmações do barão Jean Debry, prefeito de Doubs. Franco-maçon, convencional e regicida, esse personagem, que os acontecimentos trouxeram à luz, representou em Besançon um papel honrado, nos doze anos que ali passou, de 1801 a 1814”.

Mas eis aqui o que acabará por convencer. Nos primeiros dias de março de 1898, o Revdo. Pe. Abel, jesuíta de grande nomeada na Áustria, em uma de suas conferências para homens vindos a Viena por ocasião da Quaresma, disse: “Em 1784, realizou-se em Francfort uma reunião extraordinária da grande Loja Eclética. Um dos membros submeteu à votação a morte de Luís XVI, rei da França, e de Gustavo, rei da Suécia. Esse homem se chamava Abel. Era meu avô”. Por haver um jornal judeu, *La Nouvelle Presse Libre*, repreendido o orador por ter assim desconsiderado sua família, o Pe. Abel, na conferência seguinte, disse: “Meu pai, ao morrer, determinou-me, como sua última vontade, que eu me aplicasse em reparar o mal que ele e nossos parentes

---

longa data pelas lojas, como o atestam os papéis do duque de Sudermanie, assim como os inquéritos que ele instaurou e rubricou em conseqüência das sessões de magnetismo maçônico a que assistira em 1783. A maçonaria gastara nove anos em procurar cinco vadios na Suécia para assassinar Gustavo.

[10] O escrito desse estadista foi publicado pela primeira vez em Berlim, em 1840, na obra intitulada *Dorrev's Denkscriftten und Briefen zur charackteristik der wet un litteratur.* (T. IV, p. 211 e 221).

A citação acima foi tirada da *Histoire et documents sur la franc-maçonnerie.*

cometeram. Se eu não tivesse que executar essa prescrição do testamento de meu pai, datado de 31 de julho de 1870, não falaria da maneira como o faço".[11]

Gustave Bord acredita que a morte do rei só foi decidida após Varennes. Sem dúvida ele ignora essa declaração do Pe. Abel, que foi publicada nos jornais austríacos no momento em que foi feita, isto é, na data acima indicada.

Decidida a morte do rei, era preciso encontrar os meios para levá-la a termo e, para isso, encontrar uma assembléia composta de homens capazes de cometer essa perversidade.

Augustin Cochin e Charles Charpentier, num estudo publicado nos dias 1° e 16 de novembro de 1904, na revista *Action Française*, mostraram como a campanha eleitoral de 1789 foi conduzida na Borgonha. Desse estudo, e de vários outros semelhantes, chegaram à conclusão, corroborada por todas as suas pesquisas, de que, no estado de dissolução em que haviam caído todos os antigos corpos independentes, províncias, ordens ou corporações, foi fácil para um partido organizado apoderar-se da opinião e dirigi-la sem nada dever ao número de seus afiliados, nem ao talento de seus chefes. Eles mostram, através de documentos de arquivos, a existência e a ação dessa organização.[12]

---

[11] O Pe. Abel é filho do famoso ministro da Baviera cuja carreira merece ser lembrada em duas palavras.

Inicialmente liberal, agente do partido prussiano-maçônico na Baviera, e, por conseguinte, fiel à tradição de seu pai, o franco-maçomde 1784, o ministro Abel se converteu após a morte de sua mulher, e se tornou aquilo que os prussianos chamam de clerical, um ultramontano, pois foi da Prússia que saíram essas duas palavras, imediatamente adotadas por nossas lojas.

Abel foi derrubado em 1847 pela... dançarina Lola Montès. O rei queria fazê-la duquesa, e para isso era preciso um ato de cidadania, que o ministro recusou assinar. Ele foi mandado embora e substituído por Maurer, o primeiro protestante a ser ministro na Baviera. Seu primeiro ato foi a assinatura do pretendido ato.

[12] Em 1888, Auguste Carion publicou em Lyon (Livraria Vitte) esta brochura: *La Vérité sur l'Ancien Régime et la Révolution*. Nela encontrarmos esta passagem, que entra na ordem de idéias desenvolvida por Charpentier e Cochin:

Encontram-se em certos cadernos (*cadernos de queixas do Terceiro-Estado*), escreve Carion, proposições que patenteiam o espírito revolucionário. Taine explica esse fato. Os advogados, os procuradores, os notários das cidadezinhas, tinham escrito as queixas de seus chefes e apresentado seus cadernos ao chefe local do bailadio, sem mesmo terem reunido a comunidade para fazer a respectiva leitura. (Ver Taine, *L'Ancien Régime*, p. 5109). (*La Vérite sur l'Anc. Régime*, Carion, p. 68).

L. Ricaud, num livro importante, *La Bigorre et les Hautes-Pyrénées pendant la Révolution* (Paris, Livraria Honoré Champion, e Tarbes, Livraria Croharé, 1894), faz a mesma observação relativamente à região pirenéia.

Examinando os 260 cadernos de queixas do Terceiro-Estado que foram conservados nos arquivos do departamento dos Altos-Pireneus, Ricaud pesquisou como cada comunidade tinha redigido o seu, e é de opinião que esses cadernos não foram de forma nenhuma redigidos pelas comunidades.

Primeiramente, diz ele, eis os cadernos de Argelès-Bagnères e de Bonnemazon. No primeiro momento percebe-se que nem um nem outro foi escrito na vila a respeito da qual são feitas as queixas. Um e outro, com efeito, foram concebidos nos mesmos termos e escritos quase que inteiramente pela mesma mão. Isto indica uma origem comum; por que é impossível que essas duas vilas, separadas por uma distância bastante considerável e sem relações de vizinhança, tenham tido as mesmas idéias, e ao mesmo tempo dois redatores que as exprimissem nos mesmos termos e com a mesma caligrafia. Ademais, o autor da duas peças havia deixado espaços em branco para que se inserisse o nome das vilas, o dos deputados que seriam nomeados, assim como a data em que a comunidade se reuniria para assinar seu caderno e escolher seu mandatário... (*La Bigorre*, p. 12, 13).

Nos Altos-Pireneus, oito ou dez vilas vizinhas depositaram algumas vezes *o mesmo caderno escrito no mesmo papel com a mesma caligrafia*, enquanto em outros grupos de localidades os camponeses se limitavam a copiar fórmulas genéricas que lhes tinham sido dadas (*La Bigorre*, p. 15 a 21).

Passou-se da mesma maneira, ademais, a quarenta léguas de Bigorre, no Armagnac, em que um relatório de 29 de maio de 1789, emitido pelo marquês de Fodoas, que governava aquele território, nos faz saber que "... de um único rascunho, (os advogados, procuradores e notários de pequenas cidades)

Estudando-os de perto, levantando os nomes e datas, eles permitem "enfileirar" os maçons, encontrar suas pistas numa série de passos que, tomados a parte, nada têm de significativo, mas que, vistos no conjunto, revelam um sistema engenhoso e uma aliança misteriosa. Quando se comparam os resultados desse trabalho em duas províncias diferentes e distantes uma da outra, a impressão torna-se surpreendente.

André Chénier, que tinha sido adepto entusiasta das idéias que a Revolução produziu, e que o conduziram, a ele próprio, ao cadafalso, percebera bem isto, quando dizia: "Essas Sociedades, todas dando-se as mãos, formam uma espécie de corrente elétrica ao redor da França. No mesmo momento, em todos os cantos do império, elas agem juntas, soltam os mesmos gritos, imprimem os mesmos movimentos".

À medida que se aproxima a abertura dos Estados-Gerais, as sociedades secretas redobram a atividade para desacreditar a família real e balançar o governo. Graças aos adeptos espalhados por toda a parte, as palavras de ordem se transmitem, as lendas circulam, a agitação se propaga, os problemas aparecem: tudo se faz sem que nenhuma organização apareça. É um movimento, é uma revolução que parece espontânea. No entanto, adeptos colocados na Corte adormecem a desconfiança real, uns sabendo o que fazem, outros não se dando conta disso, como a princesa de Lamballe junto à Rainha.

Depois, surge o "caso" do colar. Sabemos hoje, pois o caso Dreyfus nos ensinou, o que é um "caso" através de quem é mostrado e do que ele produz. Houve vários à época: o caso dos Jesuítas, o caso Calas, o caso La Chalotais e, acima de todos, o caso do colar da Rainha, montado pelo judeu Cagliostro. Filósofos e franco-maçons, após os terem lançado, publicaram brochuras para excitar os ciúmes de classes e despertar as paixões religiosas. Ao mesmo tempo, Turgot e Necker eram impostos ao Rei, as Assembléias provinciais e o Parlamento obedeciam a comitês ocultos.

O movimento preparatório da Revolução estendia-se mais longe.

"Delatores inatingíveis, diz Louis Blanc, faziam circular de um lugar a outro, como por um fio elétrico, os segredos subtraídos às cortes, aos colégios, às chancelarias, aos tribunais, aos consistórios. Viam-se aparecer nas cidades certos viajantes desconhecidos, cuja presença, finalidade, fortuna, eram outros tantos problemas". Ele mostra Cagliostro exercendo o papel de caixeiro-viajante da franco-maçonaria na França e na Itália, na Polônia e na Rússia.

Em 1787, uma nova mudança se produziu na maçonaria francesa, um novo grau foi introduzido nas lojas. Os II∴ de Paris se apressaram em comunicá-lo aos II∴das províncias. "Tenho sob os olhos, diz Barruel, as memórias de um I∴ que recebeu o código desse novo grau numa loja situada a mais de oitenta léguas de Paris".

As resoluções tomadas no Grande-Oriente eram encaminhadas a todas as províncias, aos cuidados dos Veneráveis de cada loja. As instruções estavam acompanhadas de uma carta concebida nestes termos:

"Tão logo recebais o pacote anexo, acusareis seu recebimento. Acrescentareis o juramento de executar fielmente e pontualmente todas as ordens que vos chegarem da mesma forma, sem vos dar ao trabalho de saber de que mão partem nem como chegam a vós. Se recusardes esse juramento ou se a ele faltardes, sereis olhado como tendo violado o que fizestes *no vosso ingresso na ordem dos II∴* Lembrai-vos da *Acqua Tophana*; lembrai-vos dos punhais que aguardam os traidores".[13]

O clube regulador podia contar com pelo menos quinhentos mil franco-maçons, cheios de ardor pela Revolução, espalhados em todas as partes da França, todos

faziam, para todas as comunidades, cópias parecidas, que vendiam bem caro aos conselhos de cada paróquia rural". (Citado por Ricaut, *La Bigorre*, p. 21).

[13] Barruel, II, p. 476.

prontos a se levantarem ao primeiro sinal de insurreição, e capazes de arrastar atrás deles, pela violência do primeiro impulso, a maior parte do povo.

Viu-se então o que vemos hoje se reproduzir: a franco-maçonaria tinha necessidade, para a execução de seus desígnios, de um número prodigioso de braços; e foi por isso que ela, que até então não admitia em seu seio senão homens que desfrutassem uma certa posição, passou a chamar a escória do povo. Até nas vilas os camponeses passaram a ouvir falar de igualdade e de liberdade e a se agastarem com os direitos do homem. Para essas pessoas, as palavras liberdade e igualdade não precisavam ser compreendidas nas iniciações dos bastidores das lojas de retaguarda, e era fácil aos cabeças de nelas imprimir, apenas através dessas palavras, todos os movimentos revolucionários que se queria produzir.

Ao mesmo tempo, o duque de Orleans chamou para as lojas e fez entrar na seita os guardas franceses.

Nada se faz sem dinheiro, e as revoluções menos do que todo o resto.

A comissão diretora, presidida por Sieyès, e que compreendia, entre outros, Condorcet, Barnave, Mirabeau, Pétion, Robespierre, Grégoire, não falhava em recolher e acumular os fundos para o grande empreendimento.

Doudat, num livro publicado em 1797, diz: "Foi através dos franco-maçons que se estabeleceram uma correspondência geral e os recursos necessários ao partido (da Revolução). Esses recursos, sob o nome de *contribuições franco-maçônicas*, foram captados em toda a Europa e serviram, sem que todos os Irmãos previssem isso, para alimentar a Revolução da França. Com esses fundos o partido mantinha emissários de uma extremidade à outra do reino e, em Paris, residentes; ele colocava candidatos nas corporações de artes e de ofícios, ele pagava o soldo dos agentes, dos espiões, amolecia ministros protestantes e assassinos. Era em Nîmes que ficava o tesouro, era para lá que confluíam todos os canais que, correspondendo aos diversos refúgios dos calvinistas, levavam e distribuíam as contribuições, e de um só golpe, punham todas as suas máquinas em movimento. Esse dinheiro serviu para pagar o soldo dos emissários em toda a França para dirigir as assembléias dos bailadios. Serviu para colocar o povo em armas". (*Les Véritables Auteurs de la Révolution de France*, p. 451-456).

Mirabeu, no seu livro *La Monarchie Prussienne*[14] , publicado antes dos acontecimentos dos quais ele próprio foi um dos grandes atores, assim se expressa: "A maçonaria em geral, e sobretudo o ramo dos Templários, produzia anualmente somas IMENSAS através das taxas das admissões e das contribuições de todo o gênero: uma parte era empregada nas despesas da ordem, mas uma outra MUITO CONSIDERÁVEL corria num caixa geral, cujo emprego ninguém, excetuados os primeiros dentre os irmãos, conhecia".

A mesma informação nos é dada pelos papéis secretos achados na residência do cardeal de Bernis. Deschamps cita um desses documentos pertencentes ao clube de propaganda anexo à comissão diretora dos Filaletes, que tinha por missão não somente cooperar com a Revolução da França, mas trabalhar para introduzi-la entre os outros povos da Europa. Vê-se por esses papéis que em 23 de março de 1790, havia em caixa 1.500.000 francos, dos quais o duque de Orleans havia fornecido 400.000; a diferença fora dada por outros membros por ocasião das respectivas admissões. Outros clubes ou lojas tinham outros recursos. O caixa geral da franco-maçonaria contava, em 1790, com vinte milhões de libras, em moeda corrente; segundo as contas realizadas, deveria haver ali dez milhões ou mais antes do fim de 1791. Quando Cagliostro foi preso em Roma pela polícia pontifícia, em setembro de 1789, ele assegurou que a maçonaria tinha uma grande quantidade de dinheiro distribuída pelos bancos de Amsterdã, Roterdã, Londres, Genebra, Veneza, e que ele,

[14] Tomo VI, p. 67.

Cagliostro, tinha recebido seiscentos luíses em dinheiro na véspera de sua partida para Francfort.[15]

Estando assim tudo preparado, o dia da insurreição foi fixado para 14 de julho de 1789. Os franco-maçons, atualmente guindados ao poder, conhecem bem por que escolheram 14 de julho de preferência a outras datas para comemorar a festa nacional. "A terceira república escolheu esse aniversário, diz Gustave Bord, porque ela é a figuração política da franco-maçonaria, e porque a tomada da Bastilha, a despeito de todas as lendas românticas, foi, ela própria, o resultado de uma vasta conspiração maçônica..."[16]

---

[15] Deschamps, II, p. 126.

[16] Os detalhes, de uma precisão absoluta, que Bord fornece, não deixam lugar a nenhuma dúvida, não se prestam a nenhum equívoco.

Foi a armada que inicialmente foi aliciada para a conspiração, por intermédio das lojas militares. Recorreu-se à Loja dos *Três Irmãos Unidos*, que teve, sucessivamente, como veneráveis: Minette de Saint-Martin, sub-oficial de cavalaria; Schmidt, funcionário da Marinha; Chauvet, funcionário do Ministério da Guerra; Desbarodières, capitão de cavalaria.

Numa outra loja da época, igualmente militar, *O Patriotismo*, encontramos Vauchelles, principal funcionário da Artilharia, e Mathieu de l'Epidor, secretário geral dos guardas do corpo.

Os Guardas franceses, cuja defecção garantirá o sucesso da jornada, têm sua loja: *Os Amigos da Glória*; os suboficiais tem mesmo uma loja especial, cujo venerável é Beyssac, sargento: é a *União dos Bons Franceses*, no O∴ de Paris.

A Maçonaria, ademais, tinha-se infiltrado em todos os ramos da administraçào, não menos do que nas forças armadas.

Ela controlava os Correios através do superintendente de Ogny, do capítulo dos *Amigos Reunidos*; as empresas transportadoras, através de Chignard; as Finanças do Rei, através de Savalète de Lange. Latouche, Chaumont, Pelletier de Lépine, Gillet de la Croix, representavam o duque de Orleans e seus partidários; Perronet trazia o contingente das pontes e vias; Boucoult, as águas e as florestas; Méry d'Arcy, a Companhia das Índias; Lalande recrutava os sábios; Roettiers de Montaleau, amigo de Cagliostro e envolvido muito proximamente no caso puramente maçônico do colar, tinha à sua retaguarda os empregados das Moedas. Os cirurgiões, médicos, advogados, porteiros dos edifícios reais, eram, na sua maior parte, afiliados a lojas.

O governo da cidade estava povoado de maçons. A "Viúva" era aí representada pelo tenente de polícia Thrioux de Crosne, por Ethis de Corny, procurador do rei, por Veytard, chefe dos tabeliães. O preboste dos comerciantes, Flesselles, era igualmente maçon, mas um maçommorno e timorato, que mostrava pouco entusiasmo pela conspiração. Para se garantir de uma defecção inoportuna ou mesmo de uma possível traição, tomou-se a decisão de massacrá-lo...

Na comissão de inssurrectos, vemos ainda o marquês de la Salle, da Loja *As Duas Irmãs*; Deleutre, do *Contrato Social*; Quatremière, da Loja *Heradom*; Jamin, da *Constante Vérité*; Osselin, da *Parfait Contentement*.

No dia 13 de julho, às onze horas da manhã, os conjurados se reúnem na igreja de Santo Antoninho. Ordem do dia: chamada da tropa; organização da milícia burguesa. A sessão é presidida por Dufour, advogado oficial do Grande-Oriente, e por Villeneuve, deputado da Loja *A Moderação*.

No dia seguinte, no momento em que tudo já está pronto para o ataque, a comissão inssurrecional envia quatro deputados ao governador para persuadi-lo a abrir suas portas e a se render. A primeira deputação é composta de Ethis de Corny, maçon; Belon, ajudante-mor, maçon; Billedorf, sargento de artilharia, maçon. Na terceira deputação encontramos o abade Fauchet, e Chignard, maçon; na quarta, Poupart de Beaubourg, maçon; de Milly, maçon; Jamin, maçon.

São ainda os maçons que comandam o ataque contra a Bastilha, e, entre eles, Moreton de Chabrillan, da Loja *A Candura*.

Tomada a fortaleza, a Comissão que informa a Assembléia Nacional dessa façanha popular é composta, entre outros, por Garran de Coulon, maçon; Feutrié, maçon; e Morillon, maçon.

Na deputação que recebe a delegação da Assembléia Nacional há Deleutre, maçon. O membro da Assembléia Nacional que será encarregado de entrar em negociação com a Comissão inssurrecional se chama Herwyn, e ele é maçon, também ele, como por acaso.

Enfim, quando a Comuna ocupa oficialmente a Bastilha, é o cavaleiro de Laizer que a instala; ele é oficial do G∴ O∴, venerável da Loja *Avenir des Amis de la Gloire*, e deputado da *Union Militaire*, de Valognes...

A Bastilha cai.[17] Os correios, que levavam a notícia às províncias, voltavam dizendo que por toda a parte viram as vilas e as cidades em insurreição. As barreiras são queimadas em Paris, na província os castelos são incendiados. O temível jogo das lanternas começou; cabeças foram carregadas na ponta de estacas; o monarca foi sitiado em seu palácio, seus guardas foram imolados; ele mesmo é levado cativo da capital.

Começa então o reino do Terror organizado, a fim de deixar à seita toda a liberdade para executar seus sinistros projetos.

Esse reino foi inaugurado por volta do fim do mês de julho de 1789. Nos diferentes pontos da França, diz Frantz Funck-Brentano,[18] de leste a oeste, de norte a sul, espalhou-se subitamente um terror estranho, terror louco. Os habitantes dos campos se refugiavam nas cidades, cujas portas eram fechadas em seguida com grande pressa. Os homens se reuniam armados nas ruas; eram, gritava-se, os bandidos. Em certas localidades, um mensageiro chegava, os olhos incendiados, coberto de poeira, num cavalo branco de espuma. Os malfeitores estavam lá, na colina, emboscados nos bosques. Em duas horas eles estariam na cidade. (Franz Funck-Brentano descreve aqui o que se passou particularmente no Auvergne, no Dauphiné, na Guyenne, etc.). A lembrança desse alarme permanecerá muito vivo entre as gerações que o conheceram. "O grande medo", foi a denominação que se lhe deu no centro da França. No sul se diz "la grande pourasse", "la grande paou", "l'annada de la paou". Em outras partes foi "o dia dos bandidos", "a quinta-feira louca", "a sexta-feira louca", conforme o dia em que o pânico explodiu. Na Vandéia, a lembrança do acontecimento permaneceu sob o nome de "as desavenças da Madalena". O medo, com efeito, ali estourou na festa da Madalena, no dia 22 de julho".

O decreto que a Assembléia Nacional publicou no dia 10 de agosto de 1789, confirma no seu preâmbulo a generalidade e a simultaneidade do pânico. "Os alarmas que foram semeados nas diferentes províncias, diz a Assembléia, na mesma época e quase no mesmo dia".

Os documentos reunidos por Frantz Funck-Brentano deixam ver que o "grande medo" rebentou nas seguintes províncias: Ile-de-France, Normandie, Maine, Bretagne (de língua francesa), Anjou, Touraine, Orléanais, Nivernais, Bourbonnais, Poitou, Saintonge, Angoumois, Périgord, Limousin, Agenais, Guyenne e Gascogne, Languedoc, Provence, Dauphiné, Forez, Auvergne, Bourgogne, Franche-Comté, Champagne, Lorraine, Alsace. Ele acrescenta não conhecer nenhum documento que

---

[17] Prova de que a Revolução Francesa foi organizada por uma associação cosmopolita: Auguste Vaquerie escreveu no *Rappel* de 27 do messidor do ano 102, ou, dito de outra maneira, de 15 de julho de 1794, um artigo que terminava com estas palavras:

"Senhor da Bastilha, o povo a demoliu, e pareceu que um peso era tirado de sobre o peito do mundo.

"*Não foi somente a França que respirou.* Em Londres houve um banquete no qual Sheridan bebeu "*à destruição da Bastilha, à Revolução*".

"A tomada da Bastilha foi dada como matéria de concurso *nas universidades inglesas*.

"A Itália a aclamou pela boca de Alfieri.

"Em São Petersburgo, as pessoas se abraçavam nas ruas, chorando de alegria.

"Ocorre que, com efeito, todos os povos estavam interessados na libertação do povo *fraternal*, que não trabalha para *ele somente* e que, quando faz uma declaração de direitos, declara, não os *direitos do francês*, mas os *direitos do homem*".

Ségur, que estava então em São Petersburgo, escreveu em suas Memórias: "Apesar de que a Revolução seguramente não fosse ameaçadora para ninguém em São Petersburgo, não conseguiria exprimir o entusiasmo que excitaram, entre os negociantes, os burgueses e os jovens de uma classe mais elevada, a queda dessa prisão do Estado e o primeiro triunfo de uma liberdade tempestuosa. Franceses, russos, ingleses, dinamarqueses, alemães, holandeses, felicitaram-se como se tivessem sido desembaraçados de uma corrente que pesava sobre eles. Cada qual sentia que uma nova aurora se levantava".

[18] *La Réforme Sociale*, número de 1°. de novembro de 1904, p. 670-672.

assinale o medo na Bretagne bretã, Picardie, Artois e Flandre. Lembro-me, no entanto, de ter ouvido falar nele por minha mãe.

Esse terror de pânico fez com que os cidadãos se armassem. A guarda nacional se formou. Em menos de quinze dias, três milhares de homens foram arregimentados e uniformizados com as cores nacionais. O medo dos bandidos engendrou os verdadeiros malfeitores, que se proveram, nesse momento, das armas necessárias. "A opinião popular, diz Frantz Funck-Brentano, talvez não esteve errada ao considerar esse acontecimento com o mais importante de toda a Revolução. De um dia para outro os franceses viram cair tudo o que havia constituído sua existência secular. Diante desse nada súbito, houve o "grande medo" nas almas simples, o grande acesso de febre precursor da crise terrível que vai sacudir a nação inteira e até ao mais profundo de suas entranhas".[19]

Quem era suficientemente poderoso para levantar ao mesmo tempo o mesmo medo, através de uma imensa extensão do território, pelos mesmos processos, pelas mesmas mentiras? Como explicar um tal movimento, se não pela ação combinada de uma seita espalhada em todos os pontos do reino, a fim de tornar possíveis os crimes que ela cogitava?

Para levar esses objetivos a termo, era preciso a organização das cabeças e dos braços. Para dirigir umas e outros, Mirabeau chama seus II∴ conjurados à igreja dos religiosos conhecidos pelo nome de Jacobinos; e logo a Europa inteira passa a conhecer os chefes e os atores da Revolução apenas sob o nome de jacobinos. Esse nome designa por si só tudo o que há de mais violento na conjuração contra Deus e contra Seu Cristo, contra os reis e contra a sociedade.

Não temos aqui que fazer o relato, nem mesmo que traçar o quadro disso, sendo a finalidade destes capítulos unicamente responder ao desejo assim formulado por Louis Blanc na sua *Histoire de la Révolution*: "Importa introduzir o leitor na mina que então cavaram, sob os tronos, e sob os altares, os revolucionários, instrumentos profundos e ativos dos Enciclopedistas".

Nesse antro nós encontramos todos os personagens que tiveram a participação mais ativa na desordem política, social e religiosa do fim do século XVIII: Philippe-Egalité, Mirabeau, Dumouriez, La Fayette, Custine, os irmãos Lameth, Dubois-Crancé, Rœderer, Lepelletier de Saint-Fargeau pertencem à loja *A Candura*; Babeuf, Hébert, Lebon, Marat, Saint-Just, à dos *Amigos Reunidos*; Bailly, Barrère, Guillotin, Danton, Garat, Lacépède, Brissot, Camille Desmoulins, Pétion, Marat, Hébert, Collot-d'Herbois, Dom Gesle, saíram da loja das *Nove Irmãs*, à qual tinham pertencido Voltaire, d'Alembert, Diderot e Helvetius. Sieyès fazia parte da loja dos *Vingt-deux*, Robespierre era rosacruz do Capítulo de Arras.

---

[19] Em 1797 foi publicado em Neufchâtel um livro intitulado: "Os Verdadeiros Autores da Revolução da França em 1789", por Soudart. Na página 453, diz-se: "Foi através dos franco-maçons que se espalhou, no mês de julho, no memo dia, na mesma hora, em todo o reino, o alarme dos pretensos bandidos; foi através dos franco-maçons que se estabeleceram uma reciprocidade geral de sentimentos e as coletas das importâncias necessárias ao partido".

A revista *La Révolution Française*, de junho de 1904, página 556, publicou sobre o grande medo os testemunhos de homens que têm pela Revolução um verdadeiro culto:

Marcel Bruneau, Inspetor da Academia (*Les Débuts de la Révolution*, Cher et Indre, 1902): "O grande medo tornou-se, por suas conseqüências, um dos maiores acontecimentos da Revolução". Georges Bussière (*Evénements historiques de la Révolution en Périgord*, t. III, *La Révolution bourgeoise, La Révolution spontanée*, p. 73, 74): "O grande medo foi visto talvez como um dos acontecimentos mais consideráveis da Revolução". Aulard: "Esse grande medo de julho e agosto de 1789, que é talvez o acontecimento mais importante da Revolução francesa..."

"Muitos historiadores viram aí a prova de uma organização sábia e completa do partido revolucionário, cujos agentes, em todos os pontos do território, teriam obedecido a uma palavra de ordem" (Pierre de Vitt., *La Peur en 1789. — La journée des brigands en Limousin*, p. 7).

É Mirabeau quem, no dia 6 de maio de 1789, aponta para Luís XVI dizendo: "Eis a vítima!"

É Sieyès quem, no dia 16 de junho, proclama que não pode existir nenhum veto contra a Assembléia que vai regenerar a França.

É Guilhotin quem, no dia 21 de junho de 1792, arrasta os deputados para a sala do Jeu de Paume, e é esse outro maçon, Bailly, que improvisa o juramento da revolta. É Camille Desmoulins quem, no dia 14 de julho, no jardim do Palais-Royal, lança à multidão o grito: "Às armas!", sinal da primeira morte e da pilhagem.

É La Fayette quem, no dia 21 de junho de 1791, expede para Varennes esse outro maçon, Pétion, para prender o rei fugitivo, e que se investe como carcereiro das Tulherias.

O mesmo Pétion, prefeito de Paris, abandona, no dia 20 de junho de 1792, a família real aos ultrajes das hordas ébrias das ruas.

É Rœderer quem, no dia 10 de agosto, após um novo assalto às Tulherias, entrega a família real à Convenção.

É Danton quem organiza os massacres de setembro, enquanto Marat faz cavar um poço na rua da Tombe-Issoire, para enterrar nas catacumbas de Paris os cadáveres dos degolados.

É Marat, franco-maçomcomo todos os outros, quem, na véspera de 21 de janeiro, vem comunicar ao rei mártir seu decreto de morte irrecorrível.

E após o regicídio, é Robespierre que se torna grande-mestre do cadafalso.

O projeto da franco-maçonaria não se limitava a jacobinizar a França, mas todo o universo: assim vimos o Iluminismo levado simultaneamente para todos os países.

A loja estabelecida na rua Coq-Héron, presidida pelo duque de la Rochefoucauld, transformara-se especialmente naquela dos grandes maçons, e cuidava da propaganda européia; foi ali que se realizaram os maiores conselhos. Quem melhor conheceu esse estabelecimento foi Girtaner. Em suas *Mémoires sur la Révolution Française*, ele diz: "O clube da *Propaganda* é muito diferente do dos jacobinos, não obstante os dois freqüentemente se reúnam juntos. O dos jacobinos é o grande motor da Assembléia Nacional. O da Propaganda quer ser o motor do gênero humano. Este último já existia em 1786; os chefes eram o duque de la Rochefoucauld, Condorcet e Sieyès. O grande objetivo do clube propagandista era estabelecer uma ordem filosófica, que dominasse a opinião do gênero humano. Há nessa sociedade duas espécies de membros: os contribuintes e os não pagantes. O número dos pagantes é de cerca de cinco mil; todos os outros se comprometem a propagar por toda a parte os princípios da sociedade e a tender sempre para esse objetivo".

Seus esforços não foram estéreis. "De todos os fenômenos da Revolução, diz Barruel, sem dúvida o mais espantoso, e infelizmente também o mais incontestável, é a rapidez das conquistas que a revolução já alcançou numa tão grande parte da Europa, e que ameaçam fazer a revolução do universo; é a facilidade com a qual seus exércitos içaram a bandeira tricolor e plantaram a árvore de sua igualdade e de sua liberdade desorganizadoras na Savóia e na Bélgica, na Holanda e nas margens do Reno, na Suíça e além dos Alpes, no Piemonte, em Milão e até na própria Roma". Em seguida, depois de ter concedido ao valor das tropas francesas e à habilidade de seus chefes a parte que lhes é devida nessas conquistas, ele acrescenta: "A seita e suas conspirações, suas legiões de emissários secretos precederam em toda a parte seus exércitos. Os traidores estavam dentro das fortalezas para abrir-lhe as portas, eles estavam até nos exércitos do inimigo, nos conselhos dos príncipes para abortar seus planos. Seus clubes, seus jornais, seus apóstolos tinha predisposto o populacho e preparado os caminhos".

Barruel oferece numerosas provas dessa afirmação. A história sincera das conquistas da Revolução e do Império confirmam-na.

——— ♦ ———

O AGENTE DA

CIVILIZAÇÃO MODERNA

HISTÓRICO

SEGUNDO PERÍODO

DA REVOLUÇÃO AOS DIAS ATUAIS

CAPÍTULO XV

A FRANCO-MAÇONARIA SOB O PRIMEIRO IMPÉRIO[1]

Vimos a derrubada da civilização cristã projetada por volta do fim do século XVI, almejada por uma sociedade secreta que, de geração em geração, ano indicado pelos Humanistas, desenvolvido pelos Enciclopedistas, definitivamente determinado pelos Iluministas e posto em execução pelos Jacobinos.

Sufocada no sangue do Terror e na lama do Diretório, a franco-maçonaria não pôde erguer o Templo da Humanidade sobre as ruínas da Igreja da França, que ela tinha destruído.

A Igreja se reergueu. A franco-maçonaria não renunciou a seu projeto. Ela novamente se aplicou a ele desde os primeiros dias do império. A cada ano ela aumentou o círculo de sua ação; e no momento atual ela tem a garantia de consegui-lo desta feita, tanto mais certamente quanto ela conhece o que a fez fracassar no século XVIII.

Lenta e seguramente, tal foi a palavra de ordem que ela impôs a seus agentes e a si própria, que tem sido mantida e que vai, pensa ela, proporcionar-lhe enfim o que ela persegue há quinhentos anos.

Ela quis aniquilar toda a ordem de coisas existente, religião, sociedade e propriedade, e substituí-la pelo estado puro da natureza. Ele não pôde. O Império foi uma reação que a Restauração acentuou. Nós veremos a maçonaria, sob os governos que vão se suceder, trabalhar para estorvar suas boas intenções e paralizar seus esforços para o bem, inspirá-los para o mal e nisso secundá-los; depois, enfim, a assenhorear-se do poder, e então perseguir abertamente a realização dos desígnios que os enciclopedistas, os franco-maçons e os iluministas tinham concebido.

A reação se deu, inicialmente, na ordem religiosa.

O catolicismo não pudera ser inteiramente sufocado. Sua doutrina e sua moral não tinham deixado de viver numa multidão de corações, e o seu culto não deixara de ser praticado, mesmo com perigo de vida. Assim que aquele que concebeu a idéia e que se impusera o poder para restabelecer uma certa ordem na sociedade quis pôr-se ao trabalho, compreendeu que, para reerguer a França de suas ruínas era preciso, necessariamente, começar pela restauração do culto. Portails tinha-no perfeitamente demonstrado no discurso que pronunciou no Corpo Legislativo, na sessão de 15 do germinal do ano X. Mas, que culto? Nenhum outro que não o católico teria sido aceito, nenhum outro teria sido viável. Todo o mundo o percebia bem, e Napoleão melhor que qualquer um. Ora, o culto católico só podia ser restaurado pelo Papa: daí a necessidade de entender-se com ele. Napoleão percebeu-o e logo encetou as negociações que deveriam redundar na Concordata de 1801. No entanto, a franco-maçonaria estava sempre presente e ela absolutamente não renunciava ao projeto de liquidar o catolicismo e com ele a civilização cristã. Vamos revê-la, pois, trabalhando para isso, não mais com a impetuosidade de 93, mas discretamente, lentamente, e, pensava ela, com mais segurança.[2]

---

[1] O Primeiro Império compreende o reinado de Napoleão I, que se estendeu de 1804 a 1814. (N. do T.).

[2] Ver, para a História da Igreja de França no século XIX (1802-1900), as conferências feitas por L. Bourguin aos católicos. Dois volumes in-12. P. Téqui Editor, rua de Tournon, 29, Paris.

Desde o dia da conclusão da Concordata — se foi sob inspiração maçônica é difícil dizer[3] — começaram as restrições, e logo a retomada do espírito anticristão. Após um século de incessante trabalho, esse espírito conseguiu, em nossos dias, consolidar todas as conquistas que a Revolução fez, e que ela tinha sido constrangida a abandonar sob a pressão do espírito católico.

A religião católica restaurada deveria ter sido, como outrora, a religião do Estado.[4] Parece que a coisa se apresentava exatamente assim ao espírito de Napoleão, por ocasião das primeiras manifestações que ele fez a Pio VII. No projeto da Concordata datado de 26 de novembro de 1800, os negociadores franceses deixaram passar a expressão "religião de Estado". No Título IX, art. 1°., estava dito: "Nas condições acima, e tendo em vista sua aceitação pela Santa Sé, o governo francês declara que a religião católica, apóstolica e romana é a religião do Estado". Bonaparte queria, pois, restaurar o culto nacional enquanto culto público, deixando às individualidades a liberdade de praticar um outro. E no entanto o primeiro Cônsul logo se desculpou disso; e todos os esforços foram inúteis, os de Spina, os de Consalvi, os do próprio Pio VII, para fazê-lo voltar ao projeto primitivo, tão natural, tão lógico, que devia se impor a um espírito tão lúcido como o seu.

Ainda uma vez não saberíamos dizer se houve, junto a Napoleão, nesse momento, uma intervenção dessa Contra-Igreja que vimos como depositária do pensamento da Renascença, e que, há quatro séculos, trabalhava com uma perseverança que nada desencorajava, para fazê-lo triunfar. O que sabemos é que a história recolheu, da boca do cardeal Pacca, esta troca de palavras entre Volney e Bonaparte, no dia seguinte ao da assinatura da Concordata: "Está aí o que havíeis prometido? — Tranqüilizai-vos. A religião na França tem a morte no ventre: julgareis o que vos digo em dez anos!"

É a um judeu do século XVIII, Guillaume Dohm, que é preciso fazer remontar o pensamento inicial da igualdade dos cultos. Ele foi o instigador e o doutor dessa idéia junto aos príncipes do mundo moderno. Ele era arquivista de S.M. o rei da Prússia e secretário do Departamento de Assuntos Estrangeiros quando escreveu, em 1781, sua memória *De la Réforme Politique de la Situation des Juifs*, endereçada e dedicada a todos os soberanos.

Ele explana nessa obra a teoria do Estado indiferente em matéria de religião, neutro, ateu, e, o que é mais grave, dominador de todas as religiões.

"O grande e nobre emprego do governo, diz ele, consiste em mitigar os princípios exclusivos de todas essas diferentes sociedades, católica, luterana, sociana, maometana, de maneira que elas não causem prejuízos à grande sociedade.

"Que o governo permita a cada uma dessas pequenas sociedades particulares terem o espírito de corpo que lhes é próprio, e mesmo de conservarem seus preconceitos, quando não sejam nocivos; mas que ele se esforce para inspirar a cada um de seus membros um motivo maior de dedicação ao Estado; e ele terá atingido a grande finalidade que lhe convém ter em vista, quando as qualidades de gentilhomem, de patriota, de sábio, de artesão, de cristão ou de judeu estiverem todas subordinadas à de *cidadão*".

É exatamente a idéia napoleônica: Napoleão quis realizar esse programa traçado vinte anos antes.

---

3 O que é certo, é que Talleyrand, Grégoire, Fouché, os constitucionalistas, os velhos jansenistas readmitidos nos conselhos do governo, os revolucionários da Corte de Bonaparte, os céticos e os ímpios que sitiavam a Malmaison, desesperando de impedir o Cônsul de negociar, reuniram seus esforços para falsear o espírito e a letra da Concordata.

4 A religião do Estado não é a religião que o Estado impõe a alguém, mas a que ele pratica por sua própria conta. A República tem uma religião, o ateísmo, e ela o impõe a seus súditos.

Após longos debates, ele logrou introduzir na própria Concordata, e sobretudo depositou nos artigos orgânicos, que subrepticiamente a acompanharam, um germe que se desenvolveria espontaneamente para transformar-se nessa outra constituição civil do clero, que Briand forjou na lei de separação e que ele tinha a firme esperança de nos fazer aceitar.

A Concordata diz o seguinte: "O governo da República reconhece que a religião católica, apostólica e romana, é a religião da grande maioria do povo francês". Nessas palavras nada mais há do que o reconhecimento de um fato, de um fato que poderia não existir naquele momento e que pode mudar com o tempo; não há o reconhecimento do direito que sua origem divina confere à Igreja católica, nem o reconhecimento da situação única que essa origem lhe proporciona. A Concordata, com essa redação, reconhecia ao protestantismo e ao judaísmo, em razão da fração de cidadãos que o professavam, direitos no Estado semelhantes aos do catolicismo. Esses direitos semelhantes tornaram-se logo direitos iguais, e, atualmente, é aos protestantes e aos judeus, que permanecem sempre em pequeno, muito pequeno número, que é concedida situação privilegiada.

O Papa, em data de 12 de maio de 1801, escreveu ao primeiro Cônsul para exprimir-lhe sua dor ante essa exigência: "Nós não vos esconderemos, bem ao contrário, disso vos faremos manifesta confissão, que viva alegria experimentamos nas primeiras negociações que foram feitas para o restabelecimento da religião católica na França; e a esperança deleitável de que essa religião seria restabelecida em seu antigo esplendor *como dominante*, fez-nos ver com muita dor o artigo desagradável que, no projeto oficial, foi proposto como base para todos os outros... Não podemos impedir-nos de lembrar-vos que, tendo sido constituídos por Deus para a defesa dessa religião e para sua propagação,... não podemos, por um artigo de um solene acordo, sancionar sua degradação... Se a religião católica é a religião da maioria do povo francês, podeis duvidar de que seus desejos só possam ser atendidos se lhe for restituído seu primeiro esplendor? Sereis impedido pela oposição do pequeno número, que a maioria ultrapassa em grau tão elevado? Por causa deles privareis a França e a autoridade pública das grandes vantagens que lhe propiciam o restabelecimento completo da religião católica?"

Nada disso foi feito; e o Papa, para evitar um mal maior, teve de ceder à vontade de Bonaparte.[5]

A questão era de importância capital. Emile Olivier exagera quando exprime a opinião de que esse artigo da Concordata consagrava a separação entre a Igreja e o Estado, que se reclama hoje, diz ele, como se já não tivesse sido feita há um século. Longe de consagrar o princípio da separação, a Concordata sanciona a união sob um novo modo. É verdade que a religião católica não é mais a religião do Estado. Mas, apesar de menos íntima, menos vantajosa para a Igreja do que a antiga ordem de coisas, esta que, pela Concordata, a substituiu, não é de uma outra natureza. Ela mantém laços com o Estado, e laços obrigatórios. A Concordata conservou intactos os princípios, ela não consagrou a separação, "o dogma religioso da Revolução francesa".

Mas a Revolução, que quer a separação, que a vê em toda a parte, preparou-a desde então na França, tanto quanto estava nela fazê-lo.

Os Estados separados da Igreja e a Igreja romana privada da soberania temporal, tais são as duas preocupações mais constantes da franco-maçonaria, o duplo objetivo de seus mais contínuos esforços. Para vencer a resistência da Igreja, é preciso que primeiramente Ela esteja sem ponto de apoio sobre a terra.

---

[5] Num comunicado levado ao conde de Chambord por de Vaussay, o Cardeal Pie não pedia para o catolicismo a qualificação de "religião de Estado", mas esta declaração: "A religião de quatorze séculos no passado e de trinta e cinco milhões de cidadãos no presente, *é* a religião do país e de suas instituições".

Com esse objetivo foram feitos esforços para rebaixar o catolicismo na França ao nível de uma religião qualquer, de diminuir seu prestígio e sua força, de humilhar o clero e paralizá-lo. Ele retorna à França, mas não forma mais uma Ordem dentro do Estado, não tem mais nenhum direito enquanto corpo, não passa de uma coleção de indivíduos que logo não se distinguirão dos outros senão pelo fato de sofrerem mais vexames e ultrajes. Nem mesmo é mais proprietário. Sabemos a que ponto a propriedade é necessária à independência; o clero não mais a terá. Seus bens, por mais legítimos que fossem, não lhe serão devolvidos; ele será reduzido à condição de assalariado, não se absterão de cortar-lhe os víveres para lembrar-lhe sua sujeição. É verdade que o artigo XV da Concordata diz: "O governo cuidará de deixar aos católicos a liberdade de fazer, se o quiserem, novas fundações em favor das igrejas", e de reconstituir assim o antigo patrimônio da Igreja na França. Mas sabemos através de que astuta tática essa liberdade tem sido restringida dia a dia, depois como as fundações piedosas tiveram que ser sempre constituídas com rendas do Estado, a fim de que fosse mais fácil apoderar-se delas no dia da separação, e como, enfim, a própria indenização prevista na Concordata foi suprimida.

Ao governo, já encarregado de fornecer ao clero alimentação e moradia, a Concordata concedeu ainda a escolha das pessoas que deveriam ser elevadas às dignidades eclesiásticas: "O primeiro Cônsul nomeará, nos três meses seguintes à publicaçào da Constituição apostólica, os arcebispos e os bispos que devem governar as dioceses das novas circunscrições. — Da mesma forma, o primeiro Cônsul nomeará os novos bispos para as sedes episcopais que vagarem em seguida. A Sé apostólica conferir-lhes-á a instituição canônica. Os bispos nomearão os párocos, e escolherão apenas pessoas aprovadas pelo governo".

Em diversas épocas os governos tiveram como dever de religião ou de honestidade pública escolher os mais dignos; mas, em outros momentos, eles foram buscar preconceituosos, incapazes e mesmo indignos. Napoleão deu exemplo disso. Ele impôs ao cardeal Caprara quinze bispos constitucionais. Mais tarde, procurou meios de livrar-se da instituição canônica. Para isso convocou um Concílio nacional; mas não pôde obter o que pretendia. Isto não representou mais para o clero a dependência, nem mesmo a servidão, mas o cisma.

Há na Igreja, ao lado do clero secular, o clero regular. Este podia encontrar em sua própria constituição condições de independência recusadas ao primeiro. Assim, Bonaparte evitou que as Ordens religiosas pudessem se reconstituir. O decreto de 22 de junho de 1804 ordenou a dissolução da associação dos Pais da Fé, e "de todas as outras congregações ou associações formadas sob pretexto de religião e não autorizadas". Ademais, estatuiu que: "Nenhuma congregação ou associação de homens ou de mulheres poderá se formar no futuro sob pretexto de religião, a menos que ela tenha sido formalmente autorizada por um decreto imperial". Bonaparte dizia também e repetia que ele não queria congregações, que isto era inútil, que não havia que temer que ele restabelesse os monges.[6]

Não obstante, ele autorizou os Lazaristas e os padres das Missões Estrangeiras. "Esses religiosos, disse ele ao Conselho de Estado, ser-me-ão úteis na Ásia, na África e na América. Eu os enviarei para se informarem sobre o estado do país, serão agentes secretos da diplomacia". Ele também autorizou os Irmãos das escolas cristãs, como engrenagens da máquina universitária. "O Reitor da Universidade visará seus estatutos *interiores*, admiti-los-á ao juramento, arranjar-lhes-á um hábito particular e vigiará suas escolas" (Decreto de 17 de março de 1808, art. 109). A autorização concedida às Irmãs de Caridade entra no mesmo plano. "A superiora geral residirá em Paris e assim ficará sob a mão do governo". Ele impôs como geral sua própria mãe,

---

[6] *Correspondência*, X, 127.

Lœtitia Bonaparte. Hanon observou respeitosamente que a regra não o permitia. Foi trancado na prisão de Fénestrelle.

Voltando ao clero secular, Bonaparte vigia para que seu recrutamento não se faça facilmente; não é preciso que os padres sejam numerosos. Trinta e sete mil e quatrocentros curas são instituídos no dia seguinte ao da Concordata. Bonaparte declara não ser obrigado a remunerar, por esse tratado, senão os curas-decanos, em número de três mil e quatrocentos. Ele concede, no entanto, quinhentos francos a vinte e quatro mil curas em serviço. Os outros dez mil, assim com todos os vigários, permanecerão ao encargo das comunidades, que geralmente são muito pobres ou muito sobrecarregadas para poderem dar-lhes os meios de vida.[7] Por isso Rœderer, um dos presidentes do Conselho de Estado, disse: "Os que estão em serviço não puderam ainda obter tratamento fixo em *nenhuma* comuna. Os camponeses têm querido deles com ardor a missa e o serviço de domingo como no passado, mas pagar é outra coisa".[8] Isto não era muito encorajador para as vocações. Elas não são suficientes para preencher os vazios que a morte multiplica entre esses anciãos que retornaram do exílio; não obstante, os bispos são obrigados, antes de proceder a uma ordenação, a enviar a Paris a lista daqueles aos quais querem conferir as santas Ordens.[9] Napoleão a diminuía a seu bel prazer. Monsenhor Montault, bispo de Angers, e Monsenhor Simon, bispo de Grenoble, não puderam o primeiro em sete, o segundo em oito anos, ordenar, cada um, mais do que dezoito padres.

Mas há mais. Napoleão quer supervisionar e dirigir o ensino dos seminários. "Não é preciso, diz ele, abandonar à ignorância e ao fanatismo o cuidado de formar os jovens padres... Temos três ou quatro mil curas ou vigários, filhos da ignorância, e perigosos por causa de seu fanatismo e suas paixões. É necessário preparar sucessores mais esclarecidos, instituindo, sob o nome de seminários, escolas especiais que ficarão nas mãos da autoridade. Colocaremos à testa dessas escolas professores instruídos, dedicados ao governo e amigos da tolerância.[10] Eles não se limitarão a ensinar a teologia: acrescentarão uma espécie de filosofia e um mundanismo honesto."[11] O decreto de 5 de fevereiro condena como por demais ultramontana a teologia de Bailly! Veremos mais tarde reaparecerem essas idéias de ensinar nos seminários uma certa filosofia, um certo mundanismo e de preparar os jovens padres para serem amigos da tolerância.

Napoleão queria ter ao mesmo tempo o controle do culto. Nas negociações que precederam a assinatura da Concordata, o Papa reclamava o reconhecimento da liberdade de religião e do exercício público de seu culto. Esse exercício fora proscrito pela Revolução; importava que fosse formalmente reconhecido na Concordata que essas leis tirânicas estavam abrogadas. Esse ponto ensejou as mais penosas discussões. "À força de indizíveis fadigas, de sofrimentos e de angústias de todo o gênero, diz Consalvi, chegou enfim o dia em que parecia que chegaríamos ao termo desejado". Ele havia feito reconhecer, no artigo primeiro do acordo, a liberdade e a publicidade do culto católico. No momento em que ia assinar, percebeu que haviam colocado furtivamente sob sua pena um texto completamente diferente daquele que havia sido convencionado. Tudo estava para ser recomeçado. Novas discussões e negociações. Consalvi queria que à expressão "A religião católica, apostólica, romana

---

[7] O orçamento do culto católico em 1802 foi de 1.258.197 francos. O de 1803 se elevou para 4 milhões. O último orçamento regular do culto católico sob o primeiro império (1813) ultrapassou um pouco os 17 milhões.

[8] *Œuvres*, III, 481.

[9] Artigos orgânicos, 25. Essa disposição não foi empregada senão em 1810.

[10] Esta palavra revela a inspiração maçônica.

[11] Thibaudeau, II, 485.

será livremente exercida na França" fossem acrescentadas estas palavras: "Seu culto será público". Os comissários franceses tinham ordem para exigir esta adição: "Conforme as regras de polícia". Consalvi pressentia uma armadilha. Ele não se enganava: essa armadilha eram os artigos orgânicos que o governo mantinha em reserva e dos quais jamais fizera menção no curso das negociações. A Santa Sé protestou solenemente contra esse ato extra-diplomático. Os artigos orgânicos foram mantidos; foram apresentados como formando um só e mesmo todo com a Concordata. Conhecemos os abusos que foram praticados no curso do século XIX. As regras de polícia invadiram tudo, e permitiu-se ao prefeito da mais humilde vila formulá-las livremente. Logo o culto público existe apenas como estado de lembrança. Não somente as manifestações, mas todo o sinal exterior de religião acabará sendo interditado sob o belo pretexto de que não se deve jamais agredir a consciência dos senhores livre-pensadores.

A Igreja não pode ser inteiramente reduzida à escravidão durante muito tempo se o Papa está livre; assim, não há nada que a franco-maçonaria perseguirá com tanta perseverança como a abolição do poder temporal dos Papas, necessário à sua independência.

Teria sido sob a inspiração da franco-maçonaria, ou fora seguindo os impulsos de sua própria ambição, que Napoleão I tentou fazer do Papa seu vassalo? Ele ainda não era senão o general Bonaparte, comandando os exércitos da Itália, quando, após a capitulação de Mântua, ele se dirigiu a Bolonha para aí, diz Thiers, "impor a lei ao Papa". Dali ele escreveu a Joubert: "Estou negociando com essa padralhada, e, *desta vez*, São Pedro ainda salvará a capital, cedendo-nos seus mais belos Estados". No dia seguinte ele escrevia ao Diretório: "Minha opinião é que Roma, uma vez privada da Bolonha, Ferrari, Romagne, e dos trinta milhões que nós lhe tiramos, não pode mais existir: ESSA MÁQUINA SE DESARRANJARÁ SOZINHA". Nessa carta encontra-se a primeira manifestação diplomática da idéia napoleônica, que veremos buscada por Napoleão I, depois por Napoleão III, idéia idêntica à idéia maçônica. No dia 22 de setembro, em razão do boato da doença do Papa, ele prescrevia a seu irmão José, "se o Papa viesse a morrer, de empregar todos os meios para evitar que fosse eleito outro e para suscitar uma revolução". Thiers vincula a esse fato a razão última de tudo o que vinha sendo feito há um século contra o Papado: "O Diretório via no Papa *o chefe espiritual do partido inimigo da Revolução*", isto é, da civilização pagã. Eis por que o Diretório e seu general não queriam que houvesse mais Papas. No *Mémorial de Sainte-Hélène*, Napoleão expõe abertamente essa idéia fundamental da maçonaria, e como ele havia inicialmente pensado em realizá-la. Falando de suas proclamações aos muçulmanos, ele diz: "Era charlatanismo, e do maior... Vede as conseqüências: eu me servia da Europa pelo avesso; *a velha civilização* permanecia sitiada, e quem teria imaginado então em se inquietar com o curso dos destinos de nossa França e da *regeneração do século?*"[12] Destruir a velha civilização, a civilização cristã, regenerar o século à moda pagã, e isto através da França, eis a idéia que permite compreender a fundo a história contemporânea.

Se Napoleão tinha esses pensamentos, perguntar-se-á porque ele restabeleceu o culto católico na França. Ele o explica em seu *Mémorial*: "Quando eu reerguer os altares, dissera, quando eu proteger os ministros da religião como eles merecem ser tratados em todos os países, o Papa fará o que eu lhe pedir; ele apaziguará os espíritos, reuni-los-á em sua mão e coloca-los-á na minha". E em outro lugar: "Com o catolicismo eu alcançava com mais segurança todos os meus grandes êxitos... No interior, entre nós, o grande número absorvia o pequeno (protestantes e judeus), e eu me prometia tratar este com uma tal igualdade que logo não haveria possibilidade de

---

[12] Ver também: *Correspondance de Napoléon Ier.* publicada por ordem de Napoleão III, t. V, p. 185, 191, 241.

conhecer a diferença. (Em outras palavras, conseguirei fazer reinar a indiferença em matéria religiosa). No exterior, o catolicismo me conservava o Papa, e com minha influência e minhas forças na Itália, eu tinha a esperança de, cedo ou tarde, por um meio ou outro, *ter para mim a direção desse Papa*, e, a partir daí, que influência, que poder de opinião sobre o resto do mundo!"[13] Veremos a Grande Loja tomar a esteira dessa idéia e se esforçar para levá-la a bom termo.

No trono imperial, Napoleão não perdeu seu ponto de vista. Conhecemos o que ele fez para confundir no espírito do povo a verdadeira religião com suas heresias, colocando tudo no mesmo nível, o que ele fez para chegar pouco a pouco a suprimir todo culto exterior, a fazer do clero um corpo de funcionários, e mesmo a dispensar o Papa no que diz respeito à instituição canônica dos bispos. Tudo isso não podia ser durável, se não se conseguisse retirar do Papa sua independência. Napoleão empregou o melhor de si nessa tarefa. Em 13 de fevereiro de 1806, ele escreveu a Pio VII: "Vossa Santidade é soberano em Roma, mas eu sou imperador". Dois anos mais tarde o general Miollis se apodera da Cidade Eterna, e em 10 de junho Napoleão publica um decreto que anexa todos os Estados do Papa ao império francês. No dia 6 de julho Pio VII é retirado do Quirinal, enquanto os cardeais são internados em Paris ou encerrados em prisões do Estado. Prisioneiro, ele também, o suave ancião sofre o duplo assalto da violência e da trapaça para que consinta na anulação da Concordata de 1801, e na assinatura de uma outra na qual se previa o abandono quase completo de sua jurisdição sobre a Igreja da França.[14]

No *Mémorial de Sainte-Hélène*[15] Napoleão diz que, destruindo dessa forma o poder temporal dos Papas, ele tinha "outras intenções". Falando a respeito da proposição de ser elaborada uma outra Concordata, diz: "Eu tinha meu objetivo, e ele não o conhecia"; e, depois que a assinatura foi arrancada à fraqueza de um ancião esgotado e aterrorizado: "Todos os meus grandes desígnios, exclama, foram realizados sob o manto da dissimulação e do mistério... Eu teria exaltado o Papa acima de toda medida, eu o teria cercado de pompas e homenagens, ele teria habitado perto de mim em Paris, Paris se teria tornado a capital do mundo cristão, e eu teria dirigido o mundo religioso, assim como o mundo político".

A Concordata, seguida dos artigos orgânicos, e a prisão de Pio VII na Savóia e em Fontainebleau são os frutos harmoniosos desse mesmo pensamento. Esses atos se encadeiam, constituem a realização parcial e sucessiva do plano único concebido pela Revolução. A doutrina revolucionária proclama a onipotência do Estado; ela não pode admitir a existência de um poder espiritual independente e superior, tal como o da Igreja. Como abatê-lo? O Estado começa por se unir à Igreja e a se servir dessa união para sujeitá-La; depois, quando ele A julgar suficientemente enfraquecida para não poder mais viver por Ela própria, ele se separará de novo dEla, esperando que, privada de seu sustentáculo, Ela pereça. Napoleão — essas palavras e esses atos o

---

[13] *Mémorial de Sainte-Hélène*, t. V, p. 384, 388.

[14] Quando a prisão de Napoleão em Santa Helena tornou-se mais apertada e mais dura, Pio VII escreveu ao cardeal Consalvi esta carta admiravelmente cristã:

"A família do imperador Napoleão comunicou-nos, através do cardeal Fesch, que o clima de Santa Helena é mortífero e que o pobre exilado definha a olhos vistos. Recebemos essa notícia com uma aflição infinita, e vós sem nenhuma dúvida compartilhá-la-eis conosco, porque ambos devemos lembrar-nos de que, junto a Deus, é principalmente a ele que se deve o restabelecimento da religião no grande reino da França. A piedosa e corajosa iniciativa de 1801 fez-nos esquecer e perdoar, há muito tempo, seus erros subseqüentes. *Savóia e Fontainebleau são apenas erros do espírito e dos desregramentos da ambição humana.* A Concordata foi um ato cristão e heroicamente salvador.

"Seria para nosso coração uma alegria sem igual poder contribuir para diminuir as torturas de Napoleão. Ele não pode mais representar perigo para ninguém, nós desejaríamos que ele não constituísse remorso para ninguém".

[15] T. IV, p. 208, e t. V, da página a 391 à 401.

provam — quis, estabelecendo a Concordata, sujeitar a Igreja ao seu poder absoluto. Quando acreditou que o momento tinha chegado, esgotou todos os recursos da astúcia e da violência para se apoderar do poder espiritual, nem mesmo receando, para aí chegar, de secretamente enfraquecer o Papa através de beberagens que continham morfina.

Para poder dirigir o mundo religioso pelas vias que deviam trazer "a regeneração do mundo", era não menos preciso se apoderar da direção dos espíritos do que reduzir o Papa ao estado de ídolo. Napoleão compreendia-o bem. Com esse intuito quis suprimir a imprensa religiosa para reorganizá-la à sua maneira: "Minha intenção, escreveu ele a Fouché, Ministro da Segurança, é que os jornais eclesiásticos deixem de ser publicados, e que sejam reunidos num só jornal, que se encarregará de todos os assinantes. Esse jornal, que deve servir para a instrução dos eclesiásticos, chamar-se-á *Journal des Curés*. Seus redatores serão nomeados pelo cardeal-arcebispo de Paris.

Foi com esse mesmo pensamento que ele instituiu a Universidade e concedeu-lhe o monopólio do ensino. O I.·. Fontanes, futuro Reitor da Universidade, interrogado sobre a nota de Champagny, que tinha concluído pela restauração do Oratório, da Ordem dos Beneditinos de Saint-Maur e das congregações da doutrina cristã, respondeu aquilo que os mestres de nossos dias dizem: "É preciso, no ensino, como em todas as coisas, *a unidade de objetivo e de governo*. A França tem necessidade de uma só Universidade e a Universidade de um só chefe". "É isto, disse o ditador, o senhor me compreendeu". E o I.·. Fourcroy levou ao Corpo Legislativo, no dia 6 de maio de 1806, um projeto de lei assim concebido:

"Art. I. — Será formado, sob o nome de Universidade imperial, um corpo encarregado EXCLUSIVAMENTE do ensino e da educação pública em todo o Império".

Na sua obra *L'Instruction publique et la Révolution*, Duruy louva Napoleão por ter, através da instituição da Universidade, salvado a Revolução e o espírito revolucionário. "Que maravilhosa concepcão, essa Universidade de França com seu Reitor, seu conselho, seus inspetores gerais, seus graus e sua poderosa hierarquia! que marca de gênio, ter compreendido que era preciso uma grande corporação laica para disputar as jovens gerações aos destroços das velhas corporações de ensino *e sobretudo ao seu espírito!* Antes de 18 do brumário já se podia prever o momento em que a reação teria retomado no domínio do ensino todo o terreno perdido após 1789. Grave perigo, e que não tendia a nada menos do que levantar a questão, num futuro muito próximo, dos princípios de tolerância e de igualdade cuja conquista tinha sido a finalidade de tantos esforços e que se transformaram na excusa de tantos excessos... Após ter firmado o presente para a Revolução através do Código Civil e da Concordata, era-lhe assegurado o futuro através da educação. De todos os serviços que Napoleão prestou, não conheço nenhum mais memorável do que ter arrancado o ensino das mãos dos piores inimigos do novo regime para confiá-lo a um corpo profundamente imbuído das idéias modernas".

Que tais tenham sido os pensamentos e os desígnios de Napoleão, ele mesmo o afirma por outras palavras.

Na noite do assassinato do duque d'Enghien, ele disse a seus familiares: "Querem destruir a Revolução. Eu a defenderei, PORQUE EU SOU A REVOLUÇÃO, EU, EU".[16]

---

[16] *Histoire du Consulat et de l'Empire*, por Thiers, t. V, p. 14.

Tinha Napoleão relações com a maçonaria?

Na *Révolution Française*, revista de história moderna e contemporânea publicada pela *Sociedade da História da Revolução*, sob a direção de Aulard, Georges Bourgin publicou uma série de artigos sob este título: *Contribution à l'histoire de la franc-maçonnerie sous le premir Empire*. Na página 45 do fascículo

Phillipe Gonnart acaba de publicar uma obra sobre as origens da lenda napoleônica na qual ele estuda “a obra histórica de Napoleão em Santa Helena”. Aí ele levanta e pretende resolver esta questão: “Napoleão alterou a verdade e desfigurou suas idéias, representando a si mesmo como o continuador da Revolução?”

“Napoleão dizia a verdade quando repetia *à saciedade*, diz Gonnard, nos escritos de Santa-Helena, que ele tinha sido o defensor das idéias de 1789 na França, como o defensor do princípio das nacionalidades na Europa. Que dizia ele que não fosse exato quando lembrava que num vendimiário, num frutidor, em 1815, ele se opusera à “reação” e que ele salvara “as grandes verdades de nossa revolução”? Ele dizia a verdade quando proclamava: “Eu consagrei a Revolução, eu a infundi nas leis”. Ele dizia a verdade quando se autointitulava “o Messias” da Revolução. Nos Relatos do cativeiro em Montholon ele diz: “Semeei a liberdade com abundância por toda a parte em que implantei meu Código Civil”.

Napoleão III, interpretando fielmente esse pensamento na sua obra *Les idées napoléoniennes*, prestou a seu tio este testemunho: “A Revolução que morria, mas não estava vencida, legou a Napoleão suas últimas vontades. *Esclarece as nações*, deve ela ter-lhe dito, *firma sobre bases sólidas os principais resultados de nossos esforços. Executa em extensão o que tive de fazer em profundidade.* SEJA PARA A EUROPA O QUE EU FUI PARA A FRANÇA. Esta grande missão, Napoleão a cumpriu até o fim”.[17]

De fato, em todos os lugares em que Napoleão levava seus exércitos aí fizia o que tinha sido feito na França. Ele estabelecia a igualdade dos cultos, muito certamente um dos principais resultados pretendidos e obtidos pela seita que fez a Revolução. “Há uma RELIGIÃO UNIVERSAL, diz o Boletim do Grande-Oriente (julho de 1856, p. 172), que encerra todas as religiões particulares do globo: é esta a religião que nós professamos; é ESTA RELIGIÃO UNIVERSAL QUE O GOVERNO PROFESSA QUANDO PROCLAMA A LIBERDADE DOS CULTOS”. Pio VII não se equivocou, pois, quando disse na sua Encíclica de 22 de março de 1808: “Sob essa proteção igual a todos os cultos se esconde e se disfarça a mais perigosa perseguição, a mais astuciosa que seja possível imaginar contra a Igreja de Jesus Cristo, e infelizmente a melhor combinada para aí lançar confusão e para destruí-La, se fosse possível à força e às artimanhas do inferno prevalecerem contra Ela”.

Ao mesmo tempo em que estabelecia a igualdade dos cultos em todos os lugares em que seus exércitos o levavam, Napoleão expulsava os religiosos e vendia os bens eclesiásticos; e para mudar a ordem social, assim como a ordem religiosa, ele impunha a partilha forçada das sucessões, abolia as corporações de operários, agitava as províncias, destruía as liberdades locais e derrubava as dinastias nacionais; numa palavra, ele aniquilava a ordem de coisas antiga para estabelecer uma nova, esforçava-se em substituir a civilização cristã por uma civilização cujos dogmas revolucionários seriam seu fundamento e princípio.

——— ♦ ———

de 14 de julho de 1905 ele faz esta citação: “Fiz-lhe (a Napoleão), diz O'Méara (o cirurgião inglês de Napoleão em Santa Helena), algumas perguntas sobre a franco-maçonaria e pedi-lhe sua opinião sobre os franco-maçons: “Eles ajudaram a Revolução e nestes últimos tempos ainda ajudaram a diminuir o poder do Papa e a influência do Clero”. Eu lhe manifestei o desejo de saber se ele havia encorajado os franco-maçons. *Um pouco*, respondeu, *porque eles combatiam o Papa*”.

[17] *Idées napoléoniennes*, t I, p. 28-29.

CAPÍTULO XVI

SOB A RESTAURAÇÃO[1]

Desmoronado o império, a França julgou que somente aqueles que a tinham construído poderiam, após tanta desordem e tanta ruína, reerguê-la e fazê-la reentrar em seus caminhos. Ela voltou, pois, os olhos para os filhos de São Luís.[2] Já em 1799 seu coração os chamava. A Franco-Maçonaria teria querido, se o regime monárquico se impusesse novamente, entregar-nos a príncipes estrangeiros. Mirabeau tinha adiantado a candidatura do duque de Brunswick e, desde 1791, Carro tinha proposto ao chefe dos jacobinos a candidatura do duque de York, filho do rei da Inglaterra. Mas a seita sentia tão bem que o desejo da nação pedia o retorno dos Bourbons, e que um dia ou outro esse desejo irresistível venceria, que ela quis tomar a dianteira e assenhorear-se do movimento para dominá-lo e dirigi-lo. Dois maçons eméritos, os generais Malet e Oudet, fundadores da sociedade dos Filadelfos em Besançon, entabularam negociações com Luís XVIII. Eles foram preteridos por Sieyès e aqueles que, como ele, preparavam a ditadura que foi inaugurada com o golpe de Estado de 18 do brumário.

O que maçonaria queria, por um meio ou outro, era, mesmo sujeitando-se às necessidades que se impunham, salvar a Revolução, manter seu espírito e resguardar o mais possível suas conquistas. A seita obtivera isso de Napoleão pelo despotismo; de Luís XVIII ela pretendia obter pelo que ela chamava de "liberdade". O que Malet e Oudet tinham querido negociar com Luís XVIII era, fato que se deu quinze anos mais tarde, o estabelecimento do regime constitucional, do mecanismo parlamentar que permitiria continuar a guerra contra a Igreja.

Em 1799 Luís XVIII teria podido se livrar mais facilmente do aperto maçônico. Ele teria sido mais livre para restaurar a antiga constituição nacional, despojada de seus abusos. O restabelecimento do culto católico se impunha, já o vimos, a ponto de Napoleão não ver nada de mais urgente do que negociar com o Papa. Se Luís XVIII, em vez de Napoleão, tivesse negociado a Concordata, ela teria sido outra. Ele mostrou bem isso através das negociações cuja iniciativa ele tomou junto à Santa Sé após a segunda Restauração, com o objetivo de melhorar aquela que Napoleão lhe havia legado; e, livre, a Igreja de França, purificada pelo martírio, desembaraçada das manchas do jansenismo, teria podido recolocar a nação cristianíssima nas vias da verdadeira civilização.

A Europa inteira estava em confusão. Era, pois, à toda a Europa, e não apenas à França, que era preciso fornecer fundamentos sólidos. Os soberanos da Rússia, da Áustria e da Prússia quiseram empenhar-se nesse mister, e estabeleceram entre eles o célebre pacto que foi chamado de "Santa Aliança".

---

[1] A Restauração corresponde ao período em que reinaram Luís XVIII (1815-1825) e Carlos X (1825-1830), irmãos de Luís XVI. (N. do T.)

[2] Um escritor não suspeito, Duvergier de Hauranne, reconheceu que "os Bourbons não encontraram nenhum apoio nas monarquias do continente".

Os adversários da Restauração foram constrangidos a admitir no primeiro momento que nenhum movimento foi mais nacional. O marechal Ney: "Para evitar à pátria os males terríveis de uma guerra civil, os franceses não tinham outra alternativa senão abraçar a causa dos seus antigos reis". O regicida Carnot: "Nenhuma dúvida razoável podia ser levantada sobre o desejo da nação francesa em favor da dinastia dos Bourbons". La Fayette dizia que estava feliz por ver o retorno dos Bourbons "tornar-se um sinal e um penhor de felicidade e de liberdade pública" e acrescentava que estava profundamente unido a essa satisfação nacional.

E Guizot: "Quanto mais se provar que nenhuma vontade geral, nenhuma grande força, interna ou externa, conclamou ou fez a Restauração, mais se colocará em evidência *a força própria e íntima* dessa necessidade superior que determinou o acontecimento".

"Há nessa questão — escrevia J. de Maistre de São Petersburgo ao conde de Vallaise — um aspecto tocante e respeitável que deve ser apreciado e venerado, independentemente de toda a questão que poderíamos trazer ao *espírito que a ditou e* QUE É HOJE BASTENTE PODEROSO PARA SE FAZER OBEDECER PELOS SOBERANOS". Qual era esse espírito? Em quem, no que estava ele encarnado para ter tal poder? J. de Maistre, numa nova comunicação a seu rei, diz que esse espírito era o dos iluministas. "É esse iluminismo (não o de Weishaupt, mas o de Saint-Martin) que ditou o pacto de Paris, e sobretudo as frases extraordinárias do artigo que reboou em toda a Europa... Estou perfeitamente a par das máquinas que essas pessoas movimentam para se aproximarem do augusto autor do pacto (o imperador da Rússia), e para se apoderarem de seu espírito. As mulheres entraram nisso, como entram em todos os lugares... Se o espírito que produziu essa peça tivesse falado claro, nós leríamos no título: Pacto pelo qual tais e tais príncipes declaram que todos os cristãos não são senão uma família que professa a mesma religião, e que as diferentes denominações que as distinguem não significam nada".[3] Essa religião universal, na qual os sectários queriam desde logo confundir todas as religiões, eles chamavam de *cristianismo transcendental*, e a concebiam como uma pura religiosidade ou uma religião sem dogmas. É isto que continuam a perseguir em nossos dias, se bem que sob outros nomes, a Aliança Israelita Universal e a Franco-Maçonaria. E hoje como outrora, franco-maçons e judeus se servem, para aí chegarem, dos governantes e dos governos. J. de Maistre observara isto relativamente ao século precedente: "Pode-se afirmar que, durante o século XVIII, os governos da Europa quase nada fizeram, de pouco marcante, que não tenha sido dirigido pelo espírito secreto para um objetivo que os soberanos previssem".[4] E o observou novamente na entrada do século XIX; e hoje é fácil, para os que sabem ver, fazer a mesma observação por seus próprios olhos.

Impotentes para se oporem à marcha dos acontecimentos, as sociedades secretas se esforçaram, pois, por ocasião da Restauração, em dirigi-los em seu benefício, para impedir que se reassentasse na Europa, e sobretudo na França, a ordem social fundada sobre a fé. O que elas tinham obtido pela "Santa Aliança" do imperador da Rússia, do imperador da Áustria e do rei da Prússia, elas diligenciaram conseguir do rei da França. Sem dúvida, Luís XVIII, pessoalmente, não era um católico de primeira têmpera, ele tinha bebido da taça de seu século; mas ele possuía o sentido real, e se ele não tivesse sido enganado, se ele tivesse tido as mãos livres, ele teria, sem nenhuma dúvida, dado à França uma Restauração mais perfeita e mais sólida.

Dentre todas as conquistas da Revolução, a mais importante aos olhos da seita, a mais útil aos seus desígnios, a mais necessária de ser mantida, era a indiferença do poder relativamente à religião. Assim, o que ela mais temia na restauração realista que, em 1799, se anunciava como iminente, era o restabelecimento da religião do Estado; e o que ela se esforçou para, acima de tudo, conseguir quando a Restauração se implantou foi a manutenção da proteção igual para todos os cultos, que Napoleão tinha posto em vigor.[5] Uma outra questão que ela tinha igualmente a peito, era a da

---

[3] J. de Maistre, *Œuvres Complètes*; t. XIII, pp. 219-222.

[4] J. de Maistre, *Œuvres Complètes*; t. XIII, p. 339.

[5] A Carta de 1814 exprimia-se nestes termos:

Art. 5°. — Cada qual professa sua religião com igual liberdade, e obtém para o seu culto a mesma proteção.

Art. 6°. — Não obstante, a religião católica, apostólica e romana é a religião do Estado.

Art. 7°. — Os ministros da religião católica e romana e os de outros cultos cristãos recebem emolumentos do tesouro real.

O Soberano Pontífice, num Breve datado de Césène, queixava-se ao bispo de Troyes: "Quando então esperávamos, dizia Pio VII, que após um tão feliz retorno político a religião católica estaria não somente desembaraçada de todos os obstáculos que ela encontrava na França e contra os quais não havíamos cessado de reclamar, mas ainda readquirisse seu antigo esplendor e sua dignidade de outrora, vemos que a

soberania. Ela queria que o rei reinasse, mas não podia consentir em que ele governasse, em que ele tivesse nas mãos a autoridade eficaz e real. A Carta declarou que a autoridade residia inteiramente na pessoa do rei, e que a religião católica era a religião do Estado: o artigo 6° testemunhava as intenções do rei, mas eram apenas palavras contraditadas pelo artigo 5° e pelo artigo 7°. E da mesma forma que a Constituição concedia a liberdade dos cultos e a liberdade de imprensa, ela restaurava a liberdade da tribuna, silenciosa fazia dez anos. Dois mestres iluministas, Talleyrand e Dallery, usaram junto a Luís XVIII influências das quais J. de Maistre acaba de falar, para obter que o rei trouxesse com ele *essas pestes*, como as chama Gregório XVI. Outros agiram junto a Alexandre, e foi a seu peremptório convite que Luís XVIII fez a declaração de Saint-Ouen, que deu à seita a garantia das liberdades constitucionais. Foi nesse preciso momento que se criou a palavra *liberal*, destinada a servir de véu às idéias e às obras da Franco-Maçonaria.

No entanto, o entusiasmo com o qual a França acolheu seu rei, e a alegria com a qual ela se dirigiu aos altares, fez temer que as precauções tomadas se tornassem inúteis. O retorno de Napoleão foi resolvido, preparado, terminado.

Nos primeiros dias de janeiro de 1820, o historiador de Napoleão, Frédéric Masson, publicou os papéis inéditos de Camille Gautier e de Dumonin. Eles trouxeram a prova de que o retorno da ilha de Elba foi uma maquinação maçônica. Em Grenoble e no Delfinado, o número de maçons era considerável em 1789. Em 1814, ele foi acrescido de todos os oficiais da reserva, que se agruparam sob a direção de Gautier.[6]

---

constituição mantém a esse respeito um profundo silêncio e que ela nem mesmo faz menção ao Deus todo-poderoso pelo Qual os reis reinam e os príncipes governam. Compreendereis facilmente quanto nos é doloroso ver... que essa religião, que é a da maioria dos franceses, não seja proclamada como aquela que as leis e os governos protegem com sua autoridade. Nossa dor cresce à leitura do artigo 22 (do projeto de constituição aprovado pelo Senado na sessão de 6 de abril. O senado, criado por Bonaparte, era composto de franco-maçons, que não somente permite a liberdade dos cultos e da consciência, mas promete proteção a essa liberdade e aos ministros dos diversos cultos. Não é preciso vos demonstrar que ferida mortal esse artigo causa à religião católica na França. Porque a partir do momento em que se afirma a liberdade de todos os cultos sem distinção, confunde-se a verdade com o erro e coloca-se na mesma linha das seitas heréticas e da perfídia judia a santa e imaculada esposa de Cristo, a Igreja fora da qual não há salvação. De outra parte, desde que se promete favor e proteção às seitas heréticas e a seus ministros, não somente se toleram, se protegem as pessoas, mas também os erros; ora, nisto consiste essa heresia funesta e por demais deplorável, que, segundo a expressão de Santo Agostinho, afirma que todos os heréticos seguem o bom caminho e mantêm a verdade: afirmação tão absurda que ela parece incrível. Fomos igualmente surpreendido e afligido pelo artigo 23, que permite a liberdade de imprensa; é um grande perigo, a perda certa dos costumes e da fé; se se pudesse duvidar disso, a experiência dos tempos passados o demonstraria; porque é através sobretudo desse meio, é certo, que primeiro foram pervertidos os costumes dos povos, em seguida corrompida e destruída sua fé, e enfim excitadas as sedições, as revoltas e as revoluções. No meio da grande corrupção que reina, seriam de temer esses mesmos males, se se permitisse a cada um, o que queira Deus não aconteça, a faculdade de imprimir o que lhe agrade".

[6] Gautier, iniciado na "loja "A Concórdia", Oriente de Livourne, tornou-se seu mestre em 1802; recebeu, dois anos mais tarde, da loja "Os Amigos da Honra Francesa", Oriente de Porto-Ferrajo, consideráveis dignidades, completadas, no Oriente de Ile-Rousse, pela de cavaleiro príncipe da Águia e do Pelicano, perfeito maçomlivre de Hérédon, Franc; em 26 de janeiro de 1807 ou 5087, no Oriente de Bastia, ele foi elevado, pelo "Soberano Capítulo da Rosa Cruz", à dignidade de príncipe e cavaleiro maçomperfeito livre de Hérédon, sob o título de soberano príncipe cavaleiro da Rosa Cruz, com todos os poderes de convocar loja, manter a sede das lojas reunidas, constituir e elevar maçons até o grau de cavaleiro da Espada dita do Oriente. Enfim, em 8 de agosto de 1808, ele recebeu do Grande-Oriente da França supremos poderes, confirmados, com o representante do grão-mestre, pelos delegados da Grande Loja Simbólica, da Grande Loja da Administração e do Grande Capítulo geral. Ele não podia, nos graus capitulares, subir mais alto.

Seguramente essas honras maçônicas não podiam deixar de lhe assegurar, sobre todos os regimentos e sobre todas as cidades em que funcionava uma loja regular, uma supremacia incontestada.

Foi com a certeza de uma base de operações em plena montanha que Napoleão respondeu ao apelo que lhe era feito.[7]

É, pois, à Franco-Maçonaria que devemos a segunda epidemia. A primeira foi a conclusão da Revolução que a seita havia preparado, organizado, perpetrado, e a terceira foi o fruto da política de Napoleão III, fiel aos juramentos que ele havia prestado.

Após Waterloo, os franco-maçons, que tanto deveriam repreender aos Bourbons o terem voltado em "carros do estrangeiro",[8] pediram aos aliados que lhes dessem, com suas mãos, à França um rei que não o chefe da Casa de Bourbon. Por duas vezes uma delegação de franco-maçons foi ao campo dos aliados pedir-lhes para imporem a realeza de um holandês, o príncipe de Orange, ou de Luís-Filipe, que eles lograram entronizar mais tarde. O chefe dessa comitiva foi Charles Teste.[9] Luís XVIII, voltando de Gand, estava às portas de Paris desde 6 de julho, mas a diplomacia maçônica que rodeava os reis coligados não lhe permitiu entrar na sua capital senão no dia 8, após ele ter dispensado aqueles dentre seus ministros que o tinham seguido no exílio, e tê-los substituído por homens da Revolução,[10] os dois apóstatas Talleyrand e Louis, com o regicida Fouché como Ministro da Segurança.[11]

O regime constitucional foi desde então implantado na França, e com ele a maçonaria permanecia dirigente. "Luís XVIII, diz o secretário do Grande-Oriente Bazot, promulgou a Carta. É o governo constitucional. Esse princípio nos protege".[12]

---

7 "Que os amantes de aventuras extraordinárias, diz Frédéric Masson, tenham concebido de outra maneira e tenham contado com outras palavras o retorno da ilha de Elba; que eles tenham achado mais poético o Imperador chegar à França sem ter prevenido ninguém nem preparado nada para seu retorno; que eles tenham achado a nação mais comovida se ela fosse conquistada unicamente pela aparição de Napoleão, isto pode ser; mas a versão que, pela primeira vez, permitiram-me ter os papéis inéditos de Camille Gautier e de Dumoulin parecerá, para qualquer um que reflita, a mais provável e ao mesmo tempo a mais digna da sabedoria do Imperador".

8 Até 31 de março de 1814, os soberanos aliados tinham continuado a negociar com Napoleão, e quando o desaparecimento do imperador pareceu inevitável, eles procuraram uma combinação política que excluiu os Bourbons. O Czar, sobretudo, não queria ouvir falar deles. Em compensação, os testemunhos dos contemporâneos menos suspeitos de parcialidade, como Carnot, Ney, Lafayette, o general Foy, afirmam todos que os desejos unânimes dos franceses era por uma restauração monárquica, e os historiadores A. Sorel, L. Blanc, Guizot, Henry Houssaye, na sua obra capital *1814 et 1815*, convieram todos em que ela era exigida pelo interesse nacional.

Edmond Biré, cuja ciência e probidade históricas são universalmente conhecidas, escreveu em *Alfred Nettement, sa vie et ses œuvres*, pp. 267-279:

"Não havia entre os Aliados, em 1814, nada decidido em favor dos Bourbons; eles tinham, ao contrário, disposições pouco benevolentes relativamente à antiga dinastia, que durante tanto tempo reinara na França e mantivera o primeiro lugar na Europa. Eles começaram a guerra sem que a restauração dos princípios monárquicos estivesse presente em seus projetos; eles a terminaram sem que essa combinação se apresentasse a seu pensamento. Até o fim tiveram a intenção de negociar com Napoleão; mesmo após terem renunciado a negociar com ele, ainda assim não pensaram em Luís XVIII".

9 Eckert de Dresde, protestante: *La franc-maçonnerie*, 1852, etc., t. II, pp. 162-172. — Vaulabelle, *Histoire des deux Restaurations*, t. V, cap. II e IV.

10 Rohrbacher, XXVIII, 194.

11 Fouché foi imposto pela Franco-Maçonaria. Após os Cem Dias, tendo Vitrolles ido a Arnouville sondar as intenções da coalizão, Wellington lhe disse: "Há em tudo isto a questão de um objeto, a bandeira tricolor, e uma questão de pessoa, Fouché". Tendo Vitrolles lembrado ao duque que a bandeira tricolor era o símbolo da revolta contra o rei e Fouché um regicida: "Muito bem, replicou o general inglês, poderíamos talvez deixar de lado a questão do objeto, mas quanto à da pessoa seria impossível" (L. Blanc, *Histoire de dix ans*, Introdução). Sendo Fouché o chefe da polícia, a Franco-Maçonaria pôde se reorganizar livremente. Quando ele se afastou, deixou o lugar para um outro maçomde carreira, Descazes: "Descazes, diz ainda L. Blanc, era Fouché em tamanho menor".

12 Para explicar a derrocada do poder político colossal de Napoleão I, Chateaubriand dizia: "A força do campo escondia a fraqueza da cidade". E para explicar a queda da Restauração, dizia com a mesma precisão: "Julgou-se ter sido restaurada a monarquia, havia-se simplesmente instituído *uma democracia*

Era, com efeito, a realeza limitada ao poder executivo, e a autoridade real dada a ministros, comissários efêmeros das Câmaras, as quais, elas próprias, acabariam por ser devotas da seita. Por isso Thiers pôde dizer num discurso pronunciado em 1873, na Casa Legislativa: "A Constituição de 1814 saiu das entranhas da própria Revolução". Nenhum sistema político é mais favorável aos desígnios da seita, nenhum lhe dá mais facilidade de paralisar a autoridade legítima, para acorrentar a Igreja e A perseguir. A maçonaria não o dispensa, mesmo sob os reis legítimos. Estes, sobretudo Carlos X, fizeram o que puderam para resistir aos seus empreendimentos; o sistema era mais forte do que eles. Assim, não é de estranhar que, instruído por essa triste experiência, Henrique V se tenha recusado a recomeçá-la em sua pessoa, em 1873. Era também o regime constitucional que queriam lhe impor, com aquilo que era símbolo desse regime, homens que não sabiam a que espírito obedeciam, nem mesmo talvez que influências sofriam e para que abismo iam nos arrastar.

Apesar das precauções tomadas pela seita para impedir à Restauração o favorecimento do retorno a uma civilização verdadeiramente cristã, a Restauração, no entanto, fez o que pôde para secundar a ação do clero na sua obra de renovação religiosa.

A partir de 29 de fevereiro de 1816, os religiosos são autorizados a ensinar. Comissões regionais são nomeadas para fiscalizar e encorajar a instrução; os curas não somente participam dessas comissões, mas as presidem. É concedida permissão aos bispos para estabelecerem escolas eclesiásticas, os seminários não estão mais adstritos a seguir os cursos dos liceus, os bispos podem ordenar quem eles julgam digno, sem autorização do poder. As missões paroquiais são encorajadas, apesar dos clamores e das calúnias, das canções e das caricaturas dos liberais, e os missionários são colocados sob a proteção do Capelão-Mor. Capelães são dados ao exército. Uma lei é baixada para a observância do domingo. Uma comissão é nomeada para estudar os meios de devolver à Igreja seu antigo esplendor. O arcebispo de Reims fica encarregado de apresentar ao rei os súditos que lhe parecem mais dignos de serem elevados ao episcopado. Enfim, um acordo com o Soberano Pontífice aumenta o número de dioceses.

Nas instruções que foram encaminhadas ao conde de Blacas para negociar uma nova Concordata mais favorável à Igreja do que aquela concluída com Napoleão, o rei dizia: "Sua Majestade aprecia, como deve, a posição difícil em que se encontrava então a Santa Sé; mas ela também vê que as disposições tomadas em circunstâncias tão diferentes, tão tempestuosas para a Igreja da França, não se aplicam à situação atual, e que aquilo que poderia convir para salvá-La do naufrágio não seria mais suficiente para Sua regeneração".

Para execução desse desígnio foi redigido um projeto de acordo em 25 de agosto de 1816, assinado pelo Papa no dia 4 de setembro, e logo transmitido a Luís XVIII. A Concordata de 1816 devia ser restabelecida; as duas partes contratantes procederiam de comum acordo a uma nova circunscrição das dioceses e à transferência de certos bispos; enfim, os artigos orgânicos seriam abolidos.

O alto franco-maçomDecazes, que a cada dia adquiria maior influência sobre o rei, demonstrou que o Soberano Pontífice exigia demais e que em particular não era

---

real. Foram trocados os lençóis do leito imperial, mas nem mesmo se virou o colchão". Ao virus revolucionário introduzido nas leis francesas por Napoleão I veio, pois, juntar-se o parlamentarismo em que as paixões de um quarto de hora substituem os planos longamente amadurecidos. Essas duas causas deviam fatalmente terminar a obra da destruição das energias morais e das forças materiais da nação.

Nas suas Memórias, publicadas em 1908, o barão de Frenelly exprime o mesmo pensamento quando diz: "Havia contra-senso no restaurar a legitimidade das pessoas sem restaurar a legitimidade das coisas".

Nada mais verdadeiro. Quem não o compreendeu em 1871-1872?

possível deixar suprimir assim os artigos orgânicos, principal garantia dos direitos do Estado e das liberdades da Igreja da França.[13]

A Câmara de 1815, a Câmara Rara,[14] favorecia as boas disposições do rei. Mas a maçonaria vigiava. Ela soubera colocar perto do soberano, fazer entrar na sua intimidade, um dos seus, Decazes, comendador do supremo conselho do 33° grau do Escocismo. Afastado do ministério após a morte do duque de Berry, ele se pôs à frente da oposição.

Foi então que surgiu, do seio da Franco-Maçonaria, uma outra sociedade mais secreta, com juramentos mais terríveis e sanções fatais, o carbonarismo. Vindo da Itália, ele se espalhou com uma impressionante rapidez por toda a Europa. Na França, ele organizou as conspirações militares de Belfort, Saumur, la Rochelle etc., que felizmente puderam ser frustradas.[15]

As lojas se multiplicavam: faziam-se entrar nelas os oficiais inativos, os adquirentes dos bens da nobreza e do clero. O Grande-Oriente mandava-os procurar nos lugares em que se encontrassem em número suficiente para formar uma loja; ele enviava um venerável, estrangeiro na região; o venerável se instalava entre eles, e através deles espalhava na população as idéias maçônicas, dava a palavra de ordem todas as vezes em que havia uma medida a adotar ou a fazer adotar nos conselhos comunais ou departamentais, para conseguir oprimir a Igreja com prudência e arte.

Ao mesmo tempo, a tribuna e a imprensa conduziam a campanha contra a Restauração. Elas não cessavam de opor o imortal 89 ao Ancien Régime redivivo, a liberdade ao despotismo, a democracia à autocracia, a revolução à contra-revolução.

Enquanto os espíritos eram assim trabalhados, o carbonarismo se armava e preparava os desordeiros para a ação, quando julgada oportuna a hora de uma nova revolução. A loja dos Amigos da Verdade organizou a revolta de junho de 1820. Foi também ela que organizou a conspiração militar de 19 de agosto.

Nesse ínterim, Carlos X tinha sucedido a Luís XVIII. Apesar das dificuldades com as quais a seita atrapalhava seu governo, o povo era feliz. Um dos mais tenazes adversários da Igreja, um dos mais decididos revolucionários, Henri Beyle, que tinha por pseudônimo Stendhal, é para nós testemunha irrefutável. Forçado pela evidência, ele assim caracteriza esse reinado: “Seriam necessários talvez séculos para que a maior parte dos povos da Europa alcançasse o grau de felicidade de que a França desfruta sob o reinado de Carlos X”.[16] Ao mesmo tempo, ela retomava a posse de sua preeminência na Europa e no mundo: a Argélia era conquistada, a aliança com a Rússia dar-nos-ia a fronteira do Reno sem efusão de sangue.

Tem-se podido dizer que a História talvez não ofereça obra mais extraordinária do que a do governo da Restauração, que em tão poucos anos soube reparar as ruínas materiais e morais produzidas pela Revolução e restabelecer o país em sua força e em seu prestígio.

Apesar disso, ou melhor, por causa disso mesmo, o nobre ancião está cercado de tantas armadilhas que lhe é impossível escapar a todas; resta-lhe apenas a escolha dos erros. Impõem-se-lhe medidas que fazem sangrar seu coração de filho primogênito da Igreja, que ele queria ser não somente de nome, mas na realidade.

---

[13] A Restauração pediu e obteve o restabelecimento de vinte e dois bispados.

[14] Esse nome *Rara* foi dado a essa Câmara por Luís XVIII como um elogio, por causa da comunhão de princípios entre ela e a realeza.

[15] Uma loja, dita dos “amigos da verdade”, conta Louis Blanc, foi recrutada nas faculdades de direito, medicina, farmácia e dentre os jovens que se dedicavam ao aprendizado do comércio”. Foi dessa loja que o carbonarismo, a respeito do qual falaremos, se estendeu a toda a França. Ela havia recebido os estatutos de Nápoles. Clavel afirma que os “amigos da verdade” foram os primeiros a tomar as armas na revolução de julho.

[16] *Promenades dans Rome*, 1ª. série, p. 27, 1853.

Todas as imunidades da Carta são empregadas para demolir o trono. Ele cede num ponto, noutro ponto, e acaba por dizer: "Fui confirmado na fé de toda a minha vida: toda concessão aos liberais é inútil". Ele teria podido dizer "funesta". Quantas vezes, nesses últimos anos, a Igreja da França pôde se convencer dessa verdade!

Baseando-se lealmente no artigo 14 da Carta, Carlos X assina, em 25 de julho de 1830, decretos que não contrariam nem o texto, nem o espírito desse ato. Eles regulamentam a liberdade da imprensa, procurando reprimir os mais gritantes abusos. Em lugar de serem aceitos como um benefício, eles constituem o sinal da revolução que a seita preparava de longa data, de acordo com aquele que ela tinha escolhido para favorecer.

Deschamps e Claudio Jannet mostram, com apoio em documentos,[17] que os principais atores da "comédia de quinze anos"[18] eram todos franco-maçons. Foi um franco-maçomque pôs fim nisso. No momento decisivo, quando Carlos X estava rodeado de tropas fiéis a Rambouilet, e dispunha de toda a facilidade para reprimir a revolta e retornar à capital como senhor, foi o marechal Maison quem, através da mais odiosa traição ao juramento militar, consumou a obra da revolução. Louis Blanc fornece a esse respeito provas que não permitem nenhuma dúvida.[19]

Os conjurados não puderam conter a alegria e a manifestação das esperanças que a queda do trono permitia-lhes conceber. Assim que viu a família real a caminho do exílio, Barante escreveu à sua mulher: "Eles partiram. Creio que vamos avançar".[20] Um inspetor geral da Universidade, Dubois, dizia na mesma época, com mais ênfase, à juventude das escolas: "Caminhamos rumo a uma grande época, e talvez assistamos aos funerais de um grande culto". Três anos antes, em 30 de novembro de 1827, Lamennais escrevera a Berryer: "Vejo muita gente que se inquieta pelos Bourbons; não nos enganemos: creio que eles terão o destino dos Stuarts. Mas não está aí, certamente, o primeiro pensamento da Revolução. Ela tem vistas muito profundas para uma questão diferente: *é o catolicismo que ela quer destruir, unicamente ele; NÃO EXISTE OUTRA QUESTÃO NO MUNDO*".[21]

———— ♦ ————

[17] *Les Sociétés Secrètes et la Société*, liv. II, cap. VIII, § 5°.

[18] "Houve comédia durante quinze anos, escreveu o *Globe*, sem pejo, em 22 de abril de 1831. Porque aqueles dentre os liberais de então que não conspiravam, seja porque se temesse sua volubilidade, seja porque eles próprios se tivessem recusado a participar de jogo tão pesado, os Benjamin Constant, os Casimir Périer e mil outros, sabiam, pelo menos, e disso não podiam duvidar, que se conspirava, q*ue existiam carbonários organizados em lojas*; eles simpatizavam com os conspiradores, desejavam o sucesso de sua empreitada, e não obstante juravam diante de seus grandes deuses que não havia conspirações nem comissão diretora senão na imaginação doentia dos homens da direita; acusavam calorosamente a polícia, sua besta negra de então, de ser o agente o agente provocador de baixas intrigas para comprometer cidadãos inocentes e pacíficos". Um pouco mais longe, o jornalista interpela o presidente do Conselho, Casimir Pétier, e diz-lhe que ele "deveria saber muito bem que *Barthe, seu colega* (então Ministro da Justiça), *participou da carbonaria e não esconde isso*".

Todo o artigo está escrito nesse tom, e o jornalista não hesita em declarar que a comédia ainda perdura, com outros personagens, no momento em que ele escreve e que ela se prolongará sob o reinado de Luís Filipe.

[19] *Histoire de dix ans,* 4ª. ed., t. I, pp. 422 a 431.

[20] *Souvenirs du baron de Barante*, III, 571.

[21] *Œuvres posthumes de Lamennais. Correspondance,* t. I, p. 303.

CAPÍTULO XVII

SOB A MONARQUIA DE JULHO[1]

A mão da Franco-Maçonaria está manifesta na revolução de 1830. "Não creiais, diz um alto maçomda loja dos Trinosofes, Dupin, não creiais que três dias tenham feito tudo. Se a revolução foi tão pronta e tão súbita, se nós a fizemos em alguns dias, é porque nós tínhamos o fecho da abóbada, e pudemos substituir imediatamente a ordem de coisas que acabava de ser destruída por uma nova ordem completa". A seita não podia sofrer por mais tempo o fato de estar sobre o trono o ramo primogênito dos Bourbons; de outra parte, as lembranças horríveis da primeira república estavam eram ainda muito recentes para que se ousasse afrontar o sentimento público com a proclamação de uma nova república. Foi por isso que ela adotou um meio termo e colocou como "fecho de abóbada" do edifício que ela preparava há quinze anos "o filho do regicida",[2] o filho do ex-Grande Mestre da Franco-Maçonaria, o mesmo que tinha sido secretário do Clube dos Jacobinos.

A sociedade *Ajuda-te e o Céu te Ajudará*, da qual Guizot era presidente, fora especialmente encarregada de preparar-lhe os caminhos. Em 18 de maio de 1833, Didier deu testemunho disso à Câmara dos Deputados: "Foi graças aos cuidados de nossa sociedade que todas as brochuras contra a Restauração foram publicadas e distribuídas, as subscrições foram organizadas em favor dos condenados políticos, que se dava a palavra de ordem, que consistiu durante muito tempo em se queixar dos jesuítas e de gritar nas revoltas: "Viva a Carta!" Devíamos aproveitar todas as ocasiões para desconsiderar o poder, para suscitar-lhe embaraços e aumentar aqueles que o acaso poderia fazer nascer".[3]

Essa sociedade não era franco-maçônica propriamente falando, mas estava sob a direção da Franco-Maçonaria. Uma outra, que estava acima das Lojas e dos Orientes, trabalhava no mesmo sentido. Era a Ordem do novo Templo. Ela fora fundada antes da grande Revolução, e um de seus membros, Asweld, assim define seu caráter: "Um só ódio enche o coração de seus adeptos, o ódio aos Bourbons e aos jesuítas... Antes da Revolução de 1789, os novos templários não tinham outro fim declarado que não o aniquilamento do catolicismo... Na época em que as hordas estrangeiras vieram impor os Bourbons, os templários se limitaram a buscar a expulsão da raça escravizada, e todos fomos fiéis, até o dia 3 de agosto, a esse patriótico dever... O ódio se temperava com o desprezo e ficou adormecido durante vários anos; mas, no dia da opressão, explodiu como um raio... A irritação apaziguada deu lugar à necessidade de trabalhar com perseverança com vistas ao fim que se propunham todas as divisões do Templo: *a liberdade absoluta da espécie humana*; o triunfo dos direitos populares sobre a autoridade legal; o desaparecimento de todos os privilégios, sem exceção, e uma guerra de morte contra o despotismo religioso ou político de qualquer cor que estivesse revestido. Uma imensa propaganda é organizada agora para esse objetivo geral".

O Novo Templo, como a Grande Loja que lhe sucedeu, era uma das sociedades mais profundamente misteriosas que o Poder oculto criou segundo as

---

[1] A Monarquia de Julho, assim chamada por ter tido origem nas revoltas ocorridas nos dias 27, 28 e 29 de julho de 1830, se estende até fevereiro de 1848. Nesse período reinou Luís Filipe (Louis-Philippe Égalité) - (N. do T.).

[2] As *Mémoires* de Metternich, recentemente publicadas, lançam a mais vívida claridade sobre as conjurações maçônicas que levaram à derrubada da realeza legítima para substituí-la pelo governo voltairiano de Luís-Filipe.

[3] Citado por Deschamps, II, 274.

necessidades do momento, com elementos escolhidos, aos quais ele manifesta, na medida necessária, o segredo de suas últimas intenções. Nós as encontramos expressas aqui: "Guerra de morte à autoridade civil e à autoridade religiosa; destruição de todos os *privilégios*, quer dizer, das leis particulares, principalmente daquelas que regem o corpo eclesiástico e daquelas que fazem da Igreja Católica uma sociedade distinta, autônoma; direitos a conceder à multidão cega, para se servir dela como instrumento de guerra contra as duas autoridades e as duas sociedades; enfim, objetivo último, libertação absoluta da espécie humana", mesmo e sobretudo em relação a Deus. Como meio de obter tudo isso: "Imensa propaganda" das idéias revolucionárias...

Tal foi o objetivo da revolução de 1830. Ela foi um ponto de partida e serviu de ponto de apoio para todo o movimento anti-social e anticatólico que de Paris se estendeu à toda a Europa. A Monarquia de Julho favoreceu-o na Itália mediante a ocupação de Ancona, na Espanha e em Portugal através do estabelecimento de regimes semelhantes ao que ele mesmo era, e sobretudo nos Estados do Papa através do *Memorandum*.

No interior, um dos primeiros atos da Monarquia de Julho marca muito bem a ação do Poder oculto na Revolução de 1830. A infidelidade judaica foi colocada no mesmo nível das comunhões cristãs. O artigo VII da Carta de 1830 dizia: "Os ministros da religião católica, apostólica e romana, professada pela maioria dos franceses, e os ministros dos outros cultos *cristãos*, recebem emolumentos do Tesouro público". Por uma derrogação expressa desse artigo, os rabinos foram inscritos no orçamento a partir do ano seguinte.[4] "Hoje, diz a esse respeito o rabino Astruc no seu livro *Entretiens sur le judaïsme, son dogme et sa morale*, em nossos países a igualdade é completa: nosso culto caminha ao lado dos outros. Nossos templos não são mais escondidos; eles se erguem aos olhos de todos, construídos

---

[4] Não havia nenhuma razão legítima para outorgar um salário aos se-dizentes ministros do culto israelita. Os próprios judeus não reconheciam neles nenhum caráter sacerdotal, nem nenhuma autoridade sobre os seus correligionários. Falando do privilégio que acabava de ser concedido aos judeus, Portalis diz: "Isto obtém para a seita um reconhecimento público, é um estabelecimento que se lhe concede, são cartas de naturalização que se lhe dão, é uma homologação solene de sua doutrina e de seus dogmas, cuja propagação se encoraja e cujo ensino se assegura".

Os Bourbons da Restauração tinham adotado, relativamente aos judeus, a sábia política de Luís XVI, que Napoleão não pudera abandonar. Eles se aplicaram em evitar todo vexame para os judeus, mas eles não julgaram dever fazer com que os judeus esquecessem de que eles eram hóspedes e não filhos da casa. Eles não pensaram que toda medida de proteção deve ser abandonada contra a ambição dos israelitas de dominarem os cristãos, segundo a sentença talmúdica: "O mundo é dos judeus". Eles lhes tinham concedido o pleno gozo do direito internacional público e mesmo o do direito civil; eles tinha limitado seus direitos políticos, e sobretudo eles afastaram o reconhecimento público de seus crenças e de seu culto, relativamente à fé cristã.

Desde 7 de agosto de 1830, isto é, dois dias antes que o duque de Orleans aceitasse o título de rei dos franceses, o franco-maçomViennet solicitou a inscrição no orçamento do pagamento dos rabinos. No dia 13 de novembro de 1830, o Ministro da Instrução Pública e dos Cultos, Mérilhon, franco-maçomafiliado aos carbonários, protocolizou um projeto de lei que concedia aos rabinos um emolumento pagável pelo Tesouro. A lei foi promulgada no dia 8 de fevereiro de 1831.

Não é inútil anotar que os emolumentos dos rabinos eram cerca de duas vezes mais elevados, na França, do que os dos curas católicos. Estes recebiam 1.800, 1.200 ou 900 francos, segundo a importância de seu curato; e a média obtida dividindo-se o total dos créditos inscritos no orçamento pelo número de curas era de 1.014 francos. Ora, a média dos emolumentos dos rabinos era de 2.015 francos. Os pastores protestantes eram menos bem tratados que os rabinos, mas melhor do que os curas, posto que recebiam 1.900 francos.

Assim, aqueles aos quais o Estado não devia nada, eram melhor tratados do que aqueles em relação aos quais o Estado se comprometeu a reparar uma parte dos bens confiscados!

pelos Estados e pelas comunidades, tanto quanto por nós mesmos. Não queremos nada além de adorar livremente o Deus da liberdade universal".

O governo de Luís Filipe não se contentava mais em desconhecer, como o de Napoleão I, a origem divina da Igreja Católica; ele declarava desconhecer a divindade de Nosso Senhor Jesus Cristo, ao conceder favores absolutamente indevidos aos que fazem profissão de negá-la e de blasfemar contra ela. Era um novo e enorme encorajamento à indiferença religiosa, último objetivo dos desejos e dos esforços da conjuração anticristã.

Luís Filipe estava cercado de todos os pontífices da Franco-Maçonaria: Decaze, La Fayette, Dupont de l'Eure, Talleyrand, Charles Teste etc. Assim, uma guerra surda era feita ao catolicismo. Não eram mais o exílio e o cadafalso que se empregavam contra ele, mas o desprezo público provocado por toda a sorte de meios. A religião era insultada em quase todos os teatros, o clero era ali representado sob os mais odiosos caracteres; a devassidão, o assassinato, o incêndio eram ali levados à conta de suas ações ordinárias. Ao mesmo tempo, a administração, em todos os níveis, se obstinava em atormentá-lo de todas as maneiras. É preciso acompanhar no *Ami de la Religion* as injúrias que lhe faziam sofrer diariamente.

Foi naquela época que nasceu a questão operária, que devia em seguida, sob o nome de questão social, ocupar um lugar tão importante na preocupação de todos, operários e patrões, governados e governantes, e até no pensamento do próprio Soberano Pontífice. A formidável insurreição lionesa constituiu a revelação e a primeira façanha dessa questão.

A Restauração tinha inaugurado o grande impulso industrial que devia se desenvolver sob os regimes que seguiriam. Durante esses quinze anos, não houve uma greve importante. Por toda a parte reinava o acordo entre os patrões e os operários. "Durante o inverno de 1829 a 1830, diz le Play, observei, na maior parte das oficinas parisienses, entre o patrão e os operários, uma harmonia comparável àquela que eu acabava de admirar nas minas, nas fábricas e nas fazendas de Hanôver".[5] Mas, com a chegada de 1830, em espírito novo tomou conta da indústria. Os economistas oficiais colocaram como questão de honra a teoria segundo a qual o trabalho não passa de uma mercadoria como qualquer outra. Muitos patrões a adotaram apressadamente, não pensaram mais senão em fazer fortuna, e exploraram seus operários, em vez de se esforçarem para educá-los com suas lições e seus exemplos. Era a conseqüência necessária da diminuição do espírito de fé e do progresso das doutrinas naturalistas que não viam para o homem nenhum outro objetivo além do gozo e do bem-estar. Por seu turno, os operários davam ouvidos aos que lhes pregavam o progresso, após tê-lo colocado na facilidade e na multiplicação dos gozos, aos que os excitavam a desprezar o clero e que os colocavam na desconfiança da doutrina que eleva as almas mostrando-lhes, como objetivo supremo de seus esforços, as recompensas eternas. O que vemos não é senão o desenvolvimento do que se fez então.

No entanto, os católicos, ao contrário do que hoje acontece, não deixaram de opor resistência. Eles se esforçavam no reagir. Começaram pela *Agência geral para a defesa da liberdade religiosa*, depois pelas *Conferências de São Vicente de Paula*; *Academias religiosas* foram estabelecidas em quase todas as grandes cidades da França; as *Conferências e Notre-Dame* foram inauguradas, e enfim e sobretudo, o *Partido Católico* abriu a cruzada pela liberdade de ensino.

A Carta de 1830 consagrara o princípio da liberdade de ensino, que nela entrara não se sabe como. O primeiro que, para reivindicá-la, empreendeu, através de carta

---

[5] *La Réforme en Europe et le Salut en France*, p. 51.

pública, a luta que devia ser tão ardente, foi o velho bispo de Chartres. Depois dele levantaram-se os grandes campeões: Monsenhor Parisis, Montalembert e L. Veuillot.

Essa reivindicação da liberdade de ensino levantou outras questões: o direito de o clero exprimir sua opinião sobre as grandes questões sociais, e o dos bispos de poderem se ouvirem e acordarem para a defesa dos interesses religiosos; o emprego da imprensa na discussão desses interesses, e o concurso que os leigos podem e devem oferecer ao clero pela defesa ou pela conquista das liberdades da Igreja; a iniquidade dos ataques contra a vida religiosa e em particular contra a Companhia de Jesus.

Nessa grande luta vemos o governo francês procurar um ponto de apoio em Roma. Ele enviou a Roma o conde Rossi, italiano de nascença, chegado à França após a revolução de 1830, nomeado sucessivamente deão da Faculdade de Direito de Paris, membro do Instituto, par da França. É essa a fortuna ordinária daqueles sobre os quais as sociedades secretas lançaram os olhos com vistas a missões particulares; como também a morte de Rossi pelo punhal de um assassino é o fim ordinário dos que não obedecem até o fim a incumbência que lhes foi dada.

Enviado extraordinário junto à Corte pontifícia, ele recebeu, apesar das repugnâncias manifestadas por Gregório XVI, o título e as funções de embaixador. Sua missão consistia em obter, através do Secretário de Estado, as concessões de que o governo tinha necessidade para chegar a seus fins. Podemos ver no livro de Follioley, *Montalembert et Mgr. Parisis*, como ele soube conduzir essas negociações e o sucesso que obteve.

L. Veuillot exprimiu o caráter dessas negociações e advogou sua justificação nestes termos: “Houve entre nós tantos corações tímidos, que o Papa julgou prudente rezar e aguardar”.[6]

———— ♦ ————

[6] *Mélanges*, 1ª. série, t. II, p. 293.

CAPÍTULO XVIII

SOB A SEGUNDA REPÚBLICA[1]

De 1844 a 1848 a campanha pela liberdade da Igreja foi conduzida com tanta coragem quanto talento. Por isso a maçonaria se pôs a estudar os caminhos e os meios para dar-lhe fim. Para tanto resolveu reunir uma grande assembléia, coisa que ela sempre faz na véspera das comoções públicas, e que ela não deixa de suscitar sempre que vê levantar-se uma oposição série à obra que ela acompanha há cinco séculos. Nada lhe poderia parecer mais oposto aos seus desígnios do que a liberdade de a Igreja educar cristamente seus filhos; e o partido católico mostrava-se com força para conquistá-la.

Essa assembléia se reuniu em 1847, em Strasbourg, lugar central para o encontro dos emissários da França, da Alemanha e da Suíça. Eckert dá os nomes de todos os membros dessa assembléia. Anotamos, entre os delegados da França: Lamartine, Crémieux, Cavaignac, Caussidière,[2] Ledru-Rollin, Louis Blanc, Proudhon, Marrast, Marie, Pyat, etc., todo o governo provisório.[3]

Nos primeiros dias do ano seguinte, a revolução explodiu não somente na França, mas em toda a Europa, com uma simultaneidade inexplicável, se não se leva em conta a conspiração internacional das lojas. A explosão aconteceu ao mesmo tempo em Paris, Viena, Berlim, Milão e em toda a Itália, na própria Roma. “A Revolução, diz Eckert, agitou por toda a parte seu punhal sangrento e sua tocha incendiária”.

É de se notar que o antijudaísmo legal acabou no Ocidente com a revolução de 1848. A emancipação dos judeus foi feita então na Áustria, Alemanha, Grécia, Suécia e Dinamarca.

Os franco-maçons que tinham participado da convenção de Strasbourg, se assenhorearam do governo na França. No dia 6 de março de 1848, o governo provisório recebeu uma deputação oficial das lojas maçônicas. Os delegados, portando suas insígnias, foram recebidos por Crémieux e Garnier-Pagès, membros do

---

[1] A 2ª República compreende o período que vai de 1849 a 1852, sendo presidente Luís Napoleão Bonaparte, sobrinho de Napoleão. (N. do T.)

[2] Marc Caussidière pode ser considerado como um tipo entre os agentes da Franco-Maçonaria. Nele se vê de onde saem, para onde se os empurra, o que eles fazem. Ele era empregado numa fábrica de sedas em Saint-Etienne, quando se filiou ao partido revolucionário. Participou, em 1834, da insurreição de Lyon. Condenado a vinte anos de detenção e anistiado em 1839, tornou-se representante comercial de vinhos. Ainda o era quando estourou a revolução de 1848. Promoveu-se por sua própria autoridade a chefe de polícia, e criou, para a guarda de sua chefatura, o corpo dos Montagnards, composto de membros das sociedades secretas e de antigos condenados políticos. E como se lhe repreendessem essas estranhas escolhas, disse que ele “fazia ordem com elementos da desordem”. Após as jornadas de junho, nas quais ele representou um dos mais equívocos papéis, refugiou-se na Inglaterra, e depois nos Estados Unidos, e após a anistia de 1859, retornou à França para aí morrer.

Ele protegeu tão bem nos dias de revolta a prefeitura de Rothschild, que este o recompensou largamente após o golpe de Estado, permitindo-lhe que retomasse o comércio de vinhos.

[3] O *Osservatore Cattolico* de Milão publicou no mês de agosto de 1886 uma série de cartas que recebera de Berlim, a respeito das disposições do imperador da Alemanha relativamente à Franco-Maçonaria e ao judaísmo. Entre os muitos fatos interessantes que ali estão relatados encontra-se este:

“Glasbrenner, judeu e franco-maçon, publicou em Berlim, em *outubro de 1847*, um calendário no qual ele havia escrito, na página relativa ao dia *26 de fevereiro de 1848*, o que segue: “A casa de Luís Filipe faz seu inventário: o passivo ultrapassa o ativo”. Assim, com quatro meses de antecedência, esse judeu assinalava com a proximidade de dois dias a data da revolução que devia explodir em Paris e em grande parte da Europa. Evidentemente, assim como em 1879, o Poder oculto tinha preparado os acontecimentos e as datas.

governo provisório, revestidos, eles também, de suas insígnias maçônicas: "Eles saudaram o triunfo de seus princípios e se aplaudiram por poderem dizer que a pátria inteira recebeu através dos membros do governo a consagração maçônica. Quarenta mil maçons, divididos em mais de quinhentas oficinas, formando entre eles um só coração e um só espírito, prometiam seu concurso para terminar a obra começada" (Ver o *Moniteur* de 7 de março de 1848).

Quatro dias depois, o Supremo Conselho do Rito Escocês também foi felicitar os membros do governo provisório por seu sucesso. Lamartine respondeu: "Estou convencido de que foi do fundo de vossas lojas que emanaram, primeiro na sombra, depois à meia claridade e enfim à plena luz, os sentimentos que acabaram por realizar a sublime explosão de que fomos testemunhas em 1789, e da qual o povo de Paris acaba de mostrar ao mundo a segunda e, espero, última representação, há poucos dias".[4]

O Grande-Oriente também veio apresentar suas felicitações e um outro membro do governo provisório, o judeu Crémieux, disse-lhe: "A República está na maçonaria".[5] Após essa garantia e essa promessa, ele indicou que gênero de trabalho a República deveria realizar de comum acordo com a Franco-Maçonaria: "A união dos povos sob todos os pontos do globo contra a opressão do pensamento (pela Igreja) e contra a tirania dos poderes"; em outras palavras, a insurreição do gênero humano inteiro contra toda autoridade civil e toda autoridade religiosa, contra tudo o que se opõe ao estabelecimento da civilização maçônica. Pouco depois, para preparar em todo o universo as vias dessa civilização, o mesmo Crémieux fundou a Aliança Israelita Universal, cujo fim declarado é o extermínio do cristianismo e a hegemonia da raça judia sobre todas as outras raças.

O movimento revolucionário assim suscitado pela Franco-Maçonaria, sustentado, desenvolvido pelas sociedades secretas, teve seu mais forte impulso nas batalhas de junho. Mas a corrente conservadora que vimos brotar em 1843, que engrossara sob a ação do partido católico, e que tinha visto chegar a ele os que temiam as ameaças do socialismo, tornou-se suficientemente forte para travar o movimento revolucionário. Logo os conservadores compreenderam que não havia salvação senão na religião, e esse sentimento se tornou suficientemente geral e forte para forçar Cavaignac e Napoleão a rivalizarem concessões aos católicos. Foi isto que impuseram as correspondências de Roma e a lei da liberdade de ensino. Essas duas grandes vitórias trouxeram outras. Renasceram a liberdade dos concílios e a liberdade da devoção cristã: um lugar preponderante foi dado ao clero e às comunidades religiosas nas instituições em favor dos infelizes, e no estudo dos meios para resolver a questão

---

[4] Impossível descrever de melhor maneira como são feitas as revoluções. Elas são preparadas pelas idéias e pelos sentimentos jogados no público que, assim prevenido, deixa fazer ou mesmo aplaude. Esses sentimentos e essas idéias são elaborados na sombra das lojas para o fim a que se destinam, depois lançados na corrente da opinião, primeiramente na penumbra do dia, depois em plena luz. Quando a seita os julga suficientemente inoculados no espírito público, ela dá o sinal para a explosão. Esses sentimentos e essas idéias se ligam todos e sempre às "idéias modernas", aos "princípios de 89", aos "direitos do homem". Veremos mais adiante, no capítulo sobre a "corrupção das idéias", que esses "princípios" foram forjados, conforme o próprio testemunho deles, pelos judeus, para estabelecerem sua dominação sobre os cristãos e sobre todo o gênero humano.

[5] Um empregado de escalão superior da municipalidade de Paris, de nome Flottard, publicou na *Revue Hebdomadaire* o relato da tomada da Prefeitura e da criação do governo provisório. Este foi composto de apenas cinco membros; mas quando o decreto saiu da imprensa nacional, consignava sete. Crémieux e Marie tinham sido acrescentados. "Afirmo, diz Flottard, que essa adição não foi deliberada e que ela não foi feita nas provas encaminhadas pela imprensa e que tenho sob os olhos ao escrever isto". Um só nome poderia ter provocado protestos. O de Marie devia fazer passar o de Crémieux.

Crémieux não deixou de se instalar também no governo provisório de 1871 para aí cuidar igualmente dos interesses dos judeus. Ele decretou a naturalização deles em massa na Argélia.

social posta sob o regime precedente, mas que as doutrinas socialistas singularmente agravavam.

Parecia que a Igreja ia triunfar sobre o espírito revolucionário. Mas não; a corrente católica não era suficientemente pura, e a corrente maçônica apenas suspendera por um instante seu curso para fazer rolar suas águas com mais vigor.

A corrente católica já estava infectada pelo liberalismo.[6] O liberalismo católico consiste essencialmente no esforço feito para reaproximar a Igreja do Mundo, o Evangelho dos Direitos do Homem, para reconciliar, como diz Pio IX na última das proposições do Syllabus, a Igreja e "a civilização", a civilização tal como a entendeu o humanismo da Renascença, tal como a quer a Franco-Maçonaria. Todo o trabalho dos católicos liberais, há três quartos de século, tendeu unicamente para esse casamento, trabalho ingrato e funesto, que só pode terminar com o triunfo do mal.

Lamennais foi o criador do catolicismo liberal, como o abade de Saint-Cyran, com o qual ele tem semelhança, fora o verdadeiro criador do jansenismo. Um e outro se aplicaram particularmente em fazer penetrar o veneno de suas doutrinas no clero, bem convencidos que daí ele desceria facilmente até a alma do povo. Ainda hoje, os democratas que querem colocar sob essa etiqueta coisa diversa do que Leão XIII aprovou, servem-se de Lamennais; e eles têm razão, porque Lamennais é verdadeiramente pai e mestre deles.

"Lamennais, diz Crétineau-Joly, anuncia-se como o anjo exterminador do racionalismo, e chega num passe de mágica à apoteose da razão humana: ele só fala do princípio da autoridade, e ele o mina em todos os seus graus e em todas as suas formas; seu primeiro grito de guerra é contra a indiferença, seu último suspiro propagará, sancionará o indiferentismo real, através da confusão dos diversos cultos num culto universal procedente da Franco-Maçonaria; ele imola o sacerdócio e o império à tiara, depois acaba por rebaixar a tiara à autoridade das massas ignorantes ou profanas; ele se cerca da juventude clerical ou leiga, ele monopoliza as boas vontades e as conduz até ao abismo, na borda do qual Gregório XVI os fez parar, assim na França como na Itália, na Bélgica como na Alemanha... A dissimulação estava nas vias de Lamennais. Ele não se explicava com sinceridade; mas *ele sabia arrebatar as esperanças, e levar até ao fim a febre do bem aparente que suas opiniões deviam cedo ou tarde realizar*".[7] Quantos traços desse retrato tornaram-se os de contemporâneos nossos, que julgam glorioso ser e dizer-se discípulo dele.

Anunciando o segundo volume de seu *Essai*, Lamennais escrevera a um de seus admiradores dos Estados Unidos: "A Igreja está aqui bem abandonada; não temos mesmo, verdadeiramente falando, senão uma sombra de Igreja neste momento".

---

[6] O liberalismo não é uma heresia ordinária. Ele foi muito justamente chamado pelo abade Chesnel (os direitos de Deus e as idéias modernas) de heresiarquia. É a heresia própria, pessoal de Satã, posto que consiste, para a criatura, em usurpar, em seu proveito, a independência e a soberania que pertencem somente a Deus, por toda a eternidade, e na ordem dos tempos a Nosso Senhor Jesus Cristo. Vê-se por aí no que o liberalismo moderno difere de tudo o que o precedeu em termos de revolta e de pecado. É o próprio pecado, o último termo e o mais alto grau do pecado. O liberalismo chama o "homem de pecado", ele prepara os caminhos do Anticristo.

A sedução liberal cegou quase todas as inteligências; as últimas noções do verdadeiro cristianismo terminam por se apagar nos espíritos. Que transformação nas idéias, nos costumes, nas crenças, após os juristas realengos dos séculos XIV e XV até nossos dias, passando por Lutero, Voltaire e Jean-Jacques Rousseau, e por Lamennais, o grande sedutor dos católicos! Eles são filhos da mesma idéia, agentes da mesma sedução. A aparição sucessiva desses personagens marca as etapas do movimento revolucionário.

O último a aparecer, Lamennais, não foi o menos perigoso nem o menos funesto. Ele é o pai e o chefe da escola simultaneamente católica e revolucionária, da pacificação, da adaptação, da união enfim e da fusão entre o cristianismo e a Revolução.

L. CHAPOT, *Revue Catholique des Institutions et du Droit*, setembro de 1904, número 9, página 198.

[7] *L'Eglise Romaine en face de la Révolution*, II, 276-284.

Esses propósitos nós os ouvimos ainda hoje. Outro traço de semelhança: o cardeal Benetti, dando-se conta da audiência concedida a Lamennais por Leão XIII, dizia: “Ele não será nem o primeiro, nem o último a nos querer dominar do alto de sua obediência... a fazer-nos tomar sua defesa impondo-nos suas doutrinas e fazendo-nos esposar seus exageros”. O zelo afetado pela defesa “das diretrizes pontifícias” não tem servido também em nossos dias de passarela para perigosos exageros e mesmo para más doutrinas?

——— ♦ ———

CAPÍTULO XIX

SOB O SEGUNDO IMPÉRIO[1]

O movimento revolucionário de 1848 fora prematuro. A reação que dele resultou na opinião pública, na França e nos diversos países da Europa, levou a Franco-Maçonaria à compreensão de que manter a república entre nós importava em fazer recuar sua obra nos outros Estados. Ela resolveu, pois, substituir a república por uma ditadura, e escolheu, para ser o seu titular, um homem ligado a ela mediante terríveis juramentos, que mais tarde ela terá o cuidado em lembrar: o carbonário Luís Napoleão Bonaparte.[2] Podemos ver na obra de Deschamps e Claudio Janet (tomo II, páginas 315 a 324), como essa ditadura foi preparada e patrocinada pela maçonaria internacional, e particularmente por um de seus grandes chefes, Lorde Palmerston,[3] e como a seita que tomara tanto cuidado em restringir o poder de Luís XVIII e de Carlos X prestou-se ao estabelecimento de uma verdadeira autocracia.[4]

O poder oculto sempre age dessa maneira. Quando se encontra desconcertado pelos acontecimentos, o que faz é suscitar um pretenso salvador ou dar seu apoio àquele que as circunstâncias do momento colocam em evidência. Em razão de suas origens, este fica condenado a não salvar absolutamente nada. Ao contrário, continua a enfraquecer o país material e moralmente. Foi o que aconteceu com Napoleão I e Napoleão III, ambos deixaram a França chagada pela invasão sangrenta no flanco e também esgotada, tanto de alma quanto de corpo.

No entanto, subindo ao trono, Napoleão III tinha compreendido, ou pelo menos parecera compreender, onde estava a salvação da França e o que o interesse de sua dinastia exigia. Ele pronunciara palavras bonitas e boas, dera satisfações ao clero, mas nenhuma daquelas que pudessem atingir as conquistas da Revolução sobre a Igreja. Assim foi que, tendo pedido a Pio IX para vir sagrá-lo, o Papa respondera:

---

[1] O II Império tem início em 1852, com o golpe de Estado de Luís-Napoleão Bonaparte, que se apossa do poder, passando a governar sob o nome de Napoleão III, e finda em 1870, com a derrota de Sedan e a proclamação da República em 4 de setembro daquele ano. (N. do T.)

[2] Napoleão III entrara na Franco-Maçonaria com a idade de 23 anos. Seu irmão se fizera carbonário como ele e com ele. A seita tratou logo de sugestioná-lo. Ela lhe fez entrever a pura auréola de glória reservada ao príncipe que quisesse impor em toda a parte a justiça e devolver os povos a eles mesmos. Daí a política dos nacionalistas.

[3] Palmerston era, ao mesmo tempo, ministro na Inglaterra e grão-mestre na maçonaria universal. Há os que supõem que ele teve uma política pessoal e que a impôs à maçonaria. Essa concepção é totalmente errada. Não existe ação pessoal em matéria de maçonaria. Toda a educação maçônica não tem outro objetivo senão o de aniquilar os caracteres, moldar os espíritos, e os graus de iniciação assinalam os progressos feitos pelo maçomna renúncia a ele mesmo e na obediência passiva.

[4] Falamos da convenção realizada em Strasbourg, em 1848. Em 1852 houve em Paris uma outra convenção dos chefes das sociedades secretas européias. Aí foram determinadas a ditadura, sob o nome de império, na pessoa de Luís Napoleão, e a revolução italiana. Mazzini, então sob o golpe de uma condenação à morte pronunciada contra ele na França, não quis retornar senão com um salvo-conduto assinado pelo próprio Luís Napoleão. Somente três membros da grande convenção persistiram com ele em pedir o estabelecimento de uma república democrática. Mas a grande maioria pensou que uma ditadura realizaria melhor os interesses da Revolução, e o império foi decretado.

No dia 15 de outubro de 1852, dez meses após o golpe de Estado de 2 de dezembro e seis semanas antes da proclamação do império, o Conselho do Grão-Mestre do Grande Oriente votou uma moção a Luís Napoleão, que terminava assim: “A Franco-Maçonaria vos deve um cumprimento; não pareis no meio de uma tão bela carreira; assegurai a felicidade de todos, tomando a coroa imperial sobre vossa nobre fronte; aceitai nossas homenagens e permiti-nos fazê-lo ouvir o grito de nossos corações: Viva o Imperador!”

"Com muito prazer, mas sob a condição de que os artigos orgânicos sejam abrogados". Napoleão preferiu renunciar à sagração.

Na obra que ele tinha publicado anteriormente sob o título *Idées napoléoniennes*, Luís Napoleão pusera a nu o fundo de seus pensamentos. "Os grandes homens tem isto de comum com a divindade, eles jamais morrem inteiramente; o espírito sobrevive a eles, e a idéia napoleônica jorrou da tumba de Santa Helena, assim como a moral do Evangelho elevou-se triunfante apesar do suplício do Calvário... *Napoleão, ao chegar no palco do mundo, viu que seu papel era o de ser o executor testamentário da Revolução*... Ele enraizou na França e introduziu em todas as parte da Europa os principais benefícios da grande crise de 89... O imperador deve ser considerado como o Messias das novas idéias".[5]

Idéias novas, novo Evangelho, novo Messias, nenhuma palavra poderia melhor caracterizar o que a Revolução quer introduzir no mundo, e aquilo de que Napoleão III, após Napoleão I, se constituiu servidor... Ele foi mais dissimulado mas também mais determinado que seu primo, que, no Senado, no dia 25 de fevereiro de 1862, fazia suas as palavras de Thiers em 1845: "Compreendei bem meu sentimento. Eu sou do partido da Revolução, tanto na França quanto na Europa. Desejo que o governo da Revolução permaneça nas mãos dos homens moderados; mas quando esse governo passar para as mãos de homens ardentes, mesmo radicais, não abandonarei por isso minha causa; sempre serei do partido da Revolução".

A tradição continua.

Por ocasião do centenário do Código Civil, o príncipe Victor-Napoleão escreveu a Albert Vandal uma carta em que diz: "Vamos celebrar o centenário do Código que resumiu a obra social da Revolução francesa nos seus dados fundamentais, a libertação das pessoas e dos bens... Os homens de 1789 tinham proclamado os princípios da nova ordem social. Ele se apoderou desses princípios; deu-lhes uma forma clara e precisa; disso fez um monumento legislativo que a Europa saudou mais tarde com o nome de "Código Napoleônico". O Código Napoleônico consagrou na França as doutrinas de 1789. Ele as levou mesmo bem além de nossas fronteiras".

Napoleão I tem sempre, como vemos, herdeiros de seu pensamento e de sua obra. Como Napoleão III, como o príncipe Jerônimo, o príncipe Victor recebeu-os em depósito, é o seu fiel guardião.

Desde o primeiro dia Napoleão III mostrou que era efetivamente o homem da Revolução, crendo ter ou dando-se a missão de "enraizá-la na França e de introduzi-la em todos os cantos da Europa". Mal as tropas francesas tinham aberto as portas de Roma a Pio IX, ele escrevia a Edgar Ney: "Resumo assim o restabelecimento do poder temporal do Papa: *anistia geral, secularização da administração, código de Napoleão e governo liberal*". Anistia geral era um novo brinde de encorajamento oferecido a seus I∴, os carbonários; secularização da administração era a laicização sem outros limites que não fosse a liquidação absoluta do poder eclesiástico;[6] código de Napoleão significava: destruição da antiga propriedade e abolição de uma legislação presidida pelo nome e autoridade de Deus; governo liberal Napaleão não o queria nem para ele mesmo, mas pretendia impô-lo ao Papa.

---

[5] *Œuvres de Napoléon III*, t. I. Ver as páginas 7, 28, 65, 102 e 125. Faz cinco anos, o herdeiro dos Napoleões dizia num manifesto: "Conheceis minhas idéias. Hoje creio ser útil precisá-las para os meus amigos. Lembrai-vos que sois os defensores da Revolução de 1789. Napoleão, segundo sua própria expressão, "reabilitou a Revolução". Ele manteve com vigor os seus princípios".

[6] Segundo os levantamentos estabelecidos então por Fr. de Corcelles, havia na administração dos Estados Pontifícios 6.838 funcionários laicos contra 289 eclesiásticos, entre estes compreendidos 179 capelães de presídios e subordinados ao Vicariato de Roma. Os oficiais do exército não figuravam nesse quadro comparativo.

A maçonaria queria mais que tudo isso. O atentado de Orsini veio lembrar isso ao imperador, e ele teve de se mostrar fiel a seus juramentos. Colocou-se, pois, na obrigação de executar aquilo que a primeira República e depois o primeiro imperador haviam tentado: a destruição do poder temporal dos Papas. Conhecemos essa história lamentável: o imperador, preso entre os interesses evidentes da França e de sua dinastia, e seu desejo de se constituir, junto a seu tio, no executor testamentário da Revolução, avançava, recuava, fazia jogo duplo, um oficial, por intermédio de seus ministros e embaixadores, outro através de uma diplomacia oculta cujos agentes eram escolhidos nas sociedades secretas.[7] O objetivo é alcançado. Faz quarenta anos a Itália está unificada, o poder temporal existe apenas em estado de lembrança ou de sombra. Não prejulgamos nada acerca dos desígnios da Providência. Ignoramos se, quando e como Ela restituirá ao Soberano Pontífice seus meios de ação ordinários e necessários na ordem regular das coisas; mas a seita está bem segura de que tudo está acabado. E se ela quer uma mudança no que ela fez, esta coisa é a transformação do regime atual da Itália em república. Unindo-se à república irmã da França, às repúblicas espanhola e portuguesa, que se constituirão no dia e na hora em que a maçonaria quiser, a outras ainda sem dúvida, ela contribuirá para formar o núcleo da República universal, ou do judaísmo que governará o mundo abertamente, de uma extremidade à outra do universo.

Toda a política externa de Napoleão III foi inspirada e dirigida pela vontade de libertar a Itália e de realizar seu juramento de carbonário. Por ela ele fizera a guerra de 1859, sem poder realizar totalmente seu programa. Ele viu no conflito austro-prussiano o meio de libertar Veneza, e este constituiu todo o segredo de sua colaboração com os cínicos projetos de Bismarck. "O imperador ajudou-o, diz Emile Olivier, não por fraqueza nem por artifício, mas com conhecimento de causa. Ele contribuiu, por sua livre vontade, para sua fortuna, tanto quanto para a de Cavour. Ele via nele o instrumento providencial através do qual se terminaria a libertação da Itália". Quando chegou a Paris, no dia 3 de julho de 1866, a notícia da vitória alcançada em Sadowa pelos prussianos sobre o exército austríaco, vitória que desferia um golpe tão rude ao poderio francês, e os ministros insistiram em mobilizar o exército, o imperador subscreveu inicialmente seus desejos: mas o príncipe Napoleão interveio no dia 14 de julho e endereçou ao imperador uma nota na qual dizia: "Aqueles que sonham para o imperador o papel da reação e do clericalismo europeu, que triunfaria pela força, devem insistir numa aliança com a Áustria e numa guerra contra a Prússia. Mas aqueles que vêem em Napoleão III não o moderador da Revolução, mas seu chefe esclarecido, estes ficariam bem inquietos no dia em que ele entrasse numa política que seria a derrubada da verdadeira grandeza e da glória de Napoleão III". Napoleão III rendeu-se às considerações de seu primo.[8]

---

[7] Em setembro de 1896, *Le Correspondant* publicou sob o título *Un ami de Napoléon III, le comte Arèse*, documentos inéditos sobre as relações muito íntimas que existiram durante o segundo império entre o carbonário coroado e o sectário italiano. Entre esses documentos há uma carta que revela a hipocrisia que ele usou na questão romana. Enquanto seus ministros prodigalizavam declarações próprias para tranqüilizar os católicos franceses, ele mantinha com o conde Arèse conversações que este último resumia como segue numa carta endereçada ao conde Pasolini:

"*Adormecei o Papa*; deixai-nos ter a convicção de que não o atacareis e nada de melhor peço para sair (retirar as tropas de Roma). Depois, fareis o que quiserdes".

Esta frase, atribuída ao imperador por seu amigo Arèse, não traz à memória as palavras de Monsenhor Pie: "Lava tuas mãos, ó Pilatos!"?

[8] O *Journal de Bruxelles* relatou as palavras pronunciadas naquela época pelo príncipe Jérome num jantar na casa de Girardin:

"É chegada a hora em que a bandeira da Revolução, a do Império, deve ser amplamente desfraldada.

"Qual é o programa dessa Revolução?

"*Inicialmente é a luta engajada contra o catolicismo, luta que é preciso levar adiante e concluir*; é a constituição das grandes Unidades nacionais, sobre os destroços dos Estados fictícios e dos tratados que

A guerra de 1870 teve também a mesma finalidade nos desígnios da seita; a *Gazette d'Ausgbourg* deu para isso a seguinte explicação: "Nos campos de batalha do Reno, nós não somente fizemos guerra contra a França; nós também combatemos Roma, que mantém o mundo escravizado; nós atiramos contra o clero católico".[9]

Destruir o trono pontifício, favorecer o triunfo do protestantismo na Europa, seguramente era muito; não era o bastante para satisfazer as exigências da seita. Napoleão III pediu a Rouland, ministro da Instrução Pública e dos Cultos, que preparasse para seu uso um plano de campanha contra a Igreja da França. Esse plano, encontrado nas gavetas do imperador em 1870, foi-lhe entregue em abril de 1860.

Ele porta este significativo título: *Mémoire sur la politique à suivre vis-à-vis de l'Eglise*. Ele principia por perguntar se é necessário "mudar bruscamente de sistema: expulsar as congregações religiosas, modificar a lei sobre o ensino, aplicar rigorosamente os artigos orgânicos".[10] Não. "É preciso chegar pouco a pouco e sem ruído". Quem não reconhecerá nessa palavra a prudência da seita, que deu aos Gambetta e aos Ferry esta palavra de ordem: "lentamente, mas seguramente"? Como são cegos, pois, os que, nessa continuidade de esforços perseverantes durante um século e mais, se recusam ainda a ver a mão de um poder sempre vivo e atuante, e que, nas hostilidades atuais, não encontram outra causa senão represálias contra aqueles que, sem conspirar contra o regime republicano, têm pela república maçônica apenas uma admiração relativa".[11]

O *Mémoire* assinala como um perigo "a crença do episcopado e do clero na infalibilidade do Papa"; "o desenvolvimento das conferências de São Vicente de Paulo e das sociedades de São Francisco Rei", "os progressos das congregações religiosas dedicadas ao ensino popular".

"É impossível ao elemento leigo, diz a esse respeito Rouland, lutar nesse terreno contra o ensino religioso, que, na realidade ou na aparência, sempre apresentará às famílias muito mais garantias de moralidade e de dedicação". E um pouco mais longe: "Ficaríamos muitíssimo enfraquecidos do ponto de vista do sufrágio universal se todo o ensino primário passasse às mãos das congregações". Como essas duas frases são eloqüentes!

---

fundaram esses Estados; é a democracia triunfante, tendo por fundamento o sufrágio universal, mas que tem necessidade, durante um século, *de ser dirigido pelas mãos fortes dos Césares*; é a França imperial no ápice dessa situação européia; é a guerra, uma longa guerra, como instrumento dessa política.

"Eis aí o programa e a bandeira.

"Ora, o primeiro obstáculo a vencer é a Áustria. A Áustria é mais poderoso apoio da influência católica no mundo, ela representa a forma federativa oposta ao princípio das nacionalidades unitárias: ela quer fazer triunfar em Viena, em Pesth e em Frankfurt, as instituições opostas à democracia; é o último antro do catolicismo e do feudalismo; é preciso, pois, abatê-lo e esmagá-lo.

"A obra foi começada em 1859, deve ser concluída hoje.

"A França imperial deve, pois, permanecer inimiga da Áustria; ela deve ser amiga e sustentáculo da Prússia, a pátria do grande Lutero, e que ataca a Áustria com suas idéias e com suas armas; ela deve sustentar a Itália, que é o centro atual da Revolução no mundo, aguardando que a França a termine, *e que tem a missão de derrubar o catolicismo em Roma, assim como a Prússia tem por missão destrui-lo em Viena*.

"Nós devemos ser *aliados da Prússia e da Itália*, e nossos exércitos estarão engajados na luta antes de dois meses".

[9] Extratos citados na *Politique Prussienne* por um alemão anônimo, páginas 133-143.

[10] É o caminho seguido até a separação entre a Igreja e o Estado. O que bem mostra ser sempre o mesmo poder oculto que dirige nossos governantes, ontem como hoje.

[11] Ver, entre outras, *Démocratie Chrétienne*, março de 1900.

Duas novas memórias, seqüências da primeira, foram redigidas por Jean Vallon, antigo redator do *Etendard*, que, após o concílio, passou para o campo dos "velhos católicos", da Suíça.[12]

O plano foi posto em execução sem demora.

Primeiro, a Sociedade de São Vicente de Paula. — O ministro do interior advertiu os prefeitos sobre suas "tramóias tenebrosas", e quis submeter o conselho central, os conselhos provinciais e as conferências locais à autorização do governo. A Sociedade preferiu a morte à degradação e caiu como devia cair. Deus recompensou mais tarde esse gesto, ressuscitando-a.

Depois, a lei de 1850, sobre a liberdade de ensino. — Rouland disse, nas suas *Mémoires*, que ela era um "grande mal", mas que querer suprimi-la levantaria "uma luta imensa, encarniçada", palavras que mostram que, ao perseguirem a religião, todos esses homens de governo maçônico sabem que vão contra o sentimento público. Não podendo suprimir a liberdade de ensino, o governo do imperador atacou-a sorrateiramente, através de decretos administrativos.

As congregações. — Rouland aconselhava que não mais se tolerasse nenhum estabelecimento novo dos religiosos, que se fosse severo para com as congregações de mulheres e que não mais se aprovassem, senão com muita dificuldade, os presentes e legados que seriam feitos a uns e a outras.

O clero secular. — Esforçaram-se em semear a cizânia no campo da Igreja, mediante a oposição dos interesses do clero inferior aos do episcopado. "Nada seria *mais hábil* e ao mesmo tempo mais preciso, disse Rouland, do que aumentar os emolumentos do clero inferior". Mas, ao mesmo tempo, ele pede que se suscite "uma reação anti-religiosa, que a polícia faria com as faltas do clero, e formaria em torno dele um círculo de resistência e de oposição que o comprimiria". No que diz respeito aos bispos, Rouland havia ditado essa maneira de proceder: "Escolher resolutamente como bispos homens piedosos, honrados (não se diz: instruídos e de caráter firme), mas conhecidos por sua sincera adesão ao imperador e às instituições da França..., sem que o Núncio tenha nisso a menor interferência". Na execução do plano, deixou-se de convidar, como se fazia a cada cinco anos, os arcebispos e os bispos, para designarem, confidencialmente, os eclesiásticos que eles julgavam os mais dignos de serem promovidos ao episcopado. Ademais, proibiu-se aos bispos que se reunissem. Tendo sete arcebispos e bispos julgado poder assinar, no *Le Monde*, uma resposta coletiva sobre a necessidade de considerar os interesses da Igreja nas eleições, Rouland escreveu-lhes que, assim agindo, eles tinham realizado uma espécie de concílio particular, sem consideração aos artigos orgânicos, e os denunciou perante o Conselho de Estado.

O pensamento do imperador e de sua equipe foi mais longe ainda. Chegou o momento em que eles pensaram numa ruptura com Roma.

Um prelado, que passava por ser devotado à dinastia, Monsenhor Thibault, bispo de Montpellier, foi mandado a Paris. O Ministro do Culto começou por encerrar o pobre bispo num quarto e de censurá-lo pela hostilidade dos Pie, dos Gerbet, dos Salinis, dos Plantier, dos Dupanloup contra a política do governo francês. Depois Napoleão recebeu-o em audiência privada. O soberano explicou que se tratava de salvar a Igreja da França e de opor uma barreira ao progresso da irreligião. O prelado

---

[12] Os originais dessas três peças estão nas mãos de Léon Pagès, rua do Bac, 110, Paris. Elas foram publicadas integralmente no *La Croix*, editado em Bruxelas de 6 de fevereiro de 1874 a 4 de janeiro de 1878.

A memória de Rouland encontra-se no número de 2 de junho de 1876; e as de Jean Vallon nos números de 30 de junho de junho de 1876 e 28 de julho do mesmo ano. Esses dois últimos provêm da biblioteca da senhora Hortense Cornu, nascida Lacroix, amiga de infância de Napoleão III e sua confidente em muitos projetos.

prometeu consagrar-se à tarefa que se esperava dele e assumiu o compromisso de fazer reflorescerem “as tradições e as doutrinas de Bossuet”.

Mas, mal saiu Monsenhor Thibault das Tulherias, sua consciência reprovou-lhe a aquiescência criminosa que acabava de dar ao que não era senão um projeto de cisma. Imediatamente ele ordena ao cocheiro conduzi-lo à residência do arcebispo de Paris. Era o cardeal Morlot quem então ocupava a cadeira de São Denis. “Eminência, começou Monsenhor Thibault, eu sou muito culpado. Acabo de aceitar do imperador a missão de favorecer a ruptura da Igreja da França com a Santa Sé...” Essas últimas palavras acabavam de expirar nos lábios do prelado quando, subitamente, Monsenhor Morlot vê seu interlocutor empalidecer e abater-se ao solo. Monsenhor Thibaut estava morto.

Ao mesmo tempo em que se esforçavam em rebaixar a Igreja, encorajavam abertamente a Franco-Maçonaria. Ela foi reconhecida oficialmente pelo Ministro do Interior, o duque de Persigny; e o príncipe Murat, inaugurando suas funções de Grão-Mestre, disse bem alto: “O futuro da maçonaria não é mais duvidoso. A nova era ser-lhe-á próspera; *retomamos nossa obra* sob felizes auspícios. *É chegado o momento em que a maçonaria deve mostrar o que ela é, o que ela quer, o que ela pode*”.

Vem o *Syllabus*, que elabora o catálogo dos erros contemporâneos. O Ministro dos Cultos permite-se julgá-lo, e transmite sua sentença aos bispos. Ele lhes escreve que “o *Syllabus* é contrário aos princípios sobre os quais repousa a constituição do Império”. Conseqüentemente, ele os proíbe publicá-lo.

Rouland diz na tribuna, e grita-se isso até nas vilas, que o *Syllabus* “vem barrar o caminho à civilização moderna”. À civilização da Renascença, da Reforma e da Revolução, seguramente. Permite-se que o digam. Proclama-se que “a Igreja modificará sua doutrina ou a Igreja perecerá”; é *Le Siècle* que fica encarregado de pronunciar esse ultimato. A Igreja, permanecendo ela mesma, vive hoje, mas o Império soçobrou.

Inútil prolongar este exame e falar sobre a *liga do ensino*, encarregada de preparar a escola neutra, dos colégios para meninas, da direção dada à imprensa, da composição das bibliotecas populares, da multiplicação dos cabarés e dos maus lugares, todos meios de arrancar a alma do povo ao império da religião.

Tudo isso prepara a Comuna, que formulará assim sua primeira lei: Artigo 1°. Fica a Igreja separada do Estado. Artigo 2°. É suprimido o orçamento dos cultos. Artigo 3°. Os bens que pertencem às congregações religiosas, móveis e imóveis, são declarados propriedade nacional. Artigo 4°. Será feito imediatamente um levantamento desses bens, para verificar seu valor e colocá-los à disposição da nação. Como sanção, vieram os fuzilamentos.

É o programa que hoje realiza um governo que tem a aparência de um governo regular.

A seita serve-se igualmente dos governos regulares e irregulares, dos legítimos e dos revolucionários, para obter a realização de seus desígnios. O rápido exame dos acontecimentos, que acabamos de fazer, da Concordata à Assembléia Nacional de 1871, deve convencer disso todos os nossos leitores.

——— ♦ ———

CAPÍTULO XX

SOB A ASSEMBLÉIA NACIONAL

Jamais uma reação foi mais forte e jamais saiu tão evidentemente das entranhas da nação do que a reação de 1871.

Gambetta, que tinha o poder nas mãos, fez o possível e o impossível, primeiro para retardar as eleições, depois para torná-las favoráveis a si.

Eis aqui algumas correspondências bem significativas:

Gambetta a Jules Favre. — Insisto mais do que nunca em considerar as eleições gerais como funestas para a República. Recuso-me a aceitá-las e a realizá-las.

Delegação de Tours em Paris. — Os eleitores seriam provavelmente reacionários. Isto é cheio de perigos.

Gambetta ao Prefeito de La Rochelle. — É necessária uma assembléia republicana. Fazei tudo o que as eleições exigirem.

Challemel-Lacour (Rhône). — A Assembléia será ruim, se nomeada sem pressão republicana, etc., etc.

Apesar dessa pressão revolucionária, a Assembléia Nacional foi católica e monarquista. Conhecemos o que ela fez.

Jamais uma decepção mais cruel sucedeu a uma esperança tão grande. O país viu cair, sem pesar, no dia 4 de setembro de 1870, um regime que, pela terceira vez, havia comprometido sua existência. Mas, nas eleições de 8 de fevereiro de 1871, ele manifestou sua pouca confiança na República, que fora proclamada sem ele. Ele enviou a Bourdéus, para compor a Assembléia Nacional, uma maioria considerável de homens conhecidos por seus sentimentos católicos e realistas. Do ponto de vista político a Assembléia compreendia 400 realistas — legitimistas e orleanistas mais ou menos em número igual — 30 bonapartistas e 200 republicanos de diversos matizes.[1]

O primeiro ato da Assembléia Nacional foi pedir orações em todas as igrejas "para suplicar a Deus o apaziguamento das discórdias civis e de pôr fim a nossos males". Somente três deputados se opuseram a essa moção. Depois ela declarou de utilidade pública "a construção de uma igreja sobre a colina de Montmartre, segundo o pedido feito pelo arcebispo de Paris", isto é, para ser dedicada ao Sagrado Coração, como *ex-voto* de arrependimento, de oração e de esperança. Ela queria levantar o país humilhado e desamparado e foi a Deus que ela pediu os meios, nisso obedecendo ao seu mandato como aos seus próprios sentimentos.

O exército está por ser refeito. A lei que o reorganiza estipula que, cada domingo e cada dia de festa, um tempo suficiente será concedido aos soldados para cumprirem seus deveres religiosos. Os capelães são restabelecidos, não mais ligados aos regimentos, mas, o que é melhor, às guarnições e aos campos.

Após o exército, o ensino. O Conselho Superior de Instrução Pública é reformado. A Igreja recebe lugar nele, na pessoa dos bispos. Logo em seguida o ensino superior é declarado livre, e as Universidades católicas se constituem.

As comissões administrativas dos estabelecimentos de caridade — hospícios, hospitais, entidades de beneficência — são reorganizadas; o pároco é chamado a ter assento nessas comissões, ao lado do prefeito.

A liberdade do bem não é mais entravada. Não somente a Sociedade de São Vicente de Paula se reconstitui, mas círculos operários se multiplicam nas cidades, os patronatos se multiplicam nos campos, e a instrução religiosa prepara gerações cristãs.

---

[1] Hanotaux, *Histoire de la France Contemporaine*, I, 38-41.

Como esse belo entusiasmo pôde ser interrompido, e depois virado para o sentido inverso?

Muitos dos membros da Assembléia Nacional eram pouco afeitos às intrigas do parlamentarismo. Eles se deixaram sugestionar. Muitos também tinham o espírito cheio das meias-verdades do catolicismo liberal, freqüentemente mais funestas, no dizer de Pio IX, do que os erros manifestos. Thiers que, na sua juventude, tinha feito sobre o crucifixo juramento de ódio à realeza,[2] e que, na sua velhice, tinha a ambição de governar a França e de reinar, depressa apoderou-se da direção a Assembléia Nacional, para conduzi-la aonde ele queria. E ele próprio não fora conduzido pelos que adularam sua ambição, que esperavam obter proveito com isso?

Era preciso, inicialmente, conjurar o perigo de uma restauração monárquica na pessoa do conde de Chambord; esse príncipe tão cristão e tão francês era ao mesmo tempo tão firme nas suas perspectivas de governo, que nenhuma esperança podia nascer de fazê-lo renovar a falta praticada por Luís XVIII. Todas as forças da Revolução, todas as suas diversas facções, a partir do liberalismo católico, trabalharam, não para um acordo positivo, mas cada qual de sua parte e à sua maneira, para afastá-lo do trono de seus pais.

Primeiramente foi a Comuna, protegida por Bismarck, conduzida, em suas primeiras horas, por Thiers, e sustentada pela Franco-Maçonaria. Ela pretendeu, de um só golpe e pela violência, à moda de 93, o que hoje se faz de uma maneira mais segura e mais durável pela legalidade. No dia 26 de abril de 1871, cinqüenta e cinco lojas, mais de dez mil franco-maçons,[3] conduzidos por seus dignatários, revestidos com suas insígnias, foram em procissão até as muralhas, para lá desfraldar suas bandeiras — eles arvoraram sessenta e duas — e até a Prefeitura Municipal, para saudar o poder revolucionário.[4] O I∴Tiriforque dissera aos comunais: "A Comuna é

---

[2] Em 1849, Michel de Bourges lembrou o fato na 15ª sessão da Assembléia Nacional: "Nós juramos, Thiers e eu, ÓDIO À MONARQUIA, com esta circunstância muito curiosa: Thiers segurava o crucifixo quando eu prestei o juramento, e eu segurava o mesmo crucifixo quando Thiers jurou ódio à monarquia". Foi numa loja de carbonários, posto que a polícia não interveio; e, se ela tivesse intervindo, tudo não passaria de uma reunião de amigos para festejar uma formatura.

La Provence, jornal de Aix, lembrou longamente esses fatos no seu número de 1° de dezembro de 1872, quando Thiers era então Presidente da República, e quando, naquela cidade, numerosos amigos vigiavam com cuidado tudo o que era escrito sobre ele. Não foi apresentado nenhum desmentido.

Dupin, o primogênito, explicando como a revolução de 1830 foi tão súbita e tão pronta, também falou desse juramento: "Quando, disse ele, o carbonarismo se estabeleceu na França, segundo as normas dos homens que, nesse momento pares da França e funcionários públicos, foram buscar na Alemanha, ele teve como objetivo a derrubada de todo poder irresponsável e hereditário. Não se pode estar afiliado a ele sem prestar juramento de ódio aos Bourbons e à realeza. Em alguns lugares esse juramento era pronunciado até mesmo sobre um crucifixo e sobre um punhal. Há deputados e pares que se recordam disso".

[3] Dez a onze mil, estima o *Journal Officiel* da Comuna.

[4] Eis o apelo que o Grande-Oriente da França fez à Franco-Maçonaria universal, em favor da Comuna. Ele foi publicado em 1871.

"Irmãos da maçonaria e irmãos companheiros, não temos outra resolução a tomar que não a de combater e de cobrir com nossa égide sagrada o lado do direito.

"Armemo-nos para a defesa!

"Salvemos Paris, salvemos a França!

"Salvemos a humanidade!

"Paris, na frente do progresso humano, numa crise suprema, apela à *Maçonaria universal*, aos companheiros de todas as corporações, grita: *À mim, filhos da viúva!*

"Esse apelo será ouvido por todos os franco-maçons e companheiros: todos se unirão para a ação comum, protestando contra a guerra civil *que os mantenedores da Monarquia fomentam*.

"Todos compreenderão que aquilo que desejam seus irmãos de Paris, é que *a justiça passe da teoria à prática*, que o amor de uns pelos outros se torne a regra geral, e que a espada não é tirada da bainha, em Paris, *senão para a legítima defesa da humanidade*."

a maior revolução que possa ser dada ao mundo contemplar", e a razão que ele oferecia era "o novo Templo de Salomão", isto é, a realização da concepção judaica da organização social. Aquele dentre os membros da Comuna escolhido para responder-lhe disse: "Sabemos que o objetivo de vossa associação é o mesmo que o da Comuna, a *regeneração social*".

Em cada uma de nossas revoluções são sempre as mesmas palavras que se fazem ouvir, assinalando o mesmo objetivo a alcançar, e para o qual não se cessa de caminhar, seja diretamente, seja por vias transversas: o aniquilamento da civilização cristã em benefício de uma civilização contrária. Raoul Rigault dizia-o brutalmente aos reféns: "Eis que isso dura há mil e oitocentos anos: é preciso que isso termine".

Vencida a Comuna, a intriga tomou o lugar da violência. Thiers empregou logo todas as faculdades de seu espírito em desagregar a maioria realista da Assembléia, em provocar toda sorte de desconfianças entre pessoas que tudo devia aproximar e unir.

Entretanto, o povo, vendo que os homens lhe faltavam, elevava a voz a Deus. As peregrinações aos santuários de Saint-Michael e de la Salette, de Paray-le-Monial e de Lourdes, se multiplicavam; sobre todas as estradas reboava esse grito de apelo ao Sagrado Coração: "Salvai Roma e a França!" No dia 24 de maio de 1873, a Assembléia Nacional retomou o controle de si mesma. Mas o país já não era mais o que ele fora sob a mão vingadora de Deus. A propaganda revolucionária, reencetada por Thiers e seus agentes, manifestava a cada dia seus progressos nas eleições parciais; e, de outra parte, católicos tinham forçado Henrique IV a fazer declarações das quais se serviram para afastá-lo definitivamente.[5]

"Sob pretextos diversos", diz Hanotaux na sua *Histoire de la France Contemporaine*, a Assembléia Nacional afastou "tudo o que constitui a essência dos poderes fortes: a legitimidade, a hereditariedade e a autoridade: a legitimidade, na pessoa do conde de Chambord; a hereditariedade, através do septenato; e, enfim, a autoridade, através da república".

O duque de Broglie, pai, publicara, em 1861, um livro intitulado "Considerações sobre o Governo da França", que foi reimpresso em 1870. A primeira edição, recolhida pela polícia, "ficou, diz Hanotaux, conhecida apenas por um círculo muito restrito, mas o círculo era composto das cabeças dirigentes da futura Assembléia Nacional". O duque de Broglie tinha escrito: "Digamos claramente: uma república que interessa à monarquia, uma monarquia constitucional que interessa à república e que não difere uma da outra senão pela constituição e pela manutenção do poder executivo, é a única alternativa que resta aos amigos da liberdade". Ele falava da monarquia constitucional com um tom religioso: "Admirável mecanismo que não é feito pela mão do homem, simples desenvolvimento das condições colocadas pela Providência no progresso das sociedades civilizadas". Ele dizia ainda: "A pior das revoluções é uma restauração".[6]

Na sessão da Comuna do dia 17 de maio foram pronunciadas estas palavras significativas: "Temos reféns entre os padres, atinjamos esses de preferência". Eles foram executados no dia 24.

Em maio de 1908 foi inaugurado em Père Lachaise um monumento aos Federados, com esta inscrição:

AOS MORTOS DA COMUNA
21-28 de maio de 1871.

[5] "A Assembléia, diz Samuel Denis, na sua *Histoire Contemporaine*, t. IV, p. 647, era composta em grande parte de liberais que eram, acima de tudo, cristãos fervorosos e convictos".

Essas palavras, no pensamento do historiador, não constituem repreensão contra o liberalismo desses católicos, ao contrário: esse quarto volume é inteiramente dedicado a justificá-los e a lançar sobre Henrique IV o revés da monarquia.

[6] As idéias de Broglie e de seus amigos datavam de longe. Sob a primeira república houve, também, "monarquistas".

"Esse livro e o de Prevost-Paradol, *La France Nouvelle*, tiveram, diz Hanotaux, sobre os destinos da França e sobre as disposições da Assembléia Nacional, uma influência imediata".

Os "fusionistas" quiseram uma restauração da monarquia com a conciliação de dois princípios, de duas ordens de governo até então contrárias. A fusão consistia, de um lado, em fazer reconhecer pelos príncipes da Casa de Orleans os direitos hereditários do conde de Chambord, e, de outro lado, em ganhar o neto de Carlos X para a monarquia constitucional e parlamentar de 1830. Dupla operação, em que cada um dos termos era excludente do outro.

O conde de Chambord queria a fusão na medida em que ela constituía o reconhecimento puro e simples do princípio monárquico, do qual ele era o representante, e a leal reaproximação dos dois ramos da família real.

A questão da bandeira foi, a partir de 1848, o principal obstáculo à fusão. Enquanto que para o conde de Chambord a bandeira branca, símbolo do direito dinástico dos Bourbons, era o emblema necessário da monarquia tradicional e hereditária, os parlamentares e os liberais reclamavam irredutivelmente a manutenção da bandeira tricolor, representativa das idéias de 1789 e de 1830.

Em 1792 foi publicada em Paris, com esta menção: "Disponível nos Países-Baixos, em todas as livrarias", uma brochura dedicada a Luís XVI, sob o título "*Le Monarchisme Dévoilé*" , por Th. Abd. C***".

Nessa obra o autor denuncia a *Sociedade dos Amigos da Constituição Monárquica*, sociedade fundada "sob os auspícios de um nome que lembra a antiga cavalaria francesa, Clermont-Tonnerre". Os membros dessa sociedade, diz ele, se espalharam por toda a França, sob o nome de *monarquistas*.

"Dizer-se puramente amigos da *Constituição*, observa, teria sido aproximar-se demais de seus criadores. Acrescentou-se a palavra *monárquica*, porque era preciso um pouco disto nos planos desses senhores. Mas, como fixar-se a essa fórmula não parecia de maneira nenhuma de acordo com o sistema do partido dominante, acrescentou-se a expressão "monárquica", esta "decretada pela Assembléia Nacional" (p. 7). O autor, após ter tomado uma a uma as "expressões designativas dessa sociedade" e as razões invocadas para aprovar-lhes o objetivo, conclui: "Elas não passam de erva enganosa, que cobre e esconde a abertura do precipício".

O fundador do "monarquismo" dera a essa sociedade, como símbolo, uma *Balança*, na qual se via, de um lado, uma coroa, e de outro um barrete frígio, com esta divisa: Viver livres e fiéis. "Assim, tal qual uma Assembléia de Facciosos, querem ainda conservar a *Coroa*, depois de tê-la aviltado, degradado, depois de tê-la arrancado da cabeça augusta de nosso soberano; e esse *barrete frígio*, sinal pavoroso de uma licenciosidade sem limites, esse penacho ensangüentado de todos os criminosos; uma e outro sobre a mesma linha, num mesmo e perfeito nível, eis o emblema sob o qual os monarquistas se anunciam , eis a liberdade que prometem, presumindo-se que sejam livres, eis a divisa desses modernos cavaleiros" (p. 8). "Não se deve crer que eles tenham visto no sistema que se esforçam em sustentar, a felicidade de sua pátria; não está aí o motivo de sua predileção por essa forma de governo, cujo exemplo os ingleses nos oferecem; mas cada um deles encontrou aí, no seu conjunto ou nas suas partes, com o que satisfazer sua paixão dominante" (p. 10).

Após essa acusação, o autor, nos capítulos seguintes, examina o sistema dos monarquistas: 1° relativamente ao rei e à monarquia (p. 12), 2° relativamente ao povo (p. 20), 3° relativamente à nobreza (p. 26), 4° relativamente à religião e a seus ministros (p. 34). Depois, acrescenta (p. 46): "Eles disseram que o rei, convencido da pureza de suas intenções, aprovava seus planos, e é com as aparências de uma missão da parte dele que procuram enganar a boa fé dos ingênuos". "O que peço é a constituição francesa na sua pureza primitiva. Eles dizem que querer restabelecer a constituição francesa é uma quimera: que tudo está destruído, desorganizado, e que o único partido que resta para adotar em tais circunstâncias é o de pensar somente em colocar o rei sobre o trono, dando-lhe por conselhos e por fiscais duas Casas, tais quais eles propõem" (p. 52). "Mas, enfim, pergunta o autor, que títulos têm eles para se fazerem assim de mediadores entre a nação ultrajante e a nação ultrajada? Qual é a missão deles? A respeito do que pretendem eles que transijamos?"

O autor termina dizendo que "a busca dessa quimera impediria definitivamente o restabelecimento do trono".

A história pouco serve de lição, mesmo para as pessoas mais interessadas em ouvi-la.

"Se eu tivesse admitido todas as concessões que me eram solicitadas, aceitado todas as condições que me queriam impor, diz o conde de Chambord ao marquês de Dreux-Brézé, eu teria talvez reconquistado minha coroa, mas eu não teria ficado seis meses sobre meu trono. Antes do fim desse curto espaço de tempo, eu teria sido de novo relegado ao meu exílio pela Revolução, da qual eu me tornara, desde meu reingresso na França, o prisioneiro.[7]

De sua parte, a Alemanha não dissimulou sua viva oposição à realeza tradicional.

O barão de Plancy, antigo deputado de Aube, antigo escudeiro do príncipe Jerônimo-Napoleão, conta em seus *Souvenirs* esta conversa:

"Republicano certamente o príncipe Napoleão o era, e, como, após um jantar no castelo de Monza (residência de seu cunhado, o rei Humberto), ele o manifestasse energicamente ao príncipe imperial da Alemanha, mais tarde Frederico III, este, tendo-lhe pedido permissão para falar livremente, disse-lhe estas palavras, "que convido todos a meditarem":

"Senhor, na França, *a República*, na minha opinião, não tem razão de ser, e se vós a tendes, foi porque *nós vô-la demos...*[8] para vossa infelicidade!"

"Obtive do próprio príncipe essa declaração de imperial franqueza".

Sabemos que em 1872 as sociedades secretas se puseram de acordo em toda a Europa para impedir o acesso de Henrique V ao trono. Quinze dias após sua morte, em 9 de setembro de 1883, numerosos franco-maçons reuniram-se na loja dos Hospitaleiros de Saint-Ouen, e o I∴ Cuénot bebeu à saúde da morte de Henrique V".

---

[7] Donoso Cortés: "Essa escola (a escola liberal) só domina quando a sociedade se dissolve; o momento de seu reino é o momento transitório e fugitivo em que o mundo não sabe se escolherá Barrabás ou Jesus, e permanece em suspenso entre uma afirmação dogmática e uma negação suprema. Então, a sociedade se deixa de bom grado governar por uma escola que não ousa jamais dizer: Eu afirmo, que também não ousa mais dizer: Eu nego; mas que responde sempre: Eu distingo. Todos os meios-termos serão triturados pela Revolução ou rejeitados com desdém pela reconstrução".

[8] As cartas de Bismarck, publicadas por seu filho, mostram, com efeito, que a república nos foi imposta pela Prússia.

Quando o príncipe de Hohenlohe publicou suas *Mémoires*, encontraram-se no diário da missão do príncipe em Paris, de 1847 a 1885, provas novas do apoio que Bismarck emprestou ao estabelecimento da república. As instruções que Bismarck tinha dado ao príncipe ao encarregá-lo da embaixada da Alemanha em Paris foram: o interesse do império quer que a França permaneça no estado de divisão e de fraqueza que garanta a república. Ele quer mesmo que essa república seja "a mais vermelha possível" e que os anticlericais tornem-se os seus senhores.

Na edição de março de 1906 do *Correspondant*, monsenhor Vallet, antigo capelão do Liceu Henrique IV, ofereceu um relato da conversa que teve com Bismarck em 1879, durante sua estada em Gastein. Bismarck pensava então em fazer cessar o Kulturkampf e em entrar em acordo com Roma. Falando do estado da Europa, das vontades da Alemanha e dos meios da França, ele disse, com aquela grosseria que lhe era própria, a seu interlocutor, que acabava de mencionar a palavra "república":

"Para fazer alguma coisa, a França tem necessidade de um governo estável; ela tem necessidade de uma monarquia. Eu, se fosse francês, seria carlista.

— Carlista? A favor do conde de Chambord?

— Sim, sim, é o que eu quero dizer: legitimista".

O interesse prussiano pedia que a França fosse uma república. Bismarck dissera-o em termos próprios a d'Arnim: "Nós certamente não temos o dever de tornar a França mais forte, consolidando sua situação interior e estabelecendo uma monarquia em regra". Essas palavras a d'Arnim são o complemento daquelas a monsenhor Vallet. É difícil ser mais coerente consigo mesmo do que foi Bismarck sobre essa questão.

Havia um outro interesse que se opunha à restauração do poder legítimo. Ele mandara escrever a d'Arnim através do ministro da Baviera: "Em nenhum caso podemos marchar com os legitimistas, visto que eles sempre serão sempre fiéis à causa do Papa".

Numa conversa com o príncipe Orloff, embaixador da Rússia em Paris, ele também disse: "A França pode refazer seu exército, se quiser, mas há uma coisa que nós não permitiríamos, é que a França se tornasse clerical".

Esse brinde foi coberto de aplausos e de risadas. Logo após, o mesmo Cuénot bebeu à saúde de Bismarck.

No dia 28 de outubro de 1873, monsenhor Dupanloup escrevera a um ministro protestante, Pressensé: "Minha convicção profunda é de que os males da França, se o que se está preparando fracassar,[8] espantarão o mundo; iremos de calamidade em calamidade até ao fundo do abismo. A maldição do futuro e da história recairá sobre aqueles que, podendo assentar o país sobre bases seculares na estabilidade, na liberdade e na honra, tiverem impedido essa obra e precipitado essa infeliz França, no momento em que ela tentava um último esforço para salvá-la, no declive fatal em que ela é arrastada, há bem mais de um século, de catástrofe em catástrofe. Que tristeza e que remorsos para certos homens, forçados então a se dizerem: "Houve um dia, uma hora, em que se teria podido salvar a França, em que nosso concurso teria decidido tudo, e nós não quisemos!"[9]

Bem vemos que personagens monsenhor Dupanloup tinha em vista em suas reprimendas, sobre quem ele queria fazer cair a pesada responsabilidade de ter recusado seu concurso para a salvação da França, e de haver assim merecido as maldições do futuro; mas duvidamos que a história se associe ao pensamento que inspirou essas palavras e se mostre de acordo com o prelado acerca das pessoas às quais ela atribuirá essa responsabilidade. Como quer que seja, a profecia devia se realizar: fomos precipitados, desde aquele momento, no declive fatal; e agora rolamos para o abismo.

A Assembléia Nacional fez excelentes leis e permitiu a fundação de excelentes instituições, mas logo os republicanos aboliram essas leis, destruíram essas instituições, forjaram leis e estabeleceram instituições em sentido contrário.

A Assembléia atribuía, com razão, no seu modo de ver, a primeira importância às questões religiosas e morais, depois às questões sociais. Ela se enganava no colocar em último lugar, na ordem de sucessão, a questão política. No trabalho da lavoura, o arado é muito mais importante do que os bois que o puxam; no entanto, o arado não está colocado à frente dos bois. Era preciso, primeiramente, restaurar o poder, e isto não competia à Assembléia fazer, posto que ela não podia assegurar nem a defesa, nem a duração desse poder. Seu único dever era reconstituir a autoridade, deixar seu augusto representante vir retomar seu lugar à nossa testa.

Ela não fez isso, porque muitos de seus membros estavam mais ou menos atingidos pelo *modernismo*, isto é, estavam imbuídos das idéias modernas.

"A essência do modernismo, diz Charles Perin, é a pretensão de eliminar Deus da vida social. O homem, segundo a idéia moderna, sendo ele seu próprio deus e o soberano do mundo, precisa que tudo seja feito por ele na sociedade e unicamente pela autoridade da lei que ele carrega. Este é o modernismo absoluto, opondo contradição radical à ordem social que a Igreja fundara, a essa ordem segundo a qual a vida pública e a vida privada se relacionavam a um mesmo fim, e em que tudo era feito diretamente em razão de Deus, e sob a suprema autoridade do poder instituído por Deus para reger a ordem espiritual.

"Há um modernismo temperado que não faz guerra aberta a Deus, e que, de alguma maneira, se compõe com Ele. Sem negá-Lo, nem combatê-Lo, ele O mede, pondo-O dentro do direito comum, o lugar que Ele pode ocupar entre os homens. Com essa tática, conservando as aparências de um certo respeito, ele coloca Deus sob a dominação e sob a tutela do Estado. Esse modernismo temperado e circunspecto, é o liberalismo de todo grau e de todo matiz".

Pode-se dizer com igual verdade: é o maçonismo, como veremos mais adiante.

---

[8] Uma monarquia parlamentarista caracterizada pela bandeira tricolor.

[9] Publicado pelo marquês de Dreux-Brézé. *Notes et Souvenirs pour servir à l'histoire du parti royaliste*, 1872-1883, páginas 167-168.

“Segundo as circunstâncias, continua Charles Perin, a revolução se inclina para um ou para outro lado, mas permanece sempre a mesma quanto à sua pretensão fundamental: a secularização da vida social em todos os seus graus e sob todas as suas formas.

“Que estranha ilusão! Que singular contradição, vangloriar-se de restituir à nossa época alguma estabilidade, ao mesmo tempo em que se aceita, em não importa que grau, de uma maneira ou de outra, tão atenuada quanto possa ser, a idéia do modernismo”.[10]

No recolhimento de seus últimos anos, Guizot, o homem de 1830, fez, não obstante, esta confissão e endereçou aos do seu partido esta exortação: “Nós nos acreditamos os sábios, os prudentes, os políticos: não somente não reconhecemos os limites do nosso poder, como também os direitos do Poder soberano que governa o mundo e a nós mesmos; não nos demos conta das leis eternas que Deus fez para nós, e pretendemos, formalmente, colocar no lugar delas, e por toda a parte, nossas próprias leis... Apressemo-nos em sair dos trilhos em que o espírito revolucionário nos jogou; eles nos conduziriam sempre para os mesmos abismos”. Ele não foi ouvido nem pelas próprias pessoas que se comportavam como ele.

Henrique V tinha mostrado sua firme resolução de regrar todas as questões políticas e sociais da época não conforme o modernismo, mas conforme o cristianismo. Ele assim formulara seu pensamento soberano: fazer Deus reentrar como senhor na sociedade, a fim de que ele próprio nela pudesse reinar como rei.[11]

Essa palavra chocou os católicos liberais; relativamente àqueles que não estavam infectados pelo modernismo, ou o eram apenas em dose fraca, eles não sabiam o que é a Franco-Maçonaria, nem o papel que ela desempenha há dois séculos. Foi a confissão que Marcère lealmente fez. Essa ignorância deixou-os hesitantes, incertos a respeito do que deviam fazer, e, diante dessas hesitações, a Revolução tornou-se mais afoita e acabou por arrebatar o lugar.

Houve, no entanto, alguns homens que tiveram a intuição das medidas que seria necessário adotar contra as sociedades secretas internacionais. Encontramos a prova disso no Relatório da Comissão de Sindicância parlamentar sobre a insurreição de 18 de março.

Eis aqui, com efeito, o que se pode ler em H. Ameline, no fim do tomo III dos depoimentos:[12]

“*O Presidente da Comissão.* — Medidas especiais devem ser adotadas contra as sociedades secretas afiliadas a facções estrangeiras. Diz-se que se prestaria um grande serviço à França destruindo a Internationale; mas qual é o meio de chegar a isso? Não é deportando alguns indivíduos. É preciso que aqueles que fazem parte das sociedades secretas afiliadas a sociedades secretas estrangeiras, deixem de ser cidadãos franceses e, por essa razão, possam, a qualquer momento, ser expulsos do território”.

Por que as medidas propostas pelo presidente da Comissão por ocasião da insurreição de 1871 não foram aplicadas à Franco-Maçonaria?

Não se a conhecia, não se ousava.

——— ♦ ———

[10] *Le Modernisme dans l’Eglise*, segundo cartas inéditas de Lamennais.

[11] Aos que o censuravam de ter feito de seu governo um aliado da Igreja, Garcia Moreno respondia com Henrique V: “Este país é incontestavelmente o reino de Deus; ele Lhe pertence com toda a propriedade e Ele nada fez além de confiá-lo à minha solicitude. Devo, pois, empreender todos os esforços possíveis para que Deus reine nesse reino, para que minhas ordens sejam subordinadas às Suas, para que minhas leis façam respeitar as Suas”.

[12] Sindicância sobre a insurreição de 18 de março de 1871, p. 253. (Paris, Dentu, 1872).

CAPÍTULO XXI

SOB A TERCEIRA REPÚBLICA[1]

Em outubro de 1872 foi realizado na província de Novare, em Lucano, um conciliábulo dos principais chefes da maçonaria italiana. Nessa convenção, Félix Pyat representava a França, e o general Etzel representava a Prússia. Decidiu-se aí a ditadura do franco-maçomGambetta.

A realização desse projeto parecia muito inverossímil e impossível. Gambetta voltava de Saint-Sébastien, colocado entre as ruínas da guerra e as ruínas da Comuna; tinha também contra si as DESORDENS FINANCEIRAS de sua primeira ditadura e os TRÁFICOS que o tinham marcado: esses obstáculos pareciam intransponíveis.

A Franco-Maçonaria soube aplainá-los. As comissões de sindicância da Assembléia emudeceram, os ministros se abstiveram, se bem que a maioria deles não fosse de franco-maçons: o que mostra até onde ela, por suas influências secretas, pode estender sua ação.

Na digressão oratória que fez após a Assembléia haver declarado terminada a missão dela, Gambetta expôs o programa que a maçonaria, sempre audaciosa, e por isso sempre vitoriosa,[2] propunha ao país: "É preciso que a nova assembléia se levante e diga: Eis me aqui! Sou sempre a França do livre exame e do livre pensamento".

Após 24 de maio de 1873, o governo de Mac-Mahon continuou a tratar o Grande-Oriente de igual para igual. Léon Renault, chefe de polícia, abria, sem conhecimento do Ministro do Interior, negociações com a Franco-Maçonaria como com uma potência estrangeira.

As eleições de 20 de fevereiro de 1876 substituíram a República conservadora, que a Assembléia Nacional se gabava de ter constituído, pela República revolucionária e anticristã.

Mac-Mahon dissolveu essa Câmara em 16 de maio de 1877.

Na véspera das eleições que deviam substituí-la, os chefes do governo conservador endereçaram à França um supremo exorcismo:

"Se nomeardes esses homens — os 363 oportunistas e radicais — se eles retornarem aos negócios, eis o que farão:

"Desordenarão todas as leis. — Desorganizarão a magistratura. — Desorganizarão as forças armadas. — Desorganizarão todos os serviços públicos. — Perseguirão o clero. — Restabelecerão a lei dos suspeitos. — Destruirão a liberdade de ensino. — Fecharão as escolas livres e restabelecerão o monopólio. — Favorecerão atentados contra a propriedade privada e contra a liberdade individual. — Revigorarão as leis de violência e de opressão de 1792. — Expatriarão as Ordens religiosas e chamarão os homens da Comuna. — Arruinarão a França por dentro e a humilharão no exterior".

Todas essas ameaças diziam, com efeito, o que devia acontecer, o que nós vimos e o que nos vemos; mas não é com exprobações que se faz parar um povo sobre o declive do mal.

"Os principais meios de influência e de corrupção de Gambetta em toda a França, para fazer triunfar os seus no escrutínio, disse o *Citoyen*, jornal socialista, foram

---

[1] 1870-1940.

[2] "Ousai, esta palavra encerra toda a política de nossa revolução". Saint Just, *Rapport fait à la Convention au nom des comités de salut public et de la sûreté générale*, 8 do ventoso, ano II.

baseados na ação da Franco-Maçonaria,[3] e em Paris especialmente sob a administração da Assistência Pública.

"Um mês antes da data do decreto de convocação dos eleitores, todas as lojas maçônicas da França foram chamadas a deliberar sobre a questão eleitoral.

"Aquelas que testemunharam um afastamento relativamente à política gambetista não foram mais convocadas; mas aquelas cuja adesão foi certificada, tornaram-se, durante todo o período das eleições, e ainda permanecem como centros permanentes de ação política em favor do oportunismo.

"Quanto à Assistência Pública, *sabemos que somas consideráveis foram distribuídas, sob a forma de socorros, para fazer propaganda eleitoral* em todos os bairros de Paris em que o gambetismo era mais particularmente atacado.[4]

Foi sobretudo em Belleville que essas distribuições insólitas foram percebidas, depois de dois meses".

A Franco-Maçonaria cosmopolita fizera as chancelarias estrangeiras compreender que o futuro estava em Gambetta e que elas deviam começar a contar com ele. Poucos meses antes de 16 de março, ele tinha sido recebido duas vezes por Victor Emanuel e as relações do rei com Gambetta foram desde então postas em evidência.

As eleições foram realizadas, elas foram contra "o governo dos curas". Mac-Mahon se submete, depois se demite. Então é fundada a União Republicana que vai da centro-esquerda à extrema-esquerda e declara ter um inimigo a combater: "o clericalismo". O clericalismo é o catolicismo; proclama-se-o em alta voz, e a União se impõe o dever de exterminá-lo "lenta e seguramente".[5]

---

[3] Eis aqui um traço muito curioso e bem característico:

Quando Gambetta era presidente da Câmara, ofereceu um dia um grande jantar oficial para o qual convidou toda a administração da Assembléia, e a ordem de precedência fez sentar à sua direita o mais antigo dos vice-presidentes, o honorável conde Durfort de Sivrac, um dos chefes da direita católica e monárquica.

No curso da refeição, o deputado de Anjou notou o copo singular e mesmo extraordinário de que se servia seu anfitrião; e com a familiaridade cortês que o caráter do presidente permitia, deu-lhe a conhecer sua admiração, perguntando-lhe se aquele copo estranho estava ligado a alguma lembrança particular.

— Com efeito, respondeu-lhe simplesmente Gambetta; é o copo de Lutero, que estava conservado na Alemanha há três séculos e meio como uma relíquia, e que as sociedades maçônicas de além Reno me concederam a honra insigne de me oferecer em testemunho de simpatia.

Chateaubriand, nas suas *Mémoires*, também fala do copo de Lutero, que ele tinha visto em Berlim, cercado de veneração, assim como a cadeira de Calvino é guardada piedosamente em Genebra.

Que serviços excepcionais não deve ele ter prestado à seita internacional, para que os alemães tenham se desfeito de um objeto tão precioso a seus olhos, e para que com ele tenham homenageado o próprio homem que passava a idéia de personificar na França o desejo da guerra de morte e da vingança implacável contra a Alemanha.

[4] Desnecessário lembrar que em toda a França as comissões dos hospitais e das casas de beneficência foram renovadas de alto a baixo.

[5] Foi em 26 de março de 1876 que Spuller, entregando um relatório favorável à "reforma" governamental, disse: "Nós votaremos essa reforma porque ela é conforme à política que queremos seguir, porque queremos ir *lenta mas seguramente*". No dia 18 de setembro de 1878 Gambetta viajou para Romans, e aí — nessa cidadezinha que tivera uma abadia como berço — diante de cinco a seis mil pessoas reunidas num hangar de madeira, construído para a oportunidade, exprimiu-se nestes termos:

"A questão clerical, quer dizer, a questão das relações entre a Igreja e o Estado, comanda, mantém em suspenso todas as outras questões. É aí que se refugia e se fortifica o espírito do passado. Denuncio esse perigo cada vez maior, a que fica submetida a sociedade moderna por causa do espírito ultramontano, ao espírito do Vaticano, ao espírito do *Syllabus*, que não passa da exploração da ignorância com vistas à sujeição geral".

Essas palavras foram aplaudidas com furor.

Desejoso de não melindrar os israelitas e os protestantes, Gambeta retomou:

"Falei das relações entre a Igreja e o Estado. Sei que para ser correto deveria dizer: *das igrejas*, mas, do ponto de vista governamental e nacional, *existe apenas o ultramontanismo,* que se obstina em causar prejuízo ao Estado. Quando examino as usurpações incessantes a que se dedica o ultramontanismo, as

Chega o momento de novas eleições; mostrar-se-á o país mais esclarecido, mais previdente? A Câmara de 21 de agosto de 1881 é pior que a precedente. Ela faz o "grande ministério", Gambetta à testa. O Ministro dos Cultos e da Instrução Pública, Paul Bert, proclama a necessidade de destruir "a filoxera[6] negra". Essa Câmara promulga a lei da escola neutra, a lei do divórcio, a lei dos enterros civis. As eleições de outubro de 1885 são melhores. O país parece reconsiderar sua posição e fazer um esforço para sacudir o jugo maçônico. Mas a seita é por demais poderosa, por demais bem organizada, por demais bem governada, para se deixar pôr para fora através de um escrutínio. A União Republicana conta com 380 membros na nova Câmara e a oposição 204. É muito. A maioria abusa sem pudor de sua força para invalidar em massa os adversários, intimidar os eleitores, ostentando o mal com toda a liberdade de antes. Como represália, quatrocentos a quinhentos padres são privados de seus emolumentos, se assim se pode dizer; e unilateralmente, sem consulta aos bispos, a maior parte dos vicariatos subvencionados pelo Estado são suprimidos.

A partir de então nada mais segura a seita; ela faz o que quer, na hora e na medida em que ela julga oportuna para chegar com segurança a seus objetivos.

O plano geral da guerra contra a Igreja foi entregue à Câmara em 31 de março de 1883, por Paul Bert. Permanece como o documento capital daquela época. — Separação entre a Igreja e o Estado — Denúncia da Concordata — Secularização dos bens do clero regular e secular. Eis o que devia ser pacientemente perseguido.[7]

---

invasões que todos os dias ele pratica nos domínios do Estado, tenho o direito de dizer: *o perigo social, ei-lo aí!* O espírito clerical procura infiltrar-se em toda a parte, nas forças armadas, na magistratura, e tem isto de particular, que é sempre quando a fortuna da França baixa que o jesuitismo sobe!

A assistência aplaudiu longamente o orador.

O senador Malens, que presidia a sessão, tinha como principal assessor Emile Loubet, o futuro presidente da República.

Já em 1872, em Saint-Julien, Gambetta tinha exposto o programa do partido dito "republicano". Esse programa religiosamente seguido se resume em três palavras: Guerra ao catolicismo.

[6] Inseto que ataca a videira, produzindo hipertrofia das folhas, gavinhas e brotos, prejudicando especialmente as raízes. Alusão aos padres jesuítas. (N. do T.)

[7] Após ter proposto as medidas a serem adotadas, Paul Bert confirmava desta forma o que já estava feito:

"Primeiro, *todas as instituições monásticas desapareceram*. Não mais se vêem essas ordens numerosas que devoravam sem proveito a substância do povo... e que serviam, nos Estados modernos, apenas para alimentar um espírito estranho e funesto.

"Em segundo lugar, os privilégios que não tinham por finalidade senão impedir o recrutamento do clero contra a intenção das populações, foram suprimidos: os seminaristas servem às forças armadas com os outros estudantes; não foi concedida mais nenhuma dotação especial aos grandes seminários, que deixarão de ocupar prédios pertencentes ao Estado, aos departamentos e às prefeituras.

"Os Bispos, classificados em seu nível de precedência entre os funcionários departamentais, não gozam mais das honras extraordinárias que os decretos lhes conferiam. Vão deixar os palácios, cuja habitação, às vezes principesca, aumentava pelo menos tanto a autoridade moral deles quanto os recursos materiais.

"Os estabelecimentos eclesiásticos não podem mais possuir imóveis, e suas riquezas mobiliárias devem concorrer para o aumento do crédito público, mediante sua aplicação como rendas do Estado. Os padres, dos quais já tirastes o controle dos cemitérios, perdem o das fábricas, cuja contabilidade bem estabelecida não permite mais abusos, cujos déficits as prefeituras não são mais obrigadas a cobrir.

"O clero, em razão das leis que já votastes, não tem mais nenhuma participação na direção da instrução pública, e a separação entre a Igreja e o Estado está claramente estabelecida.

"O padre, qualquer que seja a posição que ocupe na hierarquia, não pode mais dispor da impunidade quase sempre garantida, até aqui, pelos culpáveis desvios de linguagem. Ele não mais poderá, sem ser justamente punido, sair de seu papel de religioso para se intrometer na administração, na política e nas eleições. Se ele estiver dotado com emolumentos decorrentes da Concordata, ou com uma simples gratificação devida à generosidade do Estado, tais vantagens ser-lhe-ão retiradas quando sua culpabilidade for provada.

Enquanto se aguarda a realização desse desiderato, é preciso servir-se da Concordata como de uma arma para afligir com segurança a Igreja. "A Concordata, dizia Paul Bert ao terminar, dá ao Estado uma arma poderosa, se ele souber se servir dela; e essa arma é a escolha dos bispos e a aquiescência dada à nomeação dos curas".

Ferry, Waldeck, Combes, Loubet, Briand, Clemenceau não tiveram nenhuma política pessoal. Eles executaram passivamente as ordens da maçonaria para a realização do plano cujas linhas, ditadas por ela, Paul Bert havia traçado. Cada Ministério teve parte a executar nesse plano, e cumpriu sua obrigação com maior ou menor habilidade. Mas ele avançou *em ordem*.

A Câmara de 1889 promulgou a lei sobre as fábricas; a de 1893 a lei do desenvolvimento; a de 1898 prepara a separação entre a Igreja e o Estado na lei sobre as associações; a de 1902 termina a separação; a de 1906 tira desta os efeitos que a seita aguardava.

Em janeiro de 1892, quinze anos após a substituição da república conservadora pela república maçônica, os seis candidatos franceses, aos quais aderiram doze arcebispos, aí compreendidos seus coadjutores, e sessenta e cinco bispos, entre estes incluídos dois bispos titulares, publicaram uma EXPOSIÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO CRIADA PARA A IGREJA, seguida de uma DECLARAÇÃO.

Eles começavam por lembrar as palavras que acabavam de ser ditas do alto da tribuna francesa em nome do governo: "A República está cheia de consideração pela religião. Nenhum governo republicano teve o pensamento de contrariar a religião no que quer que seja ou de restringir o exercício do culto. Nós não queremos, e o partido republicano por inteiro não quer ser representado como tendo, em algum momento, pretendido invadir o terreno religioso e atentado contra a liberdade das consciências".

A essas palavras cínicas os cardeais vinham opor os fatos. Eles começavam dizendo: "O que infelizmente é verdadeiro, é que depois de doze anos, *o governo da República é coisa diversa de uma personificação do poder público: ele tem sido a personificação de uma doutrina, digamos de um programa, em oposição absoluta à fé católica, e ele aplica essa doutrina, realiza esse programa, de tal maneira que nada há hoje, nem pessoas, nem instituições, nem interesses, que não tenham sido metodicamente agredidos, diminuídos e, tanto quanto possível, destruídos*".

Nossos leitores sabem qual é essa doutrina, de onde ela vem, a que época ela remonta, quais foram seus inventores; e também não ignoram que ela é a associação tenebrosa que se encarregou de fazer triunfar e estabelecer seu reino sobre a ruína de todas as instituições cristãs, com enorme prejuízo para todos os interesses legítimos.

Entrando nos detalhes, a Exposição examinava a conduta do governo relativamente a Deus e ao culto que Lhe é devido, relativamente ao clero, ao ensino, à família. Treze anos se passaram desde então. Cada um desses anos viu serem promulgadas novas leis e novos decretos que assinalam todos a mesma tendência: a vontade de liquidar o catolicismo na França.

"Ao mesmo tempo, decisões governamentais, sob forma de decretos ou resoluções, terão abrogado uma multidão de medidas tomadas no interesse da Igreja, relativamente às quais nenhuma das prescrições da Concordata obriga o Estado.

"A Igreja, reconduzida assim à *estrita observância da Concordata* que ela assinou, sem que nenhuma aparência de perseguição possa ser invocada justamente por ela, não recebendo do Estado nenhuma concessão própria a aumentar sua riqueza e sua influência política, não terá mais do que a parte muito grande e muito legítima da autoridade que lhe concede a docilidade dos fiéis.

"É nessa época, é após ter verificado os resultados desta ação legislativa, desconhecida desde 1804, que poderá ser, segundo pensamos, oportuno e necessário examinar se convém pronunciar a separação entre a Igreja e o Estado que retornou à plenitude do seu poder, com a Igreja reduzida às suas próprias força e no seu estrito direito.

"Tereos cumprido nossa tarefa, se *prepararmos esse futuro.*

Foi o que o Papa Leão XIII observou alguns dias após a Declaração dos cardeais: "Como não seríamos tomados de uma viva dor, no momento presente, considerando a fundo o alcance da vasta conspiração que certos homens formaram para *aniquilar na França o cristianismo*, e a animosidade que colocam para alcançar a realização de seus desígnios, calcando aos pés as mais elementares noções de liberdade e de justiça no que diz respeito ao sentimento da maioria da nação, e de respeito relativamente aos direitos inalienáveis da Igreja Católica?... Pobre França! Só Deus pode medir o abismo dos males em que ela se afundaria, se essa legislação, longe de melhorar, se obstinasse em um tal desvio que acabaria por arrancar do espírito e do coração dos franceses a religião que os tornou tão grandes".[8]

Seria preciso um volume para lembrar todos os atos legislativos, todos os decretos, todas as medidas adotadas durante o último quarto de século para apagar o catolicismo na França. Porque é a isso que a seita visa: ela sempre considera a França como sendo o ponto de apoio terrestre da Igreja, edificado sobre Pedro por Nosso Senhor Jesus Cristo. Ela quereria fazê-la desaparecer do meio das nações. Nós elaboramos um resumo sumário da perseguição, na *Semaine Religieuse* da diocese de Cambrai, por ocasião da penúltima eleição legislativa. Inútil reproduzi-lo aqui; os fatos ainda estão na memória e sob os olhos de todos.[9]

Mas o que importa verificar, é que todas essas medidas de perseguição foram impostas pela Franco-Maçonaria.

"Pode-se afirmar sem ser temerário — dizia em setembro de 1893 um jornal que tinha a fama de refletir as idéias preponderantes do seio do Grande-Oriente, *Le Matin* — que a maior parte das leis sob cujo jugo estão os franceses, — falamos das grandes leis políticas — foram estudadas pela Franco-Maçonaria antes de aparecerem no *Diário Oficial*". E acrescentava: " As leis sobre o ensino primário, as leis militares, e entres outras a lei sobre a obrigação do serviço para os seminaristas, voaram da rua Cadet para o Palácio Bourbon; elas para lá voltaram *invioláveis* e *definitivas*". E como conclusão, este grito de triunfo: "Somos ainda todo-poderosos, mas sob a condição de sintetizar nossas aspirações em uma fórmula. Durante dez anos, marchamos repetindo: "O clericalismo, eis o inimigo!" Temos escolas leigas por toda a parte, os padres são reduzidos ao silêncio, os seminaristas carregam a pasta escolar. Isto não é um resultado comum numa nação que se intitula de filha primogênita da Igreja".[10]

Encontramos no *Bulletin du Grand-Orient* a prova do que diz o *Matin*.

Em 1891, no dia 18 de setembro, a Convenção votou a seguinte proposição: "A Convenção maçônica convida o Conselho da Ordem a convocar à sede do Grande-Oriente, *todos os membros do Parlamento que pertencem à Ordem*, a fim de lhes comunicar os desejos expressos pela generalidade dos maçons, assim como a orientação política da Federação. Após cada uma dessas reuniões, o Boletim publicará a lista dos que acolherem a convocação do Conselho da Ordem, a dos que se excusarem, a dos que deixarem o convite sem resposta. Essas comunicações oficiais do Grande-Oriente, assim como as trocas de idéias que as seguirão, deverão ser feitas em um de nossos templos, sob a forma maçônica, no grau de aprendiz, o

---

[8] Encíclica *Inter sollicitudines.*

[9] Os que gostariam de ter em mãos o quadro dos atos legislativos de perseguição, promulgados nos últimos vinte e cinco anos, poderiam recorrer a várias brochuras: *La persécution depuis quinze ans*, por um patriota (Maison de la Bonne Presse). *Vingt-cinq ans de gouvernement sans Dieu*, por Paul Grèveau (Paris, comissão antimaçônica). *Les actes du ministère Waldeck-Rousseau* (Paris, Louis Tremaux). *La guerre à la religion. Exposé des projets de loi antireligieux, soumis aux Chambres françaises*, por C. Groussau (Sociedade Geral de Livraria Católica). *La persécution depuis vingt ans*, por Jean Lefaure (Paris, rue Bayart, 5). E sobretudo o livro publicado por Louis Hosotte, *Histoire de la Troisième République*, 1870-1910, in-8° de 835 páginas, Paris, Livraria dos Santos Padres.

[10] Artigo do *Matin* citado em "La Franc-Maçonnerie Démasquée", setembro de 1893, páginas 322-325.

Conselho da Ordem dirigindo os trabalhos, os convidados mantendo-se nas colunas".[11]

Provar-se-ia facilmente que, da mesma forma como todas essas leis de perseguição foram propostas por franco-maçons, por franco-maçons obedientes a uma determinação, às vezes a intimidações pela angústia, que o I∴ Brisson foi encarregado de fazer pairar sobre a assembléia, elas foram votadas e enfim agravadas, após a promulgação, por circulares e regulamentos dos senhores ministros franco-maçons.

Na assembléia de 1894 foi adotada a seguinte deliberação, publicada no *Recueil Maçonnique*, página 308:

"Todo profano admitido a receber a luz deverá antes fazer o seguinte compromisso:

"— Prometo, por minha honra, qualquer que seja a posição política ou outra à qual me seja dado um dia chegar, responder a toda convocação que me possa ser dirigida, e a defender, por todos os meios em meu poder, todas as soluções dadas por ela às questões políticas e sociais.

"Tal compromisso, após a concessão da luz, deverá ser consignado em ata, transcrito por inteiro, pelo neófito, com uma caneta destinada a esse fim, e por ele assinada com clareza, após ter sido datada. Esse compromisso escrito será transmitido aos cuidados do V∴ da Ass∴ ao Conselho da Ordem, que fará a classificação alfabética em seus arquivos". [12]

Várias vezes os jornais fizeram o levantamento dos ministros que imolaram seu livre arbítrio aos pés do Grande-Oriente. Em todos os Gabinetes, eles sempre formaram, de vinte anos para cá, a grande maioria. Assim, o I∴Colfavra pode dizer com toda a verdade: "Foi de nossas fileiras que saíram os homens mais consideráveis do governo da República e do partido republicano".[13]

Nada mais verdadeiro do que a palavra de monsenhor Gouthe-Soulard: "Não vivemos em República, mas em Franco-Maçonaria"; ou a de Gadaud, então Ministro dos Trabalhos Públicos: "A Franco-Maçonaria é a República fechada; a República, é a

---

[11] Bulletin du Grand-Orient, 1891, página 668.

[12] Essa proposta foi votada à unanimidade. É impossível negar o alcance desse documento, é "o mandato imperativo em toda a sua extensão".

Eis um exemplo da maneira pela qual sua aplicação é feita:

No dia seguinte ao das interpelações de Dide e Hubar sobre as relações ente a Igreja e o Estado, todos os deputados franco-maçons foram convocados à rua Cadet. A reunião foi presidida pelo I∴Thulié, presidente do Conselho da Ordem. Vários oradores censuraram vivamente alguns de seus colegas, por não terem votado a favor da proposição da separação entre a Igreja e o Estado.

Esse fato mostra claramente: 1° que o Conselho da Ordem do Grande-Oriente, de acordo com a decisão tomada ou renovada em setembro de 1891, encaminha, com finalidade política, convocações aos deputados franco-maçons, e que estes obedecem a essas convocações; 2° que, consequentemente, existe na França um poder oculto, não designado pela nação, e que um bom número de deputados se considera dependente desse poder oculto.

Essa ingerência da maçonaria nas coisas do Parlamento e seu domínio sobre um grande número de deputados e senadores, é ainda mais afirmada na Assembléia Geral do Grande-Oriente, na Convenção realizada de 12 a 17 de setembro do ano de 1892. O I∴ Laffont fez a seguinte proposição:

"Considerando que o dever estrito de todo o maçomé de colocar em conformidade com os princípios maçônicos todos os atos de sua vida privada e pública; que, particularmente, os membros da Franco-Maçonaria que pertencem ao Parlamento e às Assembléias eleitas têm a obrigação de buscar, por seus votos, a realização do programa maçônico republicano, e, em primeiro plano, a supressão do orçamento dos cultos e a separação entre as Igrejas e o Estado;

"A Convenção declara que os maçons que não se conformam a esses princípios faltam a seu dever, e lhes inflige uma censura".

É exatamente uma intimação precisa, formal. É exatamente a injunção ao dever maçônico em toda a sua força.

[13] *Congrès International du Centenaire*, Relatório, página 98.

Franco-Maçonaria aberta"; ou aquela de Massé: "O dia em que a República for a maçonaria a descoberto, da mesma forma como desde há muito tempo já a maçonaria não é senão a República escondida..."[14]

Um homem que foi um dos principais atores na política daquela época, Marcère, publicou quatro volumes sob este título: A ASSEMBLÉIA NACIONAL DE 1871. No momento em que participava dos acontecimentos que ele narra — como presidente da centro-esquerda, depois como ministro no Gabinete Dufaure, tendo conservado sua Pasta no Gabinete Wadington, que se seguiu à queda do marechal — não suspeitava a existência do poder misterioso que atava as malhas da rede na qual a França está presa hoje. Ele o atesta com uma admirável boa-fé:

"No estado de coisas criado em 1871, não se distinguiam ainda as causas profundas do mal, hoje chegado ao estado agudo, que a França sofria... ninguém, mesmo entre os conservadores mais anti-revolucionários, tinha idéia dos desígnios formados pelos sectários da Revolução. Ninguém podia imaginar que pelo concurso, longamente inconsciente, da esquerda republicana, e pelo trabalho inicialmente secreto, tenebroso das seitas judias e maçônicas, trabalho pouco a pouco declarado, professado, depois tornado oficial, chegar-se-ia a este extraordinário acontecimento: a descristianização da França e o triunfo da maçonaria... Jamais a França teria deixado esse partido se estabelecer se os moderados, hoje excomungados, não tivessem sua garantia perante o país... A Franco-Maçonaria tem por objetivo o aniquilamento do cristianismo e sobretudo da Igreja Católica, ela persegue o desígnio satânico denunciado por J. de Maistre, desde a época da Revolução".

———— ♦ ————

[14] Convenção Geral. Sessão de 29 de setembro de 1903.

CAPÍTULO XXII

A SEPARAÇÃO ENTRE A IGREJA E O ESTADO

O principal órgão do calvinismo, o *Journal de Genève*, por ocasião da convenção do Grande Oriente da França em 1906, confirmava nestes termos o que foi dito acima sobre a vontade da seita em aniquilar o cristianismo na França: "A Franco-Maçonaria está concentrada neste momento em Paris, onde quatrocentos delegados das diversas lojas do país deliberam. É um acontecimento de grande importância. Não é preciso esconder, com efeito, que a Franco-Maçonaria segura em suas mãos os destinos do país. Se bem que não conte senão com vinte e seis mil aderentes, ela dirige a seu bel-prazer a política francesa. Todas as leis de que o catolicismo se lamenta tão amargamente foram inicialmente elaboradas nas suas convenções. Ela as impôs ao governo e às Câmaras. Ela ditará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes a aplicação. Ninguém duvida disso, e nenhuma pessoa, nem mesmo as mais independentes, ousariam contrariar de frente sua vontade soberana. Aquele que se permitisse apenas desconhecê-la seria logo destruído. Desde que Roma dava ordens aos reis e aos príncipes jamais se viu semelhante poder.

"A vontade da Franco-Maçonaria, ninguém mais o ignora, é destruir o catolicismo na França. Ela não terá interrupção nem descanso enquanto não o tiver posto abaixo. Todos os seus esforços tendem unicamente para essa finalidade".

A Revolução já se dera por missão realizar esse desígnio.

Ela acreditou alcançá-lo com a constituição civil do clero. Através dela, separava a Igreja da França de Roma e bem sabia que, abandonada a si mesma, a Igreja da França não poderia subsistir muito tempo. O artigo IV do Título I da Constituição rezava: É proibido a toda igreja ou paróquia de França e a todo cidadão francês reconhecer, em qualquer caso e sob qualquer pretexto, a autoridade de um bispo ordinário ou metropolitano, cuja sede estiver estabelecida sob o domínio de uma potência estrangeira, nem a de seus delegados residentes na França ou em outra parte".

O artigo 19 do Título II dizia: "O novo bispo (eleito por um colégio eleitoral leigo) não poderá dirigir-se ao Papa para obter nenhuma confirmação; mas ele lhe escreverá como ao chefe visível da Igreja universal, em testemunho da unidade de fé e de comunhão que deve manter com ele".

Era o cisma, não somente organizado, mas ordenado, posto que, de um lado, *era proibido* a toda igreja e a todo cidadão francês reconhecer, *em qualquer caso*, a autoridade de um bispo estrangeiro na França, e, de outro lado, era igualmente *proibido* aos bispos nomeados em virtude da nova constituição, *dirigirem-se* ao Papa para obter alguma confirmação". Pensavam com razão que, privados da seiva de vida sobrenatural cuja fonte Jesus Cristo colocou no Vaticano, a Igreja da França não tardaria a morrer de inanição.

Sabemos que clero e fiéis, pela efusão de seu sangue, obtiveram que as relações entre a Igreja da França e seu Chefe fossem restabelecidas de conformidade com a instituição de Nosso Senhor Jesus Cristo.

O que fora tentado no fim do primeiro período da ação maçônica foi tentado da mesma forma no fim do segundo período. A lei de separação entre a Igreja e o Estado foi elaborada para retomar a obra da Constituição civil do clero, e, como esta, e com a mesma finalidade, organizar o cisma. A seita experimenta a mesma resistência e terá o mesmo insucesso. Quatro leis foram sucessivamente forjadas para surpreender, por astúcia, o consentimento do clero quanto à entrada numa via obscura que queria

chegar ao cisma, e se anuncia uma quinta, mas o Vigia tem o olho aberto e a tripulação é dócil a suas palavras de ordem.

Assim como o caso Ferrer, a preparação, a confecção e a aplicação da lei de separação põem intensa luz na maneira de agir da Franco-Maçonaria, e dizem como ela sabe impor suas vontades aos poderes públicos. Por essa razão devemos considerar isto agora.

Já em 1868, por conseguinte sob o Império, Jules Simon, ao expor o programa dos “republicanos”, prometia a laceração da Concordata e a separação entre a Igreja e o Estado.

Jules Simon era apenas o porta-voz da seita anticristã. Havia mais de meio século que esse programa era um dos capítulos do plano traçado pela maçonaria para a guerra a fazer à civilização cristã, e se executaria sem interrupção desde então.

Os artigos orgânicos tinham começado a colocar o clero, o culto e mesmo o ensino doutrinário na dependência do Estado.

A indenização concordatária tornou-se um emolumento depois que os ministros protestantes, primeiramente, depois os rabinos judeus, foram inscritos no orçamento ao mesmo título que os padres católicos.

Estes foram, desde então, considerados como funcionários, como tais apresentados ao público e como tais tratados.

As igrejas e as catedrais foram pouco a pouco subordinadas aos departamentos e às prefeituras. Não foi mais possível construí-las, mesmo com oferendas apenas dos fiéis, sem fazer doação delas ao poder civil, sob pena de não poder liberá-las para o culto, a fim de que, assim que viesse a hora da separação, elas pudessem ser arrebatadas aos católicos. Da mesma forma, apesar de uma cláusula expressa da Concordata, não mais foi permitido à Igreja da França adquirir terras e outros imóveis, todos os seus recursos tiveram que ser convertidos em rendas para o Estado, a fim de que este não tivesse que fechar a mão que os retinha, quando viesse a hora da separação.

Podemos, na presença desses desígnios de longo prazo, cuja realização é buscada de uma maneira contínua, negar a existência de um agente que os concebe, que os executa, ou faz executar as diversas partes segundo as facilidades que apresentam os tempos e as circunstâncias? A multidão infinita dos homens que, nos diversos ramos da administração e mesmo nas altas funções do poder prestou concurso a esse misterioso agente não sabia, na sua maioria, para quem trabalhava. O poder oculto que os sugestionava, que os fazia agir, sabia o que queria, e para onde tendia sua perseverante ação.

Em 1871, Pradier, republicano católico, apresentou um projeto de lei de separação. Não queremos dizer que com isso ele se tenha feito servidor direto e consciente da Franco-Maçonaria; estamos convencidos do contrário; mas pela abertura concedida em seu espírito às idéias que a Franco-Maçonaria propaga, ele se achou, como tantos outros, preparado para fazer sua obra, mesmo que a ignorasse ou a detestasse.

No momento em que os republicanos perceberam ter a maioria na Câmara, a questão foi levantada em cada discussão do orçamento dos cultos. Na convenção de 1899, no dia 23 de setembro o I∴ Prêt deu a razão dessa tática nestes termos: “Quando tivermos obtido a separação entre a Igreja e o Estado, que pedimos há tanto tempo com todo o nosso empenho — porque bem percebeis que sua obtenção será devida à vossa influência — se se nos perguntar então como fizemos para obtê-la, responderemos: *propondo-a e fazendo-a propor sempre*”.[1]

Lembrada assim de ano em ano, a proposição parecia cada vez menos estranha e menos irrealizável.

---

[1] Relatório, p. 266.

Paul Bert começara essa tática em 1873. "A hora chegará, dizia ele, tenhamos paciência, esperemos que as leis sobre o ensino tenham produzido seu efeito, esperemos que a educação das mulheres seja libertada das crenças religiosas, e nesse ínterim, pressionemos em favor da ruptura com a Igreja através de uma série de medidas que gradualmente A enfraquecerão".

Dez anos depois ele anunciou que era chegada a hora de começar a levar a Igreja da França à estrita observância da Concordata (lede *Artigos Orgânicos*) e de, por aí, chegar à supressão de todos os privilégios concedidos aos eclesiásticos e à Igreja.[2]

"Após ter verificado os resultados dessa ação legislativa desconhecida desde 1804, acrescentou Paul Bert, é que poderá ser, segundo pensamos, oportuno e necessário examinar se convém pronunciar a separação entre o Estado, que retornará à plenitude de seu poder, e a Igreja, reduzida às Suas próprias forças e a Seu estrito direito".

Em 1900, a convenção do Grande-Oriente foi invadida por um conjunto de proposições e de moções que emanaram de diversos congressos e escritórios maçônicos, notadamente do *Congresso das lojas da região parisiense* e das *Lojas do Sudoeste*; das Lojas de Gap; *L.·. dos Amigos dos Altos Alpes*; de Boulogne-sur-Mer: *Loja A Amizade*; de Melun: *L.·. dos Filhos de Hiram*; de Somières: *L.·. da Marcha para a Frente*; de Toulon: *L.·. A Reunião*; de Ribérac: *L.·. A Colméia dos Patriotas*; de Caen: *L.·. Themis*; de Oran: *L.·. A União Africana*, etc. Após tomar conhecimento dessas moções, a convenção formulou assim sua resolução:

"Considerando que se a abolição da Concordata, a separação entre a Igreja e o Estado, a supressão do orçamento dos cultos, a retirada da embaixada francesa no Vaticano e a retomada dos bens inalienáveis constam de numerosas e das mais formais reivindicações do partido republicano, convém, no entanto, na expectativa do triunfo dessas reivindicações, buscar *resoluções de espera imediatamente realizáveis*". Segue uma longa série de promessas que respondem a esse desiderato.[3]

Em fevereiro de 1904, Keller, na sua *Correspondance Hebdomadaire*, conta que, no curso dessa preparação, Loubet, que ainda não era Presidente da República, caminhando no Senado, na Galeria dos Bustos, disse numa conversa: "Eu também sou partidário da separação, mas só votarei nela depois que tivermos terminado de pôr as rédeas na Igreja e de desarmar os curas".

Para isso se trabalhou através de leis, de decretos, de medidas diversas, sabiamente espaçadas.

Entretanto, a atenção dos católicos relativamente ao que se fazia tornava-se a cada dia mais inquieta.

O Presidente Carnot, fosse de sua própria iniciativa ou por sugestão maçônica, julgou, com o objetivo de adormecer a opinião pública e a vigilância pontifícia, dever escrever uma carta autógrafa a Leão XIII, prometendo a sincera observância da Concordata e o respeito aos tratados que levavam a assinatura da França.

Era apenas uma tática, um estratagema. Aproveitando a confiança que essas palavras inspiravam, a seita fazia seus últimos preparativos.

Após meio século de estudos e de disposições ela julgou ser enfim chegada a hora de passar à ação. Ela não ousou contudo falar ainda abertamente, apresentar em termos próprios uma lei de confisco e de separação. Waldeck-Rousseau foi encarregado de fazer votar e promulgar uma lei sobre as associações em geral: não seria difícil, depois, declarar que as dioceses e as paróquias constituíam associações

---

[2] Emile Ollivier traduziu assim o programa de ação traçado por Paul Bert: "Manter a Igreja atada ao pilar do templo, a fim de que ela não tenha o campo livre, e fustigá-La à vontade, até que, esgotada, aviltada, Ela possa ser morta sem perigo".

[3] Convenção de 1900. Sessão de 8 de setembro. Relatório, p. 313.

religiosas e de fazê-las passar para o regime das outras associações da mesma natureza.

Propunha-se Waldeck-Rousseau verdadeiramente a não aplicar senão com moderação às congregações a lei que ele acabava de obter e de manter-se assim? O fato é que, uma vez votada a lei, ele foi derrubado e substituído por Combes.

Conhecemos com que rigor ele aplicou a lei sobre as associações e as hecatombes que ele produziu e das quais se vangloriou. Mas não julgou suficiente esta arma contra a Igreja. Em 21 de março de 1903, na Câmara, e em 14 de janeiro de 1904, no Senado, ele falou de uma lei expressa sobre a separação. “Sempre fui, disse ele, partidário da separação entre a Igreja e o Estado”. Depois acrescentou: “Mas quando assumi o poder, julguei que a opinião pública não estava ainda suficientemente preparada para essa reforma; julguei necessário induzi-la a isso”.

Pouco tempo depois, ele publicou, sob o título de *Une deuxième campagne: vers la Séparation*, estas linhas: “As congregações foram dissolvidas, suas casas fechadas. No dia seguinte ao dessa operação, a mais profunda paz reinava por toda a parte, mesmo nas localidades que há mais tempo tinham sido abandonadas às intrigas dos conventos. O silêncio caiu, aqui como lá, sobre as congregações tão agitadas na véspera. No momento presente o esquecimento engoliu até mesmo seus nomes.

“Passar-se-á da mesma maneira com as conseqüências sociais da separação entre a Igreja e o Estado”.

Estas palavras mostram que sua opinião estava tomada e que ele acreditava poder ir adiante.

Assim, a convenção de setembro desse mesmo ano iniciou por uma ordem do dia de inteira confiança do I.·. Combes, na qual se diz que “os *delegados* das Lojas da França, reunidos em Assembléia Geral na segunda-feira, 12 de setembro de 1904, requerem sejam discutidas simultaneamente na sessão de janeiro a separação entre a Igreja e o Estado e a Caixa de Aposentadoria dos Operários”.

E o I.·. Combes responde em 15 de setembro: “Aplicar-me-ei com todas as forças em trabalhar tão prontamente que se poderão fazer as reformas democráticas indicadas na correspondência recebida”.

No entanto, para uma medida tão grave era bom lograr a opinião pública e fazê-la acreditar que os erros estavam do lado do adversário.

Conhecemos os odiosos meios que foram adotados.

Um historiador, que de modo nenhum está disposto a ver a intervenção divina nos acontecimentos humanos, caracterizou assim a missão da França no mundo:

“Com a conversão de Clóvis a nação dos francos e da Gália tornou-se o centro do catolicismo, e, por isso, da civilização”. Como isto se passou? O Papa Estêvão di-lo: pelo papel que a França aceitou desde suas origens, de ser a defensora da Santa Sé. Numa carta escrita a Pepino, ele assim faz falar o apóstolo São Pedro: “Segundo a promessa recebida de Nosso Senhor e Redentor, distingo o povo dos francos dentre todas as nações. Emprestai aos romanos (aos Papas) o apoio de vossas forças, a fim de que eu, Pedro, vos cubra com minha proteção neste e no outro mundo”.

A França era ainda fiel a essa missão no século XIX; ela restabeleceu Pio IX no trono e montava guarda junto dele. A seita anticristã sofria isso com tremor. Ela exigiu de Napoleão que ele retirasse de Roma a bandeira francesa, a fim de que o Piemonte pudesse entrar. A Europa não aquiesceu completamente com esse crime, mantendo seus embaixadores junto ao Papa e conservando assim sua posição entre os soberanos. De sua parte, os Papas Pio IX, Leão XIII e Pio X não cessaram de protestar, e, com isso, de impedir que a prescrição pudesse acontecer. Os Papas mantiveram assim o direito por inteiro.

Os chefes de Estado católicos tornaram lei para eles não visitar, em Roma, o rei da Itália, a fim de não parecerem, aos olhos dos povos, reconhecer a soberania que os príncipes de Savóia se atribuíram ilegitimamente. Os soberanos da Áustria, Espanha, Portugal, Saxe, Baviera, Bélgica, com esse objetivo, proibiram-se mesmo as visitas de

família a Roma sem caráter político, a fim de não se colocarem na obrigação moral de saudar o usurpador. Os imperadores e os reis das nações cismáticas, quando iam a Roma, manifestavam a mesma vontade de salvaguardar, eles também, os direitos da Santa Sé. Devendo ser admitidos a apresentar suas homenagens ao Papa, eles recorreram a esta combinação: fixavam domicílio nas embaixadas deles, que faziam parte do território de suas nações, e daí iam ao Vaticano, freqüentemente em conduções que tinham feito vir diretamente de seus países, fazendo assim ao Papa-Rei uma visita na qual professavam ignorar a presença do usurpador em Roma.

A seita suportava isso impacientemente. Ela resolveu pôr um fim a isso, e de para tanto se servir do Presidente da República francesa. Ela encontrou nisso três vantagens: fazer com que a França acabasse por repudiar seu papel providencial; que o Papado perdesse o último vestígio de sua soberania, e que a República tivesse um pretexto para sua lei de separação. Porque ela pensava com razão que o Papa não deixaria passar uma tal injúria sem protesto, e ela se armaria com esse protesto para motivar uma estrepitosa separação.

O cenário foi armado ponto por ponto. A viagem de Loubet foi anunciada à Câmara, à qual foram solicitados os créditos necessários. Eles foram concedidos. Os aliados deixaram ao conde Boni de Castellane, na Câmara, e a Dominique Delahaye, no Senado, a honra de defenderem o direito pontifício e a honra da França; e, o que é ainda mais deplorável, dois padres deputados, um, Gayraud, se absteve de votar, outro, Lemire, deu a Loubet, por seu voto, os meios de realizar sua perversidade.

No dia 23 de abril de 1904 Loubet deixou Paris para ir a Roma, na qual chegaria no dia seguinte à noite. Ele se comportou como humilde servidor da maçonaria internacional.

O Soberano Pontífice endereçou secretamente ao governo da República um protesto contra a "grave ofensa" feita pelo chefe de Estado aos direitos da Santa Sé. Esse protesto foi comunicado aos outros governos, a fim de que o fato acabado não pudesse fazer lei. Um semi-judeu, o príncipe de Mônaco, liberou o protesto para ser publicado num jornal.

Combes pretendeu que essa publicação era ato da Santa Sé e fez pedir explicações através do embaixador. O Secretário de Estado reclamou que a questão fosse posta por escrito. Em lugar de se render a um desejo tão legítimo e prudente, o embaixador fez saber que ele havia recebido a ordem de sair em férias. Depois Combes exigiu a retirada de duas cartas através das quais os bispos de Laval e de Dijon eram chamados a Roma para se justificarem das acusações assacadas contra eles. A retirada dessas cartas implicava na abdicação de toda a autoridade pontifícia sobre os bispos da França. Com a recusa da Santa Sé, as relações diplomáticas foram definitivamente rompidas.

Estando tudo assim preparado, no primeiro dia de fevereiro de 1905 foi discutida na Câmara uma interpelação de Morlot. Ela foi encerrada por esta ordem do dia: "Verificando a Câmara que a atitude do Vaticano tornou inevitável a separação entre a Igreja e o Estado, e contando com o apoio do governo para encerrar a votação imediatamente após orçamento, passa à ordem do dia".

Doze anos antes, na convenção de setembro de 1892, o I∴ Doumer, presidente, propusera e fizera aceitar uma proposição da L∴ A Emancipação, O∴ de Paris, assim concebida: "Todo F∴ M∴ investido de um mandato eletivo tem a obrigação de votar toda proposição que assegure em curto tempo a separação entre as igrejas e o Estado, sob pena de delito maçônico. Um voto contrário emitido por esse I∴ importará na sua imediata acusação. Um segundo voto contrário será considerado como delito de primeira classe" (relatório analítico).

Quando o projeto de lei foi apresentado à Câmara, os aliados, retomando o papel de entorpecedores que tantas vezes tinham representado, gritaram todos a uma voz: Isso não acontecerá! E quando isso acontecer não haverá nada do que se lamentar, porque a Igreja da França recobrará, com isso, a plenitude de sua liberdade.

A Câmara começou a discussão no mês de março de 1905.

Uma questão preliminar se impunha: o parlamento tem o direito de votar uma lei que diz respeito a tantos interesses sem consultar o país? Abstiveram-se de discutir essa questão. O marquês de Rosambo emitiu a opinião de que o grupo de oposição católica devia recusar-se a cooperar no que quer que fosse com essa lei e a discutir as condições de nossa espoliação e de nossa servidão. Melhor lhe parecia que deixassem a sala de sessões, notificando à França as razões dessa atitude, e de não retornar senão quando o trabalho das lojas tivesse terminado. A opinião era prudente. Mas nós não mais estamos no tempo das resoluções francas.

Nos primeiros dias de abril, foi votada a inclusão em votação dos artigos por 358 contra 217 votos, e ao mesmo tempo o regime de urgência, que dispensava uma segunda deliberação, garantia inscrita em lei. A loja dissera: Fazei-o rapidamente.

Berthouliet requereu que antes do voto definitivo se aproveitasse a sessão dos conselhos municipais e gerais para se informarem sobre o estado da opinião pública a respeito dessa questão. Essa moção foi repelida.

Entretanto, sobrevém, no curso da discussão, a questão da delação, que afunda Combes. Ele é substituído por Rouvier. Quando Combes introduzira a questão da separação no Conselho de Ministros, Rouvier pronunciara contra esse projeto um discurso veemente, terminado com esta frase: "Se fizerdes a separação, eu vos entrego meu Ministério; podereis tomá-lo".

A maçonaria ordena, Rouvier obedece. A discussão continuou e, antes de se separar, no fim de abril, a Câmara votou o famoso artigo 4°. O ponto culminante da lei, aquilo que ela queria conseguir acima de tudo, era a instituição das associações de culto segundo os sete artigos do título IV. Os conselhos paroquais, no momento de se dissolverem, deveriam transmitir a essas associações os bens que gerenciavam. A grande objeção foi que essas associações, tais como a lei as queria, não conheciam a hierarquia católica, nem eram dela conhecidas. O que se pretendia era criar outras tantas igrejinhas cismáticas quantas paróquias havia na França. As intenções, os fins colimados pela seita estavam muito claramente desvendados. Compreende-se que ocorreria uma resistência não menor do que aquela que foi produzida pela constituição civil do clero. Era preciso mascarar essas finalidades sem as abandonar. Julgou-se alcançar esse objetivo através de uma emenda introduzida no artigo 4°, título II.

Eis o artigo. O itálico marca a modificação introduzida no projeto apresentado pelo Governo e pela Comissão:

"No prazo de um ano, a partir da promulgação da presente lei, os bens mobiliários e imobiliários das Mesas, Conselhos paroquiais, Presbitérios, Consistórios e outros estabelecimentos públicos do culto, serão, com todos os impostos e obrigações que os gravam, transferidos aos mesmos títulos pelos representantes legais desses estabelecimentos às associações que, *conformando-se às regras de organização geral do culto cujo exercício elas se propõem garantir*, forem legalmente formadas segundo a prescrição do artigo 17, para o exercício do culto, nas antigas circunscrições dos ditos estabelecimentos".

Assim emendado, o artigo 4° foi aprovado por 509 votos contra 44. Vemos, por esses números, que esse artigo foi aceito pelo centro e por uma parte da direita. Na imprensa católica foi acolhido com uma significativa satisfação que, entre alguns, chegou quase ao entusiasmo, tanto o espírito de conciliação está inveterado nos espíritos de hoje. Não obstante, fora requerido à Câmara que a hierarquia, quer dizer, os Bispos e o Papa devessem se pronunciar sobre a qualidade das associações que reclamariam os bens das paróquias e das dioceses. Comissão e Governo tinham-se recusado e propuseram esta fórmula ininteligível: "Regras de organização geral do culto", que não comprometiam nada, cujo sentido poderia ser restrito à vontade. E ademais, quem deveria se pronunciar sobre a conformidade ou a não-conformidade com as regras de organização? Seriam os Bispos? de modo nenhum; mas os tribunais, nos quais têm assento judeus e protestantes, franco-maçons e livres-pensadores, tinham interesse em desorganizar o Estado católico. "Pretendo, escrevia Jaurès no seu jornal, que o artigo 4°, tal como o votamos, seja, perante os tribunais

civis, para os padres republicanos e as associações de culto solidárias com eles, um excelente meio de defesa. Ele protege contra a política arbitrária dos bispos".

O conjunto da lei foi votado no dia 3 de julho por 341 votos contra 223. É bom assinalar que os 341 deputados da maioria tinham sido eleitos por 2.980.340 dentre 11.219.992 eleitores. Representavam, portanto, a quarta parte da soberania nacional, se deixarmos fora dela as mulheres e os jovens.

Da Câmara o projeto passou ao Senado. "É necessário, exclamou o senador Philippe Berger, que ele seja votado tal como está". E Clemenceau, após ter mostrado as incoerências que a lei continha: "No entanto, votarei a favor porque estou preso a um torno do qual é impossível me livrar, posto que sou prisioneiro de meu partido".

A partir de meados de julho a Comissão senatorial adotou, por 11 votos contra 2, o projeto votado pela Câmara, sem trocar um "j". Qualquer modificação, por leve que fosse, teria prolongado a discussão. Briand, relator da Comissão, não temeu dar, em seu jornal, o *Humanité*, o motivo dessa precipitação: "A Igreja atual é uma cidadela adormecida, suas muralhas estão desguarnecidas de canhões; seus arsenais estão vazios, seus exércitos dispersos, seus chefes entorpecidos. Se soubermos aproveitar-nos disso, cairemos de repente sobre essa cidadela sem defesa e a tomaremos sem combate, assim como os soldados de Maomé tomaram Bizâncio".

Maxime Lecomte apresentou seu relatório à Comissão senatorial nos últimos dias de outubro. No relatório ele realizava todos os projetos de modificação do texto votados pela Câmara, "porque, dizia, não há um instante a perder".

O Senado iniciou as deliberações no dia 9 de novembro, segunda-feira. Ele também votou o regime de urgência. E, no entanto, o *Journal des Débats* observava: "A separação é incontestavelmente a reforma mais grave que se votou e discutiu de um século para cá".

No dia 6 de dezembro o Senado terminava sua obra.

Quinze dias antes, Veber, deputado, presidia em Pantin um banquete em homenagem à separação. Nessa oportunidade, Ferdinand Buisson tomou a palavra: "A separação, disse ele, requer três novos compromissos: 1° o compromisso legal: a legislação deverá, em curto espaço de tempo, corrigir a lei[4]; 2° o compromisso moral: devemos fazer entrar o espírito da lei na família, separá-la, a ela também, da Igreja; 3° o compromisso social: a separação seria inútil se não se tornasse um instrumento de emancipação do dogma, a fim de apressar a conquista da felicidade terrena através da justiça social e da fraternidade humana".

Em outros termos, a separação entre a Igreja e o Estado é uma grande vitória obtida na luta entre as duas civilizações. Mas para que a vitória seja completa, é preciso que ela seja buscada no terreno político, no terreno familiar e no terreno social. Também o *Action* exclamou: "O voto do parlamento francês marca uma *data históric a da* HUMANIDADE. A filha primogênita da Igreja torna-se a mãe gloriosa da Livre Humanidade".

Jaurès, lançando um olhar sobre o conjunto dos debates que acabavam de acontecer na Câmara e no Senado, sobre questão de tal importância, fazia no seu jornal esta observação, que não nos honra:

"Nossos adversários opuseram doutrina a doutrina, ideal a ideal? Tiveram a coragem de erguer contra o pensamento da Revolução o pensamento inteiro católico, de reclamar para o Deus da revelação cristã o direito não somente de inspirar e de guiar a sociedade espiritual, mas de moldar a sociedade civil? Não, eles se

---

[4] Lê-se no relatório oficial da Convenção de 1905: "A Convenção externa o desejo de que a lei imperfeita, mas aperfeiçoável, sobre a separação entre as Igrejas e o Estado, já votada pela Câmara dos Deputados, seja o mais rapidamente possível adotada pelo Senado e promulgada antes das eleições gerais, *mas que ela seja em seguida emendada pelo Parlamento republica num sentido mais nitidamente laico*". (Relatório, p. 402).

esquivaram, eles se enredaram nos detalhes da organização. Eles não afirmaram com clareza o próprio princípio que é como que a alma da Igreja".

Pobres de nós! aqueles dentre nossos representantes que tivessem sido do porte — se se encontrasse algum — para desempenhar esse papel, não teriam sido sustentados de fora. A palavra de Jaurès, acima referida, não carecia de fundamento. Nós estávamos na desordem. Que digo? Nossos adversários tinham a vontade do mal, nós perdêramos a vontade do bem. Os únicos que se agitavam eram os conciliadores. Durante toda a discussão da lei, a cada domingo, num certo ateliê do beco Ronsin, Desjardins reunia uma quinzena de pessoas, entre elas Buisson, presidente da Comissão parlamentar, abades, pastores protestantes e os judeus Joseph e Salomon Reinach. Buisson se informava aí sobre os sacrifícios em que a Igreja poderia consentir e sobre as disposições inaceitáveis para Ela. Foi talvez aí que se chegou a um acordo sobre a emenda ao artigo 4°.

Os abades que compareciam não estavam no último lugar na massa dos democratas cristãos, dos sillonistas, dos modernistas que sonham com uma ordem de coisas nova para a Igreja e para o mundo. Essa massa enfraquece a Igreja de França. Assim, após alguns gemidos, ela anunciava o desejo de tirar partido do novo regime: "Há jornais católicos, dizia o abade Lemire ao diretor do *Croix du Cantal*, que dizem que a nova lei é uma lei cismática. Não é nada disso". Eles falavam como o redator da *Tribune de Genève*, jornal protestante, que dizia: "Os católicos fundarão associações de culto. Eles não antipatizam em viver sob um outro regime que não seja o da Concordata... Eles aí encontrarão vantagens... e inconvenientes. A separação é um expediente político; não é uma questão religiosa. Creio que os católicos tirarão daí uma força maior do ponto de vista da fé".

Nada de espantar se, nessas condições, o *Bulletin de la Semaine* viesse dar a seguinte palavra de ordem: "Sobretudo convém preparar, sem demora, um modelo *único, uniforme,* dessas associações de culto que devem ser estabelecidas em todo o território e de chegar a um acordo sobre os princípios que devem constituí-las".

Jornais enviados gratuitamente ao clero foram logo criados para comprometê-lo nesse caminho e começar a aplicação da lei. Soube-se mais tarde que os diretores desses jornais tinham recebido, para criá-los e expandi-los, uma parte dos fundos secretos pelas mãos de Clemenceau.

Por seu turno, os sectários diziam bem alto que eles não permaneceriam aí. "É apenas uma etapa", dissera Bepmale, deputado de Saint-Gaudens, a lei votada é apenas uma transição. E no congresso radical que se realizou naquela época, Pelletan e todos os oradores tiveram a preocupação de comunicar que "a lei apressadamente concluída era apenas uma lei provisória".

Sabemos como o Sumo Pontífice reduziu a nada as esperanças de uns e de outros.

No mesmo ato, Pio X entravou os projetos da Franco-Maçonaria internacional. Ela acabava de colocar, através do jogo das associações de culto, o princípio da dissolução da Igreja na França. Ela se prometera realizar, segundo o mesmo modelo, a mesma operação nos outros povos. Assim, quando Clemenceau, após a primeira aplicação da lei da separação, anunciou às Câmaras que se acabava de "desferir o primeiro tiro de canhão" sobre o edifício católico, o Grande-Oriente da Itália endereçou ao Grande-Oriente da França um telegrama de felicitações e o Grande-Oriente da França, em resposta ao Grande-Oriente da Itália, saudou "o dia próximo em que a Roma laica proclamará a queda da Roma papal".

Correspondências semelhantes foram trocadas entre outras potências maçônicas. Na América meridional, a loja *Estella de Oriente* comunicou que convidava as trezentas lojas da República Argentina a celebrarem, no mesmo dia, com uma reunião, a grande obra que a maçonaria francesa acabava de realizar.

A separação entre a Igreja e o Estado e a constituição civil do clero são os dois pontos culminantes do trabalho maçônico na França. Eles encerram dois períodos,

períodos de preparação para um novo estado, do qual eles deviam ser o ponto de partida.

Esse estado de coisas não pôde ser concluído, ele foi sufocado nos seus primórdios, na época da Revolução, pela submissão do clero à Sé Apostólica e pela submissão dos fiéis a seus legítimos pastores.

Hoje assistimos ao mesmo desenlace, graças às Encíclicas de Pio X, à união do episcopado, ao desinteresse do clero e ao bom espírito dos fiéis.

Vamos ver agora as intrigas da Franco-Maçonaria, não mais somente no teatro restrito da França, mas sobre o da Europa e mesmo do mundo.

——— ♦ ———